



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 10 n. 2 jul./dez. 2009



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:
Prof. Dr. Hemerson Pistori

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Maria Augusta de Castilho
Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Revisão de Texto e Traduções:

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Sérgio Sato

Kioguaró - adorno bororo

Meruri, MT, dez./2007

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un.Münster -
Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,

n. 2 (jul./dez. 2009). Campo Grande: UCDB, 2009.

139 p. v. 10

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalonha
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

O Programa de Pró-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico está trabalhando em prol de um ensino voltado para a formação humana e tecnológica, integrando pesquisa, ensino e extensão na análise e compreensão do Desenvolvimento Local.

Para tanto, lança mão da Revista Interações com o intuito de realizar um intercâmbio de experiências e de boas práticas, objetivando a promoção e ampliação do conhecimento mútuo, garantindo o impulsionar das experiências locais e regionais.

Os artigos da presente publicação assinalam uma diversificação de conhecimentos, iniciando com a temática sobre *parceria, empoderamento e desenvolvimento local*, ocasião em que os autores Mário Vasconcellos e Ana Maria Vasconcellos, oferecem um espaço para discussões em entorno de parcerias como mecanismo de divisão de poder na região do Pará e da Amazônia (Brasil).

Já Christian Carvalho Ganzet e Dante Pinheiro Martinelli, ao focalizarem a *transferência de conhecimento em sistemas regionais e inovação: a perspectiva do caso do Vale do Silício californiano* estabelece as conexões em prol desse conhecimento tácito e explícito entre sistemas regionais e inovação, tendo como exemplo o que ocorre na região californiana.

As temáticas seguintes discorrem de pesquisas realizadas em comunidades, a saber: a) *cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira em Chapadão do Sul - MS (Brasil)*, de Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Maria Augusta de Castilho e Mauro Mallmann Arenhardt, evidenciam que a identidade e a cultura inter-

ferem nos relacionamentos comunitários interpessoais; b) *o uso e conservação da negramina em Bom Sucesso – Várzea Grande – MT (Brasil)*, de autoria de Carla Maria Abido Valentini, Maria de Fátima Barbosa Coelho, Carmem Eugenia Rodriguez Ortiz e Juliane Dias de Almeida, enfatiza a importância do uso da espécie medicinal cujo conhecimento é repassado de geração em geração pela comunidade ribeirinha, para problemas de saúde; c) *a organização espacial em comunidades camponesas de Santo Antônio de Leverger – MT (Brasil)*, artigo escrito por Hérica Clair Garcez Nabuco, Rodrigo Brito de Azevedo, Maria Cristina de Figueiredo e Albuquerque, José Carlos Leite e Carla Cella, verificaram, a partir da história oral, da história de ocupação e do domínio territorial das comunidades pesquisadas, que três elementos influenciaram na organização espacial das comunidades estudadas; d) *a transformação da faixa costeira de Baía Blanca (Argentina) a partir da visão de seus habitantes*, de autoria de Marian Alwjandra Ramborger e de Maria Amália Lorda, assinalam que o processo de ocupação da região estudada deriva-se de uma grande transformação do meio natural.

A pesquisa sobre *visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras*, de autoria de Rafael D'Almeida Martins e Eduardo de Lima Caldas, discute o desenvolvimento local por meio de uma análise exploratória perante uma reprodução da lógica capitalista em escala tradicional e hegemônica.

O artigo de Arturo Vallejos R., Egon M.M., Sérgio Ortiz L. e de Moisés Pérez V. intitulado *a diferenciação funcional e sociedade civil* oportuniza à comunidade científica

refletir sobre uma nova forma de governança para a América Latina.

Na seção de práticas e experiências, a **Interações** oferece ao leitor o artigo de Nelson Gil Tolentino que focaliza *a etnia bororo: a sobrevivência de um povo*, avaliando e refletindo sobre o trabalho dos missionários salesianos na região de Meruri - MT (Brasil).

Discorrer a partir de uma reflexão coletiva sobre temas como identidade, principalmente em momentos de transformações

sociais relevantes, constitui-se um importante debate sobre os territórios e atores na territorialidade, o que me permite agradecer aos autores deste número, no processo de construção de um aporte teórico e prático para o processo de construção do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Partnership, empowerment and local development	133
Parceria, empoderamento e desenvolvimento local	133
Partenariat, autonomisation et développement local	133
Asociación, empoderamiento y desarrollo local	133
VASCONCELLOS, M	
VASCONCELLOS, A.M.	
Transferência de Conhecimento em Sistemas Regionais de Inovação: a Perspectiva do Caso do Vale do Silício Californiano	149
Knowledge Transference in Regional Innovation Systems: the Perspective of the Californian Silicon Valley Case	149
Transmission de Connaissances en Systèmes Régionales d'Innovation: la Perspective du Cas du Vallée du Silicium	149
Cambio del Conocimiento en Sistemas Regionales de Innovación: la Perspectiva del Caso del Valle del Silicio ..	149
GANZERT, C.C.	
MARTINELLI, D.P.	
Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS	159
Culture and identity: the challenges for the local development in the Aroeira nesting, Chapadão do Sul, MS ...	159
Culture et identité: les défis pour le développement local du replacement Aroeira au Chapadão do Sul, MS	159
Cultura e identidad: los desafíos para el desarrollo local en el asentamiento Aroeira, Chapadão do Sul, MS	159
CASTILHO, M.A.	
ARENHARDT, M.M.	
BOURLEGAT, C.A.	
Diferenciación funcional y sociedad civil: reflexiones para una nueva gobernación en América Latina ...	171
Diferenciação funcional e sociedade civil: reflexões para uma nova governança na América Latina	171
Functional differentiation and civil society: reflections for a new governance in Latin America	171
Differenciación fonctionnelle et société civile : réflexions pour une nouvelle gouvernance en Amérique Latine ...	171
ROMERO, A.V.	
MONTECINOS, E.M.	
LEROUX, S.O.	
VEGA, M.P.	
La transformación de la franja costera de la bahía Blanca (Provincia de Buenos Aires, Argentina) a partir de la visión de sus habitantes	185
A transformação da faixa costeira da baía Blanca (Província de Buenos Aires, Argentina) a partir da visão de seus habitantes	185
The transformation of the coastal band of the Blanca bay (Province of Buenos Aires, Argentina) from the vision of his inhabitants	185
La transformation de la frange côtière de la baie Blanche (Province du Buenos Aires, de l'Argentine) à partir de la vision de seus habitants	185
RAMBORGER, M.A.	
LORDA, M.A.	

Uso e conservação da negramina (<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.) em Bom Sucesso, Várzea Grande-MT ...	195
Negramina (<i>Siparuna guianensis</i> Aublet.) use and conservation in Bom Sucesso, Várzea Grande-MT ...	195
<i>Utilisation et conservation de la negramina (<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.) dans Bom Sucesso, Várzea Grande-MT</i>	195
<i>Uso y conservación del negramina (<i>Siparuna guianensis</i> Aublet.) en Bom Sucesso, Várzea Grande-MT</i>	195
VALENTINI, C.M.A.	
COELHO, M.F.B.	
ORTÍZ, C.E.R.	
ALMEIDA, J.D.	
Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras	207
Visions of Local Development: an comparative analysis of Brazilian Experiences	207
<i>Visions de développement local: une analyse comparative de l'expérience brésilienne</i>	207
<i>Visiones de Desarrollo Local: un análisis comparado de experiencias brasileras</i>	207
MARTINS, R. D.	
CALDAS, E.L.	
Organização espacial em comunidades camponesas de Santo Antônio de Leverger-MT	219
Spatial Organization in peasant communities of Santo Antônio do Leverger-MT	219
<i>Organización espacial en comunidades campesinas de Santo Antônio de Leverger-MT</i>	219
<i>Organisations spatiales dans des communautés rurales de Santo Antônio de Leverger- MT</i>	219
NABUCO, H.C.G.	
AZEVEDO, R.A.B.	
ALBUQUERQUE, M.C.F.	
LEITE, J.C.	
CELLA, C.	
Teoria e Prática	
Ética Bororo: a sobrevivência de um povo	235
Bororo ethics: the survival of a people	235
<i>Éthique Bororo: la survie d'un peuple</i>	235
<i>Ética Bororo: la supervivencia de un pueblo</i>	235
TOLENTINO, N.G.	

Artigos

Partnership, empowerment and local development
Parceria, empoderamento e desenvolvimento local
Partenariat, autonomisation et développement local
Asociación, empoderamiento y desarrollo local

Mário Vasconcellos*
Ana Maria Vasconcellos**

Recebido em 23/1/2009; revisado e aprovado em 4/5/2009; aceito em 28/7/2009

Abstract: This paper tries to understand how partnership between local organisations (associations, cooperatives, worker's unions and others) and Government affects local development. It explores to what extent partnership is an effective strategy for local development in areas of historical conflict between local Government and the local organisations that defend the interests of family-based, small-scale rural producers. Particularly, this paper concentrates on debate of partnership as a mechanism of power sharing and empowerment of the people that historically have been excluded from the development process. Empirically, the paper is based on data collected in the *municípios* of Ourém and Igarapé-Miri, Northeast of Para State, Amazonia, Brazil.

Key-words: Partnership. Empowerment. Local Development.

Resumo: Este artigo busca entender como a parceria entre as organizações locais (associações, cooperativas, sindicatos dos trabalhadores e outros) e o governo contribui para o desenvolvimento local. O artigo explora em que medida a parceria é uma estratégia efetiva para o desenvolvimento local em áreas historicamente marcadas por conflito entre os governos municipais e as organizações locais que defendem os interesses dos pequenos produtores rurais de base familiar. Particularmente, o artigo se concentra na discussão sobre a parceria como um mecanismo de divisão de poder e empoderamento das pessoas que historicamente têm sido excluídas do processo de desenvolvimento local. Os dados empíricos do artigo foram coletados nos municípios de Ourém e Igarapé-Miri, Nordeste do Pará, Amazônia, Brasil.

Palavras-chave: Parceria. Empoderamento. Desenvolvimento Local.

Résumé: Cet article cherche à comprendre comment le partenariat entre les organisations locales (associations, coopératives, syndicats de travailleurs) et le gouvernement affecte le développement local. Il explore dans quelle mesure le partenariat est une stratégie efficace pour le développement local dans les zones de conflit historique entre le gouvernement local et les organisations locales qui défendent les intérêts des petits producteurs ruraux familiaux. En particulier, le présent document se concentre sur le débat de partenariat comme un mécanisme de partage du pouvoir et de l'autonomisation de la population qui, historiquement, ont été exclus du processus de développement. Empiriquement, le document est basé sur les données recueillies dans les *municípios* de Ourém et Igarapé-Miri, dans la région nord-est de l'état du Pará, dans l'Amazonie, au Brésil.

Mots-clés: Partenariat. Autonomisation. Développement Local.

Resumen: Este artículo trata de entender cómo la asociación entre las organizaciones locales (asociaciones, cooperativas, sindicatos de trabajadores y otros) y el gobierno contribuye al desarrollo local. El artículo examina la medida en que la asociación es una estrategia eficaz para el desarrollo local en zonas históricamente marcadas por el conflicto entre los gobiernos municipales y organizaciones locales que defienden los intereses de los pequeños productores rurales de base familiar. En particular, el artículo se centra en el debate sobre la asociación como un mecanismo de división de poderes y la autonomía de las personas que históricamente han sido excluidas del proceso de desarrollo local. Las informaciones empíricas de este artículo fueron reunidas en los municipios de Ourém y Igarapé-Miri, al noreste de Pará, Amazonía, Brasil.

Palabras clave: Asociación. Empoderamiento. Desarrollo Local.

* He is an economist and holds a Mphil in Development Planning from the Centre of Advanced Studies, Federal University of Pará (Brazil) and PhD in Development Studies from the University of Wales Swansea (United Kingdom). He is a lecturer at Federal University of Pará - UFPA (Natural Resources Management and Local Development Postgraduate Programme, from the Centre of Environment - NUMA) and a senior lecturer at University of Amazonia - UNAMA (Development and Urban Environment Postgraduate Programme). E-mails: mariovasc@ufpa.br; mariovasc@unama.br.

** She is a sociologist and holds a Mphil in Development Planning from the Centre of Advanced Studies, Federal University of Pará (Brazil) and PhD in Development Studies from the University of Wales Swansea (United Kingdom). She is a senior lecturer at University of Amazonia (Development and Urban Environment Postgraduate Programme). E-mail: annavasc@unama.br.

Introduction

This paper attempts to understand how partnership between local organisations (LO) (associations, cooperatives, worker's unions and others) and Government affects local development. Particularly, it explores to what extent partnership is an effective strategy for local development in areas of historical conflict between local Government and the local organisations that defend the interests of family-based, small-scale rural producers. The paper attempts to further understanding of the relationships that have emerged between local Government agencies (LGA) and local organisations (LO)¹ in the implementation of rural development programmes at municipal level in Brazil. Empirically, it spotlights on the north-east of Pará State in the Brazilian Amazonia region. It focuses specifically on the *municípios* of Igarapé-Miri and Ourém.

In Brazil, LGA and LO have been investing in local development since the 1988 Constitution. The constitution created the mechanisms for planning and the decentralisation of resources that gave *municípios*² a certain kind of autonomy. Before this, local development planning was developed by central Government and both LGA and LO worked separately with limited communication or consultation. The historical lack of cooperation between these two main institutions may have led to further mistrust and misunderstandings, therefore impairing local development actions even more.

To promote favourable conditions for planning, resource decentralisation and social accountability, new forms of organisation involving social participation were introduced as part of the political space. In the rural and local context, the most important of these organisations was the *Conselho de Desenvolvimento Rural - CDR* (Rural Development Committee).

The CDR is where LGA and LO build relationships to define the direction for rural development at municipal level. The CDR is responsible for development and management of the *Programa de Desenvolvimento Rural - PDR* (Rural Development Programme). In Brazil they are new and innovative mechanisms that offer a great

deal of possibility for strengthening citizen participation as right in the governance process.

There is a belief that LO participation in local planning and implementation leads to a greater level of efficiency and effectiveness of investment and helps to promote greater democracy in the rural sector (FLORISBELO and GUIJT, 2004, p. 202). LO participation in local planning and implementation has been translated into political discourse as 'partnership' between state and civil society. Although partnership is assumed to lead to efficiency and effectiveness (*ibid*) and citizen participation in the governance process, there has been some difficulty in ensuring that it is happening in practice.

There are various critical issues for partnership practice in Brazilian rural areas. Among others, land property conflicts, established practices of top-down planning and political competitiveness based on *clientelismo*³ are the most relevant. Additional issues should also be considered in rural areas with a predominance of family-based, small-scale producers. Historical dependence on Government, lack of power and credit, and market constraints are some examples from the Brazilian Amazonia.

Taking the broad spectrum that involves the debate on partnership and the many issues that partnership entails in Brazilian Amazonia, this paper will concentrate particularly on an only issue. This is partnership as a mechanism of power sharing. So far, the literature on partnership has not adequately answered how partnership has promoted equilibrium of the interests and priorities of the local Government agencies and local organisations. The literature has also come over of how partnership has reflected participation and empowerment of the people that historically have been excluded from the development process. In doing so, this paper will specifically focuses on partnership and conflicts of power.

This paper is organised into six sections including this initial one. The following section deals with definitions of partnership. It examines the concept of partnership

within the context of literature from social capital, local/rural development and partnership theories. The third section deals with the debate about the influence of the structure of power on partnership. The fourth section draws the context of the partnership for local/rural development in Brazil, Brazilian Amazonia, Pará state and *municípios* of Igarapé-Miri and Ourém. The fifth deals with the empirical evidences about the influence of the structure of power on partnership process for local development. The last section stresses the paper's main conclusion about partnership and empowerment for local development.

The Meanings and Structures of Partnership

Over time, the term partnership has obtained a diversity of meanings which McQuaid (2000, p. 10) suggests range along an infinite spectrum. Partnership contains the sense of cooperation, mutual trust and synergy between individuals and organisations to achieve a common objective. On this basis, partnership is concerned with the relationships between two or more stakeholders that join different resources to pursue a joint approach to achieve common aims (McQUAID, 2000; LEWIS, 2000; PENROSE, 2000).

At one end of the spectrum, partnership is a form of organisation in which the compliance of the partners enrolled depends on the existence of trust (BRETT, 1993; POSTMA, 1994; FOWLER, 1997; HARRISS, 2000; DOLNY, 2000) and self-organisation (HARRISS, 2000, p. 231). In this context, partnership motives are not shaped by ideas of material gain or coercion of the enrolled partners, but by a sense of common purpose supported by trust between its actors. Partnerships based on trust evoke the notion of partnership as a prolonged process and as the result of a long-term relationship between the actors (LEWIS, 1998).

Harriss (2000, p. 236) suggests that this type of partnership is an 'ideal type of cooperation' and Fowler (1997; 1998) views it as 'authentic partnership'. Partnerships based on trust are understood to be a result

of the networking skills and motivation of actors (FOWLER, 1997; HARRISS, 2000). Such partnerships are characterised by a focus on its actors, their independence and enthusiasm in sharing values and visions to achieve a common objective. Partnership based on trust is associated with the idea of stakeholders working together for mutual benefit, voluntarily sharing values and goals in embedded relations (OSTROM, 1997). In this spectrum, the intention of the partners depends on commitment rather than on external factors, since partnership only can exist if there is what Thompson (2005, p. 31) considers as basic trust between partners.

Although partnership based on trust possibly represents an 'authentic type' of cooperation as pointed out by Fowler (1997; 1998), and is "understood as mutually enabling, interdependent interaction with shared intentions" (FOWLER, 1997, p. 107), many partnerships are very different from this primary concept of trust. As Tendler (1997) and Evans (1997) demonstrate, cooperation, levels of trust and self-organisation are influenced by the incentives and opportunities created by the prevailing institutional frameworks.

Additionally, any partnership relationship is involved in inevitable risk and uncertainty (THOMPSON, 2005, p. 29). Trust is hard to be produced and maintained (BOVAIRD and LOEFTLER, 2005, p. 153) in any society because of constant societal mutation. In societies where distrust is prevalent, the production and maintenance of trust is harder (MORAN, 2005, p. 242).

At the other end of the spectrum, partnership is most commonly found in formal and political institutions (DFID, 2006; TENDLER, 1997; EVANS, 1997). Partnership is centred on institutional frameworks and governments (TENDLER, 1997; EVANS, 1997; DFID, 2006). This perspective emphasises partnership as shaped by the rules, regulations and governmental actions where it emerges (*ibid.*). From this perspective, the nature of regulatory frameworks, of incentives and sanctions of supportive institutions promoting and valuing innovation influence the level and type of cooperation which prevails. Partnerships centred on institutions are

related to the notion of complementarity (LAN, 1997; EVANS, 1997) between organisations under the guidance of a formal structure of authority. Actors' complementarity, which is specially built in a formal and political environment, focuses on 'problem solving', to present a solution of a particular societal problem such as water supplies (FERREIRA, 2003) or irrigation (LEWIS, 1998, 2000). Evidence of 'successful' problem solving (LEWIS, 1998, 2000; FERREIRA, 2003) induces the idea that partnerships can be built up in a short time.

However, as argued by Giddens (1991, p. 92), relationships depend on the mutual commitment of the partners involved, who remain in the relationship only for as long as they choose to. The intentions of the partners depend on commitment rather than on external anchors and partnership can only exist if there is mutual trust between partners (GIDDENS, 1991; THOMPSON, 2005). It implies that trust is one coping mechanism by which actors can respond to risk and uncertainty in communities. This is especially prevalent at a time when a new climate of risk increases public sensitivity to the levels of risk which they may face.

A common feature of all partnerships is that they represent a relationship that involves power sharing (HODGETT and JOHNSON, 2001, p. 324). However, addressing unequal power relations between partners is still a great challenge to the discourse and practice of partnership in general (JOHNSON and WILSON, 2006) and particularly for partnerships based on formal and political institutions. In any relationship (even relationships based on trust) partners always have differences that reflect at least on their assumptions, perspectives, expectations or agendas (JOHNSON and WILSON, 2006, p. 71). Also, partnership actors bring their own specific sets of power positions, roles and responsibilities as determined by values, skills and organisational resources into the network arena (LOVAN, 2004: 3). A sceptical view of the power relations debate is that mutual partnerships are not possible because of the existence of permanent power inequality between partners (AHMAD, 2006).

In any case, partnerships are relationships of self-interest between those

who see an advantage in them (McQUAID, 2000, p. 15). Partnerships have been built even when the partners do not share the same values, goals and ways of working together. As argued by Johnson and Wilson (2006, p. 71) difference is a driver for mutuality inside partnership arenas. This point to the idea that partnership stands on mutuality (GIDDENS, 1991; PENROSE, 2000) and is not based solely on sharing. Additionally, partnership is also based on difference, which is an opposite point of view stating that mutuality in partnership is not possible because of inequality, especially unequal power relations (LISTER, 2000; AHMAD, 2006). New mechanisms of trust need to be created, mainly where there is a range of organisations and development agencies that bring their own specific set of power positions to partnership relations.

Partnership and Empowerment

Although difficult to define precisely because of its complexity, the interpretation of empowerment deals with issues of power imbalances in social systems (CHAMBERS, 1983; FRIEDMANN, 1992; WORLD BANK, 2004). Similarly, access to resources, control of elements and processes of production, and rights to dispose of products are experiences in wider and systematic social relations. How people stand in relation to each other in these system has been described as power (CHAMBERS, 1983, 1997, 2005; NELSON and WRIGHT, 1995).

An argument made for building partnership is that partnership is a new attempt to diminish power imbalances in the social system (FOWLER, 1997; WORLD BANK, 2004). Partnership is understood as a mechanism that promotes the empowerment of the powerless, since it enables the powerless to contribute their information, knowledge and skills to the elaboration and implementation of programmes, projects or actions that affect them (FARRINGTON and BEBBINGTON, 1993; WORLD BANK, 2004). However, the models of empowerment currently used to analyse different aspects of power express different perspectives of where power stands and how it works (FRIEDMANN, 1992; CLARK, 1991).

On the one hand, power is the capacity of individuals to make choices and to transform those choices into development outcomes (CHAMBERS, 1983, 1997; 2005; WORLD BANK, 2004). Empowerment, in this sense, is the process of increasing this capacity through people learning and 'capacity building' (LISTER, 2000) to allow people to have freedom of choice and action (SEN, 1999; WORLD BANK, 2004). Power is understood as 'power to', it is enhanced through gaining new skills by active practice or by gaining access to externally generated scientific information relevant to people's objectives (FARRINGTON and BEBBINGTON, 1993). However, empowerment based on 'power to' offers an understanding that power is only a personal attribute (NELSON and WRIGHT, 2001) unconnected to political space. Concentrated on projects, 'power to' offers an understanding that social change can be accomplished from an 'evolutionary' (TEMBO, 2003, p. 25) process of people learning to become aware of power dynamics.

On the other hand, power is the capacity of individuals or groups to access and control the process by which decisions, particularly those that affect their own lives, are made (FRIEDMANN, 1992). Empowerment, from this perspective, is made from powerless people's access to political space (FRIEDMANN, 1992; CLARK, 1991). Powerless people assume an active part in reconstructing the public domain, helping to create a political space suitable for working out the policies that will sustain a development that involves them. Empowerment in this view focuses on social changes by structural transformation (TEMBO, 2003, p. 26, 30), meaning that rules and resources have to be achieved in order to change priorities and the powerless individuals' interests are pursued (GIDDENS, 1990). 'Power to' is seen in terms of people's ability to challenge and change 'power over' relationships and, hence, give the powerless the chance to pursue their interests in long-term access to resources and decision making (MAYOUX, 2001). In this case, the framework of capacity building becomes the way of enhancing not just learning but the agency located in an asymmetric power relationship.

The expansion of 'power to' to the point where people gain 'power over' is also described as a second stage of empowerment (NELSON and WRIGHT, 1995).

However, with regard to the emphasis on the provision of opportunities for excluded people to get access to, and control over the resources of development, empirical evidence has shown that the 'transformatory approach' to people's participation in public development programmes has not promoted social transformations in favour of marginalised people (COOKE and KOTHARI, 2001; BOWYER, 2003). On the contrary, it has reinforced the domain of ideas and ideologies of powerful people (HILDYARD *et al.*, 2001), imposed external control on powerless people (HAILEY, 2001; KOHL, 2003), and it has given opportunity for co-optation (FRANCIS, 2001) and perpetuation of certain sets of power imbalances (TAYLOR, 2001). The 'transformatory approach' has been created through technical and convenient impulses that use participation and partnership as legitimating mechanisms to give greater moral principles to some community development projects (CLEAVER, 2001; WORLD BANK, 2004) and governmental programmes (TENDLER, 1997).

Proposals that promote partnership between local people and Government for people's contribution to development programmes with their resources, skills and knowledge do not mean that governments work more suitably, or that the partnership leads to the empowerment of the community (HILDYARD *et al.*, 2001; BOWYER, 2003). Nevertheless, the ideas that are linked to the Government role in both collaboration with, and opposition to, policy development are an aspect that will inevitably affect people's empowerment (ESCOBAR, 1999).

Although partnership enables people's participation in Government programmes that may be used as a basis for people to empower themselves, the effect that unbalancing the sharing of power has upon the capacity of people to obtain or utilize, local political spaces is generally left unacknowledged (SEN, 1999; CORNWALL, 2001; CLEAVER, 2001). The use of partnership to achieve political space to

influence social transformation based on political empowerment of the poor (FRIEDMANN, 1992), has been recast as an essential element of neo-liberal programme development (WORLD BANK, 2004). The latter defines empowerment as giving moral authority to use local people's labour, knowledge and skills in the implementation of policy, particularly in the rural field as stated by Farrington and Bebbington (1993). Partnership is dominated by cost-efficiency and effective mechanisms to achieve project objectives (LEWIS, 2000; CLEAVER, 2001) and what empowering results might be created from such a view are not clear (CLEAVER, 2001).

Increasing concern in social exclusion has extended the understanding of partnership beyond the implementation of particular projects to comprise much wider issues connected with the relationship between Government and civil society (EDWARDS and SEN, 2002). Such an extension in the use of the participation approach means that it is no longer simply concerned with single issues. Instead, partnership has been linked with accountability, transparency and good governance (TENDLER, 1997; WORLD BANK, 2004). This means that partnership has been brought into direct contact with equitable treatment and empowerment. This new form of interaction between Government and civil society means that innovative entry points have been launched for direct public involvement in the process of Government (TENDLER, 1997). Therefore, the debate about the direct involvement of ordinary people in the political structure has changed from 'scaling up', 'institutionalisation of participation' (CLEAVER, 2001) and participatory techniques that can influence the policy process (WORLD BANK, 2004) to a better understanding of the complex nature of the interaction between individuals and the social structure (TEMBO, 2003)

Questions on how partnership has been used as a channel for building good governance and public accountability in the development and implementation of policy have arisen and have drawn attention to issues about equity and legitimacy. For instance, critical analyses on matters of

representation and beneficiaries have grown, such as who represents civil society and who is likely to benefit from the partnership (CORNWALL, 2001). The process of broad-based popular involvement in political structures for good governance, transparency and public accountability improve the effective targeting of resources and Government awareness of local needs (WORLD BANK, 2004). However, this does not mean that this involvement consequentially brings improvement to the most vulnerable communities (BOWYER, 2003).

As an aim, partnership improves the chances of direct democratic involvement in governance and public transparency and makes the relationship between local people and local governance more direct (FLORISBELO and GUIJT, 2004; WORLD BANK, 2004; CORNWALL and GAVENTA, 2006). However, there is still a lack of empirical evidence that partnership addresses a shift of political power (CLEAVER, 2001; CORNWALL, 2004). Particularly, there is a lack of evidence that partnership is able to work as a policy for other local development strategies that bring together different groups to conciliate their diverse interests (CLEAVER, 2001; CORNWALL, 2004) within the process of local development. These are two important points that this paper will address.

The Context of the Partnership for Local/rural Development

The mechanisms created by 1988 Brazilian constitution for resources decentralisation caused new institutional arrangements for local planning in the Brazilian Amazonia region. The implementation of the *Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO* (Constitutional Fund for Financing the Northern Region), a new financing method for economic development of the region, is one of the most influential mechanisms to impact on Brazilian Amazonia.

The FNO is a public policy instrument that aims to stimulate production activities in the region. In terms of rural production, the FNO is the public political instrument that gives financial support for extractive,

agricultural and agro-industrial projects at municipal level. Under the FNO, there is a special fund for family-based, small-scale producers called Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (National Support Programme for Family-based Agriculture).

Since its implementation, the FNO has influenced the formation of LGA and LO positions. Firstly, in order to have access to FNO credit all *municípios* have to create a rural development committee and develop formal planning. Secondly, the rural development committee has to involve representation from civil society. Thirdly, partnership has to be used as a way to execute and supervise planning and to achieve efficient and effective results.

The challenges to municipal governments have been the new mechanisms to carry out rural development programmes involving planning, control and the execution of many issues in the rural sector that had not been dealt with before. From 1964 until 1986⁴, the *municípios* were simply the executors of regional and federal planning that were developed under centralized principles and different approaches to rural development.

A weighty challenge to municipal Government in local planning and execution is the formation of a rural development committee with the representation of both public and private agents. This means the implementation of projects involving civil society participation and supervision. Civil society participation in the process of local planning and execution in the Amazonia has been sought after by the rural social movements for a long time. The rural social movements for democratization and agrarian reform from the 1960s and throughout the dictatorship period have always stated their wishes for more rural, civil society engagement in public policies for rural areas. However, during the 1980s and 1990s, the state and civil society found themselves on opposite sides and dialogue was always difficult. Political and ideological positions always were put as priority despite certain levels of relationship between state and civil society to carry out an agreed rural development programme⁵.

Rural social movements at municipal level, mainly from the 1980s, symbolize one of the strongest civil society demonstrations against federal Government under the process of rural planning and execution in the Amazonian rural area. Rural Workers' Unions (STRs), producers associations and grassroots organisations, all supported by national and international intermediaries⁶, and other non-governmental organisations, have played important roles in the process of rural development.

Local organisations in rural areas have a long history in Brazil. Rural Workers' Unions were created in rural areas by federal Government as a mechanism to support its policies for health and pensions. However, since the 1990s, this has all changed. The relationship between local organisations and national and international donors and also in some cases the establishment of non-governmental organisations in rural areas has given local organisations the impetus to carry out new activities. Amongst others, they are involved in the planning and implementation of community projects to combat poverty, for socio-economic improvement and the management of natural resources. Many community projects have been implemented and several of them have shown positive results.

Despite the results achieved, the community projects have been strongly criticised for lacking local-state relationships and by their limited and localised effects on the *município* as a whole. The recognition of the limitations of the community projects encouraged the extension of planning and brought back the need of linkages with the state in its diverse levels in order to achieve local development.

On the other hand, the state also recognised the importance of local organisations for progress in rural development. The new Government introduced rules for securing access to credit and the state encouraged local organisations to participate in rural planning. The rural social movements, the community projects and their results were important tasks for the incorporation of local organisations in this process.

From the scenario detailed above, the new relationship between state and local

organisations was inevitable. There is an agreed recognition that to carry out any local development planning that benefits the *município* as whole, the participation of both local state and local organisations is fundamental (BASA, 2002).

According to Tura, (2000b, p. 273-279), historically, the relationship between local state and local organisations in Brazilian Amazonia has been understood to have evolved in two different periods. Firstly, from the creation of the local organisations in 1950s to the end of the federal military Government regime (1985), the work of these organisations was linked to state structures and their main objectives were to support governmental policies on retirement and health. The local organisations registered and controlled the rural workers' activities so as to inform the federal Government on the number of workers involved in the rural areas and also on the length of their working life. They also offered health care with medical and dentist assistance paid with federal resources as a way to supply rural demand (*ibid*). The links with local state were strong since they were created and supported by local authorities that saw local organisations as political instruments to control power. The political inexperience of these organisations and their leaders did not give anyone the ability to develop relative autonomy for themselves. Local authorities and local structures that included elements of *coronelismo*⁷ made local organisations highly dependent on local Government.

The second period of development (from 1985 to the end of 1990s) is one where the local organisations' connection with the state and the recognition of their socio-economic status in social structures became issues of some contention (TURA, 2000b, p. 273-279). This is also the time of state democratisation and the growth of the rural social movements for rural changes. In Brazilian Amazonia, the rural social movements influenced rural policies and plans (GRZYBOWSKI, 1987; FLORISBELO and GUIJT, 2004). This period is greatly marked by the formation of local organisations' social capital. National networks and national and international linkages with diverse donors and non-governmental

organisations broke down the relationship with the local state and gave these organisations the sense that they themselves were the only way to promote rural projects and to accelerate rural development. However, reality has shown that no one state or local organisation has successfully carried out rural development alone. In recognition of that, local organisations and local state have proposed a method of collaboration with each other, to carry out rural development programmes from a sense of partnership.

The 2000s has seen the establishment of partnership as a key tool for municipal development in Brazilian Amazonia. Partnership has come to be seen as a cost-efficient and effective mechanism for the implementation of local development programmes and projects (BASA, 2002). Partnership has also been viewed as bringing significant benefits to municipal rural planning such as resources availability and legitimacy in their own right, particularly in terms of developing socially inclusive communities. As a result of these understandings, partnership has been applied to both political discourse and developmental projects by local state and local organisations.

In Brazilian Amazonia, the relationship between small-scale, family-based rural producers and state agents was historically biased in favour of large farmers. For a quite long time (1964-1985, the dictatorship government period) the relationship between small-scale, family-based, rural producers and state agents was difficult. Because of this factor, the authors investigated examples of partnership carried out through actors that have recently located themselves on opposite sides rather than examples of partnership where the presence of large farmers is prevalent. Thus, the authors chose the *municípios* of Igarapé-Miri and Ourém. According to official statistics, 94.79% of landholdings in Ourém are small areas that cover less than 200 hectares that in turn include 90.93% of the rural labour (IBGE, 1996). In Igarapé-Miri, 95.3% of landholdings are smaller than 100 hectares and only 11 large farmers own 49,529.2 hectares, which demonstrates a high level of land concentration.

Apart from the basic criteria stated above, the authors considered other issues. Igarapé-Miri developed the first municipal participatory diagnosis in Pará. This involved organisations from local government, NGOs and rural communities (MIRANDA, 2001). Also, Igarapé-Miri is a place where the local organisations are very active in terms of confrontation with the local and regional state (VASCONCELLOS and VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007).

Ourém was the first *município* in Pará that implemented the Plano de Desenvolvimento Rural - PDR (Rural Development Plan) (IBAM, s/d). In the 1990s, the Ourém PDR was considered by the regional governmental departments as a model municipal rural plan to be followed by other municipalities in Pará (IBAM, s/d; SEGBART, 2002; SEBRAE/UNAMA, 2002). This was because it involved an intensive process of community participation; it embraced social and political issues aside from economic aims, and prioritised small-scale, family-based producers (*ibid.*).

LO-Government partnerships in Ourém have existed since 1992 when the municipal Rural Development Committee (CDR) was created. The committee was created by municipal law and was formed in response to the new governmental credit mechanisms to finance small-scale, low-income rural producers. These established a link between access to credit funds and the existence of rural development committees and plans for rural development. Between 1996 and 2004, the CDR of Ourém created and executed two plans (1997-2000 and 2001-2004). With the participation of seven local organisations, five governmental bodies and the legislative assembly (Câmara Municipal de Vereadores), the first plan (1997 - 2000) carried out fifteen collective projects of which twelve aimed for improvements in agricultural production. A range of individual projects for agricultural improvement were also created and executed during the first plan and others are still in execution despite the end of the second plan. The agricultural projects executed had financial support from regional (SAGRI, EMATER) and federal (BASA, SUDAM [ADA], PRONAF) bodies and in some cases from

international donors (DAAD, PPG-7). Technical assistance was also obtained from regional and federal (EMBRAPA, UFRA) state organisations. The aims of the projects, as stated in Ourém's Rural Development Plan, were the improvement of the small-scale low-income peasants' production and to improve local manufacturing based on local peasant production and then to respond to market demands (CMDR, 1996; 1999). The change from provisional (shifting cultivation) to permanent agricultural cultivation, the growth of agricultural production, the rebuilding of a co-operative organisation and the improvement of the peasants' income characterise the main positive outcomes of the rural development plans of the *município* of Ourém (IBAM s/d; SEBRAE/UNAMA, 2002).

The LO-Government partnership in Igarapé-Miri is more controversial since it does not involve all of the local organisations of the *município*. It involves only five of the 32 local organisations existent in Igarapé-Miri. According to the former head of the Municipal Department for Agriculture, the local Government prioritised local organisations that had the highest number of members. In consequence, a large number of Community-Based Associations (CBA) and Community-Based Development Associations (CBDA) were excluded.

LO-Government partnership in Igarapé-Miri began in 1991 with the initiative of the local Government and support of a regional programme POEMA (MIRANDA, 2001). It began with the elaboration of a participatory diagnosis, the preparation and execution of agricultural projects and the formation of a production co-operative (*ibid.*). The agricultural projects carried out in Igarapé-Miri have had financial and technical support from the regional and federal state agencies (PDR of Igarapé-Miri) (SEMAGRI, 2002). In some initiatives such as the creation of the production co-operative COOPFRUT, the participation of POEMA provided access to external financing and technical collaboration. The growth of agricultural production of the small-scale, low-income rural producer and the *município* as whole has been significant and it has been

attributed to the partnership between state agents and the local organisations (DIÁRIO DO PARÁ, 2005). An important characteristic of the agricultural production of Igarapé-Miri is the cultivation of a regional fruit called *açaí* and this has great environmental appeal in terms of sustainable development⁸. One of the outcomes of the partnership between state and local organisations was growth of *açaí* production (IBGE, 1996) that has led to Igarapé-Miri's new label of the *açaí* capital (DIÁRIO DO PARÁ, 2005).

Influences of the Structure of Power

Both Igarapé-Miri and Ourém are *municípios* with a long and complex political history through which rural development has been expressed and underwritten by local and regional relations of power and patronage. Land has always been a natural as well as a political resource, and has been influenced by changing configurations of power at both municipal and at micro-regional (*microregião*) levels.

According to official documents and the few pieces of historical literature existent about both *municípios*, the history of Igarapé-Miri is linked to great plantations of sugarcane and Ourém to the cultivation of *malva* and black pepper. In both, official registers show that political power relations were dominated by those in control of land and labour and his/her nexus with the regional (state) power (a similar model to Emmi's *Oligarquy*)⁹.

In Igarapé-Miri, for instance, official registers from 1959 to 1977 show that one family, the Lobatos, dominated the political space with the election of five mayors (*prefeitos*). These registers also show that the Lobato family held large areas of land and cultivated sugar cane from 1835 until its collapse in the 1950s. From the 1950s onwards, the Lobato family's power concentrated on the political sphere. This family supported all administrations between 1978 and 1989. From 1990 to 1996, the next local Government leaders to come to power were prosperous merchants. It was only in 1997 that a doctor (1997-2004) was elected and broke down the political power

dominium directly linked to land and economic power. The current *prefeita* (mayor) is a member of a merchant family that held power between 1993 and 1996

Field work in Igarapé-Miri and Ourém revealed that the actors engaged in the partnership process are, in general, aware of an involvement with political, institutional and financial power disputes. Both local organisations and state agents usually indicate (directly and indirectly) that they are on opposite sides in the relationship.

[...] the political conflict between us [local organisations and local Government] is clear [...] it is not new [...] the social movement was always linked to the PT [Workers' Party] and you know, PT for them [local Government] was a monster. Now it is a bit better because our president is from the PT [...]. (Member of Rural Workers' Union, Ourém)

[...] the problem is that they [local organisations] often look at us [local Government] as the enemy [...]. (Former head of Municipal Bureau for Agriculture and Environment, Ourém)

[...] now we are at peace [...] since the money finished we are at peace [...]. (Manager of EMATER, Ourém)

Because of long political dominance of groups linked to rural elites, it is difficult to find local organisations leaders that accept Government leadership.

[...] we cannot trust them [...] they [Government] represent the elite [...] they just look for us during the elections [...] after our support; they leave us [...] this was true of the last *Prefeito* [...]. (Leader of a rural community and member of Rural Workers' Union, Igarapé-Miri)

In practice, this means that partnership for local development in both areas was contradictory and created in an environment where absence of trust was prevalent. Programmes that were created and then implemented without prior agreement of negotiable and non-negotiable principles cannot be carried out without conflict. This does not mean that partnership can be carried out with no conflicts at all. Embedded relationships that suggest complete synergy between state and civil society as pointed out by Tendler (1997) and Ostrom (1997) is a utopia. However, for a

partnership to achieve outcomes at local level, the actors could at least put their differences to one side, define clearly their aims and outline their complementary roles (LAN, 1997) in favour of the more vulnerable peoples. Insufficient understanding and constant disputes between the partners only serve to exacerbate the rural communities' disillusionment with so-called possibilities of improvement in their livelihoods.

[...] I am 75 years old and I am tired of always hearing the same thing [...] Governments come and go and everything is still the same [...]. (Leader of a rural community in Igarapé-Miri).

[...] everyone is tired [...] everyone is untruthful [...] no one believes in anyone [...]. (Leader of a rural community in Ourém).

Not only is this likely to cause partnerships to be artificial and weak in regard to the needs and aspirations of the more vulnerable communities, it also damages the already fragile relationship between them and local organisations and local Government.

[...] it is difficult to believe [...] everyone is untruthful [...] sometimes they [local organisations leaders] are on one side and suddenly they change to the opposite side [...] It happens in every election [...]. (Leader of a rural community in Ourém).

[...] they [local Government staff] just come over during the elections [...] they say that they will do this and that [...] it is just promises [...] (Member of a community in Ourém).

The limited reciprocity between partners is endorsed by external NGOs that suggest that the relationship will not change for as long as the rural sector remains dominated by political interests associated only with elections and power.

[...] for most of them [politicians] the results are secondary [...] what they want is to create an environment where they have the power to interfere and then to have political and financial benefits for the next elections [...] it is a practice in that region that is not recommended but that is still present [...] it is hard to change [...]. (POEMA staff member, Igarapé-Miri).

Political interests and institutional management customs related to this culture mean that interaction with the most

vulnerable rural communities is weak and dominated by ineffective practice for changes in favour of these communities. Any assumption of synergetic relation between Government and civil society is far from being achieved.

[...] I do not understand this relationship as a partnership in favour to the poorest communities [...] what has been done? Nothing [...] one or two marine projects have already failed [...] what I see is that the *prefeitura* uses this discourse to say that they did it, they did that, and then to get votes in the elections [...]. (EMATER staff member, Igarapé-Miri).

Civil servants of the *prefeitura* emphasise that the geographical composition of the *município* is an impediment in reaching the poorest communities. However, while this factor is a real constraint in areas of *várzea* such as Igarapé-Miri, in areas of *terra firme* like Ourém this statement is problematic.

[...] It is difficult to go to communities that are so far away [...] we do not have money to put petrol in our boats [...] even we do not have a place to stay there [...] it is very tiring because we have to go one day and come back the day after [...]. (Head of a local organisation, Ourém).

[...] It is not too difficult to visit the far communities [...] would you like to go there? [...] it is a bit harder during the winter, but now it is fine [...] the *Prefeitura* look after the roads [...]. (*Prefeitura* staff member, Ourém).

Although the physical environment poses real problems for accessing the poorest communities and communicating effectively with them, it cannot be assumed that this is the only barrier to their involvement in the process of rural development. Financial resources and lack of interest in local Government in reaching these communities are always regarded as obstacles to be overcome.

[...] the *prefeitura* [council] has no money to support us in our work [...] we have boats, but our monthly quota to buy oil is insufficient [...]. (EMATER staff member, Igarapé-Miri).

[...] sometimes when we want to talk to someone to give us advice or to use the tractor that was bought through PRONAF projects, we have to raise money between ourselves to pay for oil for the car or tractor [...] the

prefeitura just have money during the elections[...]. (Head of a local organisation, Ourém).

[...] it is true; the geographical composition of Igarapé-Miri is a complicated factor in reaching many rural communities there [...] the problem is that local Government use this factor to abandon these communities for a long period and to manipulate people in the elections [...]. (POEMA staff member, Igarapé-Miri)

Geographical access is a recognised problem. However, the CDR and PDR are respectively the site and instrument where local organisations and Government should debate and propose alternative forms to overcome this problem. They are also the site to attract more vulnerable communities to discuss their efforts, to show their financial limitations and to define a form of cooperation between them. However, contrary to the model of participatory governance where civil society has an active role (FLORISBELO and GUIJT, 2004), the model of partnership established in the *municípios* researched is limited. Firstly, it is reduced to the participation of already existent (and formal) organisations. Secondly, it is reduced by excluding those, who in principle should be the main focus of development, the poorest communities.

In practice, the *prefeitura's* (council's) institutional and financial control over the CDR is exercised to maintain the present structure of power and to prolong the mandate of current leaders. When respondents were asked what moves the *prefeitura* to control the committee, the given answers was that control of the committee means the control of political power for the next elections.

[...] There is no doubt, the sustainable economic project was not the most important; the most important thing was the project of maintaining political power for the next elections [...] that's why there is a struggle to control the committee [...]. (POEMA staff member, Igarapé-Miri).

[...] the process of partnership depended on the political interests of *Prefeitura* [...] In Ourém there are some traditional families that were always involved in power [...] They do not want to lose their power [...] they do not want to change their form of

management [...] it is very hard for them [...].” (FASE staff member, Ourém).

Less concerned with the inclusion of economically and socially marginalised groups in process of development, current leaders try to use the CDR space to access financial resources and to reinforce (in the case of local Government) or to secure (in the case of local organisation leaders) political power.

[...] who has the money, has the power, isn't it? The greatest aim of both associations and *prefeitura* was to control the resources and then to prioritise the projects and the communities that will be reached [...] certainly, these projects and communities were according to their political intentions [...]. (FASE staff member, Ourém).

A great risk that CDR has offered is the 'institutionalisation of exclusion' with the pseudo-agreement of civil society representatives.

[...] the projects and communities were chosen between us and the associations [local organisations] this means that it could not be more participatory than this [...] in fact, the most organised associations were more influential [...]. (Former head of Municipal Bureau for Agriculture and Environment, Ourém).

[...] we tried to involve the majority of the communities; however it was so difficult because many of them are dispersed and not organised yet [...]. (POEMA staff member, Igarapé-Miri).

[...] it was highly participatory [...] everyone was invited to participate [...] it was a great moment [...] Ourém was a pioneer in this type of work [...] it was an example for all *municípios* of the region [...]. (Former leader of CDR, Ourém).

Conclusion: Power and Domination

This paper emphasised that land has been a natural as well as a political resource that influences configurations of power at both *município* and at micro-regional (*microregiao*) levels. Taking the example of Igarapé-Miri, this paper demonstrated that political power relations were dominated by those in control of land and labour and their nexus with the regional (state) power. The data presented in previous section revealed

that due to the long political dominance of groups linked to rural elites, it has been difficult to find local organisation leaders that accept Government leadership. It is equally difficult to find members of Government willing to accept the leadership of local organisations. The actors engaged in the partnership process are, in general, aware that it involves political, institutional and financial disputes of power and that they will often find themselves in the opposite sides of these equations. The creation of new grassroots associations by local Government in both *municípios* demonstrates the rejection by agents of the local state of subordination by the leaders of civil society. In practice, this means that partnerships for local development in both areas were created in an environment with complete absence of trust between the partners.

Insufficient understanding of partners' roles in the relationship and the constant disputes between them has served to reinforce the exclusion of the most vulnerable groups in rural planning and consequently in the local development. This has also exacerbated the rural communities' disillusionment with so-called possibilities of improvement in their livelihoods through partnership. Not only is this likely to cause partnerships to be artificial and weak in regard to the needs and aspirations of the more vulnerable communities, it also damages the already fragile relationship between them and local organisations and local Government. The limited reciprocity between partners suggests that the relationship will not change for as long as the rural sector remains dominated by political interests linked to elections and power.

Political culture and institutional management customs related to this culture mean that the type of interaction with the most vulnerable rural communities is weak and dominated by practice which is ineffective in producing changes in favour of these communities. This suggests that any assumption of partnership through synergetic relations between Government and civil society in Pará is far from being achieved.

Notes

- ¹ Local organisation is taken to mean all membership of non-governmental organisations both voluntary and non-voluntary that work for rural development in the area involved.
- ² The lowest political-administrative level of the Brazilian Government structure. It comprises its own local Government and legislative bodies. Geographically, it involves urban and rural areas.
- ³ Political-economic relationship where the powerless becomes the 'client' and the 'dependent' of a powerful political group and commits his/her political support and vote.
- ⁴ This is the period of dictatorship and autocratic Government in Brazil.
- ⁵ The examination of the relationship between state and civil society is much more complex and involves ideological, political and historical dimensions. For instance, many of the civil society organisations in the rural areas were created and supported by autocratic Government and represented a 'perfect' synergy between state and civil society.
- ⁶ Intermediary organisations are here considered as non-governmental organisations that support local organisations in scaling up their demands from local communities to municipal, regional and national governments (Carroll, 1992).
- ⁷ Coronelismo is a political power system where local power is concentrated on an agrarian leader usually a large farmer and/or owner of large areas of land. Reciprocal commitment between the coronel and public power members (mayor, deputies, governador, senators, etc.) is the most dominant characteristic of this political power system.
- ⁸ The cultivation of açai is an alternative to the intensive exploitation of palm trees for palmito (palm-heart) production. The exploitation of palm trees from 1970 in Igarapé-Miri has left an environmental disaster with great negative socio-economic outcomes at the end of the 1980s (Miranda 2001).
- ⁹ A relevant text about local power that examines the process of actors' interaction with both social and economic relations in Pará was written by Emmi (1999). Taking a historical perspective, Emmi examines how the structure of power has changed in a circumscribed area (in the município of Marabá) and from what kind of political, economic and social influences. One of the merits of Emmi's work was to show the dynamics of the relationship between the local elites of Marabá and the changes on regional and national Governments.

References

- AHMAD, M. M. The partnership between international NGOs (Non-Governmental Organisations) and Local NGOs in Bangladesh. *Journal of International Development*, n. 18. p. 629-638, 2006.
- BASA. *Relatório de Gestão do FNO 2002*. Belém: Banco da Amazônia S.A., 2002. Available: <www.basa.com.br/decon/relgestaoFNO2002.doc>. Access to: 20 may 2005.
- BOVAIRD, T. and LOEFFLER, E. Communities, trust, and organisational responses to local governance

- failure. In: WATSON, S. and Moran A. (orgs.). *Trust, Risk and Uncertainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- BOWYER, T.J. *Popular participation and the State: democratising the health sector in rural Peru*. PhD Thesis. London: University of London, 2003.
- BRETT, E.A. Voluntary agencies as development organisations: theorising the problem of efficiency and accountability. *Development and Change*, n. 24 (2). p. 264-303, 1993.
- CARROLL, T.F. *Intermediary NGOs: the supporting link in grassroots development*. West Hartford: Kumarian Press, 1992.
- CHAMBERS, R. *Ideas for Development*. London: Earthscan, 2005.
- _____. *Rural Development: putting the last first*. London: Longman, 1983.
- _____. *Whose reality counts? Putting the first last*. London: IT Publications, 1997.
- CLARK, J. *Democratizing development: the role of voluntary organizations*. West Hartford: Kumarian Press, 1991.
- CLEAVER, F. Institutions, agency and the limitations of participatory approaches to development. In: COOKE, B. and KOTHARI, U. (orgs.). *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- COOKE, B. and KOTHARI, U. *Participation: the new tyranny*. London: Zed Books, 2001.
- CORNWALL, A. and GAVENTA, J. Participation in Governance. In: Huque, A. S. and Zafarullah, H. (orgs.) *International Development Governance*. London: Taylor & Francis, 2006.
- CORNWALL, A. New democratic spaces? The politics of institutionalised participation. *IDS Bulletin* n. 35 (2). p. 1- 10, 2004.
- CORNWALL, A. *Beneficiary, consumer, citizen: perspective on participation for poverty reduction*. stockholm: Sida, 2001.
- DFID. Decentralisation and Governance. *Policy Planning and Implementation*. London: DFID, 2002. Available: <www.dfid.gov.uk/>. Access to: 21 dec. 2005.
- DIÁRIO DO PARA. *Igarapé-Miri, a capital mundial do açaí*. Belém: Diário do Pará, 2005. Available: <<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=190733>>. Access to: 14 dec. 2005.
- DOLNY, H. Building trust and co-operation: transforming the Land Bank. In: ROBINSON, D., HEWITT, T. and HARRISS, J. (orgs.) *Managing Development: understanding inter-organizational relationships*. London: Sage & The Open University, 2000.
- EDWARDS, M. and SEN, G. NGOs, Social Change and the Transformation of Human Relationships: a 21st century civic agenda. In: EDWARDS, M. and FOWLER, A. (orgs.). *The Earthscan Reader on NGO Management*. London: Earthscan, 2002.
- EMMI, M. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- ESCOBAR, A. Discourse and Power in Development: Michael Foucault and the relevance of his work to the Third World. In: JACOBSON, T. and SERVAES, J. (orgs.). *Theoretical Approaches to Participatory Communication*. New Jersey: Hampton Press p. 309-335, 1999.
- EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. In: EVANS, P. (org.) *State-society Synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California, 1997.
- FARRINGTON, J. and BEBBINGTON, A. *Reluctant partners?: non-governmental organizations, the state and sustainable agricultural development*. London: Routledge, 1993.
- FERREIRA, S. Public-Private Partnership in Angola: the case of development workshop and the water company. MsC. Thesis. Swansea: University of Wales Swansea, 2003.
- FLORISBELO, G.R. and GUIJT, I. Participatory municipal development plans in Brazil: divergent partners constructing common futures. In: HICKEY, S. and MOHAN, G. (orgs.). *Participation: from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development*. London: Zed Books, 2004.
- FOWLER, A. *Striking a balance: a guide to enhancing the effectiveness of non-governmental organisations in international development*. London: Earthscan, 1997.
- FOWLER, A. Authentic NGDO Partnerships in the new policy agenda for international AID: dead end or light ahead. *Development and Change*. 28(1), p. 137-159, 1998.
- FRANCIS, P. Participatory development at the World Bank: the primacy of process. In: COOKE, B. and KOTHARI, U. (orgs.) *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- FRIEDMANN, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. Oxford: Blackwell, 1992.
- GIDDENS, A. Structuration theory and sociological analysis. In: CLARK, J., MODGIL, C. and MODGIL, S. (orgs.) *Anthony Giddens: consensus and controversy*. London: Falmer Press, 1990.
- GIDDENS, A. *Modernity and Self-identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HAILEY, J. Beyond the formulaic: process and practice in South Asian NGOs. In: COOKE, B. and KOTHARI, U. (orgs.) *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.
- HARRISS, J. Working together: the principles and practice of co-operation. In: ROBINSON, D., HEWITT, T. and HARRISS, J. (orgs.). *Managing Development: understanding inter-organizational relationships*. London: Sage and The Open University, 2000.
- HILDYARD, N., HEGDE, P. et al. Pluralism, participation and power: joint forest management in India. In: COOKE, B. and KOTHARI, U. (eds.). *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books,

2001.

HODGETT, S. and JOHNSON, D. Troubles, Partnerships and Possibilities: a study of the making Belfast work development initiative in Northern Ireland. *Public Administration and Development*, n. 21, p. 321-332, 2001.

IBAM *Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado do Pará*. Belém: IBAM, s/d.

IBGE. *Censo Agropecuário de 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

JOHNSON, H. and WILSON, G. North-South / South-North Partnerships: closing the mutuality gap. *Public Administration and Development*, n. 26, p. 71-80, 2006.

KOHL, B. Democratizing decentralization in Bolivia: the law of popular participation. *J. Plan. Educ. Res.* n. 23, p. 153-164, 2003.

LAN, W.F. Institutional design of public agencies and coproduction: a study of irrigation associations in Taiwan. In: EVANS, P. (org.) *State-society Synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California, 1997.

LEWIS, D. Building 'active' partnership in aid-recipient countries: lessons from a rural development project in Bangladesh. In: OSBORNE, S. P. (org.). *Public-Private Partnerships: theory and practice in international perspective*. London: Routledge, 2000.

LEWIS, D.J. Partnership as process: building an institutional ethnography of an inter-agency aquaculture project in Bangladesh. In: MOSSE, D., FARRINGTON, J. and REW, A. (orgs.). *Development as process: concepts and methods for working with complexity*. London: Routledge, 1998.

LISTER, S. Power in partnership? an analysis of an NGO's relationships with its partners. *Journal of International Development*, n. 12(2), p. 219-225, 2000.

LOVAN, W.R., MURRAY, M. et al., (orgs.). *Participatory Governance: planning, conflict mediation and public decision-making in civil society*. Hants: Ashgate, 2004.

MAYOUX, L. Participatory programme learning for women's empowerment in micro-finance programmes: negotiating complexity, conflict and change. OAKLEY, P. *Evaluating empowerment: reviewing the concept and practice*. Oxford: INTRAC, 2001.

McQUAID, R.W. The theory of partnership: why have partnerships? In: Osborne, S. P. (ed.) *Public-Private Partnerships: theory and practice in international perspective*. London: Routledge, 2000.

MIRANDA, H.R.de. Diagnóstico participativo: a experiência de Igarapé-Miri. Belém: UEPA and POEMAR, 2001.

MORAN, A. Trust and Uncertainty in a Settler Society: relations between settlers and aborigines in Australia. In: MORAN, A. and WATSON, S. (orgs.). *Trust, Risk and Uncertainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

NELSON, N. and WRIGHT, S. *Power and participatory development: theory and practice*. London: Intermediate Technology Publications, 1995.

OSTROM, E. Crossing the great divide: co-production, synergy and Development. In EVANS, P. (org.) *State-*

society Synergy: government and social capital in development. Berkeley: University of California, 1997.

PENROSE, A. Partnership. In: ROBINSON, D.; HEWITT, T. and HARRISS, J. (orgs.). *Managing Development: understanding inter-organizational relationships*. London: Sage and The Open University, 2000.

POSTMA, W. NGO partnership and institutional development: making it real, making it intentional. *Canadian Journal of African Studies*, n. 28(3), p. 447-471, 1994.

SEBRAE/UNAMA. Diagnóstico sócio-econômico do município de Ourém. *Diagnóstico sócio-econômico de 36 municípios paraenses*. Belém: SEBRAE/UNAMA, 2002.

SEGBART, D. Monitoramento participativo de planos municipais de desenvolvimento rural sustentável (PMDRS): uma análise preliminar de experiências feitas pelo projeto PRORENDA RURAL Pará em três municípios do Nordeste paraense. In: TRUSEN, C. and PINHEIRO, M. R. B. *Planejando o desenvolvimento local: conceitos metodologias e experiências*. Belém: PRORENDA RURAL, 2002.

SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

TAYLOR, H. Insights into participation from critical management and labour process perspectives. In: COOKE, B. and KOTHARI, U. (orgs.). *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.

TEMBO, F. *Participation, negotiation and poverty: encountering the power of images: designing pro-poor development programmes*. Reading: Ashgate, 2003.

TENDLER, J. *Good Governance in the tropics*. Baltimore: John Hopkins, 1997.

THOMPSON, S. Trust, Risk and Identity. In: WATSON, S. and MORAN A. (orgs.). *Trust, Risk and Uncertainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

TURA, L.R. Atores sociais e suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: TURA, L.R. and COSTA, F.de A. *Campesinato e Estado na Amazônia*. Brasília, Brasília Jurídica and FASE, p. 271-322, 2000b.

VASCONCELLOS, A.M. and VASCONCELLOS SOBRINHO, M. *Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcerena e Igarapé-Miri*. Belém: UNAMA/FIDESIA, 2007.

World Bank. *State-Society Synergy for Accountability*. Washington: World Bank, 2004.

Acronyms and Abbreviations

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia Development Agency for Amazônia
BASA	Banco da Amazônia S.A. Bank of Amazonia plc.
DAD	Deutscher Entwicklungsdienst German Development Service
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Institute of Technical Assistance and Rural Services Support

IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal Brazilian Institute of Municipal Administration	SAGRI	Secretaria Executiva de Estado de Agricultura Regional Secretary of Agriculture
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Brazilian Institute of Geography and Statistics	SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura de Ourém Ourém Municipal Department of Agriculture
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente Centre of Environment	SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Superintendence for Amazonia Development
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil Pilot Programme for the Protection of the Brazilian Rain Forest	UFPA	Universidade Federal do Pará Federal University of Pará
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente Poverty and Environment Programme	UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia Rural Federal University of Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar National Support Programme for Family-Based Agriculture	UNAMA	Universidade da Amazônia University of Amazônia

Transferência de Conhecimento em Sistemas Regionais de Inovação: a Perspectiva do Caso do Vale do Silício Californiano

Knowledge Transference in Regional Innovation Systems: the Perspective of the Californian Silicon Valley Case

Transmission de Connaissances en Systèmes Régionales d'Innovation: la Perspective du Cas du Vallée du Silicium

Cambio del Conocimiento en Sistemas Regionales de Innovación: la Perspectiva del Caso del Valle del Silicio

Christian Carvalho Ganzert*
Dante Pinheiro Martinelli**

Recebido em 20/12/2008; revisado e aprovado em 29/1/2009; aceito em 2/2/2009

Resumo: Há uma relação intrínseca de interdependência entre inovação, transferência de conhecimento e empreendedorismo no interior dos Sistemas Regionais de Inovação. Este artigo discute as conexões estabelecidas em prol da transferência de conhecimento tácito e explícito entre Sistemas Regionais de Inovação, utilizando como modelo de referência o caso do Vale do Silício. As conexões internas e externas dos Sistemas Regionais de Inovação são fundamentais para a manutenção da competitividade de um dado setor em uma região.

Palavras-chave: Sistema Regional de Inovação. Transferência de conhecimento. Vale do Silício.

Abstract: Innovation, knowledge exchange and entrepreneurship are interdependent elements of the Regional Innovation Systems. This paper relates the established connections for the tacit and explicit knowledge transfer between Regional Innovation Systems, through the model of the Silicon Valley case. The internal and external connections of the Regional Innovation Systems are fundamental for the maintenance of the competitiveness of a cluster.

Key-words: Regional Innovation System. Knowledge transfer. Silicon Valley.

Résumé: Il y a une interdépendance entre l'innovation, transmission de connaissances et l'entrepreneuriat au coeur des Systèmes Régionaux d'Innovation. Cet article, il s'agit d'analyser les liaisons en faveur de la transmission des connaissances tacites et explicites, entre les Systèmes Régionaux d'Innovation, au cas du Silicon Valley (aux États-Unis). Les liaisons internes et externes des Systèmes Régionaux d'Innovation sont fondamentales pour soutenir la compétitivité d'un secteur dans une région.

Mots-clés: Système Regional d'Innovation. Transmission de Connaissances. Vallée du Silicium.

Resumen: Hay una intrínseca relación de interdependencia entre innovación, cambio del conocimiento y espíritu emprendedor en el interior de los Sistemas Regionales de Innovación. Este artículo explica las conexiones hechas para el cambio de los conocimientos tácitos y explícito, entre Sistemas Regionales de Innovación, usando como referencia el modelo del caso del Valle del Silicio. Las conexiones internas y externas de los Sistemas Regionales de Innovación son fundamentales para la mantención de la competitividad de un sector en una región.

Palabras clave: Sistema Regional de Innovación. Cambio del conocimiento. Valle del Silicio.

Introdução aos Sistemas de Inovação

Os sistemas de inovação são estruturas dinâmicas de interação entre agentes de um ambiente que buscam favorecer a emergência de novas técnicas e idéias em um determinado segmento de mercado, sob o escopo de dada delimitação geográfica. Segundo Asheim e Gertler (2005), são "a infra-estrutura institucional que suporta a inovação dentro da estrutura de produção de uma região" (ASHEIM; GERTLER, 2005, p. 299) e divi-

dem-se em Sistemas Regionais de Inovação (RIS - *Regional Innovation Systems*) e Sistemas Nacionais de Inovação (NIS - *National Innovation Systems*). Sua diferença está apoiada não somente no escopo da atuação metodológica, mas também no próprio conceito de sustentabilidade econômica. Sistemas de inovação com escala nacional possuem, segundo Lundvall (1992), necessidades de altos investimentos para a geração de uma rede de comunicação eficiente entre os agentes de todo o território, envolvidos em

* Mestrando em Administração de Organizações (FEARP-USP). Graduado em Ciência da Informação (FFCLRP-USP). E-mail: ganzert@usp.br

** Professor Titular (FEARP-USP). Livre-Docente (FEA-USP). Doutor em Administração de Empresas (FEA-USP). Graduado em Administração e Economia (FEA-USP). E-mail: dantepm@usp.br

um dado segmento. Para tal, dispor-se-iam de dispositivos no intuito de garantir uma homogeneidade do fluxo informacional de tal segmento em escala nacional, o que passa pela reformulação de políticas públicas nacionais e relações entre agentes do setor privado. Dado o volume de recursos necessários para a manutenção de tal intento, o risco de ineficácia é muito alto perante a gama de alterações nas relações entre agentes econômicos exigíveis para obtenção do êxito. Com isso, ainda que pleiteiem resultados imediatos mais modestos, os Sistemas Regionais de Inovação possuem maior índice de êxito, por conta do número reduzido de intervenções para sua manutenção.

No que tange ao conceito de sustentabilidade, ambos os tipos de sistemas de inovação necessitam de reposição contínua de seus agentes. Este fluxo repositório ajuda a reduzir o risco de dependência estrutural, ou seja, mantém a rede organizada entre agentes de tamanho proporcional aos demais participantes do sistema, tal qual vemos em Boschma (2005). A idéia de um agente central magnificente, de proporções e importância acentuadas perante os demais componentes do ambiente, vai contra as premissas de sustentabilidade, pois se este agente for retirado do modelo, seja qual for o motivo, o sistema, como um todo, colapsa (STERNBERG, 2007).

Segundo Edquist (2005), um sistema de inovação “compreende todos os determinantes do processo de inovação” (EDQUIST, 2005, p. 182), conceito que inclui fatores econômicos, sociais, políticos, organizacionais e até mesmo culturais, os quais influenciarão diretamente nas relações entre os agentes do ambiente. Apesar de estarem amplamente ligados ao conceito de *cluster*, os sistemas regionais de inovação estão contidos no conjunto de dispositivos que mantém a troca de conhecimento tácito e explícito em um determinado espaço. Porter (1992) tem por conceito de *cluster* uma concentração geográfica de empresas de determinado setor e os demais agentes correlatos a elas conectados, tais como universidades e fornecedores. Diante disso, podemos ter em mente que um sistema de inovação regional é um do grupo de fatores neste arranjo espacial que possibilita a emergência de novas tecnologias em

produtos, processos e modelos organizacionais.

Assim sendo, enquanto o termo *cluster* se configura em torno do arranjo físico geográfico de agentes de um determinado setor, a idéia de sistemas de inovação prima pelo fluxo informacional entre os agentes do setor. Os fluxos de informações podem ter origem em conhecimentos tácitos ou explícitos. Essa divisão do conhecimento contrasta com a idéia de Bell (1976, p. 175) de que:

um conjunto de declarações organizadas sobre fatos ou idéias, apresentando um julgamento ponderado ou resultado experimental que é transmitido a outros por intermédio de algum meio de comunicação, de alguma forma sistemática.

Para Bell (1976) ainda, o conceito de conhecimento não extravasa as limitações do gênero explícito, mitigando a existência do tácito. Conhecimentos tácitos, segundo Miranda (1999), são “o acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem o detém” (MIRANDA, 1999, p. 287). No mesmo artigo, a definição de conhecimento explícito aponta para “o conjunto de informações já lícitas em algum suporte (livros, documento etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre tema específico” (MIRANDA, 1999, p. 287), próxima da idéia generalizada de Bell (1976). Nesse sentido, é válida a idéia de conhecimento tácito como uma espécie de conhecimento “informal” gerado pela experiência de atuação do agente. Já o conhecimento explícito pode ser encarado como o resultado formalizado das pesquisas e cognições acerca de determinado tema. De igual teor, é possível afirmar que, enquanto o conhecimento explícito se legitima pela utilização do suporte físico para o registro das informações que o agregam, o conhecimento tácito apenas se faz presente na memória do agente humano, ou seja, na mente do ator da inovação.

A emergência do Vale do Silício californiano, no final da década de 1970, como modelo de *cluster* do setor de tecnologia da informação, está intimamente ligada ao conhecimento tácito, dado pelo fluxo migratório de profissionais altamente qualificados para as empresas da região. Enquanto se valiam

do desenvolvimento do conhecimento explícito realizado pelas relações formais com universidades e instituições de pesquisa regionais, as empresas do setor ampliavam seu potencial de inovação através do fluxo contínuo de “mão-de-obra”, ou seja, empregados e pesquisadores que agregavam às firmas de destino o conhecimento tácito adquirido em outras empresas ou instituições. Saxenian (1994) mostra que a região do Vale de Santa Clara se favoreceu da troca de profissionais entre empresas, tanto quanto das relações *off business* entre eles. Essas relações informais contribuíram para o aumento do fluxo de informações baseadas em conhecimento tácito – agregando vantagens competitivas através de um tipo peculiar de sinergia informacional. O modelo estabelecido no Vale do Silício possui particularidades que levaram Castells (1999) a dizer que “conversas noturnas em bares e restaurantes, como o Walker’s Wagon Wheel Bar e o Grill in the Mountain View, fizeram mais pela difusão da inovação tecnológica do que a maioria dos seminários de Stanford” (CASTELLS, 1999, p. 72). A troca de informações entre profissionais do polo tecnológico ali estabelecido, decorrentes do conhecimento tácito, foi tão importante quanto o investimento realizado pelos empreendedores na região. Isso acelerou o fluxo de inovações de gestão, de processos e de tecnologia.

Entre os determinantes do processo de inovação, tal qual em Edquist (2005), estão os agentes de inovação, ou simplesmente os profissionais que possibilitarão a emergência de novas tecnologias. Estes profissionais tendem a manter múltiplas relações com o macroambiente, tanto no âmbito regional quanto no suprarregional e internacional. Estas relações podem ser de fluxo de dados ou mesmo de circulação física de profissionais – em consonância com o conceito de *brain circulation* de Saxenian (2006).

Transferências Inter-Regionais de Conhecimentos em Sistemas de Inovação

Um sistema regional de inovação possui maior efetividade quando apoiado sobre um *cluster*, ainda que possa pertencer a um arranjo produtivo regional sem uma setorização bem definida. As relações estabe-

lecidas entre agentes de um *cluster* costumam ser mais proveitosas do que as estabelecidas entre empresas de diferentes setores situadas em uma mesma região, segundo nos aponta Gertler (2003), especialmente no que tange aos processos de inovação que têm como pano de fundo a transferência de conhecimento tácito. Se a atuação em um mesmo setor é determinante para o nível das transferências de informações baseadas em conhecimento tácito, a proximidade geográfica entre os agentes é imprescindível para sua ocorrência. Segundo Howells (2002), baseando-se em estudo empírico sobre o assunto, “a transferência de conhecimento tácito é sensível à distância” (HOWELLS, 2002, p. 880). Quanto maior a distância entre os agentes, sejam indivíduos ou empresas, menor o nível da transferência de informações baseadas em conhecimento tácito e, derivado disso, menor sinergia informacional e menor competitividade agregada. Os *clusters* não admitem apenas as relações de proximidade espacial, mas também as intraorganizacionais.

Entretanto, pelo menos nos últimos dez anos, as relações entre agentes situados em sistemas de inovação de diferentes regiões têm se tornado indispensáveis para a manutenção dos níveis locais de prospecção tecnológica, mudança organizacional ou emergência de novos conceitos. Com a consolidação do quadro de globalização dos mercados nos anos noventa, uma das exigências para a competitividade, seja no âmbito local ou internacional, é a conectividade de agentes regionais com o ambiente externo.

Uma vez que as barreiras comerciais vão gradativamente sendo diminuídas pelos intentos dos agentes econômicos com operações globais, a competitividade não mais ocorre em escala nacional, em que a maioria dos concorrentes possui condições parecidas de produção, mas em escala mundial. Em mercados de escala internacional, principalmente no que se trata dos produtos de alta tecnologia, a competição se dá em torno de uma componente principal: a inovação. Basicamente, sai na frente o agente que tiver a inovação como uma constante, seja no âmbito organizacional e processual (garantindo aumento da produtividade e eficiência mercadológica) ou no que se refere à tecnologia

dos produtos. Não que em momentos anteriores do sistema capitalista isso não fosse de extrema importância, mas no atual quadro do informacionalismo, termo cunhado por Lojkin (2002), chega a determinar a continuidade (ou não) de uma organização. Como enunciou Leopoldseder (1999), “desenvolvimentos tecnológicos sempre existiram. O que é novo em nossos tempos é a rápida sucessão de seus saltos quânticos” (LEOPOLDSEDER, 1999, p. 67-68). A inovação, em nossos tempos, é fator crucial para a manutenção dos agentes nos mercados.

Em um Sistema Regional de Inovação, caracterizado pelos agentes de inovação, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento, firmas pré-estabelecidas e demais componentes dos *clusters* ou da região que atuam no implemento de novos métodos e técnicas, há um fluxo dinâmico interno muito bem caracterizado. Universidades transferem conhecimento explícito e profissionais de alta capacitação para a atuação nas empresas e centros de pesquisa. Os centros de pesquisa fornecem às universidades resultados padronizados de pesquisas avançadas, enriquecendo seu conhecimento explícito – formalmente catalogado. Ainda fornecem serviços de pesquisa e desenvolvimento e conhecimento explícito para as empresas do Sistema Regional de Inovação. As empresas, por sua vez, oferecem emprego aos jovens saídos das universidades – quando não se aliam a elas no desenvolvimento de pesquisas e formação de profissionais – e financiam os centros de pesquisa e instituições de desenvolvimento. Em meio a este fluxo estão os profissionais, seres humanos que figuram nesses processos como agentes dotados da capacidade de adquirir conhecimento tácito.

Com a abertura dos mercados locais para o âmbito global, o fluxo dos Sistemas Regionais de Inovação isolados não acompanha as necessidades impostas pelo ambiente competitivo. A taxa de inovação por produto (ou processo), por um dado período, em sistemas regionais fechados, é muito inferior às taxas verificadas em sistemas regionais abertos, conforme Cooke, Heidenreich e Braczyk (2004). Logo, nada mais natural para a manutenção da competitividade do que a formação de conexões entre os agentes

dos sistemas regionais e outros agentes localizados no ambiente suprarregional, no intuito de estabelecer fluxos informacionais que contribuam para a formação do conhecimento e aumento das possibilidades de inovação.

Em um primeiro passo, estas conexões costumam se dar entre as universidades e instituições de pesquisa, tal qual mostram Fritsch e Schwirten (1999). Segundo os autores, estas instituições costumam oferecer às empresas dos sistemas regionais de inovação informações obtidas pelo contato com outras universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento em outras regiões, localizadas no plano nacional ou internacional.

Tome-se como exemplo os casos de cooperação internacional realizados entre as universidades do Vale do Silício, entre elas a Northwestern Polytechnic University (em Fremont), o campus da Costa Oeste da Carnegie Mellon University, a San Jose State University, a Santa Clara University, a mundialmente conhecida Stanford University e o campus de Santa Cruz da University of Califórnia. Estas universidades possuem relações de cooperação em pesquisa, intercâmbio e *joint ventures* de projetos com universidades do mundo todo (SAXENIAN, 1994), inclusive com o Brasil. As universidades do Vale do Silício mantêm intensa relação com os profissionais das empresas de tecnologia estabelecidas no Sistema Regional de Inovação da qual fazem parte. Esta relação se dá desde a formação profissional *stricto sensu* até o fornecimento de informações relativas ao conhecimento explícito constituinte de uma determinada tecnologia, processo ou método. Assim sendo, as informações obtidas pelas universidades regionais através de suas conexões com agentes (ou outras universidades) do meio suprarregional configurarão novos conhecimentos a serem colocados em fluxo no Sistema Regional de Inovação. Isso significa acesso direto das empresas regionais aos conhecimentos desenvolvidos (parcial ou plenamente) em Sistemas de Inovação de outras regiões (FRITSCH; SCHWIRTEN, 1999).

Outros tipos de conexões entre agentes de Sistemas Regionais de Inovação e outros agentes pertencentes ao ambiente externo são verificados. Neste ponto, deve-se ressal-

tar que tais conexões se dão com a finalidade de troca de informações com base em conhecimentos explícitos ou tácitos. As conexões que valorizam meramente a transferência de informações, sem estreitamento das relações humanas, são baseadas em conhecimento explícito ou formalizado (por meio do registro). Estas relações são as estabelecidas por convênios de compartilhamento de bases de dados, transferência *open source* de códigos de programação, serviços de consultoria, entre outros. As conexões que se baseiam na transferência de conhecimento tácito são aquelas onde há presença física do agente humano entre as instituições, ou seja, as modalidades de intercâmbio de recursos humanos.

Quanto ao exemplo das universidades do Vale do Silício, ocorrem tanto a transferência do conhecimento explícito quanto do tácito. Em relação à transferência extrarregional do conhecimento tácito, as empresas do Vale do Silício se utilizaram de uma estratégia bastante peculiar. Em um primeiro momento, incorporavam aos seus quadros vários dos estudantes estrangeiros de especialização e pós-graduação que frequentavam as classes dos cursos das universidades da região. Por se tratarem de instituições de excelência, foi possível encontrar alguns dos maiores talentos do mundo ocupando as classes das universidades regionais. No momento seguinte, era possível perceber o intercâmbio direto de profissionais formados por universidades estrangeiras para as empresas do Vale do Silício. Um dos países que mais contribuíram para este fenômeno imigratório foi a Índia. Segundo Saxenian (2000), "classes inteiras da elite dos institutos indianos de tecnologia durante as décadas de 1970 e 1980 imigraram" para as empresas do Vale de Santa Clara. A este fenômeno, Saxenian (1994) deu o nome de *Brain Drain*.

Obviamente, o fenômeno do *Brain Drain* não se trata apenas de transferência de conhecimento tácito, mas também de incorporação de talentos humanos internacionais ao Sistema Regional de Inovação. Mais do que o conhecimento tácito – enquanto memória do resultado de processos cognitivos anteriores realizados com base em informações prévias – incorpora-se ao Sistema Regional a capacidade de realização de novos pro-

cessos cognitivos de excelência, garantindo maior potencialidade de obtenção da inovação.

A dimensão do *Brain Drain* para a região do Vale do Silício é explicitada por Saxenian (2002), que mostra que um terço dos engenheiros empregados em empresas da região é de origem estrangeira. A autora também diz que "em 1990, 23% da população do Distrito de Santa Clara (no coração do Vale do Silício) era nascida no exterior" (SAXENIAN, 2002). Ou seja, por conta do *Brain Drain*, um quarto da população local era estrangeira, em 1990. Para se ter uma idéia dos impactos sócio-culturais regionais deste fenômeno migratório, entre 1975 e 1990 as empresas de tecnologia do Vale do Silício abriram cerca de 150 mil novas vagas – tendo como estimativa que 40% delas tenham sido ocupadas por profissionais estrangeiros. Isso elevou a população local nascida no exterior de pouco mais de 170 mil para 350 mil habitantes (SAXENIAN, 1994).

O Sistema Regional de Inovação do Vale do Silício sofreu crescimento vertiginoso do número de agentes e do fluxo informacional em suas conexões. Após a equalização entre demanda e oferta de recursos humanos e a absorção econômico-social desse excedente, a capacidade de inovação da região tornou-se ímpar em relação ao resto do mundo, ganhando em competitividade até mesmo diante das grandes empresas de tecnologia da Rota 128 (SAXENIAN, 1994, 2000).

Profissionais (tidos aqui como agentes de inovação) que tenham trabalhado em diferentes Sistemas Regionais estarão aptos a transportar conhecimento tácito com elementos cognitivos gerados em diferentes ambientes, trazendo assim diferenças conceituais e metodológicas para os ambientes a que se destinem. Dessa forma, aumenta-se o potencial de inovação da região em que estiver trabalhando, derivando em maior competitividade das empresas localizadas naquele sistema.

A preferência de modalidades de conexões entre agentes que privilegiem a emergência de conhecimento tácito ou explícito na construção de um modelo de gestão para Sistemas Regionais de Inovação passa pela

análise criteriosa de custos e benefícios das ações que favoreçam lidar com cada um dos tipos de conhecimento. O investimento em ações que privilegiem o conhecimento tácito (caso preponderante do Vale do Silício) agrega valor humano e vantagens competitivas por intensificação das relações entre os profissionais do setor. A relação entre custo e taxa de inovação por ciclo de atuação tende a ser menor no caso dos *clusters*, favorecendo-se das características desse tipo de arranjo (BATHELD; MALMBERG; MASKELL, 2004). Em compensação, o processo de inovação baseado apenas em conhecimento tácito tende a ser mais lento. Em contrapartida, as conexões que propiciem a transferência extrarregional de conhecimento explícito podem aumentar a taxa de inovações por ciclo de atuação, por importarem conhecimentos já preparados e padronizados. Contudo, o uso desequilibrado das conexões que favoreçam a transferência de conhecimento explícito pode significar um princípio de dependência do Sistema Regional de Inovação perante a sistemas externos.

Assim como ocorreu no Vale do Silício, como podemos verificar nos dados apresentados por Saxenian (1994), seria mais correto afirmar que é necessário, para a sustentabilidade do Sistema Regional, o equilíbrio entre as ações para estabelecimento de conexões extrarregionais que possibilitem a transferência de conhecimento tácito e explícito.

Empreendedorismo e transferência de conhecimento

Uma das máximas de Manuel Castells em relação ao processo de inovação tecnológica no novo capitalismo informacional diz que:

Empresas e nações [...] são os verdadeiros agentes do crescimento econômico. Não buscam tecnologia pela própria tecnologia ou aumento de produtividade para a melhora da humanidade. Comportam-se em um determinado contexto histórico, conforme as regras de um sistema econômico (o capitalismo informacional, como proposto anteriormente), [...] Assim, as empresas estarão motivadas não pela produtividade, e sim pela lucratividade, para a qual a produtividade e a tecnologia podem ser meios importantes mas, com certeza, não os únicos. [...]

A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade. (CASTELLS, 1999, p. 101)

De fato, são as organizações humanas, e não os indivíduos isolados, que acabaram por contribuir com o crescimento econômico através do aumento da lucratividade. Isto vem a reboque do processo de inovação como peça chave da garantia da competitividade por determinados períodos (cada vez mais breves em nossos dias). Entretanto, a obtenção da inovação não pode ser atingida quando os agentes inovadores se encontram isolados, sem relações entre si. Como visto anteriormente, para que haja mudança ou evolução, são necessárias relações entre grupos e indivíduos, pois o conhecimento só é gerado com base em informações derivadas de outros conhecimentos prévios, adquiridos de experiências de terceiros. Neste ponto é preciso ter em mente que não é a “instituição” ou o “grupo”, mas os indivíduos, beneficiados pelas formas de se organizarem entre si, que propiciam a mudança e a emergência do novo. A inovação tratará de manter a competitividade entre os grupos, mas somente será gerada através da sinergia.

Os sistemas regionais de inovação, diante desta dicotomia entre competitividade e cooperação, agem como zonas conceituais de aparente neutralidade competitiva no que tange ao fluxo de informações oriundas do conhecimento tácito. Entretanto, os agentes regionais ainda se valem de dispositivos de contenção de informações estratégicas para que não percam posição entre os concorrentes de mercado no *cluster*. Segundo Porter (1992), a coexistência de concorrência e cooperação nos *clusters* é, até certo nível, absolutamente natural.

Para que haja manutenção da dinâmica do fluxo informacional e de profissionais no interior do sistema regional de inovação, é necessário um movimento que inicie seu processo com o estabelecimento de novas empresas, e outros movimentos que deem continuidade a este, com constante reposição dos agentes de inovação (firmas e profissionais). Para tal, é de extremo valor a existência do empreendedor.

Os recorrentes intentos de implantação de parques tecnológicos, incubadoras de

empresas e cooperativas de inovação são, na maioria dos casos, tentativas de reprodução de movimentos de empreendedorismo com número ampliado de agentes, fenômenos que necessitam de condições específicas, tais quais as que fomentaram a emergência do Vale do Silício. Criam-se, através dessas tentativas, ambientes que propiciem o crescimento (nem sempre) economicamente sustentável das empresas neles inseridas.

Seguindo a idéia de criação de um ambiente amistoso para o crescimento de empresas de determinados setores (tais como estufas para plantas) para que possam competir nos mercados regionais, nacionais ou internacionais, as incubadoras e polos tecnológicos repetem a metodologia dos *clusters*, ainda que não haja uma setorização especificada. Para tal, dentro de um ideal de competitividade fomentado pela inovação, há a necessidade de implemento do empreendedorismo, como se vê em Boshma (2005).

Nesse ponto, como visto em Fritsch e Mueller (2004), os *clusters* favorecem o surgimento de novos empreendedores por apresentarem melhores condições de acesso às informações sobre mercados, tecnologias, meios de produção e mão-de-obra especializada. A proximidade entre os agentes do sistema ajuda a reduzir a gama de incertezas do empreendedor, além de favorecer a transferência de conhecimento tácito, potencializando a capacidade de inovação (BOSHMA, 2005).

As empresas de tecnologia de informação, setor original do *cluster* do Vale do Silício, são consideradas por autores como Edquist (2005) e Saxenian (1994) como Empresas Baseadas em Conhecimento (KBF, do inglês *Knowledge-Based Firms*). As KBFs são empresas envolvidas com tecnologia de ponta ou especialistas em processos de alto nível cognitivo. Alguns dos setores em que se pode encontrar KBFs são a indústria farmacêutica, de telecomunicações, de consultoria administrativa, entre outros. No caso específico do Vale do Silício, as KBFs operam em torno do invento, design, fabricação e comercialização de *hardwares* e *softwares*, produtos relacionados à tecnologia de informática em geral, assim como seus serviços correlatos.

Todas as KBFs, tanto as já estabelecidas (em *clusters* ou não) quanto as recém-inicia-

das, necessitam da inovação para garantir competitividade em mercados abertos. Para tal, o empreendedorismo se qualifica como instrumento de evolução da parametrização organizacional e tecnológica, pois as novas empresas trazem consigo novos métodos oriundos de desenvolvimento realizado anteriormente pelos agentes de inovação. Segundo Koschatzky (2001), as novas KBFs acabam por definir quais das inovações geradas pelos Sistemas Regionais de Inovação são passíveis de serem comercializadas, pois optam, a partir de sua concepção, pela utilização daquelas descobertas que mais favoreçam sua atuação no mercado. As KBFs pré-estabelecidas tendem a seguir os movimentos nas novas empresas, no sentido de se manterem atualizadas no mercado, prezando pela competitividade. Isso aponta para a idéia de que nem todo novo conhecimento gerado será aproveitado. Parte da inovação é sumariamente descartada, por ter emergido em um momento tardio ou por simplesmente não ser compatível com a realidade de produção ou absorção dos mercados. Esse processo é denominado "filtro de conhecimento" (KOSCHATZKY, 2001).

Outro fator fundamental do empreendedorismo é a realocação de profissionais no contexto produtivo de um *cluster* ou região dotada de um Sistema de Inovação. Empregados passam a ser empregadores, trazendo para o comando das companhias um poder decisório atrelado ao conhecimento tácito adquirido no exercício de outras funções no setor. Saxenian (1994) mostra que o levante de empreendedorismo que caracterizou a emergência do Vale do Silício (um processo contínuo que se mantém há mais de trinta anos) foi responsável por boa parte dos processos inovadores gerados na região. A grande maioria dos empreendedores do Vale de Santa Clara era composta por antigos funcionários de empresas do setor de informática ou telecomunicações, ou então pesquisadores dissidentes das universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento da região (e em um segundo momento, do mundo todo). Estes empreendedores, atuando como agentes de inovação no Sistema Regional, contribuíram para o desenvolvimento de conhecimentos específicos daquela região e, após isso, ajudaram a inseri-los no processo

de comercialização – dessa vez como *chairmen* de seus próprios negócios.

Ao se sobrepor à análise de Saxenian (1994) os conceitos de Koschatzky (2001), verifica-se a correlação ilustrada pelo último entre a capacidade de aprendizagem dos atores regionais de inovação e a gama de novos empreendimentos no *cluster*. No Vale do Silício, as KBFs já estabelecidas se beneficiaram dos novos empreendimentos, o que equivale a dizer que as empresas mais antigas “aprendem” com os passos das mais novas, no sentido de que se modernizam e se aperfeiçoam para acompanhar as novidades trazidas pelas recém inseridas no setor. Outras constatações de Koschatzky (2001) podem ser associadas ao processo de empreendimento das novas KBFs do Vale do Silício. As novas empresas baseadas em conhecimento têm a tendência de forte crescimento inicial, especialmente se apoiadas sobre as benesses oferecidas pelos *clusters*. Ao se comparar também as taxas de sobrevivência no mercado das novas KBFs, em especial as do Vale de Santa Clara (Saxenian, 1994), perceber-se-á que são frequentemente superiores às verificadas em empreendimentos de outra ordem, reforçando as premissas de Koschatzky (2001).

O empreendedorismo pode ser visto como um método prático de difusão de conhecimento, em vários níveis. Primeiramente, com a inclusão de novos produtos e processos no mercado, há a circulação de novas informações entre os agentes de inovação dos Sistemas Regionais, ou seja, o simples fato de se comercializar um produto com aspectos inovadores faz com que haja um movimento de absorção das informações referentes àquele produto pelos demais agentes do sistema. Esse processo de absorção gera uma contrapartida que é a resposta dos demais produtores do mercado às diferenças competitivas dos novos produtos. Essa contrapartida significa investimento em inovação. Outro fator de difusão de conhecimento é a migração de conhecimento tácito adquirido em empresas e instituições anteriormente ocupadas pelo empreendedor para uma nova estrutura de produção. Esse processo pode ser realizado tanto no nível intrarregional (quando o empreendedor se origina de outras empresas no mesmo Sistema Regional

de Inovação) ou mesmo internacional (quando o empreendedor vem de outros Sistemas Nacionais de Inovação).

Saxenian (2006) mostra o caso dos chamados “novos argonautas”, empreendedores que baseiam seus negócios em ao menos duas regiões distintas, sejam elas, por exemplo, o Vale do Silício e a região do Polo Tecnológico de Bangalore, na Índia. O potencial de estabelecimento de conexões inter-regionais de empreendedores “argonautas” faz com que possuam diferencial competitivo perante os demais agentes econômicos do setor. Sua participação enquanto agentes de inovação em ambos os Sistemas Regionais a que pertencem passa a ser de extrema importância, pois contribuem com a transferência de conhecimento tácito (e não raramente explícito) entre as diferentes regiões. O processo de inovação orientado pela transferência de informação entre diferentes regiões será mais rápido tanto quanto mais próximas forem as culturas das regiões em que o argonauta situa seus negócios.

No caso específico do Vale do Silício e de Bangalore, os engenheiros e pesquisadores que outrora saíram da Índia em busca de condições de excelência para seu trabalho nos Estados Unidos começaram a retornar para seu país de origem com o intuito de estabelecer novas KBFs. A região de Bangalore, por ter condições de suprir as necessidades de um novo Sistema Regional de Inovação (universidades, centros de pesquisa e talentos humanos especializados disponíveis), tornou-se um *cluster* de excelência na Ásia em tecnologia de informação. O processo de empreendedorismo iniciado pelo retorno dos antigos trabalhadores do Vale do Silício foi primordial para a constituição de um parque tecnológico de informática, especialmente na área de desenvolvimento de softwares. Como analisado em Saxenian (2000), o *Brain Drain* de outrora deu origem ao movimento de *Brain Circulation*, conceito delimitado pela autora como “o retorno para casa [dos profissionais de TI] para estabelecer relações de negócios ou iniciar novas companhias enquanto mantêm seus laços sociais e profissionais com os Estados Unidos” (SAXENIAN, 2005, p. 36).

O caso do *Brain Circulation* indiano retoma a questão das conexões para

transferência de conhecimento tácito entre diferentes Sistemas Regionais de Inovação. De certa forma, vem como solução da problemática enunciada por Todaro (1985), que afirmava de que a migração de talentos de regiões mais pobres para aquelas que oferecessem melhores condições era permanente. Traz consigo uma imensa gama de questões sobre a transnacionalidade dos recursos, além da apropriação informal de conhecimentos gerados em regiões de maior desenvolvimento tecnológico. O retorno de profissionais aos seus países de origem, após anos de estudo ou trabalho em regiões de excelência tecnológica, é uma espécie de recompensa pela cessão das relações dos mesmos durante um largo período com os Sistemas Regionais de Inovação originais.

Entretanto, como salienta Saxenian (2006), o fenômeno do *Brain Circulation* não se restringe ao retorno dos outrora empregados de KBFs como empreendedores aos seus países de origem. A exploração de ambientes ainda não conhecidos com implementação das potencialidades nos Sistemas de Inovação locais se tornou muito interessante. Não são raros os engenheiros indianos, outrora residentes nos Estados Unidos, que retornam à Ásia para estabelecer parcerias em regiões diversas, como a China, levados através de convites de parceiros dos tempos de América, formando uma conexão de, segundo o exemplo, três vértices, entre as regiões do Vale do Silício, Bangalore e Xangai. Esses novos argonautas, caracterizados em Saxenian (2006), trazem consigo conhecimento tácito de vital importância para os Sistemas de Inovação locais, agregando vantagens competitivas às empresas de seus *clusters* de destino.

Conclusões

As diferenças entre conhecimento tácito e explícito em Sistemas Regionais de Inovação se dão desde as formas de apresentação de cada tipo até os resultados de sua inserção no fluxo informacional regional. O conhecimento tácito, por se apoiar na figura do indivíduo ou do profissional, aproxima-se de conceitos como “capital humano” e “potencial cognitivo”, especialmente no que tange ao implemento das potenciali-

dades de inovação em determinados setores (MIRANDA, 1999). Há uma relação de equilíbrio a ser observada entre conhecimento tácito e explícito nos Sistemas Regionais de Inovação, tendo visto que o conhecimento tácito aplicado aos produtos ou processos passa pela codificação de informações, gerando conhecimento explícito. A emergência de inovações vem da congruência entre conhecimento explícito (baseado em registros de pesquisas anteriores) e conhecimento tácito (oriundo da experiência dos agentes), sob as proporções particulares de cada setor ou mesmo *cluster*.

Para manutenção da sustentabilidade econômica em um *cluster*, é consenso, entre os autores Boshma (2005) e Sternberg (2007), que se deve manter uma certa proporcionalidade de tamanho, influência e importância entre os agentes internos, para que não haja a possibilidade de dependência de todo o Sistema Regional de Inovação em torno de um ator principal. A ocorrência de empreendedores é de suma importância para manter este equilíbrio interno do sistema, não somente pelo oferecimento de mudanças estruturais na rede interna de cooperação e competição como pela veiculação de novas descobertas nos mercados, puxando as demais empresas do setor rumo à inovação competitiva. Ainda que o motivo principal da inovação seja a competição, tanto no escopo regional quanto no internacional, somente ocorrerá sob a constante transferência de conhecimentos com o ambiente interno e externo de um Sistema Regional de Inovação. Dessa forma, a inovação se caracteriza em meio a uma dicotomia entre competição e cooperação que remete ao conceito inicial de *clusters* (PORTER, 1992).

Entre as transferências de conhecimento tácito realizadas pelas conexões inter-regionais dos Sistemas de Inovação estão as modalidades tipificadas pelos estudos do Vale do Silício, tais como o *Brain Drain* e o *Brain Circulation* (SAXENIAN, 2005, 2006), o último como resposta ao primeiro. Em ambos os casos, o fator diferencial que impulsiona a absorção de conhecimentos de uma região por outra é o próprio profissional. No caso das empresas baseadas em conhecimento, o indivíduo – enquanto mecanismo cognitivo e agente de inovação – possui

importância ainda mais acentuada, por tratar-se do veículo e (ao mesmo tempo) instrumento da mudança de produtos, processos e arranjos. As conexões estabelecidas pelos agentes de inovação de um Sistema Regional de Inovação, tanto no âmbito interno quanto no internacional, serão importantes para a manutenção da competitividade de toda a região em diferentes mercados, por determinar sua capacidade de inovação. Tão importante quanto as relações estabelecidas entre os agentes situados em diferentes instituições de um mesmo Sistema Regional de Inovação são aquelas que eles realizam com o ambiente supra-regional e internacional, para que possam determinar a continuidade de sua existência no mercado.

Referências

- ASHEIM, B.T; GERTLER, M.S. The Geography of Innovation: Regional Innovation Systems. In: FAGERBERG, J; MOWERY, D.C; NELSON, R.R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BATHELD, H; MALMBERG, A; MASKELL, P. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. *Progress in Human Geography*. n. 28, v. 1, p. 31-56, 2004.
- BELL, Daniel. *The Coming of the Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. Nova York: Basic Books, 1976.
- BOSHMA, R.A. Proximity and Innovation: A Critical Assessment. *Regional Studies*, v. 1, n. 39, p. 61-74, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COOKE, P.; HEIDENREICH, M.; BRACZYK, H.J. *Regional Innovation Systems*. London: Routledge, 2004.
- EDQUIST, C. Systems of Innovation: Perspectives and Challenges. In: FAGERBERG, J; MOWERY, D.C; NELSON, R.R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- FRITSCH, M; MUELLER, C. The Effects of New Business Formation on Regional Development Over Time. *Regional Studies*, v. 4, n. 38, p. 961-975, 2004.
- FRITSCH, M; SCHWIRTEN, C. Enterprise-University Co-operation and the Role of Public Research Institutions in Regional Innovation Systems. *Industry and Innovation*, n. 6, p. 69-83, 1999.
- GERTLER, M.S. Tacit Knowledge and the Economic Geography of Context, or the Undefinable Tacitness of Being. *Journal of Economic Geography*, n. 3, p. 75-99, 2003.
- HOWELLS, J.R.L. Tacit Knowledge, Innovation and Economic Geography. *Urban Studies*, v. 1, n. 39, p. 871-884, 2002.
- KOSCHATZKY, Knut. *Räumliche Aspekte im Innovationsprozess: Ein Beitrag zur neuen Wirtschaftsgeografie aus Sicht der regionalen Innovationforschung*. München: Lit, 2001.
- LEOPOLDSEDER, Hannes. Ten indications of an emerging computer culture. In: DRUCKREY, T. (ed.). *Ars Eletronica: Facing the Future - A Survey of Two Decades*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- LOJKINE, Jean. *Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- LUNDEVALL, B.A. *National Systems of Innovation*. London: Pinter, 1992.
- MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 3, p.286-292, Set.-Dez. 1999.
- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. São Paulo: Ed. Campus, 1992.
- SAXENIAN, AnnaLee. *Regional Advantage: Culture and Competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- _____. The Bangalore Boom: From Brain Drain to Brain Circulation. In: KENNISTON, Kenneth; KUMAR, Deepak (ed.). *Bridging the Digital Divide: Lessons From India*. Bangalore: National Institute of Advanced Study, 2000.
- _____. *Local and Global Networks of Immigrant Professionals in Silicon Valley*. San Francisco: Public Policy Institute of California, 2002.
- _____. From Brain Drain to Brain Circulation: Transnational Communities and Regional Upgrading in India and China. *Studies in Comparative International Development*, v. 40, n. 2, p. 35-61, Providence: Watson Institute for International Studies, 2005.
- _____. *The New Argonauts: Regional Advantage in a Global Economy*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- STERNBERG, Rolf. Entrepreneurship, Proximity and Regional Innovation Systems. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, The Royal Dutch Geographical Society, Oxford, v. 98, n. 5, p. 652-666, 2007.
- TODARO, Michael P. *Economic Development in the Third World*. New York: Longman, 1985.

Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS

Culture and identity: the challenges for the local development in the Aroeira nesting, Chapadão do Sul, MS

Culture et identité: les défis pour le développement local du remplacement Aroeira au Chapadão do Sul, MS

Cultura e identidad: los desafíos para el desarrollo local en el asentamiento Aroeira, Chapadão do Sul, MS

Maria Augusta de Castilho*
Mauro Mallmann Arenhardt**
Cleonice Alexandre Le Bourlegat***

Recebido em 10/8/2007; revisado e aprovado em 12/12/2008; aceito em 20/1/2009

Resumo: Este artigo quer mostrar a realidade do Assentamento Aroeira, no município de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da cultura e identidade, como desafios para o desenvolvimento local. O objetivo é verificar se a cultura e a identidade interferem nos relacionamentos comunitários e interpessoais. O estudo foi iniciado com a análise da realidade dos assentados, a partir das concepções culturais e dos relacionamentos que são estabelecidos com os vizinhos e demais moradores do Assentamento. Levou-se em consideração a participação comunitária, a cooperação, a solidariedade e a confiança via coleta de informações junto aos moradores por meio de entrevistas, formulários e questionários. Detectou-se a dificuldade dos assentados de manterem relacionamentos confiáveis entre si. Esta é uma das causas, atribuída à diversidade cultural de que é formado o Assentamento Aroeira, como também, as experiências das pessoas em viver em comunidade. Tais dificuldades se tornaram visíveis na organização comunitária e nos relacionamentos entre si, refletindo na falta de confiança, solidariedade, cooperação e identidade cultural local. Conclui-se que os assentados buscam uma melhora na qualidade de vida, mas precisam ser incentivados por ações capazes que possam promover relacionamentos mais confiáveis, uma vez que o modelo proposto não possibilita uma boa organização comunitária que é imprescindível para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Comunidade.

Abstract: The research looked for to show the Aroeira Nesting in the city of Chapadão of the South, State of Mato Grosso of the South, by means of the culture and identity, as challenges for the local development. The objective is to verify if the culture and the identity intervene with the communitarian and interpersonal relationships. The study it was initiated with the analysis of the reality of the seated ones, from the cultural conceptions and the relationships that are established with the excessively living neighbors and of the Nesting. The communitarian participation, the cooperation was taken in consideration, solidarity and the confidence saw collection of information participation, the cooperation was taken in consideration, solidarity and the confidence saw collection of information together to the inhabitants by means of interviews, forms and questionnaires. It was detected difficulty of the seated ones to keep trustworthy relationship between itself. This is one of the causes, attributed the cultural diversity of that the Aroeira Nesting is formed, a also, the inexperience of the people in living in community. Such difficulties if had become visible in the communitarian organization and the relationships between itself, reflecting in the reliable lack, solidarity, cooperation and local cultural identity. One concludes that the seated ones search an improvement in the quality of life, but, they need to be stimulated by capable actions that can promote relationships more trustworthy, a time that, the considered model does not make possible a good communitarian organization that is essential for the local development.

Key-words: Culture. Identity. Community.

Résumé: Cet article veut montrer la réalité du Remplacement Aroeira dans le municipe de Chapadão do Sul, État du MatoGrosso do Sul, par la culture et l'identité, comme défis pour le développement local. L'objectif est de vérifier si la culture et l'identité interfèrent dans les rapports communautaires et interpersonnels. L'étude a commencé par l'analyse de la réalité des replacés, à partir des concepts culturels et des relations qui sont établies avec les voisins et autres habitants du remplacement. Il a été considéré la participation communautaire, la coopération, la solidarité et la

¹ Doutora em História Social. Professora e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico. Professora do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Email: maugusta@ucdb.br.

² Graduado em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque, FEBE, SC. Professor de Ética e Filosofia, Sociologia, Antropologia e Introdução às Ciências Sociais pela Faculdade de Chapadão do Sul, FACHASUL, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Funcionário Público de Chapadão do Sul, exercendo o cargo de Diretor-adjunto das Escolas Rurais. Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, MS. E-mail: mauroare@hotmail.com.

³ Doutora em Geografia Humana. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico. Professora do Curso de Geografia da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Email: le-bourlegat@uol.com.br.

confiance par une collecte d'informations auprès des habitants à l'aide d'entrevues, de formulaires et questionnaires. Il a été détecté la difficulté que les replacés ont dans les relations de confiances entre eux. Celle-ci est une des causes attribuée à la diversité culturelle existante dans le Replacement Aroeira, ainsi que l'expérience de vie en communauté par les personnes. Telles difficultés deviennent visibles dans l'organisation communautaire et les relations qu'ils ont entre eux, ce qui reflète dans le manque de confiance, de solidarité, de coopération et d'identité culturelle locale. En conclusion, l'étude montre que les replacés recherchent une amélioration de qualité de vie, mais ils ont besoin d'être stimulés par des actions capables de promouvoir des relations de confiances, une fois que, le modèle proposé ne permet pas une bonne organisation communautaire qui est indispensable pour le développement local.

Mots-clés: Culture. Identité. Communauté.

Resumen: Este artículo desea mostrar la realidad del Asentamiento Aroeira en el municipio de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, por medio de la cultura e identidad, como desafíos para el desarrollo local. El objetivo es verificar si la cultura y la identidad interfieren en las relaciones comunitarias e interpersonales. El estudio fue iniciado con el análisis de la realidad de los asentados, a partir de las concepciones culturales y las relaciones que son establecidos con los vecinos y demás habitantes del Asentamiento. Se llevó en consideración la participación comunitaria, la cooperación, la solidaridad y la confianza vía colecta de informaciones junto a los habitantes por medio de entrevistas, formularios y cuestionarios. Se detectó la dificultad de los asentados de mantener relaciones confiables entre sí. Esta es una de las causas, atribuida a la diversidad cultural de que es formado el Asentamiento Aroeira, como también, las experiencias de las personas que viven en comunidad. Tales dificultades se hicieron visibles en la organización comunitaria y en las relaciones entre sí, reflejándose en la falta de confianza, solidaridad, cooperación e identidad cultural local. Se concluye que los asentados buscan una mejora en la calidad de vida, pero necesitan ser incentivados por acciones capaces que puedan promover relaciones más confiables, una vez que, el modelo propuesto no posibilita una buena organización comunitaria que es imprescindible para el desarrollo local.

Palabras clave: Cultura. Identidad. Comunidad.

Introdução

O desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, que envolve o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade.

A conquista de um pedaço de terra pelas famílias do Assentamento Aroeira é o início do processo de luta contra a pobreza e da sua própria sustentabilidade econômica, que as remete a novos desafios de vida e de organização social.

A questão norteadora da pesquisa está nas dificuldades de relacionamentos entre as pessoas do Assentamento Aroeira, com o propósito de compreender as dificuldades de organização desses moradores. A pesquisa tinha como propósito estudar a cultura e a identidade das pessoas que formam o agrupamento comunitário, destacando-se os relacionamentos sociais e a organização geofísica, comunitária e socioculturais das pessoas em torno de objetivos comuns.

Na presente proposta de estudo, utilizou-se o método qualitativo, no intuito de entender os fenômenos sociais que caracterizam a organização social e comunitária dos moradores do Assentamento Aroeira, município de Chapadão do Sul, voltado para a

ação subjetiva e objetiva das pessoas no viver e entender o cotidiano que se reflete num agir e proceder em sociedade. Para tanto, foram utilizados como métodos de investigação, a observação, entrevistas e formulários.

O olhar voltou-se, ainda, para a ação subjetiva das pessoas que ali se encontram, observando o seu cotidiano, composto de atributos espirituais, intelectuais; como também o modo de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças que determinam o seu agir e comportamento.

1 Desenvolvimento local, cultura, comunidade e capital social

O desenvolvimento local parte da perspectiva da valorização humana como sujeito de seu próprio desenvolvimento. A práxis do desenvolvimento pode ser entendida como o exercício para uma ação mais efetiva que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face a face com a comunidade. Assim, o indivíduo como ser social que pertence a uma classe ou grupo social, tem um espaço em que pode se exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar a sua realidade.

Uma das características do Desenvolvimento Local proposta por diversos autores leva a entender que se trata de um processo dinamizador da sociedade para melhorar a

qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar. O desenvolvimento local é um processo de transformação social, cultural, econômico e político em que os maiores beneficiários serão os indivíduos de uma sociedade.

Com efeito:

É um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (PEREIRA *apud* ÁVILA, 2001, p. 20).

Segundo Claxton (1994), o desenvolvimento só pode prosperar quando está fundamentado na cultura e nas tradições de um povo ou coletividade, porque é um processo vinculado aos valores de cada sociedade e que exige ao mesmo tempo uma participação ativa das pessoas e indivíduos que são os autores e os beneficiários do mesmo. De acordo com Kliksberg (2001, p. 140), “a cultura pode ser um instrumento formidável de progresso econômico e social”.

De acordo com Marques e Martin (2001, p. 58), o desenvolvimento local necessita levar em consideração “a identidade cultural nas estratégias de desenvolvimento local, deslocando o eixo do econômico para o bem estar e satisfação das necessidades humanas e, por conseguinte, melhoria da qualidade de vida, a partir do protagonismo dos agentes locais”.

Sendo o desenvolvimento local um processo de transformação social, cultural, econômica e política, passa a adquirir dimensões maiores do que imaginamos e que se apresentam de forma complexa e dinâmica dentro de uma realidade local e global. É importante ressaltar que o ser humano passa a ser o agente principal do desenvolvimento através da sua participação direta e ativa. Esse desenvolvimento ocorrerá efetivamente a partir do momento que se tomar consciente da importância como sujeito da sua própria história e da capacidade de poder influenciar o seu entorno, ao desvelar as suas capacidades, competências e habilidade de se organizar a partir das suas limitações geográficas.

O desenvolvimento pretende ser uma resposta às perguntas sobre como podemos diminuir as desigualdades sociais e uma forma de proporcionar uma melhor distribuição da riqueza entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou, ainda, o desenvolvimento, no caso de países como o Brasil. Nesse sentido, pretende ser uma alternativa para as comunidades locais serem os próprios gestores de seu desenvolvimento, não ficando presas às políticas governamentais que são concebidas de forma vertical, não levando em consideração as relações horizontais e as particularidades locais de uma comunidade ou grupo cultural.

O Desenvolvimento Local é uma das alternativas mais viáveis para se proporcionar o desenvolvimento numa comunidade, pois, ao gerar condições favoráveis para a cooperação, a ajuda mútua e ações conjuntas criam fundamentos básicos para o início de um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns. Godard *et al.* (1987, p. 139) define o Desenvolvimento Local como base para que esse processo de organização aconteça por meio da cooperação.

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação de seus atores. Também é conveniente particular a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento.

Considerando que cada povo ou grupo social tem as suas mais diversas formas de criatividade e dinamismo, é a própria cultura que pode dar credibilidade de existência e identidade a um grupo de pessoas ou comunidade.

De acordo com Pierre (*apud* CLAXTON, 1994, p. 7), a cultura pode ser definida como uma “interpretação global da natureza, um sistema total para compreender e mudar o mundo. A cultura abarca todas as expressões produtivas do ser humano, tecnológicas, econômicas, artísticas e domésticas. Implica uma relação sistemática entre cada aspecto da vida, tal como esta é vivida”.

A cultura pode ser entendida como uma totalidade integrada em uma sociedade como um sistema de relações sociais. Esta se apresenta de forma dialética, por meio dos

valores básicos e fundamentais que constituem uma cultura e as dinâmicas que ela envolve. A construção dessa realidade, também se torna fundamental e necessária para o desenvolvimento. Como todo desenvolvimento implica mudanças, supõe-se que essas transformações requerem elementos que possam ser considerados estáticos ou fundamentais que são um princípio norteador para essa mudança ocorrer.

Pode-se, assim, entender a cultura como um conjunto de atividades e crenças de uma sociedade ou grupo, que se compõe por aspectos estáticos e dinâmicos. Podemos complementar esse conceito, reforçando que a “cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar ao meio ambiente natural e social” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 35).

Toda cultura passa por processos de construção de significados culturais, sociais e econômicos que são internalizados pelos próprios membros que fazem parte do grupo ou sociedade e por meio deles vão construindo a sua identidade.

Observa-se que cada sociedade possui as suas particularidades de organização e de satisfação das suas aspirações; logo, pode-se entender que essas particularidades são fundamentais para a identificação ou, ainda, uma necessidade que o sujeito tem de ser conhecido perante os outros de forma distinta, por isso a importância da valorização dos aspectos culturais que são mais significativos para sua identificação cultural.

Ressalta-se, ainda, a necessidade da valorização da cultura como um aspecto importante para o desenvolvimento, pois só assim as pessoas podem ter mais facilidade de encontrar soluções criativas para os problemas enfrentados no seu cotidiano de vida, fortalecendo ainda mais sua identidade e valores.

A cultura atua como fermento do desenvolvimento, pois é ela que gera e transmite os valores de geração em geração, tornando necessário conhecer a realidade cultural de um grupo social local em profundidade, porque é a identidade cultural que rege a “permanente evolução dos sentimentos e das maneiras de perceber as coisas que caracterizam todas as comunidades em um

momento dado” (HERMET, 1999, p. 16).

O surgimento do Assentamento Aroeira teve como fundamento básico a distribuição de terra a famílias vindas de vários lugares da região como: Chapadão do Sul, Cassilândia, Costa Rica e ainda de outros lugares em menor proporção.

A procedência de vários lugares demonstra características culturais, hábitos e costumes que se assemelham e simultaneamente divergem em alguns pontos, pois, como toda relação comunitária surge a partir das interações entre os indivíduos que buscam estabelecer um relacionamento ou um vínculo de compromisso, com a identidade cultural que é diferenciada na sua forma de entender e compreender a realidade externa e o mundo a sua volta.

De acordo com Tönnies (1973), nas relações comunitárias prevalece a confiança e a intimidade, fazendo com que um se sinta próximo do outro como um organismo vivo, sendo a essência da comunidade. A vida real, com a predominância do sentimento do pertencimento a um grupo, “o nós”, como parte integrante dessa relação se torna uma das características fundamentais na formação de uma comunidade. “As relações de interação levam conseqüentemente à uma associação de seus membros que pode ser compreendida como a vida real, uma das essências da comunidade” (TÖNNIES, 1973, p. 96).

Pode-se entender que o Assentamento Aroeira não pode ser compreendido como comunidade, a partir do momento em que as relações de interação, compreensão, partilhar e solidariedade não são vistas como valores cultivados e vividos pelos moradores, onde a colaboração para um fim comum, que é a coesão social, cede espaço para o individualismo e a desunião entre os moradores. Os assentados ainda não podem ser identificados como uma comunidade em que prevalece o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência no local como condição para estabelecer o corporativismo em torno de um projeto comum, que é a identidade cultural e local.

A comunidade é uma forma de praticarmos a solidariedade e o lugar ideal para unir forças no sentido de lutar para diminuir as diferenças sociais que assolam a nossa realidade. O lugar onde compartilhamos sentimentos e valores ou buscamos a companhia

de pessoas que pensam ou sentem as mesmas emoções; lugar em que procuramos ser solidários como uma forma de dar vida a nossa própria existência.

A comunidade passa a ser concebida como importante para se estabelecer a cooperação, a solidariedade e para a ação social e como espaço privilegiado para iniciativas de desenvolvimento local. A partir do momento que temos a individualização da sociedade e diante das constantes mudanças que ocorrem por causa da globalização, a identidade das comunidades locais passa a ser um contínuo construir, porque a realidade globalizada faz com que as pessoas busquem sempre a autoafirmação.

De acordo com Ávila (2001, p. 34), a cada dia que passa, a população se torna cada vez menos capaz de se organizar, administrar, solucionar ou pelo menos participar ativamente da resolução de seus problemas básicos. A sociedade, assim como a comunidade, passa por um processo de individualização no qual se perde o caráter coletivo das ações e das queixas ou reivindicações e, ao mesmo tempo, perdem-se os valores que são referência e servem como padrão comunitário de organização, mobilização e participação.

O capital social vem como resposta ao pensamento econômico convencional, de que a sociedade é formada por indivíduos independentes, cada um agindo de acordo com seus objetivos. O capital social passa a ser um dos componentes-chaves do desenvolvimento, destacando a cooperação, a confiança, a identidade, a comunidade e a amizade entre os indivíduos como um instrumento de solução para a ação coletiva.

Fukuyama (2000, p. 28) define o capital social "como um conjunto de valores ou normas informais comuns aos membros de um grupo, que permite a cooperação entre eles". Essa cooperação só ocorrerá se houver se estabelecido uma rede de relações sociais de confiança e honestidade.

Supõe-se que, dentro do contexto de desenvolvimento, cada vez mais se faz necessária a discussão da importância do capital social como um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento local acontecer. Ao se levar em consideração que cada comunidade possui suas particularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, essas po-

derão ser um instrumento importante para o progresso econômico e social, como uma forma de valorizar as riquezas culturais e materiais que as comunidades trazem consigo por meio das tradições, hábitos, costumes cultivados ao longo da história.

De acordo com Baquero (2003), o capital social ajuda a compreender o desenvolvimento local, mas principalmente a formulação de políticas mais apropriada em termos de cultura ou civilidade e, acima de tudo, de relações e redes sociais.

Por isso, torna-se cada vez maior a necessidade de projetos que levem em consideração a valorização da identidade cultural da comunidade, suas particularidade e potencialidades como ferramentas para o Desenvolvimento local.

2 Territorialidade, lugar, espaço e território

Nesse caso, os agricultores do Assentamento Aroeira, que transformaram o espaço físico em um espaço social, por se apropriarem do lugar e o carregarem de sentimentos, emoções e significados, constroem um símbolo de luta, conquista e poder. A terra passou a ter um valor e significado individual e social. Conforme Tuan (1980, p. 113),

para viver o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma sociedade que poucas ocupações podem igualar.

Assim, a territorialidade é o exercício de poder social, político e econômico em um contexto local ou nacional que resulta do processo de valorização do espaço geográfico, que contém relações de inclusão que constituem uma problemática do indivíduo que pertence a uma coletividade, que necessita de uma forma (lugar), de um conteúdo (significado) e da exterioridade como um sistema institucional, político e cultural (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Os elementos que constituem essa coletividade são suscetíveis de mudanças e variações no tempo e espaço, numa constante dialética de inclusões e exclusões de relações individuais que

pertencem a um espaço social.

Os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o mundo e o indivíduo (SANTOS, 1996), para quem a lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e a globalidade. O local pode ser ainda o lugar em que as pessoas estão ligadas pela identidade de pertencimento, ou por atividades úteis ao desenvolvimento econômico, social e cultural da coletividade.

Podemos entender o lugar ainda como a “base territorial da convivência cotidiana, da qual a cooperação e a solidariedade se fazem pela convivência, a continuidade, as relações familiares, as emoções e sentimentos compartilhados, garantindo uma maior comunicação e uma solidariedade orgânica” (MARTIN, 1996, p. 169). O local passa a ser definido como um espaço privilegiado para se estabelecerem relações de solidariedade e de parcerias entre os atores sociais, permitindo que a competição ceda lugar à cooperação.

Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função do de uma forma, mas produzido por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (CARLOS, 1996, p. 22)

Dessa forma, o lugar só adquire significado e sentido por meio de seu uso e ao vivido no plano imediato que pode ser apropriado pelo corpo, no cotidiano da vida.

O espaço social é resultante da constituição física dos bens e serviços e pelos indivíduos e grupos localizados que compõem uma realidade local, enfim, é a relação com a natureza e tudo o que ela contém, é a sociedade mediatizada pelo trabalho, pelas classes sociais, pelo capital e com todas as características históricas pertencentes à formação social. É o espaço organizado pelos seres humanos, de acordo com a sua capacidade de produção econômica e cultural resultante da divisão do trabalho.

Santos (1996, p. 51), amplia o conceito de espaço da seguinte forma:

É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá [...] O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais

artificiais povoado por sistemas de ações igualmente imbuídas de artificialidades, e cada vez mais tendentes a finalidades estranhas ao lugar e seus habitantes.

O espaço pode ser entendido como um lugar que sempre toma novas formas, isto é, processo de reprodução da vida humana. O espaço aparece como produção de uma realidade concreta que se realiza no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. Tudo o que ocorre tem a necessidade de acontecer numa objetividade concreta, por meio da qual o sujeito se situa e se realiza. “É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 1996, p. 29).

O espaço ainda se caracteriza pela distribuição dos bens ou serviços e também pela localização física dos indivíduos ou grupos sociais em um determinado lugar. Define-se a valorização do espaço de forma distinta, de acordo com a sua ocupação e de acordo com o valor econômico ou, ainda, da cultura, no contexto global.

O território pode ser entendido como o somatório dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com os fatos construídos pelos homens.

A configuração territorial ou configuração geográfica tem como alicerce sua materialidade, ainda que tenha uma existência social dada pelas relações sociais. Pode-se dizer, pois, que a obra humana vai ao longo da história sendo incorporada pela configuração territorial ou geográfica. (SANTOS, 1996, p. 51)

O território existe em todas as escalas, tanto no significado da rua quanto no bairro ou comunidade. Nesse caso, o Assentamento Aroeira, por exemplo, constitui-se como território, isto é, o espaço territorial formado pela família em seu lote de terra, as estradas vicinais e a comunidade como um todo. “O território passa a ser o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 1995, p. 84). Dessa forma, são sujeitos imbuídos de poder no momento em que cada um define o território como um espaço de autonomia e de legitimidade que demanda poder, a partir das relações que estabelece com os seus vizinhos e demais membros da comunidade

como um espaço social.

“A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (SOUZA, 1995, p. 84). A identidade de um grupo social ou comunidade passa a ser entendida e compreendida a partir do seu território, isto é, de acordo com as relações que a mesma estabelece com a natureza, com o meio físico, com o patrimônio que, por meio dessas relações vai criando e estabelecendo a sua identidade sociocultural.

A partir dessa perspectiva, passa-se a entender por que os moradores do Assentamento Aroeira ainda possuem uma certa dificuldade de compreender o seu território, o seu espaço cultural, a suas raízes e a identidade, pois esse contexto começa a ser criado a partir de um certo tempo de uso desse território. De acordo com Souza (1995, p. 84), “apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial”, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território em si, e, por tabela, com o poder de controlar esse território.

A identidade sociocultural dos membros do Assentamento Aroeira passa a ser um processo em construção por meio do seu uso da terra, sendo que o local, o espaço e o território vão ganhando sentido e significado a cada dia que passa. No entanto, poderá levar um certo tempo para que as pessoas dessa comunidade construam a sua própria identidade territorial.

Portanto, o território pode sofrer interações políticas, econômicas, sociais e culturais dos indivíduos e de grupos sociais, gerando uma malha ou rede de relações que se sobrepõem ou interpõem no espaço, que de algum modo constituem o território. O território se constitui pela diferenciação funcional comandada pelo princípio hierárquico que é dado pelos indivíduos ou grupos que o compõem em suas diversas ações de forma ordenada.

3 Assentamento Aroeira: organização comunitária

O Assentamento Aroeira está localizado no município de Chapadão do Sul, no Estado de Mato Grosso do Sul, a uma distância de 112 km da cidade, surgiu no ano de

2001, com a desapropriação da Fazenda Aroeira, beneficiando 59 famílias, com uma média de 32 hectares de terra para cada uma.

A composição populacional do Assentamento Aroeira pode ser caracterizada da seguinte forma: O número de pessoas que fazem parte das famílias, com 2 a 4 membros é de 61%. As residências, que compõem os lares de somente 2 membros é de 27%, sendo estes em maior número de residências. As residências que possuem 4 membros por lar (de família) representam um total de 22% e o percentual de pessoas que moram sozinhas é de 15%, superando o número de lares compostos de até 3 membros.

A experiência de viver em comunidade passou a ser a primeira para a grande maioria dessas pessoas, a partir do surgimento do Assentamento, uma vez que a maior parte viveu no contexto sociocultural dos fazendeiros e pecuaristas da região em que os relacionamentos estão fortemente centrados no agir individual de cada um e de forma verticalizada. Esse modo de organização social não foi possível de ser aplicado aos moradores do Assentamento Aroeira, isto é, cada um vive a vida do seu modo, sem precisar do outro. Devido às circunstâncias, tornou-se necessária a criação de relacionamentos horizontalizados, e em torno de objetivos comuns relacionados por meio de produção e a busca de benefícios para todas as pessoas.

De acordo com os moradores, durante as entrevistas feitas e conversas informais, a falta de confiança entre os próprios membros da comunidade é algo muito visível e perceptível. Quando se perguntou, durante as visitas em suas casas, se confiam nas pessoas da comunidade, ou melhor, nos moradores e vizinhos do assentamento, a grande maioria respondeu, sendo que 53%, diziam que confiavam pouco, 19% muito pouco e 13% não confiavam, quando envolvia assuntos relacionados à organização da comunidade ou atitudes de cooperação.

Se somarmos os que confiam pouco, muito pouco ou não confiam, teremos um percentual de 87% das pessoas que de algum modo não confiam nos membros ou vizinhos do assentamento. A ausência de credibilidade entre os moradores leva a estabelecer comportamentos personalizados, individualistas e autônomos. “Onde a desconfiança

impera, as instituições são frágeis, e isso inviabiliza não só a democracia como também o desenvolvimento econômico” (D’ARAÚJO, 2003, p. 32).

O fato de não existir o compartilhamento de valores e normas que geram confiança acaba afetando não só as relações pessoais dos moradores, mas a própria questão econômica do grupo. Segundo Fukuyama (1996), as normas, valores, costumes, hábitos possuem a sua fonte de compartilhamento no entanto, estão muito fragilizadas, sendo assim, fica difícil conceber uma melhora da confiança num espaço de tempo pequeno. Os valores tradicionais observados são os de predomínio particular, num agir individual de cada um, de acordo com seus preceitos. A história coletiva dos moradores começou a ser construída a partir de 2001, com o início do Assentamento.

A perda da obrigação moral e ajuda mútua cedeu lugar à desconfiança que está relacionada à falta de associativismo comunitário para poderem compartilhar valores e normas morais. Segundo Fukuyama (1996), a confiança só ocorre quando uma comunidade compartilha um conjunto de valores morais de forma tal que cria uma expectativa de comportamento equilibrado e honesto.

A desconfiança não gera a expectativa de que os outros vão agir honestamente ou de forma cooperativa em relação aos seus membros, quando estiverem à frente da comunidade. Revela que as pessoas do Assentamento Aroeira não confiam em seus vizinhos ou membros por terem estas expectativas frustradas durante o início da construção da comunidade, ou por não compreenderem o processo de construção de uma comunidade, baseada em valores morais que gerem confiança por parte daqueles que dela participam. A falta de honestidade e cooperativismo faz com que as pessoas olhem para os seus vizinhos com desconfiança.

A desconfiança entre os próprios membros da comunidade, o não envolvimento em questões comunitárias e a carência de boas relações com vizinhos ou membros da comunidade caracteriza o predomínio de um comportamento individualizado em que a posse da terra significou uma independência econômica e de autonomia em relação ao coletivo, que se refletiu na dificuldade de organização, prosperidade econômica e de de-

envolvimento numa perspectiva de melhora na qualidade de vida das pessoas no aspecto comunitário. Isso implica dificuldade de estabelecer uma identidade cultural que os identifique como indivíduos que fazem parte de uma determinada organização, que possuem valores, costumes e hábitos compartilhados coletivamente.

A desorganização comunitária é sentida pelas próprias pessoas ao compreenderem que, se fossem unidas, possuiriam mais força e poder para reivindicar melhorias. A falta de confiança e de boas relações, assim como a desunião é ainda influenciada por uma política econômica capitalista em que é priorizado o individualismo como forma de superar as dificuldades e os desafios da vida. São sinais de ausência dos estoques de capital social, gerando obstáculos para a organização comunitária, uma vez que o mesmo reside e se constrói a partir das relações sociais.

Uma das dificuldades observadas na pesquisa foi a capacidade de criar uma organização comunitária consistente e que inspire confiança, credibilidade, cooperação e ajuda mútua entre os membros. Essa dificuldade de se estabelecer um relacionamento interpessoal de confiança pode ser observada quando os moradores foram perguntados se confiavam nas pessoas da comunidade. Os resultados obtidos refletem um baixo índice de confiança entre os moradores e os membros da comunidade.

De acordo com Baquero (2003, p. 96):

A existência de confiança não só cria um ambiente de credibilidade e, conseqüentemente, de legitimidade, como fortalece o contrato social. A ausência desse elemento gera tensão permanente e instabilidade social que, no máximo, pode aspirar a uma democracia instável em que mecanismos de engenharia institucional não raro parecem medidas casuísticas e de descontextualizados.

Pode-se observar que os meios que ajudam a formar o capital social são vistos como fracos, já que o compartilhar comunitário se encontra limitado nas relações sociais, tidas como mínimas ou necessárias para poder estabelecer o convívio social e comunitário.

Vale ressaltar que as pessoas que compõem o Assentamento Aroeira formam grupos vindos de lugares diferentes e que se refletiu na dificuldade de integração, coope-

ração entre os mesmos. Hoje, os grupos são constituídos em sua grande maioria por três cidades de origem: Chapadão do Sul, 55%; Cassilândia, 28% e Costa Rica, 9%.

Essa diversidade cultural de que é formado o Assentamento Aroeira pode ser vista como um dos obstáculos para uma maior integração entre as pessoas, já que cada grupo de origem possui sua própria concepção cultural, de acordo com o meio em que viveu.

O que pode ser percebido, ainda, é que a grande maioria nunca participou ativamente de uma comunidade ou exerceu um cargo de liderança ou coordenação. As relações de interação social sempre aconteceram na relação de patrão-empregado, marcada pela dependência e não pela autonomia, ou seja, por formas verticalizadas.

Quando ocorreu a necessidade de se auto-organizarem, encontraram muitas dificuldades e limitações em estabelecer relacionamentos horizontalizados, em torno de objetivos comuns para o grupo, refletindo na falta de confiança e cooperação com os líderes comunitários, sendo que os mesmos tinham dificuldade em aceitar idéias ou sugestões que fossem contrárias às deles, resultando em discussões, conflito e debates sem procedência e gerando até agressões físicas, como se verifica até hoje, embora em menor proporção.

A comunidade é um dos únicos espaços privilegiados para as práticas e as iniciativas sociais.

O desenvolvimento local reforça as comunidades, dinamizando suas potencialidades, mas para que isso seja possível, é necessária a reunião de diversos fatores. O grau de educação da população é fundamental para se dispor de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidade e empreender novos negócios. (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 53)

Portanto, o grau de formação e a participação ativa das pessoas são tão necessários quanto os princípios e valores de confiança, solidariedade e cooperação para se poder valorizar os recursos locais e utilizar novas formas de organização social controladas democraticamente.

Tendo como uma das características do Desenvolvimento Local a valorização humana, é preciso levar em consideração os fundamentos culturais, as tradições, hábito e

costumes das pessoas na construção ou criação de assentamentos rurais, pois esses valores estão implícitos nas atividades econômicas e socioculturais, no comportamento e no estilo de vida das pessoas. É o que verificamos com os moradores do Assentamento Aroeira, no sentido de buscar valorizar a prática cotidiana em que o local de convivência se transforme em um

território de identidade de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas [...]. Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concreta. (GUAJARDO, 1988 *apud* ÁVILA, 2001, p. 26)

No sentido coletivo, a identidade sociocultural precisa ser construída, uma vez que esta se constitui a partir das relações sociais de membros de um mesmo grupo social. São essas relações que criam nas pessoas o sentimento de pertencimento a um grupo. Portanto, quanto maior for o compartilhamento das percepções comuns de uma dada realidade, maior será a interação entre si. A identidade cultural passa por uma construção de valores, hábitos, costumes e atitudes que caracterizam um grupo de pessoas ou comunidade.

A identidade cultural e a construção do espaço territorial passam a ganhar maiores significados para as pessoas do Assentamento Aroeira, a partir do momento em que se intensifica o viver e o compartilhar da vida em comum para poder superar o comportamento individualizado e a falta de confiança.

Antes de querer promover o desenvolvimento econômico, é preciso criar ou construir valores sociais que propiciem o fortalecimento do capital social e da identidade cultural local, no objetivo de dinamizar a atividade econômica, com base na pecuária.

Considerações finais

A realidade do Assentamento Aroeira evidenciou-se durante as entrevistas e preenchimento dos formulários, identificando-se a carência de uma experiência comunitária pois os relacionamentos acontecem de forma

autônoma e independente, ausentes de qualquer compromisso mais sério de convívio social, por meio de serviços temporários ou de emprego, sendo a relação patrão-empregado uma das características principais.

Os objetivos do Desenvolvimento Local são de melhorar a qualidade de vida de uma comunidade por meio da dinamização dos processos de produção e compartilhamento, levando em consideração a identidade cultural, que está fundamentada nas tradições e valores. Ficou evidente, na pesquisa, a necessidade de estimular os moradores do Assentamento Aroeira em uma formação voltada às práticas e ações em conjunto, por meio de encontros, palestras e acompanhamentos, no sentido de propiciar às pessoas o entender e compreender a importância da união, da confiança, solidariedade e da cooperação entre eles. É fundamental que essa formação comunitária seja incluída no início do processo de organização dos assentamentos, assim como acontece com o apoio dado pelos assistentes técnicos que são disponibilizados para orientar os assentados no início da sua estruturação econômica.

A cultura e a identidade procedem a qualquer desenvolvimento econômico, pois consideradas essenciais, valorizam a construção e o estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade local. Se a cultura abre as portas do potencial de uma comunidade, a educação é a ferramenta que pode guiar o desenvolvimento desse potencial. Quando a comunidade reconhece o seu potencial de recursos, se torna um dos requisitos básicos para o desenvolvimento endógeno.

Destaca-se que cada grupo de assentados possui suas particularidades próprias de organização, assim como elementos culturais de acordo com cada pessoa, pois os mesmos mudam de acordo com o tempo e o espaço. A importância da cultura como elemento básico para a construção de uma identidade própria, se torna fundamental para que as pessoas possam compreender e estabelecer relacionamentos equilibrados, sendo uma base de sustentação para o desenvolvimento econômico. A identidade cultural é construída por meio de vivência social, num diálogo com os outros.

Para que o Desenvolvimento Local se torne uma prática efetiva no Assentamento

Aroeira, implica antes de tudo uma organização comunitária, para tanto é necessário criar as condições apropriadas para esse fim.

Para melhorar os relacionamentos entre os moradores do Assentamento Aroeira, é necessária uma política pública de ação, tanto do estado como do município, no sentido de cooperar via responsabilidade social para gerar oportunidades para os moradores poderem tomar suas próprias iniciativas e assumirem responsabilidades, objetivando o desenvolvimento local.

Cabe aos órgãos públicos, junto com os assentados, elaborarem projetos de desenvolvimento que ultrapassem a concepção economicista, política e assistencialista e avancem em ações que possam desenvolver o ser humano em suas concepções culturais, fortalecendo os laços de confiança e cooperação entre a comunidade.

Ao mesmo tempo, deve-se pensar em um novo modelo de assentamento rural específico para as realidades locais que possam envolver as potencialidades locais, valorizando a importância das relações humanas, baseadas na cultura e nas tradições das comunidades. Gerar desenvolvimento local de forma sustentável priorizando o bem estar social e comunitário baseado em valores como: confiança, honestidade, justiça e cooperação – **é proporcionar às pessoas uma vida de melhor qualidade.**

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, n. 2, v. IV, p. 379-397, abril/junho, 2000. não citou no texto
- ÁVILA, Vicente Fideles de (Org.). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2.ed. Campo Grande. UCDB, 2001.
- BAQUERO, Marcelo. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação da política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, n. 21, p. 83-108, Nov., 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CLAXTON, Mervyn. *Cultura y desarrollo*. Estúdio Paris: UNESCO, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- FUKUYAMA, Francis. *Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. *Estudios Territoriales*, Madri, n. 24, 1987.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. São Paulo: Vozes, 1999.
- KASHIMOTO, Emília M.; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.
- KLIKSBURG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento local*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARQUES, Heitor Romero; MARTINS, José Carpio. Representações sociais e desenvolvimento local. In: MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto (Orgs.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001, v. 1, p. 43-63.
- MARTIN, José Carpio. *Perspectivas de desarrollo local*. Campo Grande: UCDB, 1999. não citou no texto.
- MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RIVERO-IWASITA, Alicia. Asentamientos humanos y desarrollo local. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 37-42, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. *Geografia: conceitos e temas*. São Paulo: Bertrand, 1995.
- TÖNNIES, Ferninand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1973.
- TUAN, Yu-Tu. *Topofilia*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

Diferenciación funcional y sociedad civil: reflexiones para una nueva gobernación en América Latina

Diferenciação funcional e sociedade civil: reflexões para uma nova governança na América Latina

Functional differentiation and civil society: reflections for a new governance in Latin America

Differenciation fonctionnelle et société civile : réflexions pour une nouvelle gouvernance en Amérique Latine

Arturo Vallejos Romero*
Egon Montecinos Montecinos**
Sergio Ortiz Leroux***
Moisés Pérez Vega****

Recebido em 23/1/2009; revisado e aprovado em 4/5/2009; aceito em 28/7/2009

Resumen: El artículo tiene por objetivo enmarcar la nueva gobernación bajo un patrón operativo de una sociedad mundial -que tiende radicalmente a la diferenciación funcional- y donde las formas para dar cuenta de los problemas de la sociedad obedezcan a mecanismos que puedan tender a controles no verticales e incluyentes de los diversos actores de la sociedad civil. Para esto nos adentraremos en la nueva gobernación (1), para posteriormente pasar a describir brevemente la dinámica social actual: la diferenciación funcional desde el enfoque de la teoría de los sistemas sociales propuesta por Niklas Luhmann (2), lo cual nos permitirá adentrarnos en la propuesta de redes y dar cuenta de una gobernación como la planteada. Luego nos abocaremos a sustentar la importancia de la sociedad civil en este marco (3 y 4), para concluir con algunas propuestas para desarrollos futuros (5).

Palabras clave: Nueva Gobernación. Redes. De Coordinación de la Sociedad Civil.

Resumo: O artigo tem como objetivo enquadrar o governo sob um novo modelo operacional de uma sociedade mundial que tende a variar muito, as formas funcionais dos problemas da sociedade que tem mecanismos que não podem ser de controle vertical incluindo os diversos atores da sociedade civil. Para fazer isso o novo governo deve descrever brevemente a actual dinâmica social: a diferenciação funcional entre a abordagem da teoria dos sistemas sociais proposta por Niklas Luhmann, o que nos permitirá avançar a proposta em redes e sustentar a importância da sociedade civil neste contexto, assinalando algumas propostas para o desenvolvimento futuro.

Palavras-chave: Nova Governança. Networking. Coordenação da Sociedade Civil.

Abstract: The article's objective is to frame the new government under an operative pattern of a world-wide society - that radically tends to the functional differentiation - and where the forms to give account of the problems of the society obey to mechanisms that can tender to non vertical and inclusive controls of diverse actors of the civil society. For this, we will enter ourselves in the new government (1), and we will later describe briefly the present social dynamics: the functional differentiation from the approach of the social systems theory proposed by Niklas Luhmann (2), which will allow us to enter in the network proposal and to give account of a government like the raised one. Then we will lead ourselves to sustain the importance of the civil society in this frame (3 and 4), to conclude with some proposals for future developments (5).

Key-words: New Interior. Networks. Civil Society. Coordination of Civil Society.

Résumé: L'article vise à encadrer le gouvernement dans le cadre d'un nouveau modèle de fonctionnement d'une société mondiale qui tiens à varier de façon spectaculaire, et où les formes fonctionnelles pour tenir compte des problèmes de la société sont dus à des mécanismes qui ne peuvent pas être a la verticale et du contrôle inclusive de la diversité des acteurs de la société civile. Pour ce fait, nous entrons dans la nouvelle gouvernance (1), pour passer à

* Doctor en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) sede México. Profesor e Investigador del Centro de Estudios Regionales (CEDER) de la Universidad de Los Lagos, Lord Cochrane 1225, Casilla 933, Teléfonos: 56-64-333583; 56-64-333576, Fax 56-64-333583, Osorno, Chile. E-mail: avallejos@ulagos.cl; arturovallejos@yahoo.com

** Doctor en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) sede México. Profesor e Investigador del Centro de Estudios Regionales (CEDER) de la Universidad de Los Lagos, Lord Cochrane 1225, Casilla 933, Teléfonos: 56-64-333583; 56-64-333576, Fax: 56-64-333583, Osorno, Chile. E-mail: emontecinos@ulagos.cl

*** Doctor en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) sede México. Profesor e Investigador de la Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Distrito Federal. Calle Prolongación San Isidro, Col. San Lorenzo Tezonco, Iztapalapa, DF, Fono: 5859190. E-mail: ortizleroux@hotmail.com

**** Doctor en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) sede México. Profesor e Investigador de la Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Distrito Federal. Calle Prolongación San Isidro, Col. San Lorenzo Tezonco, Iztapalapa, DF, Fono: 5859190. E-mail: moyvega2000@yahoo.com.mx

décrire brièvement la dynamique sociale: la différenciation fonctionnelle de l'approche de la théorie des systèmes sociaux proposée par Niklas Luhmann (2), ce qui nous permettra d'aller à l'avant dans la théorie des réseaux sociaux et de rendre compte d'un gouvernement comme celle déjà présenté. Ensuite, nous avons la volonté de montrer l'importance de la société civile dans ce contexte (3 et 4), pour conclure avec un certain nombre de propositions pour idées futures (5).

Mots-clés: Nouvelle gouvernance. Réseaux. Coordination de la société civile.

Introducción

El concepto de gobernación ha ganado una enorme importancia no sólo en los círculos académicos e intelectuales, sino también en los sectores públicos, privados y sociales. Existe cada vez más un consenso de que el gobierno, aunque sea capaz, es insuficiente para gobernar la compleja y contingente sociedad moderna. La nueva gobernación ya no reconoce al gobierno como el actor central del patrón de gobernación, sino concibe que el proceso social de decidir los objetivos de la convivencia, y las formas de coordinarse para realizarlos, se lleva a cabo bajo modos de asociación-coproducción-interdependencia entre el gobierno y las organizaciones privadas y sociales.

Pensar la nueva gobernación en un mundo contemporáneo supone, entre otras cosas, asumir una sociedad funcionalmente diferenciada y con una fuerte autonomía del sistema político. Los proyectos políticos, la implementación de políticas y la resolución de los conflictos deben ser planteados en una sociedad donde sus sistemas son cada vez más complejos y, a la vez, interdependientes.

El siguiente artículo se estructura de la siguiente manera: en el primer apartado abordaremos el concepto de nueva gobernación a fin de identificar sus diferencias con el viejo patrón de gobernación. En el segundo apartado presentaremos la nueva gobernación en sociedades funcionalmente diferenciadas desde la propuesta Luhmaniana, poniendo particular énfasis en algunos conceptos centrales de su armazón teórico. En el tercer apartado ofreceremos una propuesta para la coordinación social basada en redes como esquema analítico para una nueva forma de gobierno. En el apartado cuarto presentaremos una breve visión panorámica de la discusión contemporánea sobre la noción de sociedad civil. En el quinto apartado, por su parte, analizaremos el papel de

la sociedad civil en la nueva gobernación, especialmente en lo que corresponde a las formas de cooperación entre el Estado y las instituciones no gubernamentales para la formulación de políticas públicas. Finalmente, en el sexto apartado, y a manera de conclusión, mencionaremos las condiciones estructurales, institucionales y culturales que permiten la emergencia y la consolidación de la nueva gobernación y sus dificultades de traducción para el caso de las sociedades latinoamericanas, las que ancladas en una sociedad mundial y funcionalmente diferenciadas se estructuran bajo rasgos operativos estratificados y jerárquicos.

1 El concepto de nueva gobernación

En los años ochenta y noventa del siglo pasado comenzó a desarrollarse en la teoría política contemporánea la distinción entre gobernación (*governance*) y gobierno a raíz de la crisis, experimentada principalmente por la "acción" insuficiente de este último para resolver las diversas necesidades de la población. A partir de entonces, surgió la preocupación de si el gobierno era suficiente para gobernar a la sociedad y si tenía aún eficacia directiva su estilo tradicional de intervención directa en la solución de los problemas económicos y sociales mediante la planificación, regulación, gasto, imposición y control (AGUILAR, 2006). Este enfoque tradicional o de "vieja gobernación", entre otras cosas, consideraba a los demás actores y subsistemas sociales simplemente como objetos de la acción gubernamental.

La nueva gobernación, por el contrario, considera al gobierno como un actor más dentro del proceso de gobernar a la sociedad; por tanto, ya no es un actor hegemónico pero sí fundamental y necesario en la gobernación social. Éste pierde protagonismo porque sus capacidades, recursos y actuar son insuficientes para conducir a la comunidad. Como señala Aguilar (2004, p. 77), "El gobierno es

insuficiente para la gobernación de la sociedad” y es necesario integrar en el proceso de gobernar a otros actores distintos de él que son importantes para definir el rumbo social y/o proyecto político. Esto requiere de la habilidad gubernamental para articular las iniciativas de los múltiples actores sociales en algún proyecto compartido de política pública o de servicio público para así pasar de un centro dominante a un sistema de gobierno horizontal.

De este modo, “nueva gobernación” viene a ser un estilo de conducción que pone énfasis en el modo como una sociedad define sus valores comunes y objetivos de convivencia, coordina acciones para concretarlos y se inclina hacia formas de autogobierno social en un conjunto mayor de gobernación. En otras palabras, es el proceso mediante el cual el gobierno coordina a la sociedad mediante la definición compartida de objetivos comunes, la aceptación social suficiente de éstos y la orientación e inducción de la colectividad hacia la realización de los objetivos comunes. Este proceso de definición de objetivos con participación activa de los actores de una sociedad genera necesariamente nuevos principios, normas, procedimientos y prácticas de interlocución, decisión y coordinación entre actores y entre éstos y las instancias de gobierno. Es un nuevo estilo que configura un modo singular de gobernar: horizontal, descentralizado, dialógico, concertador; que incorpora la deliberación de los ciudadanos sobre los asuntos públicos y que incentiva la puesta en común de recursos gubernamentales y no gubernamentales para abordarlos.

El estilo de gobernación comienza a ser el de la coordinación de la acción colectiva más que el de la subordinación de actores y sistemas en áreas importantes del bienestar de la vida asociada. Como consecuencia, la nueva gobernación rompe con la idea teórica y práctica de que el gobierno ocupa el lugar central e irremplazable de dirección de la sociedad toda, dado que, actualmente %especialmente en los países desarrollados% la gran mayoría de las empresas, organizaciones sociales y comunidades locales muestran cada vez mayor capacidad para resolver por ellas mismas sus problemas, para autoregularse y autoreproducirse, tendiendo

a ser independientes del gobierno en la resolución de sus problemas. Esta pérdida de centralidad del gobierno se hace manifiesta, a nuestro juicio, en dos dimensiones centrales: la diferenciación funcional de la sociedad, que provoca la autonomía de los subsistemas sociales, y la emergencia de la sociedad civil como un actor diferenciado de la lógica del Estado y del mercado.

2 La nueva gobernación en sociedades funcionalmente diferenciadas: el esquema Luhmanniano

La propuesta Luhmanniana bebe de diversas fuentes para la conformación de su teoría de la sociedad. La estructura general tiene los siguientes componentes: 1) Teoría General de los Sistemas Sociales; 2) Teoría General de la Sociedad [La Sociedad como Sistema (Teoría de Sistemas) – Teoría de la Comunicación – Teoría de la Evolución – Teoría de la Diferenciación de la Sociedad – Teoría de la Autodescripción de la Sociedad]; Teoría General de la Organización y Teoría General de la Interacción; y 3) Monografías sobre campos específicos (Política – Economía – Derecho – Educación – Religión – Arte – Ciencia – Intimidad) (LUHMANN y DI GIORGI, 1998, p. 23).

Presentar la teoría Luhmanniana no está carente de problemas, debido a que su entramado teórico tiene las características de un laberinto; un carácter circular, donde cualquier entrada que se haga nos permitiría abordar una exposición. En la trama de este laberinto, aunque Luhmann se desmarque de una visión tradicional, no desechará las propuestas de la tradición sociológica, por lo que a partir de ella argumentará por qué no está de acuerdo en tomar la tradición y por qué asumirá para su armado conceptos venidos de teorías como la comunicación, cibernética, biología, matemáticas, etc.

Construir una teoría de esta envergadura, según Luhmann, debería permitir describir una sociedad moderna y diferenciada funcionalmente, pues los armados conceptuales actuales apuntan a parcelas de la sociedad y no a ésta como sistema omniabarcador. Para ello la teoría que se elabora debe tener la capacidad de explicar cualquier acontecimiento que se pueda

tematizar y que hará posible describir la unidad de la sociedad moderna a través de las comparaciones entre sistemas funcionales de diverso tipo, para lo cual hará uso de los avances realizados en disciplinas como la matemática, cibernética, comunicación, entre otras, y tomará como base la perspectiva constructivista, acuñando para su teoría un constructivismo operativo. El constructivismo sustenta que un sistema no puede conocer el exterior sino es desde su propio interior, es decir, no habría nada en el exterior, sino que todo será una construcción interna del sistema en cuestión. Pero Luhmann, desde un constructivismo operativo, no abogará por un constructivismo ingenuo; solipsista, sino, que asumiendo la existencia de sistemas, la construcción social estará dada a través de una observación que observará cómo observan otros sistemas observadores, por lo tanto, cómo éstos construyen sus realidades a través de su observación (observación de segundo orden). En otras palabras, dirá que la sociedad – y la operación de los sistemas que en ella se encuentran– existirán sólo para los observadores que los describen, abogando por una teoría selectiva, es decir una teoría que es tal por estar basada en niveles más abstractos que las teorías actualmente a disposición.

2.1 Algunos Conceptos

Uno de los conceptos claves en la propuesta Luhmaniana es el de *Complejidad*. Venido de la Cibernética (LUHMANN, 1996, p. 180), expresa que siempre el entorno será más complejo que el sistema, siendo la reducción de la complejidad su condición de posibilidad. Reducir complejidad será sinónimo de selectividad por parte del sistema, tanto del entorno como de sí mismo, lo cual significará coacción a seleccionar y por lo tanto contingencia (LUHMANN, 1998a, p. 48).

Ante una sociedad moderna cada vez más compleja, y donde se vuelve improbable que existan las posibilidades de tener una relación uno a uno con el entorno, se producen y autoproducen por las operaciones de la sociedad una infinidad de posibilidades en su interior. En esta dinámica se vuelven relevantes los conceptos de *Contingencia*

(LUHMANN, 2002, p. 30) y *Sentido* (LUHMANN, 1998b, p. 14-19). El primero es algo que es como es, pero podría haber sido de otra manera. Es decir, la contingencia nos lleva a otras posibilidades y a la necesidad de selección, siendo ésta libertad de elección, pero la obligación de elegir debido a la complejidad del entorno. El segundo será la estrategia de selección de los sistemas para enfrentarse y procesar la complejidad del entorno, es decir, de qué elementos y operaciones pertenecerán a él y cuáles no (VON SCHLIPPE y SCHWITZER, 2003, p. 67). Esto será de suma importancia, pues sistema funcional que no demarque sus límites, por lo tanto su clausura y sus operaciones propias, tenderá a diluirse en el entorno; en otras palabras, a dejar de ser sistema y fenecer o ser otra cosa.

Basal en la teoría Luhmaniana, desde el año 1984, momento en que nace su propuesta conceptual en su libro *Sistemas Sociales*, es el concepto de Autopoiésis. A este concepto de allega el concepto de Acoplamiento Estructural, ambos tomados de los biólogos chilenos Humberto Maturana y Francisco Varela. Por el primero se entenderá la producción que hacen los sistemas por sí mismos de sus estructuras como de sus elementos (LUHMANN y DI GIORGI, 1998, p. 39-40). Se producen y se reproducen a sí mismos, y esto por su naturaleza autónoma (LUHMANN, 1998b, p. 10). Esto no quiere decir que el sistema prescindiera de su entorno, sino se mantiene permanentemente adaptado a él, en lo que Maturana llama acoplamiento estructural. Éste es una constante y condición para la supervivencia del sistema autopoiético. Así el sistema está acoplado a su entorno y existe o no lo está y no existe. En esta relación el sistema y el entorno se estimulan mutuamente, gatillándose cambios, con el mantenimiento del acoplamiento (LUHMANN, 2002, p. 34). Luhmann expresa que el acoplamiento estructural funciona siempre e imperceptiblemente, aún cuando no se piensa en él o no se habla de él (LUHMANN y DI GIORGI, 1998, p. 53-54).

Al ser un sistema autopoiético, es necesario reconocer los elementos que los forman y que son creados por estos mismos. Estos elementos deben ser propiamente sociales, pasajeros y permitir que se

establezcan conexiones entre ellos, para formar una red de producción que los produzca. Para Luhmann el elemento o ultraelemento de lo cual estaría compuesta la sociedad para producirse y reproducirse es la *Comunicación*. Los requisitos de la comunicación para que sea el componente vital, así como los átomos para el universo, son: *a)* que es eminentemente social, dado que necesita de al menos dos personas para producirse; *b)* que es pasajera, pues apenas comienza empieza a desvanecerse, y *c)* que va dejando puentes, es decir, va tendiendo conexiones con otras comunicaciones que permiten continuar la autopoiesis del sistema social. Esta no es una acción, sino un evento que requiere de la participación de más de un actor para tener lugar. En esta conformación teórica la comunicación es una síntesis de tres selecciones: *a)* la selección de una información: *qué voy a informar, qué voy a decir*; *b)* la selección de una expresión o acto de comunicar: *cómo lo digo*; y *c)* la selección de una comprensión/incomprensión, en que *Ego* elige una de las posibilidades de comprensión o incomprensión de lo que *Alter* le ha transmitido. En este acto, *Ego* diferencia entre la información y la expresión: *qué entiendo*. Por lo tanto, para que el sistema autopoietico continúe la comunicación requiere establecer vínculos con otras comunicaciones, así, las distintas partes de la comunicación, se atribuyen como acciones a los interlocutores (RODRÍGUEZ y TORRES, s/f).

2.2 Diferenciación Funcional

En la Evolución Sociocultural Luhmann distingue dos niveles: 1) la evolución de las formas de diferenciación, y 2) la evolución de las formas concretas de la sociedad (IZUZQUIZA, 1990, p. 196). En la primera plantea tres tipos de sistemas sociales: *a)* Interacción; *b)* Organizacionales, y *c)* Sistemas Societales. Para el teórico alemán habría una distinción del primer nivel y la manera en que se trazan los límites entre sistemas parciales y sus entornos al interior de la sociedad. Este proceso daría como resultado la diferencia sistema/entorno e igualdad/desigualdad (CORSI, 1996, p. 58), donde en su evolución encontramos

cuatro distintas formas de diferenciaciones, pero que pueden no ser las únicas. Más abajo se presentan las maneras de su diferenciación y sus diferentes modos de integración (LUHMANN y DIGIORGI, 1998, p. 293-338; LUHMANN, 2002, p. 41-51).

Las primeras, *Sociedades Segmentarias*, están basadas en la igualdad – orientada por criterios de parentesco –, con diferenciaciones de unidades similares (clanes, tribus, familias, entre otras) entre sí y cada una de éstas constituye entornos para las otras. La desigualdad se refiere al entorno, por lo que los seres humanos no pertenecientes a la sociedad pueden, incluso, ser considerados no humanos (LUHMANN, 2007). En las segundas, *Centro y Periferia*, se hace uso de la desigualdad, donde puede darse un centro formado por la ciudad, la fortaleza o el templo y una periferia en la que reina el criterio de la igualdad. Esta forma es resultado de la diferenciación del centro (dependiente), mientras que la periferia mantiene la diferenciación segmentaria de las familias (autosuficiente) y experimenta nuevas diferenciaciones según sea su contacto con el centro (Ibid.). Las terceras, *Sociedades Estratificadas*, pueden ser definidas como tal cuando representan un orden de clases y no se puede pensar en un orden sin éstas. La estratificación se produciría originalmente como una simple diferencia entre nobleza y pueblo (no habría vínculos de sangre con estratos inferiores), y las diferencias se basarán en la riqueza aceptada socialmente. Para Luhmann, la estratificación es el producto de la diferenciación y clausura del estrato superior. La clausura se da principalmente a través de la endogamia, pero también de una clausura semántica: el estrato superior se distingue a sí mismo como referencia al estrato inferior, que puede estar en un primer momento ignorante de su posición (Ibid.). Y la cuarta, *Sociedades Diferenciadas Funcionalmente* % que son las que interesan para este trabajo % proponen una relación entre el subsistema diferenciado funcionalmente y el sistema global. La función es llevada a cabo en el subsistema especializado y consiste en la solución a un problema de la sociedad global. La especialización y funciones son cumplidas por el propio subsistema de manera exclusiva y no hay otros sistemas

que tengan la misma función, es decir, un subsistema no puede reemplazar a otro ni ayudarlo en tiempos de crisis. En estas funciones, vistas desde una sociedad global, no existe ninguna jerarquía u orden de importancia. La perspectiva de cada subsistema ocupa la posición prioritaria, utilizando su propio código, lo que lo hace mirar al sistema completo – como sistema o como entorno –, desde su propia perspectiva. Así, el sistema alcanza sus operaciones mediante la reproducción en la red que estas mismas operaciones forman, debido a que la función se vuelve un punto de referencia obligado en la autorreferencia del sistema funcional. Para ello, el sistema funcional hace uso de un *código binario* propio, vale decir, que ningún otro subsistema utiliza y, ciertas reglas que se conforman en *programas*, las cuales pueden operar a corto plazo y variar en el tiempo, con lo que posibilitan que los subsistemas funcionales cambien aspectos relevantes de su estructura, sin perder su identidad (*Ibid.*).

Entonces, en sociedades diferenciadas funcionalmente se produce una fragmentación de la unidad de la sociedad en términos de la diferenciación de subsistemas funcionales, especializados en funciones determinadas que para ellos operan como prioritarias, lo que los hace, además, insensibles para otros intereses. Pero esto no significa que no se creen interdependencias necesarias, pues los subsistemas se relacionan entre sí por medio de sus prestaciones recíprocas. Por lo tanto, los subsistemas a través de su mutua posibilitación dada por la autopoiesis y los acoplamientos estructurales, desarrollan ciertas sensibilidades: se sintonizan para resonar ante determinados eventos del entorno y con esto se produce lo que podríamos llamar una coordinación pragmática de intransparencias entre subsistemas autopoieticos, clausurados operacionalmente y acoplados estructuralmente a su entorno (MASCAREÑO, 1996, p. 6).

Bajo este escenario teórico, el cual describe una sociedad moderna, es donde debiera anclarse una propuesta de gobernanza moderna, que más que tender a un control desde un centro debiera propiciar coordinaciones horizontales. Es esto lo que el apartado siguiente pretende introducir.

3 La coordinación social en sociedades funcionalmente diferenciadas: el enfoque de las redes

Las transformaciones que experimentan las sociedades contemporáneas exhiben una crisis del modelo de coordinación jerárquica estatal, que fue puesto en práctica en distintas regiones del mundo a partir de 1945, bajo diferentes proyectos político-económicos (*p.e.* el Estado de Bienestar en Europa Occidental y el Estado desarrollista en América Latina y otras regiones del mundo en vías de desarrollo). A partir de la crisis que experimentaron estos modelos en la década de los setenta y los ochenta, surgió la propuesta neoliberal que propuso, y actualmente propone, una nueva forma de coordinación social mediante el mercado. Dados los fracasos y limitaciones de ambos modelos de coordinación social gana fuerza una tercera forma: la coordinación social mediante redes (LECHNER, 1997).

La coordinación basada en redes puede interpretarse como una respuesta a los fenómenos de diferenciación, especialización e interdependencia en términos sociales, políticos y económicos. Podemos resumir las principales características de las redes, de acuerdo a los planteamientos de Messner (1999, p. 95-98), las cuales *a)* son una nueva invención institucional que responde a las peculiaridades de una sociedad policéntrica; *b)* combinan la comunicación vertical y la horizontal, siendo un tipo específico de coordinación, diferente a las formas de coordinación política o coordinación por el mercado; *c)* vinculan diferentes organizaciones, estableciendo una interacción entre sus representantes (no se refiere a las relaciones al interior de una sola organización); *d)* las relaciones en ellas tienden a ser más informales que formales (no implica la formación de una nueva organización); *e)* hay dependencia recíproca entre los participantes en ellas (ninguno tiene por sí solo todos los recursos necesarios – información, recursos financieros, implementación legal – para resolver el problema y depende por tanto, de la cooperación de los demás); *f)* su objetivo es el de formular y llevar a cabo decisiones colectivas en torno a determina-

dos problemas compartidos, es decir, los participantes se hacen cargo de ejecutar las decisiones tomadas y por tanto son *corresponsables* en la solución del o los problemas; en el momento en que ésta se logra se disuelve la red en tanto vinculación limitada en el tiempo; y g) su punto de partida es un conflicto o una diversidad de intereses que se encauzan mediante una cooperación competitiva (cada actor defiende sus intereses propios a la vez que colabora en decidir una solución compartida).

Cabe distinguir diferentes tipos de redes, según el número de participantes, la vinculación fuerte o débil entre ellos, el grado de estabilidad de la red, su campo de acción, etcétera. Según Lechner, (1997, p. 15), toda red responde a una cierta "lógica funcional" que se traduce en algunas reglas mínimas, como la distribución justa de costos y beneficios entre los participantes, la reciprocidad (que va más allá del intercambio e incluye confianza, *fair play* y una vinculación intersubjetiva que sustenta el sentimiento de pertenencia a una comunidad), la autolimitación de cada actor y el respeto a los intereses legítimos de los otros actores¹.

Por otro lado, en el contexto de sociedades crecientemente complejas y diferenciadas cobra relevancia el papel del Estado con vistas a integrar y "controlar", bajo la idea de una autorregulación regulada², las redes políticas en el proceso de desarrollo del conjunto social sin anular básicamente su autonomía de acción. De acuerdo con Messner (1999, p. 105-106), el Estado pasa a ser un "gestor de interfases y de interdependencias", asumiendo funciones de: a) coordinación, organización y moderación; b) intermediación; c) control; d) orientación; y e) corrección.

En síntesis, podemos concluir que la independencia (la existencia de actores y organizaciones independientes) y la interdependencia (cooperación interorganizacional) se constituyen en características intrínsecas de la coordinación social mediante redes. La capacidad de articulación de intereses propios, divergentes y colectivos en una red es lo que hace de las redes un nuevo tipo de ordenamiento social a medida que surge un nuevo tipo de "sentido de la responsa-

bilidad colectiva". Las redes, al articular estas lógicas tan heterogéneas, reflejan y procesan las crecientes interdependencias e independencias existentes en las sociedades diferenciadas. Por otro lado, la eficiencia de las redes presupone la capacidad de organización autónoma, de trabajo, y de acción de los actores y organizaciones involucrados.

Por lo tanto, los actores y organizaciones independientes de la sociedad civil juegan un rol fundamental en la nueva gobernación de las sociedades funcionalmente diferenciadas. Antes de examinar dicho rol, pasemos a echar un breve vistazo a la noción contemporánea de sociedad civil.

4 La discusión contemporánea sobre la idea de la sociedad civil

La discusión contemporánea sobre la idea de la sociedad civil tiene, por lo menos, seis fuentes teóricas de inspiración. La primera corresponde a una operación teórica iniciada por los críticos neomarxistas del socialismo autoritario. La segunda se vincula con la crisis del Estado social. La tercera abarca las formas de autoidentidad de diversos movimientos sociales antiautoritarios. La cuarta tiene que ver con la crisis de los Estados autoritarios y las transiciones a la democracia. La quinta comprende la reflexión sobre el "excepcionalismo" norteamericano. Y la sexta se asocia con los problemas de la sociedad civil en América Latina (OLVERA, 1999).

La primera fuente de inspiración tiene sus raíces en la noción de sociedad civil desarrollada por Hegel³, Marx⁴ y Gramsci.⁵ Para los críticos neomarxistas del socialismo autoritario %en Francia: Lefort, Gortz y Rosanvallon; en Europa del Este: Kolakowski, Michnik y Vajda%, el problema teórico básico fue el de cómo fundamentar la autonomía de lo social respecto a la política y la economía. Los principios normativos comunes de su estrategia fueron los de autoorganización de la sociedad, la reconstrucción de los lazos sociales fuera del Estado autoritario y el llamado a construir una esfera pública independiente de los espacios controlados (OLVERA, 1999, p. 30).

La segunda fuente de inspiración se relaciona con la crisis (fiscal, administrativa, política y cultural) del Estado social, la cual se tradujo en un reflujo del activismo social de los gobiernos y en un repliegue de la intervención estatal directa en la economía. Ello provocó, en contrapunto, la resurrección la acción de comunidades y organizaciones en el terreno de la ayuda y promoción social (Aguilar, s/f). Bajo esta premisa, autores neoconservadores como Crozier y Huntigton se concentraron, desde el punto de vista económico, en el problema de la crisis fiscal del Estado, analizando los límites estructurales a la expansión del Estado de bienestar. En el aspecto político cultural, estos críticos del Estado de bienestar subrayaron el debilitamiento de la ética de la responsabilidad, la ampliación del clientelismo y el exceso de demandas políticas sobre el Estado por parte de los actores sociales. La consecuencia de su crítica fue la revaloración del mercado como medio de distribución de recursos y como el mecanismo más eficiente para la atención de los problemas sociales.

Contra esta visión neoconservadora emerge la crítica de los nuevos movimientos sociales, tercera fuente de inspiración de la idea contemporánea de la sociedad civil. En los años setenta y ochenta, Touraine y Melucci insistieron en que la aparición de los nuevos movimientos sociales puede adjudicarse a una serie de cambios estructurales del sistema capitalista en su conjunto, de los cuales el principal es que los países centrales se han convertido en sociedades posindustriales en las que la información es el nuevo eje del poder y la acumulación. Desde esta mirada se subraya el hecho de que el Estado de bienestar ha olvidado dimensiones completas de la vida social, como las relaciones de género, la ecología, el riesgo de la política como guerra. De aquí se derivan los movimientos feminista, ecologista y pacifista. Esta crítica apuntaba, además, a la necesidad de redefinir las redes de solidaridad social, cambiar la noción misma de progreso y acabar con la guerra como fundamento de la política. Otro autor central de esta tradición intelectual es Habermas. Si bien es cierto que el filósofo alemán no desarrolló una teoría específica de la sociedad civil, también es cierto que se puede reconstruir un concepto de

sociedad civil a partir de su herencia teórica, tarea desarrollada por algunos de sus discípulos, en especial Cohen y Arato (OLVERA, 1996, p. 31-40). Partiendo de la dualidad entre sistema y mundo de vida, estos autores han asociado la defensa del mundo de vida a los movimientos de la sociedad civil. Ellos encuentran en la parte institucional del mundo de vida, es decir, en las instituciones y formas asociativas que requieren la acción comunicativa para su reproducción, el fundamento mismo de la sociedad civil⁶.

La cuarta fuente de inspiración tiene que ver con la crisis de los Estados autoritarios y las transiciones a la democracia. Autores como O'Donnell y Schmitter han reconocido en general que la "resurrección de la sociedad civil" constituye un prerrequisito de la transición a la democracia. Aquí, por sociedad civil se entiende un conjunto de asociaciones voluntarias, movimientos populares y grupos profesionales. Su "activación" culmina en movilizaciones masivas que normalmente anticipan la caída de la dictadura o el régimen autoritario. Sin embargo, una vez que la movilización de la sociedad civil obliga a las élites políticas a iniciar un proceso de negociación, es necesario marcar un límite a la movilización de la sociedad, pues de otra manera la culminación de las negociaciones no sería posible, dado que los actores autoritarios podrían sentirse amenazados por la oleada movilizatoria. Por ello, el pacto final se torna en un asunto exclusivo de las élites políticas.

La quinta fuente de inspiración comprende la reflexión sobre el "excepcionalismo" norteamericano. A partir de la obra de Tocqueville, Seligman ha intentado rastrear los orígenes religioso-culturales y las formas de institucionalización de la cultura asociativa estadounidense. De este interés surge la tradición teórica que asocia la existencia de una sociedad civil a la presencia de raíces culturales que valoran y fundamentan una tradición asociativa, la cual se vincula a un fuerte proceso de individuación y a la existencia de un sentido de igualdad cívica que está firmemente anclado en el pensamiento colectivo de Estados Unidos. En esa línea de análisis, otros autores como Putnam han desarrollado un concepto de "capital social"

que es análogo a las ideas de “densidad asociativa” y “cultura de la cooperación” que son herederas de las tradiciones liberales de la politología estadounidense. Por tanto, la idea de sociedad implícita aquí es la de una serie de redes de asociaciones culturales, con carga identitaria, pero cuidadosamente ajenas a la política, que socializan a los ciudadanos en la cultura de la cooperación y en la ética de la responsabilidad.

Finalmente, la sexta fuente se asocia con los problemas de la sociedad civil en América Latina. En esta región, la recuperación de la idea de sociedad civil ha tenido otras connotaciones. Los teóricos de la dependencia (FALETO, FURTADO y CARDOSO), por ejemplo, adoptaron una actitud ambivalente frente a la democracia y no se plantearon el problema de la ausencia de la sociedad civil, pues concibieron el autoritarismo como una cuestión de inclusión o exclusión, no de autoorganización de la sociedad, control o influencia de ésta sobre el Estado y la economía. Estas concepciones son herederas del proyecto normativo de los regímenes populistas en donde la autonomía de la sociedad, la aplicación de derechos, la libertad asociativa, quedan subordinadas a las formas de integración populista, que en la práctica constituyeron formas de fusión entre el Estado y la sociedad bajo la hegemonía del primero. En Lechner, por su parte, la invocación de la sociedad civil nos remite a la defensa de la sociedad ante la desintegración del tejido social causado por una modernización brutal. En este sentido, la recuperación de la idea de sociedad civil tiene el carácter defensivo de la comunidad tradicional frente al mercado. De hecho, este significado es dominante en los modernos movimientos étnicos de América Latina.

5 El papel de la sociedad civil en la nueva gobernación

La revalorización de la sociedad civil como una esfera autónoma del Estado ha provocado un fuerte impacto en el patrón de gobernación. En la nueva gobernación, las instituciones estatales y no estatales, los actores públicos, privados y sociales, participan y a menudo cooperan en la formulación y la aplicación de las políticas

públicas. La cooperación entre el Estado y la sociedad civil para la formulación de políticas públicas, puede llevarse a cabo de diferentes maneras.

En primer lugar, el resurgimiento de la sociedad civil ha provocado una forma de *gobernación más horizontal y menos jerárquica*. La toma de decisiones ya no proviene de arriba hacia abajo sino de afuera hacia adentro. La autonomía de la sociedad civil provoca una diferenciación y descentralización de la política que se traduce en que la unidad social ya no puede ser garantizada por la vía del consenso estatal sino por la vía del conflicto social. Gracias a ese conflicto se legitima una forma de gobernación más horizontal y menos jerárquica.

En segundo lugar, el resurgimiento de la sociedad civil ha provocado un tipo de *gobernación neocorporativa*. Las autoridades públicas y los actores corporativos privados han colaborado en los procesos de formulación de las políticas públicas. Esto puede lograrse mediante acuerdos neocorporativos, término que se utiliza para designar las negociaciones institucionalizadas entre el Estado, las empresas organizadas y los trabajadores organizados, sobre temas de política macroeconómica (MAYNTZ, 2001). Estas estructuras neocorporativas existen en una serie de países de Europa Occidental, como Suecia, Austria y Alemania.

En tercer lugar, el crecimiento de la sociedad civil ha promovido una modalidad de *gobernación multiestratificada*. Anteriormente, la regularización estaba focalizada casi exclusivamente en instituciones estatales. Gobernación significaba gobierno del gobierno en territorios estatalmente centralizados. Ahora, las agencias a nivel subestatal han obtenido grandiosas iniciativas e impacto en la política. La gobernación se ha trasladado de un estatismo unidimensional a una multidimensionalidad de las capas locales, regionales, nacionales y globales de regulación. Las ONG, las asociaciones de negocios, las uniones de comercio, entre otras, han dirigido sus formas de cabildeo hacia instituciones gubernamentales locales, nacionales y transnacionales. El resultado ha sido el establecimiento de compromisos mutuos entre las instituciones estatales y no estatales para la formulación y aplicación de políticas públicas.

En cuarto lugar, la cooperación entre Estado y sociedad civil ha tomado la forma de *redes mixtas* de actores públicos y privados que se observan en niveles más específicos de los sectores de las políticas, por ejemplo en las telecomunicaciones, salud e investigación científica. El surgimiento y la importancia creciente de las redes de políticas constituyen un rasgo particularmente importante de la nueva gobernación, ya que el gobierno deja de ser el centro director de la sociedad. En las redes de políticas, el Estado y la sociedad civil se acoplan de forma flexible y la interacción de este tipo de redes produce un consenso negociado que facilita la formación de una política pública.

En quinto lugar, la gobernación moderna asume formas de *autorregulación social*. Aquí, los actores corporativos privados cumplen con funciones reguladoras que, en definitiva, son de interés público y que le han sido asignadas, explícita o implícitamente, por el Estado. Una forma de autorregulación de la sociedad son los sistemas de negociación entre los representantes de intereses diferentes o incluso opuestos. Un ejemplo de esto lo constituye el sistema alemán de negociación institucionalizada de los salarios, entre el capital y la fuerza laboral, en la que no participa el gobierno y donde no se supone que interfiera (MAYNTZ, 2001).

En sexto lugar, el crecimiento de la idea de la sociedad civil ha contribuido a apoyar lo que algunos autores han llamado la *privatización de la gobernación*. La sociedad civil no solamente ha sido involucrada en la formulación e implementación de regulaciones, sino que estas funciones han pasado a ser de su exclusiva responsabilidad. Para los críticos neoconservadores, el gobierno no solamente es insuficiente para gobernar sino además es innecesario. "Gobernación sin gobierno" es el lema de quienes defienden esta postura extrema.

Sin embargo, no siempre es fácil garantizar la cooperación entre el Estado y la sociedad civil. Factores estructurales, institucionales y socio-culturales dificultan la plena afirmación del nuevo patrón de gobernación. Sobre este asunto versará el siguiente apartado, y final, y se dejarán esbozados algunos puntos para puedan ser explorados y trabajados en el futuro.

6 A manera de conclusión: Condiciones para la nueva gobernación en modernidades periféricas.

La nueva gobernación puede emerger y consolidarse no sólo en aquellos países que tengan una serie de condiciones estructurales, institucionales y culturales previas, por lo que el desafío de modernidades periféricas como América Latina está en hacerse cargo de los siguientes puntos para sustentar una gobernación moderna.

- a) Una condición de índole más general para poder desarrollar una nueva gobernación, es que el *poder debe estar disperso en la sociedad*, pero no de manera fragmentada e ineficiente. Las autoridades políticas tienen que ser legítimas en sentido democrático, diversificadas, competentes y deben manejar recursos suficientes para llevar a cabo las decisiones que se tomen.
- b) En la nueva gobernación debe existir una *sociedad civil fuerte, funcionalmente diversificada y bien organizada*. La sociedad civil tiene que estar funcionalmente diferenciadas, donde organizaciones especializadas lleven a cabo las funciones económicas más importantes, tales como la producción, la enseñanza, el cuidado de la salud, etcétera. Asimismo, la sociedad civil tiene que estar bien organizada. Tiene que haber actores corporativos que representen diferentes intereses funcionales, así como diferentes intereses socioeconómicos: sindicatos, asociaciones empresariales, institutos científicos, organizaciones de consumidores, ecologistas, entre otros. Ambos tipos de actores, las organizaciones productivas y de servicios y las asociaciones de voluntarios, deben gozar de una relativa autonomía, es decir, no deben ser controladas políticamente. Finalmente, entre los diferentes grupos sociales y organizaciones tiene que existir por lo menos un mínimo sentido de identificación y de responsabilidad con la totalidad o, si se quiere, una identidad común.
- c) La nueva gobernación presupone *la confianza* como uno de sus principios organizadores principales. La confianza puede interpretarse como un espacio de

encuentro entre sujetos individuales y colectivos, los cuales poseen un sentimiento de identidad, apego y compromiso sobre lo que sucede en su entorno. Existen niveles de confianza que van desde el espacio privado al espacio público. ¿De cuál confianza hablamos? Estamos refiriéndonos a la confianza que se construye en el espacio público, aquella que hace posible movilizar un conjunto de ciudadanos en torno a un proyecto común, donde las relaciones se representan más horizontales, no jerárquicas, se comparten responsabilidades y se tienen claras las funciones que cada miembro (individual o colectivo) debe cumplir.

- d) En la nueva gobernación debe predominar la *asociatividad libre, acordada y voluntaria*. La asociatividad o capacidad asociativa, como señala Tocqueville, se basa en individuos libres e independientes entre sí, pero que a su vez se requieren mutuamente. Presupone que nadie puede obligar a otro ni ser obligado por otro, pero al mismo tiempo requiere que ningún individuo se pueda valer por sí mismo (para el cumplimiento de objetivos públicos y colectivos) y que le sea necesaria la participación de los demás. La asociatividad en la nueva gobernación se podría entender como la asociación y organización de carácter voluntaria, acordada y democrática entre actores e instituciones de distinta naturaleza, los cuales establecen un vínculo explícito -formal o no - con el fin de alcanzar un objetivo común de largo plazo relacionado con el desarrollo y crecimiento de su entorno.
- e) La nueva gobernación requiere la construcción de un *proyecto común*. El proyecto político corresponde a una visión de sociedad compartida por distintos actores, altamente acordados y que representan los diversos intereses de una sociedad. En este proyecto, los actores se sienten convocados a participar en aspectos con los cuales se sienten altamente identificados y comprometidos, lleva implícita una imagen que representa los futuros posibles, es altamente participativo. Si en un estilo de gobierno no encontramos la participación, habilidades y aprendizajes de la sociedad civil, no se

hará de ella un estilo asociado a la nueva gobernación.

Sin embargo, las condiciones anteriores, % - aunque encontremos algunos casos en América Latina % - tienen su asidero en sociedades desarrolladas o modernidades centrales, donde los sistemas sociales operan descentralmente, acoplados y estableciendo puentes comunicantes que les permitan un funcionamiento coordinado. En este tipo de sociedades se puede plantear una coordinación coordinada no jerárquicamente o de forma horizontal (MAYNTZ, 2000, p. 1; MESSNER, 1999, p. 95), pues vemos subsistemas, actores y organizaciones autónomas que pueden negociar y deliberar entre sí.

Pensar la nueva gobernación para América Latina supone el desafío dar cuenta de un tipo de sociedad distinta a las desarrolladas (VALLEJOS, 2007). Es pensar un orden social, como diría Mascareño (2001, p. 1), que a pesar de ser comprendido bajo criterios de modernidad, es guiado en sus operaciones fundamentales por la lógica parcial de un centro de regulación global. Es decir, este orden social orientado concéntricamente describe un tipo de estructuración de sistemas funcionales caracterizado por niveles de autonomía diversos, en el cual sistemas autónomos diferenciados bloquean o ponen obstáculos al despliegue autorreferencial de lógicas parciales en vías de diferenciación. El desarrollo autónomo de cada esfera se hace dependiente del sistema central, y los acoplamientos se transforman en procesos de desdiferenciación que dificultan el despliegue de la especialización de funciones .

Por lo tanto, si asumimos una diferenciación funcional de los sistemas tanto en los países desarrollados como en vías de desarrollo, ¿podríamos afirmar y argumentar una nueva gobernación para América Latina en los términos de una sociedad funcionalmente diferenciada? En una sociedad diferenciada funcionalmente, pero que obedece a una forma de tipo concéntrico ¿qué orientaciones se debieran potenciar para gatillar la coordinación social entre actores? Al mismo tiempo, si asumimos que la teoría de la sociedad civil tiene un carácter histórico específico y acotado a las sociedades occidentales desarrolladas, donde los dere-

chos fundamentales han sido efectivamente institucionalizados y extendidos a los campos de las libertades y prerrogativas políticas, sociales, económicas y culturales, ¿qué hacer en América Latina donde nuestras sociedades se caracterizan precisamente por un déficit de civilidad, una falta de respeto a la ley y formar corporativas y clientelares de articulación social? La respuesta a estas preguntas abre una agenda de discusión que por ahora no abordaremos pero que resulta de enorme pertinencia para el futuro democrático de nuestras sociedades.

Notas

¹ Por otra parte, la coordinación mediante redes enfrenta serios riesgos. Lechner (1997, p. 15-16) destaca tres: bloqueo en la toma de decisiones; externalización de los costos a terceros, no participantes en la red; y toma de decisiones sin efectos vinculantes. Asimismo, Lechner destaca que la coordinación mediante redes parece menos apta para hacerse cargo de otras dos exigencias de coordinación social: la representatividad y la conducción de cara al futuro. Messner (1999) expone en extenso los problemas y obstáculos latentes en las redes.

² Esta vuelta al Estado no estaría basada en la idea de control desde un centro, si no más bien que las propuestas y operaciones dadas de autorregulación social sean reguladas por el Estado para su concreción en nuestra región. El Estado cumpliría "en serio" un rol de coordinador o supervisor para dar cuenta de su fórmula de contingencia que es velar por el "bien común". Para ahondar en esta nueva forma de regulación, ver Esteve Pardo, José (2002), *Autorregulación: génesis y efectos*, Editorial Arazandi, España; Darnaculleta i Gardella, María (2003), *Derecho Administrativo y autorregulación: la autorregulación regulada*, Tesis Doctoral, Universidad de Girona, España.

³ Hegel visualizó a la sociedad civil como un ámbito intermedio entre la comunidad familiar (lo privado) y el Estado (lo público), propio de las sociedades modernas (SERRANO, 1999, p. 65).

⁴ Para Marx, la sociedad civil, como instancia diferenciada de lo estatal, es vista como el ámbito donde la burguesía pudo consolidar y expandir su poder económico, hasta llegar a convertir al Estado en un mero instrumento de sus intereses (SERRANO, 1999, p. 77).

⁵ En Gramsci la sociedad civil es un elemento de la supraestructura, constituido por el conjunto de "aparatos hegemónicos", cuya función es la formación de un consenso. Mientras la diferenciación entre base material y supraestructura corresponde a la diferenciación entre economía y política, la dualidad sociedad civil y Estado denota la distinción entre el aspecto del consenso (la lucha ideológica) y el aspecto de la fuerza, respectivamente, del sistema político (SERRANO, 1999, p. 78).

⁶ Desde esta perspectiva, la sociedad civil tendría dos componentes principales: por un lado, el conjunto de

instituciones que definen y defienden los derechos individuales, políticos y sociales de los ciudadanos y que propician su libre asociación, la posibilidad de defenderse de la acción estratégica del poder y del mercado y la viabilidad de la intervención ciudadana en la operación misma del sistema; por el otro, estaría el conjunto de movimientos sociales que continuamente plantean nuevos principios y valores, nuevas demandas sociales, así como vigilar la aplicación efectiva de los derechos ya otorgados. Así pues, la sociedad civil contendría un elemento institucional definido básicamente por la estructura de derechos de los Estados de bienestar contemporáneo, y un elemento activo, transformador, constituido por los nuevos movimientos sociales.

References

AGUILAR, Luis. *Gobernanza y Gestión Pública*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

CORSI, Giancarlo, ESPOSITO, Elena y BARALDI, Claudio. *Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. México: Universidad Iberoamericana, 1996.

IZUZQUIZA, Ignacio. *La Sociedad sin Hombres*. Niklas Luhmann: La Teoría como Escándalo. Barcelona: Anthropos, 1996.

LECHNER, Norbert. Tres formas de Coordinación Social. *Revista de la CEPAL*, n. 61, abril, p. 7-17, 1997.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. México: Herder/Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. *El derecho de la sociedad*. México: Universidad Iberoamericana/ITESO/UNAM, 2002.

_____. *Introducción a la Teoría de Sistemas*. Lecciones publicadas por Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 1996.

_____. *Sistemas Sociales*. Lineamientos para una teoría general. México: Anthropos/Universidad Iberoamericana/CEJA Pontificia Universidad Javeriana, 1996.

_____. *Sociología del Riesgo*. México: Triana, 1998.

LUHMANN, Niklas y DI GIORGI, Raffaele. *Teoría de la sociedad*. México: Triana/Universidad Iberoamericana, 1993.

MASCAREÑO, Aldo. Diferenciación Social en América Latina: los contornos de una sociedad concéntrica y los dilemas de su transformación. *Revista Persona y Sociedad*, Santiago de Chile, v. XIV, n. 1, p. 187-207, abril, 2000.

_____. Teoría de sistemas en América Latina: conceptos fundamentales para la descripción de una diferenciación social concéntrica. *Revista Persona y Sociedad*, v. XVI, n. 2, agosto, p. 9-26, Santiago de Chile, 2001.

_____. *Autorregulación en Sistemas Sociales Autónomos*. Tesis para optar al grado de Maestro en Ciencias Sociales por la Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago de Chile, 1996.

MAYNTZ, Renate. *Nuevos desafíos de la Governance*. Disponible en: <<http://www.iigov.org>>.

MESSNER, Dirk. Del Estado céntrico a la 'sociedad de redes'. En: Lechner N., Millán, R. y Valdés Ugalde, F.

(Coords.). *Reforma del Estado y coordinación social*. México: IIS-UNAM/Plaza y Valdés, 1999. p. 77-121.

_____. *Die Netzwekgesellschaft*. Colonia, Alemania: Weltforum Verlag, 1995.

OLVERA, Alberto J. Los modos de la recuperación contemporánea de la idea de la sociedad civil. En: Alberto J. Olvera (Coord.). *La sociedad civil: de la teoría a la realidad*. México: El Colegio de México, 1999, p. 27-53.

_____. El concepto de sociedad civil en perspectiva habermasiana. *Revista Sociedad Civil*. Análisis y Debate, v. 1, n. 1, p. 31-44, 1996.

RODRIGUEZ, Darío y TORRES, J. (s/f). *Introducción a la Teoría de la Sociedad*. México: Herder. En prensa.

SERRANO, Enrique. Modernidad y sociedad civil. En:

Alberto J. Olvera (Coord.). *La sociedad civil: de la teoría a la realidad*. México: El Colegio de México, 1999, p. 55-81.

TORRES NAFARRATE, Javier. La propuesta teórica de Niklas Luhmann. En: Antonio Camou y José Castro (Coords.). *La Sociedad Compleja*. Ensayos en torno a la obra de Niklas Luhmann. México: Triana/FLACSO, 1997.

VALLEJOS, Arturo. La política en la periferia de la modernidad. Esbozos para la observación en América Latina. *Cuadernos del CENDES*, Venezuela, n. 65, Mayo-Agosto, 2007.

VON SCHLIPPE, Arist y SCHWEITZER, Mochen. *Manual de Terapia y Asesoría Sistémica*. Barcelona: Herder, 2003.

La transformación de la franja costera de la bahía Blanca (Provincia de Buenos Aires, Argentina) a partir de la visión de sus habitantes

A transformação da faixa costeira da baía Blanca (Província de Buenos Aires, Argentina) a partir da visão de seus habitantes

The transformation of the coastal band of the Blanca bay (Province of Buenos Aires, Argentina) from the vision of his inhabitants

La transformation de la frange côtière de la baie Blanche (Province du Buenos Aires, de l'Argentine) à partir de la vision de seus habitants

Marian Alwjandra Ramborger*
Maria Amália Lorda*

Recebido em 23/3/2009; revisado e aprovado em 15/5/2009; aceito em 30/7/2009

Resumen: El proceso de ocupación de la franja costera de la bahía Blanca ha derivado en una gran transformación de su medio natural. El objetivo del presente trabajo es analizar la perspectiva que los habitantes del área poseen acerca de los cambios acaecidos en ésta. Para ello se efectuaron cuatro entrevistas en profundidad a personas de la Tercera Edad que vivieron la mayor parte de su vida en la localidad de Ingeniero White, la cual se encuentra ubicada sobre la misma costa.

Palabras clave: Costa. Historia ambiental. Entrevistas en profundidad.

Resumo: O processo de ocupação da faixa costeira da baía Blanca derivou de uma grande transformação de seu meio natural. O objetivo do presente trabalho é analisar a perspectiva que os habitantes da área possuem a respeito das mudanças ocorridas nesta. Para isso, foram efetuadas quatro entrevistas em profundidade a pessoas da Terceira Idade que viveram a maior parte de sua vida na localidade de Ingeniero White, a qual se encontra localizada na mesma costa.

Palavras-chave: Costa. História ambiental. Entrevistas em profundidade.

Abstract: The process of occupation of the coastal band of the Blanca bay has derived in a great transformation of its natural way. The aim of the present work is analyze the perspective that the inhabitants of the area possess over of the changes happened in this one. For it, four interviews in depth were effected to persons of the Third Age who lived most of theirs lives in the locality of Ingeniero White, which is located on the same coast.

Key-words: Coast. Environmental history. Interviews in depth.

Résumé: Le processus d'occupation de la frange côtière de la baie Blanca a dérivé dans une grande transformation de son milieu naturel. L'objectif du travail présent est d'analyser la perspective que les habitants de l'aire possèdent à propos des échanges arrivés dans celle-ci. Pour cela quatre interviews dans profondeur ont été effectuées aux personnes du Troisième Âge qui ont vécu la plupart de sa vie dans la localité d'Ingeniero White, qui trouve placée sur la même dépense.

Mots-clés: Dépense. Histoire de l'environnement. Interviews dans profondeur.

Introducción

La relación que la sociedad establece con la naturaleza varía a través del tiempo de acuerdo al modelo económico y las pautas culturales que prevalecen en cada época. Esto se expresa en el espacio, convirtiéndose éste en un "[...] testimonio de un momento dado de un modo de producción [...], el testigo de un momento del mundo" (SANTOS, 1990, p. 154)

Desde el siglo XIX, ha predominado una racionalidad de tipo económica e instrumental, que prioriza la obtención de ganancias económicas en el corto plazo,

revirtiendo sus costos sobre los sistemas naturales y sociales. Como resultado de la misma, se produce una gran crisis ambiental que afecta a nuestro planeta en la actualidad.

En consecuencia, en los últimos años emerge otro concepto con mayor especificidad: el de racionalidad ambiental (LEFF, 1998), que busca la construcción de una racionalidad productiva alternativa, con el objetivo de resolver las irracionalidades propias de la lógica capitalista a partir de principios éticos, bases materiales, instrumentos técnico-legales y acciones políticas y sociales que prioricen el respeto por el medio ambiente.

* Professoras de geografía e turismo na Universidade Nacional Del Sur. Bahía Blanca. Argentina. E-mail(s): alejandra.ramborger@uns.edu.ar; malorda@criba.edu.ar.

La historia ambiental, metodología propia de las ciencias ambientales, al analizar los cambios que resultan de sucesivos procesos originados en la relación sociedad-naturaleza, permite entrever las racionalidades que se encuentran tras el accionar de los grupos humanos sobre su entorno.

El objetivo del presente trabajo es, a través del análisis de las entrevistas en profundidad efectuadas a algunos habitantes de la localidad Ingeniero White, vislumbrar la percepción que poseen sobre los cambios acaecidos en la franja costera de la bahía Blanca, con la finalidad de determinar las racionalidades predominantes en el proceso de ocupación de este espacio.

La franja costera de la bahía Blanca

El área de estudio corresponde a la franja costera del estuario de la bahía Blanca,

en el sector comprendido entre la desembocadura del Arroyo Napostá y el Balneario Maldonado. La misma forma parte del partido de Bahía Blanca, localizado en el Suroeste de la provincia de Buenos Aires (Argentina) sobre la costa del océano Atlántico a los 38° 44' de latitud Sur y 62° 16' de longitud Oeste (Fig. 1).

La elección del área responde a su importancia para la ciudad de Bahía Blanca y la región, ya que "es el soporte físico del área portuaria industrial, el nodo convergente de la estructura férrea y vial y el asiento de la localidad de Ingeniero White" (TORRE, PASQUALE y GARCIA MUÑOZ, 2006). A esto se agrega que es un espacio interesante para analizar la manifestación de diversos problemas ambientales, en los últimos años.

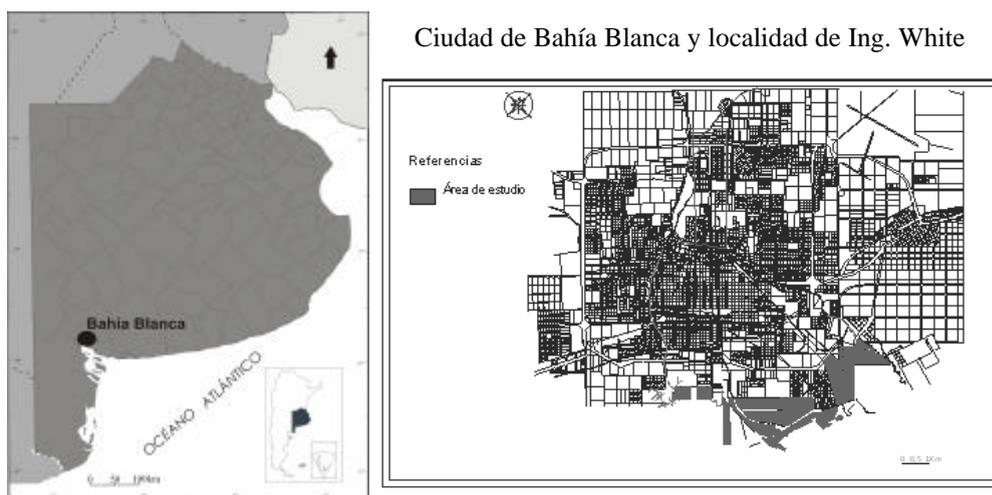


Figura 1 – Localización del área de estudio
Fuente: RAMBORGER, M., 2008.

Ingeniero White es un asentamiento poblacional ubicado sobre la misma costa del estuario, que surgió en forma espontánea alrededor del puerto homónimo, creado en 1885. La prosperidad alcanzada por éste promovió la instalación de otro puerto en sus cercanías, Puerto Galván, en 1902, y de diversas industrias, entre las que se destacan la petroquímica y petrolera (Fig. 3).

En cuanto a las condiciones del medio natural de la franja costera de la bahía, es importante mencionar que según se geomorfología se define como llanura costera baja,

hasta la cual llega la influencia de los movimientos de las mareas diarias. En cuanto al ambiente marino, domina el estuario de la bahía Blanca. Los suelos se caracterizan por una alta presencia de arcilla, la cual aumenta su espesor hacia el mar.

El sector pertenece al ambiente de humedal, área sujeta a la influencia del agua, en este caso de las mareas. La vegetación correspondiente a la zona costera es el matorral halófilo. El ambiente de planicies de marea y marismas es el dominio de especies pioneras o colonizadoras. Las halófilas

son las únicas especies que prosperan aquí debido a las adaptaciones que poseen para

tolerar el elevado contenido de sales presente en el suelo.

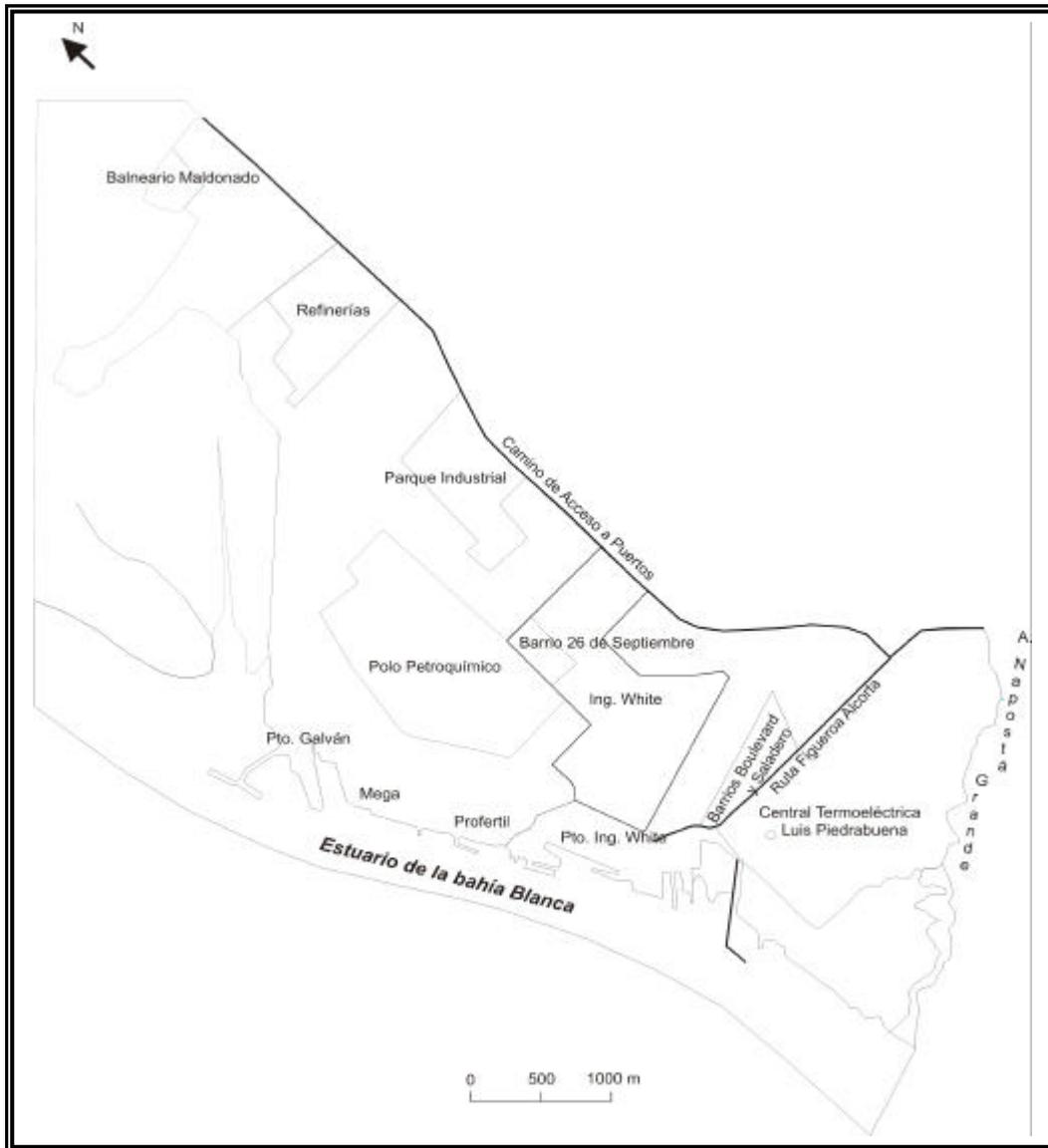


Figura 2 - Localidad de Ingeniero White y alrededores

Fuente: RAMBORGGER, M. A., 2008.

Aportes teóricos utilizados para la realización y análisis de las entrevistas

Para reconstruir la historia ambiental del sector costero entre la desembocadura del arroyo Napostá y el Balneario Maldonado, se recurrió a diversas fuentes histórico-geográficas, que son aquellas que a lo largo del

tiempo al ser analizadas por los investigadores adquieren este carácter. Estas son de distinto tipo como puede observarse en la Figura 2. Es fundamental la consulta a múltiples fuentes, ya que esto permite entender la problemática en estudio desde diversas perspectivas.

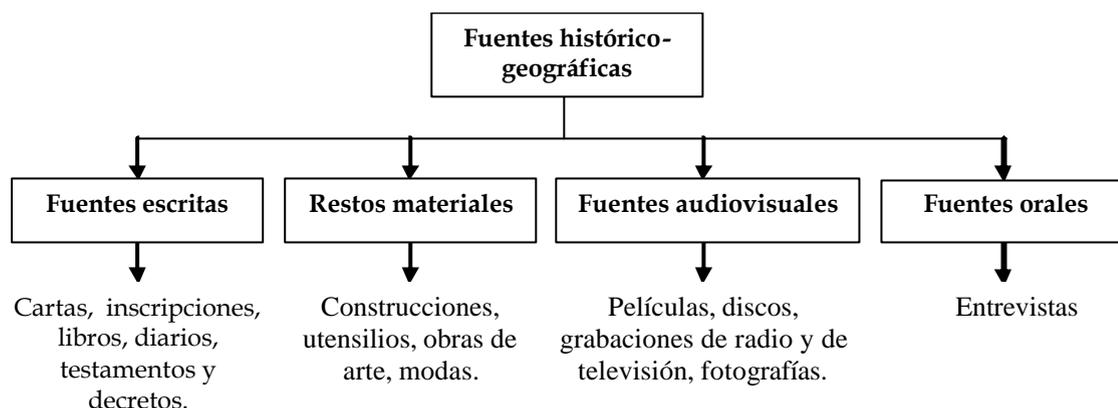


Figura 3 – Fuentes histórico-geográficas

Para la recuperación de los testimonios orales se empleó la técnica de la entrevista en profundidad (TAYLOR y BOGDAN, 1998). Esta se caracteriza por ser flexible y dinámica, es decir, que el investigador cuenta tan sólo con una guía con los temas claves para asegurarse que éstos sean explorados, formulando las preguntas en el mismo momento en que se está llevando a cabo.

Se seleccionaron para realizar las entrevistas a personas dentro del grupo de la Tercera Edad, es decir mayores de 65 años, y que han vivido la mayor parte de sus vidas en la localidad de Ingeniero White, ya que se consideró que esto influye en gran medida en el grado de conocimiento de la temática en estudio.

Al momento de efectuar y analizar las entrevistas, el paradigma de la Geografía Humanista fue un gran aporte, por su enfoque comprensivo de la experiencia vivida por las personas.

Esta corriente se apoya en las nociones propuestas por la fenomenología, que postula que

[...] todo conocimiento procede de la experiencia, del mundo o espacio vivido [...]. Su objetivo es identificar y describir las experiencias tal como son aprehendidas, además de la subjetividad, intuición, valores y las apariencias directas. (SANTARELLI DE SERER y CAMPOS, 2002, p. 65)

También se basa en las concepciones del existencialismo, que reconoce la temporalidad de la existencia humana y su historicidad. Además, suma los aportes del idealismo, que busca develar aquellos principios que dirigen las acciones humanas.

Recuperando las voces de los actores del área

A fin de complementar la búsqueda bibliográfica, cartográfica y de fotografías, se efectuaron cuatro entrevistas en profundidad, dos a personas del sexo femenino y dos del sexo masculino, que habitaron la mayor parte de su vida en la localidad de Ingeniero White; con el objeto de escuchar las voces de quienes vivieron la transformación del medio natural del área en forma cercana.

La primera entrevista fue efectuada a una señora del Barrio 26 de Septiembre. Ella y su familia residieron toda su vida en Ingeniero White, y en el barrio previamente mencionado desde hace veintiocho años. Sin embargo, manifestó desconocer muchos aspectos relativos a la franja costera.

Al hablar del puerto, se notó la influencia ejercida por la visión de progreso, que predominó desde la fundación del puerto y hasta la década del '80 del siglo pasado, como se evidencia en la siguiente expresión de la entrevistada: "Todo eso se perdió, pero bueno es el adelanto del mundo". Entre las obras importantes llevadas a cabo en la zona portuaria destacó el muelle de Hierro.

Las diferencias que mencionó respecto a la situación de la franja costera en el pasado y el presente, es la presencia de algunos balnearios hoy ya desaparecidos, como el que se encontraba en Puerto Galván y en cercanías al Boulevard. La utilización de estos era el único motivo por el cual visitaba la franja costera. Otra distinción que hizo fue la edificación incorporada al sector

en estudio. En la entrevista también aludió a las inundaciones que solían ocurrir en la localidad de Ingeniero White, y más precisamente en el área donde actualmente se encuentra el barrio donde ella habita, a pesar del freno que supuso para las aguas del mar la construcción del terraplén de piedras por parte del ferrocarril. Posteriormente por las diversas edificaciones llevadas a cabo en el área explicó que disminuyó la frecuencia e intensidad de las mismas. Además comentó que se producían inundaciones en el Boulevard, que eran de mayor magnitud debido a la inexistencia de alguna barrera que hiciera de freno a las aguas del estuario.

Cuando se le consultó acerca de los posibles efectos de la transformación del medio natural del área sobre la calidad de vida contestó que ésta no se vio afectada, gracias a los controles llevados a cabo por la Municipalidad. Se notó que existía en la entrevistada cierto temor a contestar, ya que preguntó frecuentemente si esta información no se iba a dar a conocer en la televisión a pesar de que al inicio de la entrevista se aclaró el motivo de la realización de la misma y cuál iba a ser la utilización de los datos provistos durante la conversación.

Se percibió que la entrevistada no tiene una valoración muy positiva acerca del ecosistema de humedal como se puede entrever en sus siguientes palabras: "[...] era un poco desierto [...]". Esto puede adjudicarse al desconocimiento, ya que acerca de la vegetación dijo que no había. Sobre la fauna, enumeró sólo que había peces presentes en el mar y, después cuando se le consultó acerca del área de cangrejales, recordó su presencia. Al ambiente lo describió como un salitre, lo cual es bastante certero.

Acerca de la necesidad de protección de aquellas áreas que aún no han sido tan transformadas, no respondió porque dijo desconocer la zona más allá del puerto.

La segunda entrevista corresponde también a una persona del sexo femenino, que reside en cercanías del centro de la localidad de Ingeniero White. Esta persona vive desde que nació en este lugar, exceptuando unos años que debió trasladarse por motivos laborales de su padre a otros sitios.

Al igual que la primera entrevistada, solía ir a la franja costera para disfrutar del

balneario que se encontraba en la zona donde actualmente se localiza la empresa Profertil. En la descripción que realizó de la playa mencionó que era un barrial, hasta que llegaba la marea, y que estaba rodeada por tamariscos.

Sobre el puerto comentó que en el pasado era mucho más reducido y destacó la importancia que ejercía en su desarrollo el ferrocarril, principalmente por la playa de ferrocarril existente en éste, que es la más grande del país, según la entrevistada.

Al ambiente del área, lo describió como muy hermoso, sobre todo visto desde el aire, desde donde se pueden apreciar los riachos y las islas, en donde se pueden hallar conejos y patos. En coincidencia con la señora entrevistada en primera instancia, aludió a la característica salitrosidad del suelo. Otras especies de la fauna que enumeró como propias del ambiente de esta zona son las gaviotas, vizcachas, los peces y los famosos músculos (localismo de moluscos), los cuales en el pasado eran recogidos de los pilares del muelle y empleados para consumo humano. Actualmente no es apta su ingesta, debido a la eliminación de los efluentes cloacales en el estuario. Sobre la vegetación ya presenta una cierta confusión entre aquella que es autóctona y la que ha sido implantada por el hombre, como los tamariscos.

Entre los cambios producidos en el área destaca el relleno del área donde se encontraba el balneario. Cuando se le consultó acerca de los impactos de las diversas obras llevadas a cabo en el área habló acerca de la destrucción que el hombre está realizando de su propio hábitat y se lamentó por el precio que ha tenido el progreso sobre el ambiente, por lo que se percibe en la entrevistada una conciencia medioambiental muy desarrollada. Consideró muy importante brindarle protección a aquellas áreas que aún no han sido totalmente transformadas. En cuanto a las actividades que se podrían llegar a realizar en el área que no produjeran un alto impacto sobre el medio natural propuso la pesca deportiva y el ski acuático.

La tercera entrevista se efectuó a una persona de sexo masculino, que reside en la parte más antigua de Ingeniero White. Este encuentro brindó interesantes aportes ya que

el entrevistado conoce muy bien el área, debido a que habita en ella desde el año 1945 y a que trabajó gran parte de su vida en los talleres del ferrocarril que se ubican frente a la Usina General San Martín, en cercanías de la actual Central Termoeléctrica Luis Piedrabuena.

Los motivos por los cuales frecuentaba el área eran el paseo por los muelles durante los fines de semana y el aprovechamiento de los balnearios. De estas habituales visitas recuerda que el puerto en el pasado era muy diferente a como se encuentra actualmente. Estaban los elevadores de chapa, los de granos, el anexo y en el muelle de hierro, los barcos carboneros y de madera. En el Muelle Nacional no se encontraban los frigoríficos, tan sólo había dos galpones y los guinches. También agregó que en el área se hallaba la playa de ferrocarril más grande de Sudamérica.

En cuanto a Puerto Galván mencionó que en él había barcos carboneros, cerealeros, petroleros y pesqueros. También se acuerda que había una gran cantidad de depósitos, tanto de cereales como de carnes y de maderas en cercanías del puerto. Las únicas molestias que recuerda que había en aquellos tiempos eran el humo generado por los barcos carboneros y las máquinas a vapor y el ruido provocado por las dragas. Además definió como peligrosos los tanques de almacenaje de YPF que se encontraban en el Puerto de Ingeniero White, en los cuales en una ocasión se originó un incendio. También habló sobre las inundaciones, que frecuentemente azotaban a la población de Ingeniero White en el pasado. Estas llegaban hasta el Boulevard, pero gracias a la construcción de la Ruta Figueroa Alcorta disminuyeron su intensidad.

Sobre los cambios llevados a cabo en el sector en estudio señaló el relleno de terrenos para construir la Usina General San Martín. Esta tarea se realizó además hasta el emplazamiento del edificio de la Aduana, donde actualmente se encuentra el Museo del Puerto, para la construcción del Muelle Nacional. En consecuencia, se perdió el balneario que se emplazaba en este sitio, donde se encuentra actualmente la playa de contenedores y Profertil. Otra modificación del paisaje que especificó fue la construcción

de la Central Termoeléctrica, para lo cual debió efectuarse también un relleno de los terrenos.

Uno de los efectos negativos que mencionó, como resultado de las actividades humanas en el sector, fue el resquebrajamiento de las viviendas, fenómeno que se inició en el año 1982 y que aún persiste. El entrevistado lo vinculó con los trabajos de bombeo efectuados en la Central Termoeléctrica. Otras consecuencias de las obras realizadas en la zona en estudio señaladas son la contaminación del estuario, lo cual ha provocado una disminución en la captura de peces; la desaparición de ciertas especies, como los cangrejos, los bichos canastos, las luciérnagas, los cascarudos, entre otras; la disminución de la cantidad de aves, los olores desagradables, los daños ocasionados a la plantas, cambios en el clima y el aumento de personas con asma y alergias. Según el entrevistado, la instalación del Polo Petroquímico, con la cual nunca estuvo de acuerdo, ha disminuido mucho la calidad de vida de la población y ha desvalorizado las viviendas de la localidad. También se mostró en oposición al establecimiento de un barrio en forma tan cercana a éste. Además, manifestó preocupación por el emplazamiento de la planta transportadora de gas en Puerto Galván, por el peligro que conllevaría un escape. Todas estas transformaciones e impactos sobre el medio natural se relacionan, según el entrevistado, con el espíritu mercantilista que ha primado en la sociedad. Aunque mencionó que el escape de cloro acaecido en el año 2000, produjo un cambio en la mentalidad de la población, que ha tomado mayor conciencia sobre la necesidad de preservar el medio ambiente.

El paisaje del área fue caracterizado como muy agradable. Consideró que sería necesario proteger las áreas que aún no han sido tan transformadas, otorgando más financiamiento a la reserva ecológica. Se lamentó que todavía no se haya podido concretar el Parque Almirante Brown en su totalidad, atribuyéndolo a que al ser una propuesta de un gobierno de facto fue luego desechada por los gobiernos democráticos; y también por el encierro del Club Náutico por la playa de contenedores. Como posibles actividades a realizar en el área que no

perjudiquen el medio ambiente propuso las actividades náuticas y deportivas.

La última entrevista corresponde a una persona del sexo masculino que si bien reside actualmente en la ciudad de Bahía Blanca, vivió hasta hace pocos años en la localidad de Ingeniero White, con la cual continúa ligado debido a su colaboración con entidades de bien público de la misma, como la Sociedad Italiana y de San Silverio. Además, estuvo siempre muy vinculado al quehacer portuario, ya que trabajó en el puerto desde los doce años. Primero, se desempeñó como cadete en el Centro Marítimo, luego como apuntador, pagador, capataz y encargado en diferentes empresas privadas de estibaje hasta que ingresó en la Administración General de Puertos. En este ente fue escalando posiciones hasta que llegó al puesto de administrador en el año 1975. En 1993 con la autonomización del puerto pasó a ocupar el cargo de presidente del Consorcio de Gestión, hasta que se jubiló en el año 1999.

El entrevistado señaló como uno de los cambios más importantes producidos en el área el dragado a cuarenta y cinco pies del canal, que permitió el ingreso de buques de mayor tamaño. El barro extraído durante la realización del mismo se empleó para rellenar el área de Cangrejales, entre el Puerto de Ingeniero White y Galván, que se encontraba por debajo del cero de la marea. De esta manera, se ganaron terrenos al mar, en los cuales se instalaron las plantas industriales de Profertil y Mega y que en el futuro van a albergar instalaciones de la Oleaginosa Moreno y de la empresa cerealera Dreyfus. El impacto principal que a su consideración tuvo el relleno fue la pérdida del balneario. Otra repercusión del dragado fue el descenso de las napas. Estas pasaron de encontrarse tan sólo a diez centímetros de la superficie a hallarse a dos metros. Esto tuvo como consecuencia el resquebrajamiento de las casas.

Otra modificación efectuada en el puerto fue el desmantelamiento del muelle de hierro del Puerto de Ingeniero White, el cual ya no resultaba operativo debido al reemplazo del ferrocarril por los camiones y a que entorpecía el ingreso de los grandes buques al sitio n. 9. Este muelle era el único

que tenía cañerías que se conectaban con la planta de almacenaje de YPF, por lo en su lugar se construyó la posta de inflamables en Puerto Galván, cuyos caños se vinculan con las refinerías de ESSO, Petrobras, Shell y Gas del Estado.

La sanción de la Ley de Autonomía de los Puertos en el año 1993 es una de las causas de la gran transformación del puerto en los últimos años del siglo XX. La aplicación de esta normativa permitió atraer un gran número de empresas, ya que por un lado brinda seguridad jurídica. Los contratos pasaron de ser de diez años a ser de cuarenta a cincuenta años, lo que les permite a las firmas tener mayor disponibilidad de tiempo para recuperar la inversión. Por otro lado, al quedar las ganancias en el mismo puerto se pueden invertir en la realización de diversas mejoras que captan la atención de diversas compañías.

Através de los estudios llevados a cabo en el área se descubrió que aquellos muelles que se ubicaban en forma paralela al canal se autodragaban, por lo que todos los muelles empezaron a efectuarse de esta manera. Uno de ellos es el muelle multipropósito en el Puerto de Ingeniero White, una obra de destacada importancia para el entrevistado, ya que permite el atraque de buques de contenedores.

Los conflictos ambientales existentes en el área, el entrevistado los atribuye a la falta de planificación del municipio. Un ejemplo claro de esto es la creación del Barrio 26 de Septiembre, el cual fue erigido en terrenos que se encontraban un metro y medio por debajo del nivel del mar, por lo cual ante un evento de precipitación quedaban cubiertos de agua. Estos fueron rellenados por el municipio, gracias a lo cual los dueños de estas tierras pudieron venderlas a los sindicatos para construir las viviendas. Todo esto se realizó con el permiso de la municipalidad, a pesar de que ya se conocía que a una escasa distancia se iba instalar el Polo Petroquímico.

Otro hecho que lo demuestra es que, a pesar de que el sector de la localidad de Ingeniero White que se encuentra de la Avenida San Martín hacia el mar se encuentra catalogado en Catastro como de uso industrial, se hallan residencias familiares.

Asimismo, adjudica los problemas ambientales existentes a las presiones que han ejercido algunas empresas para lograr una determinada ubicación. El Consorcio de Gestión del Puerto le había ofrecido a la firma Cargill instalarse en el lugar donde actualmente se encuentra Profertil. Sin embargo, la empresa amenazando con emplazarse en otro puerto, en coincidencia con una época donde había necesidad de crear fuentes de trabajo y de atraer inversiones, logró la ubicación que posee actualmente dentro del Puerto de Ingeniero White, la cual es inadecuada debido a la cercanía con las viviendas.

Por lo expuesto, el entrevistado cree que el gobierno debería comprarles las casas a los habitantes del sector de la Avenida San Martín hacia la costa y del Barrio 26 de Septiembre, de manera que puedan vivir en otro sitio, alejados de la contaminación.

Otras instalaciones que según esta persona deberían trasladarse son las del Club Náutico. Estas en un principio se encontraban emplazadas donde se encuentra el elevador n. 5 del Puerto de Ingeniero White, por lo que al comenzar su construcción debieron reubicarse. La propuesta del entrevistado, que en ese momento se desempeñaba como administrador del puerto, era situarlo en el Balneario Maldonado. Sin embargo, gracias a la afinidad de los responsables del Club Náutico con las autoridades superiores de la Administración General de Puertos, lograron conseguir su localización actual. La construcción del muelle multipropósito y la playa de contenedores hicieron que el Club quedará rodeado por la operatoria portuaria.

En cuanto al Club de Pesca ubicado en Puerto Galván por el momento menciona que no generaría inconvenientes. Sin embargo, la futura instalación de la empresa Dreyfus va a provocar molestias, por la gran cantidad de polvo que genera. La localización de este Club obedece a cesión de un terreno en esta área por la década del sesenta, cuando ni se imaginaba el futuro desarrollo que tendría el puerto.

Las repercusiones que han tenido estas obras en el medio natural del área natural son numerosas. Entre ellas, mencionó el entrevistado la desaparición de los moluscos blancos, que solía haber en la costa, y de los

moluscos negros, que se encontraban adheridos a los pilotes del muelle de hierro. Esto lo atribuye a la contaminación, provocada principalmente por los efluentes cloacales y los desechos industriales, que son arrojados al mar sin un tratamiento previo. Estos residuos arrojados al mar impiden asimismo el consumo de los peces que se hallan en el puerto. En cuanto a los efectos sobre la calidad de vida de la población considera que son de tal magnitud que Ingeniero White sólo debería ser un lugar para trabajar no para vivir.

El entrevistado atribuye al medio natural del área una importante riqueza. Si bien en la actualidad se encuentra muy contaminado, es importante destacar la presencia de langostinos. Otras especies que nombró como características del lugar son la pescadilla y el pejerrey. En cuanto a las aves, resaltó la abundancia de gaviotas en el puerto. Los suelos los describió como salitrosos. A pesar que el paisaje de la isla de donde provienen sus ancestros, la isla de Ponza, cuyas costas rocosas son bañadas por aguas cristalinas, le parece mucho más bonito, califica al paisaje del estuario como muy agradable, sobre todo el de los canales más pequeños. Considera que sería necesario brindarle protección a aquellas áreas que aún no han sido totalmente transformadas. Para esto habría que brindarle apoyo logístico y financiero a la gente de la Reserva.

Reflexiones finales

En las entrevistas efectuadas, si bien no son representativas de la totalidad de la población de Ingeniero White, se puede observar que el grado de conocimiento acerca del área está muy ligado al género al cual pertenecen los entrevistados. Las actividades desarrolladas en el puerto estaban vedadas a las personas del sexo femenino, lo que repercutió en la amplitud de su saber sobre este lugar. Los motivos de las visitas al área en este caso solían ser únicamente el aprovechamiento de los balnearios. Éstos han desaparecido como consecuencia de la expansión de la infraestructura portuaria e industrial. Este impacto ha sido el más mencionado en las entrevistas, lo que muestra que los habitantes aún añoran ese contacto más estrecho con la costa. Otros impactos aludi-

dos en varias oportunidades son la pérdida de ciertas especies como los moluscos, la contaminación del estuario y el resquebrajamiento de las viviendas. La valoración del medio natural del área fue positiva en la mayoría de los casos, considerando en consecuencia que es de especial importancia proteger las áreas que aún no se encuentran totalmente transformadas.

La infravaloración, la desinformación y el predominio de una racionalidad de tipo económica e instrumental han sido las principales razones de la degradación del medio natural del área y la conversión de éste a otros usos. A partir del año 2001, cuando se produjeron los escapes de contaminantes de dos de las plantas que forman parte del Polo Petroquímico, se evidenció un cambio en la importancia concedida a la preservación del medio natural en los habitantes de Ingeniero White. A pesar de ello, la racionalidad ambiental no ha logrado imponerse por la influencia que continúan ejerciendo los intereses económicos existentes en el área. Es por esto que se considera necesario concientizar a la población acerca de la importancia de los humedales a través de campañas de difusión y de la incorporación de esta temática en las instituciones educativas de la localidad.

Referencias

- BRÓNDOLO, Margarita y otros. *Geografía de Bahía Blanca*. Bahía Blanca: Ed. Enestando, 1994.
- CAMPOS, Marta; ZINGER, Susana y SANTARELLI, Silvia. Humedales marítimos costeros en la Bahía Blanca. ¿Un ambiente natural en extinción? En: ACTAS IV CONGRESO ANUAL ASAEC (ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESTUDIOS CANADIENSES) LAS ÁREAS PROTEGIDAS Y LA GENTE. [CD ROM]. Neuquén: Asociación Argentina de Estudios Canadienses, 2003.
- CAMPOS, Marta; ZINGER, Susana y SANTARELLI, Silvia. Los humedales en la costa marítima del partido de Bahía Blanca: un paisaje a proteger. En: ACTAS IV CONGRESO ANUAL ASAEC (ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESTUDIOS CANADIENSES) LAS ÁREAS PROTEGIDAS Y LA GENTE. [CD ROM]. Neuquén: Asociación Argentina de Estudios Canadienses, 2003.
- CASTRO H., Guillermo. *Transformaciones de la Tierra*. Una antología mínima de Donald Worster. Panamá: Instituto de Estudios Nacionales de la Universidad de Panamá, 2000.
- FERNÁNDEZ, Roberto. *La ciudad verde*. Manual de Gestión ambiental urbana. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Arquitectura Urbanismo y Diseño, Ed. CIAM, 1998.
- _____. *Teoría y metodología de la gestión ambiental del desarrollo urbano*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño. Centro de investigaciones ambientales, 1996.
- FUENTES, Ana María. *Transformación ambiental en el valle inferior del arroyo Napostá Grande*. Tesis (Licenciatura en Geografía) - Universidad Nacional del Sur, Departamento de Geografía y Turismo, Bahía Blanca, 2004.
- LEFF, Enrique. *Sociología y ambiente: Formación socioeconómica, racionalidad ambiental y transformaciones del conocimiento*. Barcelona: Ed. Gedisa, 1998.
- PERILLO, Gerardo M. E. ¿Por qué Bahía Blanca es un estuario? En: PICCOLO, María Cintia y HOFFMEYER, Mónica S. (Eds.). *Ecosistema del Estuario de Bahía Blanca*. Bahía Blanca: Instituto Argentino de Oceanografía, 2004, p. 11-19.
- REBORATTI, Carlos. *Ambiente y sociedad*. Conceptos y relaciones. Buenos Aires: Ed. Ariel, 1999.
- SANTARELLI DE SERER, Silvia y CAMPOS, Marta. *Corrientes epistemológicas, metodología y prácticas en geografía*. Propuestas de estudio en el espacio local. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, Departamento de Geografía, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por una geografía nueva*. Madrid: Espasa, 1990.
- TAYLOR, Steven J. y BOGDAN, Robert. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.
- TORRE, Elena; PASQUALE, Juan Carlos y GARCIA MUÑOZ, Carina (Comp.) *Impacto del crecimiento del sector industrial químico y petroquímico en la gestión urbana de ciudades portuarias*. [CD ROM] Bahía Blanca: Comisión Europea, Programa Urb-al, 2006.

Uso e conservação da negramina (*Siparuna guianensis* Aubl.) em Bom Sucesso, Várzea Grande-MT*

Negramina (*Siparuna guianensis* Aublet.) use and conservation in Bom Sucesso, Várzea Grande-MT

Utilisation et conservation de la negramina (*Siparuna guianensis* Aubl.) dans Bom Sucesso, Várzea Grande-MT

Uso y conservación del negramina (*Siparuna guianensis* Aublet.) en Bom Sucesso, Várzea Grande-MT

Carla Maria Abido Valentini**
Maria de Fátima Barbosa Coelho***
Carmen Eugenia Rodríguez Ortíz**
Juliane Dias de Almeida**

Recebido em 10/8/2008; revisado e aprovado em 18/12/2008; aceito em 18/5/2009

Resumo: Este trabalho teve como objetivo realizar um estudo da espécie medicinal *Siparuna guianensis* (negramina), na comunidade ribeirinha de Bom Sucesso, localizada no município de Várzea Grande - MT. Foi usada a entrevista semiestruturada com questões fechadas e/ou abertas e concluiu-se que sua principal forma de preparo é a decoção das folhas, utilizada na forma de banho para alívio da gripe, febre e dores no corpo, e que este conhecimento não está sendo repassado às novas gerações do local.

Palavras-chave: Plantal medicinal. Multidisciplinaridade. Conhecimento local.

Abstract: This work aimed to achieve an study of medicinal specie *Siparuna guianensis* (negramina) in the riverside community of Bom Sucesso, located in Varzea Grande-MT city. Using the semi-structured interview with closed questions and / or open, and concluded that its main form of preparation is a decoction of the leaves, used as a bath to relieve flu, fever and pain in the body, and that this knowledge is not being passed to new generations of the site.

Key-words: Medicinal plant. Multidisciplinary. Local knowledge.

Résumé: Ce travail a eu comme objectif réaliser une étude de l'espèce médicinale *Siparuna guianensis* (negramina), dans la communauté marginale de Bom Sucesso, localisée dans la ville de Várzea Grande-MT. S'est utilisée l'entrevue semi-estruada avec des questions fermées et/ou ouvertes, et s'est conclue que sa principale forme de préparation est la décoction des feuilles, utilisée dans la forme de bain pour soulagement de la grippe, de la fièvre et des douleurs dans le corps, et que cette connaissance n'est pas repassée aux nouvelles générations du lieu.

Mots-clés: Plantal médicinale. Multidisciplinaridade. Connaissance locale.

Resumen: Este trabajo tenía como objetivo para llevar con un estudio de la especie medicinal *Siparuna guianensis* (negramina), en la comunidad marginal Bom Sucesso, situada en la ciudad de Várzea Grande-TM. La entrevista de la mitad-estructuralizada fue utilizada con las preguntas cerradas y/o abiertas, y fue concluido que su forma principal de preparación es el decoction de leves, usado bajo la forma de baño para la relevación del gripe, de la fiebre y de los dolores en el cuerpo, y que no está siendo este conocimiento repassado a las nuevas generaciones del lugar.

Palabras clave: Plantal medicinal. Multidisciplinaridade. Conocimiento local.

Introdução

O termo “populações tradicionais” vem sendo cada vez mais utilizado nos meios acadêmicos e políticos, não mais com uma conotação pejorativa, vinculada à noção de atraso e subdesenvolvimento, como ocorria há algumas décadas, mas como baluarte de um pretensão “novo paradigma da moder-

nidade: o desenvolvimento sustentável” (FLEURY e ALMEIDA, 2007).

Segundo afirma Diegues (2003), podemos entender o conceito de culturas tradicionais como aquelas associadas a modos de produção pré-capitalistas, ou seja, sociedades em que o trabalho ainda não se tornou uma mercadoria; nas quais há grande dependência dos elementos naturais e dos ciclos

* Parte da Tese de Doutorado da primeira autora no Programa de Pós-graduação em Agricultura Tropical da UFMT.

** UFMT, Programa de Pós-graduação em Agricultura Tropical/FAMEV. Av. Fernando Correa da Costa, s/n, Cuiabá, MT. CEP 78.060-900, E-mail: valentini@quimica.cefetmt.br.

*** UFRS, Universidade Federal Rural do Semi-árido, Departamento de Ciências Vegetais, Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Km 47 da BR 110, Pres. Costa e Silva, CEP 59625-900, Mossoró, RN. Autora para correspondência: E-mail:coelhomfstrela@gmail.com.

da natureza. A dependência do mercado existe, porém não é total:

as sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. (DIEGUES, 2003, p. 82)

Ao longo das muitas gerações, tais populações acumularam conhecimentos de sua natureza próxima, vivenciada, desenvolvendo capacidade ímpar de interferir no ambiente de forma sustentável (NORDI *et al.*, 2001). Dessa forma, a diversidade biológica foi sendo mantida de forma conjunta com a diversidade cultural dessas populações.

As comunidades tradicionais, em função da forte influência do meio natural, apresentam modos de vida e cultura diferenciadas, e seus hábitos estão diretamente submetidos aos ciclos naturais. A forma como apreendem a realidade e a natureza é baseada não só em experiência e racionalidade, mas em valores, símbolos, crenças e mitos (MONTELES e PINHEIRO, 2007).

A etnobotânica desponta como o campo interdisciplinar que compreende o estudo e a interpretação do conhecimento, significação cultural, manejo e usos tradicionais dos elementos da flora (CABALLERO, 1992), buscando, portanto, resgatar e preservar os conhecimentos tradicionais das pessoas em relação às espécies, seus usos, manejos e relações com o ambiente. Compreende então o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas (HEIDEN, 2006; FONSECA-KRUEL e PEIXOTO, 2004; ALVES *et al.*, 2007). De acordo com Hanazaki (2003), a etnobotânica pode ser compreendida como o estudo das interações entre pessoas e plantas, revelando a grande importância dos recursos vegetais para a sobrevivência e manutenção de populações locais. Nesse sentido a etnobotânica da negramina (*Siparuna guianensis* Aubl.) – Siparunaceae compreende as interações estabelecidas pelas populações tradicionais com esta espécie, ao longo das diversas regiões em que ocorre, refletindo o conhecimento local acumulado.

Segundo Renner & Hausner (2005), em muitos países da América, a decocção de folhas da *S. guianensis* é usada como uma bebida contra as desordens estomacais. As folhas são usadas também em compressas ou cataplasmas contra dor de cabeça e reumatismo. No Panamá e Guiana, extratos são usados para matar insetos daninhos ou como inseticidas. Na Guiana, suas folhas são também usadas para preparar armadilhas para peixes devido ao típico odor de sua espécie, que disfarça o cheiro humano. Nas vizinhanças do Suriname, o decocto feito das folhas é usada como uma bebida ou para um banho depois do parto. Vigneron *et al.* (2005), num estudo na Guiana Francesa com diferentes grupos e nacionalidades (Criolos, Palikur, Galibi, Brasileiros, e Europeus), encontraram que as folhas de *Siparuna guianensis* combinadas com folhas de *Campomanesia spp.* são usadas como remédio antimalária.

No Amazonas, região das Guianas, as folhas são preparadas como chá e tomadas para febres, pressão arterial alta, para doenças reumáticas e também contra cólicas (PRANCE, 1972; SANTOS e PEIXOTO, 2001). A tintura da folha é muito apreciada para tratar machucados e inchaços. Os índios Palikur usam externamente as folhas moídas com sal para o preparo de um cataplasma anti-inflamatório, ou o seu decocto para uso na forma de banho durante o parto. Os índios de Wayãpi no Amazonas tomam um decocto das folhas e da casca do caule para frios, gripe e febre, administrando-o oralmente em pequenas quantidades, mas principalmente na forma de banhos (LORENZI, 2002).

Ainda no Amazonas, os índios Tikuna comem os frutos para dispepsia e indigestão; os Kubeo usam as folhas para mordedura de serpente e fazem um chá das frutas para aliviar congestão nasal e frios; os Waorani esmagam as frutas e folhas para fazer uma mistura pungente que é esfregada no rosto e cabeça para tratar “dor de cabeça de febre”, e uma infusão das folhas é empregada como febrífugo (LORENZI, 2002). Os índios Tacana, grupo étnico boliviano do Amazonas, usam uma decocção das folhas como uso externo para gripe (BOURDY *et al.* 2000). Os índios Yanomami cheiram as

folhas amassadas, e esfregam em suas cabeças e corpos para vertigem (MILLIKEN e ALBERT, 1996).

O uso de *S. guianensis* tem sido relatado com frequência em diversos estados brasileiros. Rodrigues *et al.* (2002), citam o uso da espécie pela população de Luminárias, Minas Gerais, como tendo poderes sobrenaturais, em banho de descarrego e, no mercado de Madureira-RJ, segundo Arjona *et al.* (2007), a espécie também é vendida para esta finalidade.

Na comunidade Mumbuca, em Jalapão, no Tocantins, faz-se o uso de sua infusão como analgésico (ROCHA-COELHO e SANTOS, 2008). Na região do Alto do Rio Grande, em Minas Gerais, faz-se uso do decocto ou infusão de toda a planta como anti-inflamatório, carminativo, estimulante, na cefalalgia, nas gripes, resfriados e sua cataplasma, compressa ou banho é usada para reumatismo (RODRIGUES e CARVALHO, 2001). Souza & Felfili (2006), também citam seu uso pela população de Alto Paraíso de Goiás para coluna, reumatismo e artrite. Em estudos nas comunidades rurais limítrofes à Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio de Janeiro, faz-se uso de seu caule como combustível. Nessas comunidades, o caule fornece a lenha para alimentação dos fogões, fornos e tachos para o beneficiamento de produtos agrícolas (CHRISTO *et al.* 2001; PINTO SOBRINHO, 2007).

No estado de Mato Grosso foram realizados alguns estudos etnobotânicos com a espécie, e neles ela é citada pelo nome popular de negramina. Carmona e Guarim Neto (2001) relataram que no leste do estado as folhas da espécie são utilizadas na forma de banho para sinusite. Souza (1992) também relata em sua pesquisa com moradores da comunidade ribeirinha do Coxipó do Ouro o uso das folhas em banho para dores no corpo. No Alto Coité, em Poxoréo, as pessoas utilizam um semonte – folhas secas junto ao fogo, moídas e misturadas ao fumo ou puras, para cheirar e uso tópico – para curar “malina”, que é descrita como uma dor de cabeça causada pela exposição demasiada ao sol, que provoca corrimento de sangue nasal (SOMAVILLA, 1998). No Vale do Aricá, município de Cuiabá, as folhas são utilizadas na forma de chá e banhos para

fraqueza e também para malina (PASA, 1999), e na Aldeia Pakueran, em Paranaatinga, as folhas são fervidas e utilizadas em banho para febre e “quentura” na cabeça, espécie de enxaqueca (SCHIMOLLER, 1997). Em Nova Xavantina, o sumo de suas folhas com mastruz (*Chenopodium ambrosioides*) é relatado como medicinal para pós-operatório. Suas folhas são utilizadas como repelentes nos galinheiros para piolho de galinha, e também para uso em rituais espirituais (DUARTE, 2001). Fontelle (2001) relatou as indicações de raizeiros, que recomendam o uso da folha na forma de decocto e infuso para malina, resfriado e banho de descarrego para mau-olhado, podendo para isso ser associada à quina, assim como para hipotermia e hemoptise.

Muitas sociedades tradicionais possuem uma vasta farmacopéia natural, proveniente dos recursos vegetais encontrados nos ambientes naturais e, atualmente, é importante avaliar a interação destas populações com os recursos naturais de que dispõem (AMOROZO, 2002). Assim, o objetivo deste estudo foi verificar o interesse, a forma de exploração e uso da *S. guianensis* por moradores de uma comunidade ribeirinha, em Bom Sucesso, no município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso.

Materiais e Métodos

Área de estudo

A comunidade ribeirinha Bom Sucesso (15°42'54,23"S e 56°06'21,64"O) é um dos distritos do município de Várzea Grande-MT criado pela lei n. 126, no dia 23 de dezembro de 1948, e confirmada por lei 9.583 no dia 24 de dezembro de 1948, situada às margens do rio Cuiabá, a 152 m metros acima do nível do mar (Figura 1).

O município de Várzea Grande, com extensão territorial de 949,53km², está localizado no Estado de Mato Grosso, fazendo limites com as cidades de Cuiabá, Acorizal, Jangada, Santo Antônio do Leverger e Nossa Senhora do Livramento, tendo sido designada pelo Projeto Radambrasil (1982) como uma região da Depressão Cuiabana.

A estimativa da população de Várzea Grande, segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, (IBGE) para 2004, foi de 242.674 habitantes, e para Bom Sucesso, de 2.757 habitantes, sendo 2.211 na zona rural e 546 na zona urbana.



Figura 1 - Localização do Distrito de Bom Sucesso no Município de Várzea Grande-MT. Fonte: <http://maps.google.com.br> (modificado).

Do ponto de vista geomorfológico, a região possui a topografia rebaixada em torno de 150 a 200m de altitude, sendo caracterizada por relevo de planície, desenvolvido sobre rochas pré-cambrianas fortemente deformadas (FUNASA, 2007).

O clima de Várzea Grande está na categoria Aw da classificação de Köppen, tropical semi úmido. Caracteriza-se por apresentar duas estações bem definidas: a seca, que vai de abril a outubro, e a chuvosa, que vai de novembro a março. A pluviometria média anual da região oscila em torno de 1.350mm, com sazonalidade marcada por dois períodos bem distintos: no verão, verificam-se os maiores índices pluviométricos, que oscilam entre 1.000 e 1.500mm e na, estação seca, a precipitação chega a ser quase nula. (INMET, 1996, p. 1997).

A temperatura média anual é de 26°C, com temperaturas mínimas próximas a 15°C, em julho e, máximas superiores a 32°C, em outubro. A umidade relativa do ar varia muito, com a média anual em torno de 74% (FUNASA, 2007).

O solo é classificado como argissolo vermelho amarelo distrófico, de textura arenosa/média (MACHADO *et al.*, 2009). A vegetação é composta por savana arbórea aberta (cerrado), capoeira e mata ciliar (OLIVEIRA, 2008).

Bom Sucesso está situada a 15 quilômetros do centro de Várzea Grande, é um lugarejo formado por ruas estreitas, com sua rua principal, paralela ao rio, com mais de um quilômetro de extensão, calçada com blocos de cimento e ladeada por casas, geralmente próximas umas das outras, com poucas cercas ou muros, quintais grandes e arborizados, e portas que se abrem no passeio, onde as pessoas costumam sentar (CAMPO, 2006).

Nessa rua principal, podem-se ver as peixarias e os engenhos e, sobre as fornalhas, grandes tachos de cobre nos quais fazem rapadura. Vê-se mais: bois pastando nos espaços verdes e, ao fundo, o rio Cuiabá e seus pescadores em suas estreitas canoas, vê-se a mata ciliar, ainda preservada (CAMPO, 2006).

O distrito, hoje, tornou-se rota turística, porque os restaurantes instalados à beira do Rio Cuiabá servem os peixes da cozinha tradicional, verdadeira atração turística de toda a região, além das rapaduras ali fabricadas que são também atrativos de Bom Sucesso.

Coleta de dados

Os dados foram coletados nos meses de outubro e novembro de 2008, sendo aplicada a técnica de entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008), cujas questões compreenderam os aspectos socioeconômicos, culturais, conhecimento e uso da negramina (*S. guianensis*), gravadas em fita microcassete (Gravador Olympus mod. Pearlcorde S701) com a permissão dos entrevistados, escolhidos primeiramente ao acaso, com questões fechadas e/ou abertas (Anexo 1), e depois intencionalmente, para que se tivesse uma abrangência das diferentes faixas etárias da comunidade, de forma a investigar a transmissão do saber local dos mais velhos para os mais novos.

Resultados e Discussão

Aspectos socioeconômicos

Foram entrevistadas 24 pessoas da comunidade; 13 homens e 11 mulheres, sendo 20 deles nascidos e criados em Bom Sucesso,

dois nascidos em outras comunidades da Várzea Grande (Engordador e Pai André), um em Cáceres-MT, e outro em Cuiabá-MT, porém esses que não nasceram moram no local desde que se casaram ou foram criados lá. Segundo Coradini (2006), em Bom Sucesso, a construção da identidade se dá nas relações de acontecimentos passados importantes para essas pessoas. Segundo Gimenez (2000) esta seria a identidade histórica e patrimonial, pois os moradores, em sua grande maioria, são todos nascidos nesses lugares, assim são poucos os “estranhos”, como são chamadas as pessoas que não nas-

cerem nas comunidades, prevalecendo os laços de consanguinidade, que aliados a outros fatores, consolidaram práticas sociais e culturais que foram passadas de geração em geração e que ainda fazem parte da vida das pessoas.

A faixa etária variou de 15 anos a mais de 86, mas a faixa de 66 a 75 anos correspondeu ao maior número de entrevistados (29,2%), conforme verifica-se na Figura 2. Resultados semelhantes foram encontrados em Caruaru-PE, por Florentino & Albuquerque (2007), onde a idade dos entrevistados variou entre 20 e 80 anos.

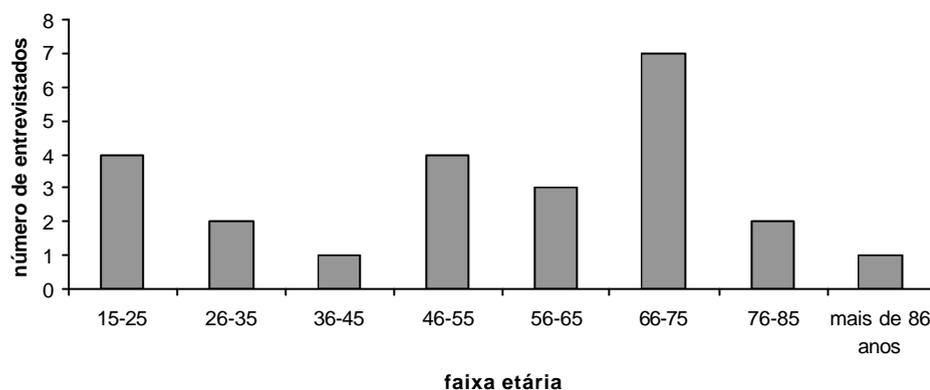


Figura 2 – Faixa etária dos entrevistados em Bom Sucesso, Várzea Grande-MT.

A maioria dos entrevistados estudou em Bom Sucesso, sendo que mais da metade deles cursou apenas os quatro primeiros anos escolares.

Dos entrevistados, mesmo os aposentados e os do lar ainda trabalham, ajudando no sustento da família, fazendo rapadura,

na roça, na criação de animais, na pescaria de subsistência, fazendo “bicos” nas peixarias do local, ou seja, todos têm uma história relacionada ao Rio Cuiabá, e as atividades que construíram no local relacionadas em torno dele. As atividades de comércio englobam a venda de rapadura (Figura 3).

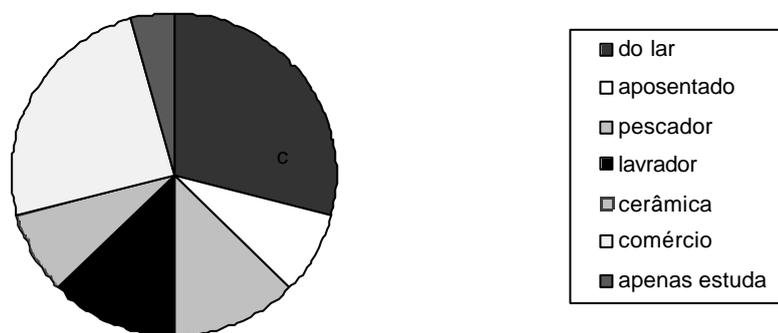


Figura 3 – Atividades dos entrevistados em Bom Sucesso, Várzea Grande-MT.

A relação com o rio Cuiabá é de tal importância que seu Joaquim, conhecido como Painha, terminou a entrevista dizendo em tom de preocupação: “O Rio está mor-

rendo, está no hospital, está na UTI...”

Esse conhecimento, esse saber que os pescadores desenvolveram ao longo da história com o meio ambiente, nos dá lições de

como transpor a própria sina, pois os homens e mulheres da pesca artesanal existem e resistem fortalecidos pelo aprendizado de como conservar e manejar sustentavelmente os recursos naturais e a biodiversidade, desenvolvido ao longo de gerações com a natureza (SILVA, 2007). Por tal importância, e pelas entrevistas terem permitido que as pessoas se expressassem sobre o lado histórico e cultural, a seguir algumas falas que exemplificam a tristeza que sentem ao comparar o Rio Cuiabá de ontem e de hoje, e o conhecimento das causas da morte desse Rio, que não poderiam deixar de ser registradas.

[...] peixe: tem pouco, pouco, pouco... Das quatro da manhã até sete e meia não dá nada... O Rio manso acabou com o Rio Cuiabá... O Rio Manso criou seca... O Rio Cuiabá não cria o peixe, no Rio manso que cria o peixe... Oia eu pegava peixe aqui... dava demais de peixe, ficava peixe aí que não tinha pra quem vendê, pra quem dá... (Nhá Dita, 91 anos)

[...] pega agora só piau... Lá no pantaná que cria o peixe... (D. Genil, 54 anos)

Pesco quando dá folga... Pego pra comê e vou embora... Na época das água pega pintado... agora piau, geripoca... fechô a barragem lá acabou... (Seu José Narciso, 61 anos)

Aqui relacionam a falta de peixe do rio Cuiabá com a construção da barragem do

rio Manso, em 1999. Sendo assim, o nível máximo do Rio Cuiabá a partir desta data passou a ser determinado pela APM-Manso e como provável consequência, algumas áreas deixarão de ser inundadas. O rio Manso é o principal formador do Cuiabá, um dos rios pantaneiros mais importantes. Os peixes que fossem subir para desovar vão encontrar na hidrelétrica um obstáculo intransponível.

Conhecimento, uso, manejo e conservação de *S. guianensis*

Dos entrevistados 66,7% conhecem e ainda usam a *S. guianensis*, 12,5% conhecem, mas não fazem mais uso, 12,5% já ouviram falar, mas nunca usaram, e 8,3 nunca nem ouviram falar. Constatou-se que o conhecimento dos mais velhos sobre a *S. guianensis*, não está sendo assimilado pela geração mais jovem que, na sua maioria, alegou não conhecer e nunca ter usado, ou ter abandonado o uso da espécie.

Dos entrevistados que fazem ou faziam uso da negramina, todos disseram que cozinhavam as folhas da planta, esperavam esfriar e usavam na forma de banho, indicado para algumas enfermidades e sintomas descritos na Figura 4 que também mostra o número de citações pelas pessoas.

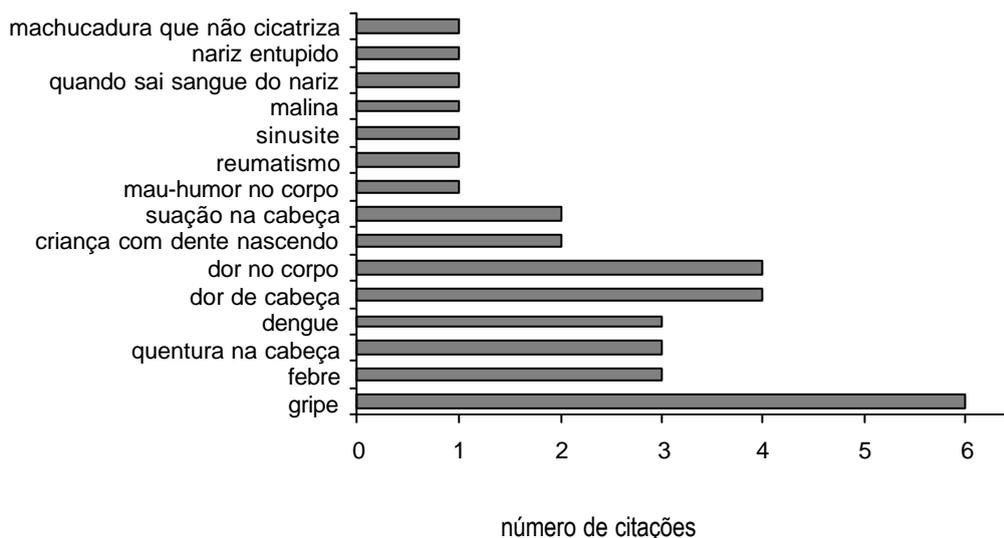


Figura 4 - Uso medicinal citado pelos entrevistados, em Bom Sucesso, Várzea Grande-MT.

As citações das enfermidades foram transcritas da forma como foram anotadas nas entrevistas, e a seguir, alguns trechos dessas transcrições relatadas pelas pessoas que

ainda usam *S. guianensis*. São as pessoas mais idosas, que são as detentoras das informações passadas de gerações anteriores, e que formam verdadeiros núcleos de resistência

perante as mudanças que se impõem na comunidade.

Remédio assim pra banho pra criança, pra pessoa que sofria de dor de cabeça é ideal. Folha e galho pra tomar banho, pra beber é ruim... ruim ruim, ruim mesmo... Pra febre vai sarar, pra gente que tem quentura na cabeça...

[...] Tradição, a medicina era difícil, o primeiro socorro era o mato, a gente passa... (Seu Painha, 78 anos)

Desde menina já pegava pra dar banho no criança quando tá com gripe... a folha... Vi minha mãe fazer. (D. Lucinda, 68 anos)

Refresca a cuca, febre... é bão cozinhá a folha... Folha dele com erva de bicho, chá de frade... tá com gripe muito forte, febre, banho dele, toma com quarquê comprimido é bom demais... bebe um bocadinho não tem problema... Os avó fazia, a gente acompanha a direção certa... (Seu Cirilo, 73 anos)

Remédio pra tomar banho lavar cabeça de criança, cheiroso... não usa pra beber, só pra tomar banho, minha mãe me ensinou... quentura na cabeça, quando tá nascendo dente... (D. Maria Clara, 71 anos)

Dá banho no criança, assim desde a cabeça, pra modi febre, as coisas assim que criança tem... (D. Zulmira, 81 anos)

A folha é bom pra dengue, toma banho... Pra criança quando tá muito gripada, tá com nariz entupido, ao invés de fazer aerosol toma banho com negramina... Eu cozinho pra dar banho na criança, até mesmo pra mim... (D. Teonila, 75 anos)

Negramina é bom pra malina, pra dar banho no criança [...] Malina dá de sol, pessoa que pega muito sol, dá suação na cabeça. (Nhá Dita, 91 anos)

[...] cozinha pra fazê banho, pro causa de gripe, pra lavar cabeça, né... Aprendi usar com minha mãe... (D. Buguela, 70 anos)

Ela é usada mais pra banho, as vez a pessoa tem assim um mau-humor no corpo, dor no corpo, uma espécie assim de um reumatismo... (Seu Fião, 68 anos)

[...] cozinha, deixa ele fria, e depois nois lava a cabeça que é bom pra malina. (Seu Davi, 58 anos)

Preparo, uso pra tomar banho pra dor na cabeça, das vez sai sangue do nariz, toma banho de cabeça [...]. (Seu Arlindo, 59 anos)

Esta predominância de uso tópico em banho para malina repete-se nos estudos feitos por Carmona e Guarim Neto (2001), no leste do estado; Souza (1992) no Coxipó do Ouro; Somavilla, (1998) em Poxoréo; Pasa, (1999), no Vale do Aricá e Schimoller, (1997) na Aldeia Pakueran, em Paranatinga.

Das pessoas que citaram o banho com negramina, três recomendaram este banho à noite, e que, após o mesmo, deve-se fazer dieta, ou seja, deve-se rebuçar e só sair no outro dia.

Minha mãe fazia com nois... a criança tava com febre, aquela febre que não cortava, aquele que se pegava nele assim, tava com olho vermelho [...] a mãe fazia o remédio, era esse aí... fazia o chá de negramina, banho da negramina, mas não podia pegar vento... porque ele é quente, dava o banho na criança, enleava ele, guardava ele, dava um melhoral infantil, anador, noutro dia a gurizada tava correndo, cortava febre, cortava dor, cortava tudo [...]. (Seu José, 54 anos)

Cozinha a folha, só que ele é um pouco quente, ai deixa ela amorná, ai fica bem fresquinha... ai vamos supor [...] é melhor tomar assim num lugar aberto, ai outro dia cedo não toma banho na água fria, deixa aquilo passá [...]. (Seu Fião, 68 anos)

Minha mãe ensinou uma amiga a tomar banho de cabeça inteira, e entrar embaixo de um pano, pois ela sarou [...] ela tinha muita dor de cabeça [...] mas tem que ter a dieta, porque ela é quente [...]. (D. Lucila, 40 anos)

Um dos entrevistados recomendou cozinhar as folhas da negramina com erva de bicho e chá de frade para gripe, outro disse que o banho é melhor se misturar as folhas de negramina com erva de bicho, folhas de tamarindo e folhas de eucalipto, e um terceiro ensinou a usar ela cozida com um pouco de sal. Apenas dois disseram que pode beber o chá, mas que é ruim.

Três entrevistados citaram também o uso da casca dos galhos em vinho branco para reumatismo:

A casca da madeira, eu já até tomei ele... diz que pra coluna, no vinho branco... (D. Lucinda, 68 anos)

Um senhor daqui usa a casca pra por no vinho... diz que é muito bom pra reumatismo. (D. Teonila, 78 anos)

[...] cunhado pegô pro pessoal de Várzea Grande... casca põe no vinho pra reumatismo... (Nhá Dita, 91 anos)

O uso contra o reumatismo, apesar de não ser frequente, também foi relatado nas Guianas por Prance, (1972); Santos e Peixoto, 2001 e por Renner e Hausner (2005).

Mesmo que não utilizem mais a negramina, alguns entrevistados mantêm viva a memória de seu uso e explicam o que aprenderam com seus pais e avós:

A negramina, antigamente, o pessoal, minha mãe, minha avó [...] em uma machucadura, uma dor de cabeça, naquela época quando a criança saía pra brincar, e vamos supor tinha uma cortadura que tava demorando pra cicatrizar, aí fazia a negramina, cozinhava e lavava com ele, e cicatrizava. Minha mãe usava muito pra dor de cabeça, assim... pegava a negramina, moitava o pano e punha na testa aquele pano moiado, dormia, no outro dia tava bom. Se especialmente mulher tava com dor de cadeira, dores no corpo, chá de negramina, e banho com sal, deixava esfriar, punha o sal, fazia aquela salmore com negramina, reбуçava a pessoa, no outro dia a pessoa suave e a febre ia embora. (Seu José, 54 anos)

Apreendi com minha mãe [...] Cozinha a folha e dá banho na cabeça, modi falava malina lá no sitio, pra modi dor na cabeça... (D. Ana Maria, 47 anos)

Meu pai me ensinou [...] a gente tá com gripe, com aquela dor no corpo, mistura com outras foias do mato, esse erva de bicho, que dá nesse lugar de brejo, e aquele folha de tamarino, eucalipto, a gente faz aquele banho, mistura tudinho e põe na panela com água e põe pra ferver no fogo, toma banho com caneca, de cabeça...toma mais é à tarde, e a noite não sai de casa. (Cirilo Filho, 27 anos).

A área de coleta pela comunidade era mais acessível antigamente. Apesar de o rio Cuiabá e além-margem não serem mostrados como limites do território para a comunidade, uma das justificativas para o abandono do uso desta espécie é a distância que a comunidade tem que percorrer para buscá-la, pois é unânime, nas entrevistas, que a negramina só é encontrada do outro lado do rio, próximo ao Morro de Santo Antônio, ou seja, necessitam de canoa e ainda andar alguns quilômetros a pé para chegar ao local. Além da alegação de alguns que o local foi loteado e cercado, muitos já estão idosos, dependem de outras pessoas para buscarem a planta, e nem sempre há esta disposição dos mais

novos que acham mais fácil comprar um remédio na farmácia.

Reconhecido como patrimônio histórico, cultural e ambiental pela lei estadual 7.381/01, de 2002, o Morro de Santo Antônio (15°45'58,64"S e 56°05'45,50"O) está localizado às margens do rio Cuiabá, a 500 metros do nível do mar, no município de Santo Antônio do Leverger. Em relação a Bom sucesso está do outro lado da margem do rio.

Um morador, que é bisneto do fundador da comunidade, seu Petrolino, conhecido como Fião, dá uma descrição de como conheceram e como era o local de coleta:

A gente campeava, a gente tinha umas criação... na oportunidade de campear é que a gente conheceu esse lugar... tinha uma comunidadezinha por nome Guanami, que fica logo pertinho lá, pertinho desse corgo, travessa o corgo Cascavel, já logo tá chegando pertinho do Guanami. Era um comunidade de 4 a 5 moradores... Hoje lá eles venderam, é uma fazendinha lá... Dá pra chegar de a pé, de cavalo, hoje lá já ficou o local, já é fundo do loteamento da Cachoeira de Pólvora, por aqui parece 2 horas, distância quase daqui na Várzea Grande.

Os moradores apontam encontrá-la próximo a um córrego, e em campo aberto, mas não na beira do rio. A seguir, alguns depoimentos de outros entrevistados sobre o local onde a espécie é encontrada e que deixam claro que é do outro lado do rio, próximo do morro de Santo Antônio.

A negramina nós temos lá do outro lado do rio, lá perto do morro tem um Córrego do Morrinho, chamado de Cascavel. Chega do outro lado de canoa, leva umas 3 horas. (Seu Painha, 78 anos)

Oia nois pegava lá do outro lado do rio, mas agora faz muito tempo que não pego [...] Ficou difícil venderam pra lá, ficou tudo loteado, cercaram [...] Oia num sei faz muitos anos que não vou pro outro lado [...] É pranta de campo, ele nasce na terra do campo, não nasce na beira do rio... Atravessa de canoa e anda um pedaço. (D. Lucinda, 68 anos)

Negramina, lado de lá do rio...Cerração... na beira do corgo sempre tem ele. Ele é nativo, dá no campo, 2, 3 Km da beira do rio. (Seu Cirilo, 73 anos)

Beira do morro de Santo Antônio... Eu nunca fui ... (D. Ana Maria, 47 anos)

Longe...pé do morro.. Mato cerrado, não dá perto do rio... Quando eu casei meu marido

ia lá pegar [...] Antigamente usava, agora nem num usa mais [...] vizinho meu manda pegar pra mim. (D. Maria Clara, 71 anos)

Do outro lado do rio, sempre tem gente que vai pra lá... eu mesmo quando vou arrancar minhoca lá pra esse lado eu pego... (Seu Donato, 47 anos)

Ah... negramina é longe, fica perto da estrada de Santo Antônio [...] Barco e aí anda 3500 metros... vai de manhã e chega meio di a[...] Quem sempre panha pra mim é o meu véio quando ele vai pra lá dar uma olhada no terreno. (D. Teonila, 75 anos)

Aui! A gente vai bem longe pra pegá ...Tem vez quando a gente qué, tem uma dona que mora do outro do rio, a gente encomenda pra ela, ela acha que fica mais fácil do que pra nois ir daqui lá pegá...Ela traz pra gente... (D. Genil, 54 anos)

A negramina só tem numa região aqui, que nois fala é... cascavel, do outro lado do rio, somente lá. Quando a pessoa tem necessidade, aí fala com esse meu primo, ele vai lá e pega aquela quantia... (Seu Fião, 68 anos)

Se encontra longe... lá naquele morro é que tem ele [...] Ela não dá em beira de rio, só no campo mesmo. Atravessa de canoa e depois anda a pé... Nós iamos uma turma, agora o pessoal tá recuando de ir lá... não sei, eu mesmo faz 3 anos que não vô... agora vai gente, mais muito pouco... (Seu Davi, 58 anos)

Nesse mundão pra lá ...perto da estrada de Santo Antônio , pra lá que pega.. Pra ir lá tem que ir de canoa, e depois anda a pé... (D. Buguela, 70 anos).

Do outro lado do rio que tem... Quando não é eu, é o meu irmão que pega também... (Cirilo Filho, 27 anos)

Sobre a época de coleta, três entrevistados disseram sobre a antiga tradição de pegar a negramina na Semana Santa para o ano inteiro, dois recomendaram em qualquer época depois da brotação, e os demais em qualquer época. Como apenas quatro entrevistados afirmam conhecer a flor da espécie, e apenas dois o fruto, supõe-se que fazem a coleta da negramina no seu estágio vegetativo. Vale ressaltar que pelo acompanhamento da fenologia da espécie em Cuiabá, a semana de Páscoa coincide com o período vegetativo da espécie, após a queda de frutos que ocorre em fevereiro e março.

A gente ia na Semana Santa naquele morro... naquele morro tem medicina... lá que tem... [...] na Semana Santa porque é tradição, o remédio é mais forte... sei lá... a gente obedecia o que os mais veio falava, agora a gente pega qualquer hora. (Seu Painha, 78 anos)

A negramina, antigamente, o pessoal, minha mãe, minha avó, tudo na época de Sexta-feira Santa, até eu era criança, esse... ela saía daqui, ia lá nesse morro de Santo Antônio pra pegá essa negramina pra fazê... usá o ano inteiro.

[...] aí pegava a erva, vinha de lá colocava pra secá, aí deixava aí... (Seu José, 54 anos)

Costume... nois saía quinta feira meia noite e ia amanhecer lá na Sexta-feira Maior, em cima do morro, e de dia vinha embora... nesta data é que dá de nois ir lá...então lá tem muito remédio... remédio de todo tipo lá... Nós pega nesse dia lá, e nois guarda e ela seca... (Seu Davi, 58 anos).

Com relação à quantidade de plantas da espécie no local de origem, há uma contradição entre os entrevistados, pois alguns acham que a quantidade diminuiu principalmente devido às queimadas, e outros acham que o local permanece preservado.

Dos que citaram a época das queimadas e da seca, foi unânime o fato de que a negramina rebrota depois da chuva, pois disseram que o fogo não atinge a raiz da espécie. A seguir, alguns depoimentos sobre a época em que vão buscá-la, e como está o local.

A quantidade de negramina, diminuiu, estão desmatando... (Seu Painha, 78 anos)

Não diminuiu nada a quantidade [...] beira do corgo... rodas de negramina [...] agora cai um pouco da folha porque tá muito quente, mas na beira do corgo sempre tem ele... (Seu Cirilo, 73 anos)

Mas agora tá difícil por causa da desordem dos fogo, tacação de fogo queimou tudo... só depois que chovê é que ela vai brotar... a raiz, ela rebrota... é planta nativa... não diminuiu a quantidade... ela brota, basta começá chovê... (D. Teonila, 75 anos)

Não diminuiu...e outra que o pessoal não pega... só quando é percisão... (Nhá dita, 91 anos)

Agora na época de seca ta difícil... a turma taca fogo no campo, queima tudinho... não acha de jeito nenhum, só na beira do corgo, num corguinho sempre tem...

Depois que pega fogo, volta a brotar porque as vez não ofende, o fogo passa e não ofende a raiz dela, quando chove ela... (Seu José Narciso, 61 anos)

A quantidade não diminui, porque ela não é muito assim buscada né... E que lá ficou assim um lugar preservado que não tem passagem de fogo, é beira de corgo, ela tem assim aquela conservação, ela praticamente quase que não aumenta e nem acaba...e é só nessa região que deu ela... (Seu Fião, 68 anos)

Tem bastante, mas agora com certeza acho que diminuiu um pouco, acho que é muita seca, e a turma põe fogo lá também né...mas tem...depois que pega fogo rebrota... Nas águas ele reforma tudo... (Seu Davi, 58 anos)

Qualquer época do ano dá, mas as vez o fogo bate neste local, ai o fogo queima, e ai tem que esperar ele chover pra rebrota... (Cirilo Filho, 27 anos)

Sobre o fato de passarem a negramina para pessoas de fora da comunidade, apenas dois entrevistados citaram que pessoas de fora encomendam a planta.

[...] cunhado pegô pro pessoal de Várzea Grande... (Nhá dita, 91 anos)

As criança vai lá panhá... encomenda pra Souza Lima, Cuiabá, pega feixe dele, e o pessoal vem buscá... até do Santo Antônio vem buscá... Sempre pessoal de Souza Lima encomenda pra nós... (Seu Cirilo, 73 anos)

Além de não conhecerem a *S. guianensis* em seu estado reprodutivo, os entrevistados nunca fizeram tentativas de propagá-la, o que não pode ser interpretado como um descaso com a espécie. Segundo Diegues (2003), para as sociedades tradicionais, o território, diferente das sociedades urbanas, é descontínuo (áreas de pousio, áreas de pesca usadas em apenas parte do ano), ou seja, há um sistema de manejo de recursos naturais marcado pelo respeito aos ciclos naturais, à exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Este pensamento ficou bem expresso nesta frase de seu Painha: "Onde ter fartura pra panhá ninguém planta..."

Pôde-se observar que os mais jovens já tinham ouvido falar da negramina, mas não sabem sobre o uso, e outros nunca ouviram falar, levando a uma reflexão se o saber local está se perdendo nas novas gerações. Con-

forme Amorozo (1996), a passagem de conhecimento é feita a partir de contato intenso entre gerações, principalmente em grupos domésticos e de parentesco. Mas com a vida atual, esse contato é cada vez mais raro. Amorozo (2002) ao pesquisar três comunidades rurais de Santo Antônio do Leverger, afirma que a "modernização" traz consigo novas opções de cuidados com a saúde, e certa desvalorização da cultura local. Os jovens formam o grupo mais sensível, reforçando a tendência à perda ou abandono das práticas tradicionais.

Shanley e Rosa (2006) estudando o conhecimento tradicional numa comunidade na Amazônia afirmam que, apesar dos habitantes locais conhecerem a utilidade de muitas espécies, o uso ativo de certas espécies tem declinado. Tal declínio foi demonstrado através de afirmações frequentes, tais como, minha avó usava, nós não a usamos mais. Particularmente para fins tecnológicos e alguns fins medicinais, muitos usos de plantas existem, principalmente na memória das pessoas, sendo questionável se a identificação das espécies, os regimes de coleta e as técnicas de processamento podem sobreviver mais do que poucas gerações, uma vez que não são praticados.

Para Fleury e Almeida (2007), deve-se também considerar que as populações tradicionais não são exclusivamente aquelas que mantêm padrões imutáveis ao longo dos anos. Pelo contrário, seria justamente na adaptação aos novos contextos, sem ferir seus valores tradicionais, que estaria a sua sustentabilidade.

Essa transformação pode ser observada na comunidade de Bom Sucesso que, mesmo mantendo muitos dos seus costumes, também se caracteriza por uma situação socioeconômica em transformação; o confronto entre modos de pensar e agir tradicionais, e as novas idéias e costumes trazidos com o contato intensificado nas décadas recentes com a sociedade nacional reflete-se também nas questões ligadas à saúde e à doença. Essa idéia foi muito bem traduzida nas palavras do seu José, 54 anos:

Olha hoje não busca mais a negramina, você, sabe... tá tudo moderno... qualquer coisinha já é médico, o pessoal já abandonaram esse lado...

Deste modo, as formas de manejo dos recursos naturais das comunidades tradicionais, suas formações simbólicas, suas práticas culturais e suas técnicas tradicionais que representam o saber de várias gerações que vivem *da e para* a natureza (PASA, 2007) precisam ser investigados, documentados e, principalmente, restaurados por meio de pesquisas que dêem suporte para que isso não se perca com o tempo.

Conclusões

A *S. guianensis* é conhecida por negramina e a principal forma de preparo é a decocção de suas folhas para se utilizar na forma de banho, especialmente para gripe, febre e dor no corpo. A comunidade não tem conhecimento da propagação e da fenologia dessa espécie. A Comunidade de Bom Sucesso, a exemplo de outras comunidades tradicionais, vive no embate entre as tendências inovadoras e conservadoras, e os mais jovens não a conhecem, ou não fazem uso da espécie.

Referências

- ALBUQUERQUE, U. P. A.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Orgs.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. 2. ed. Recife: NUPPEA, 2008. 323p.
- AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antonio do Leverger, MT. *Acta Botanica Brasílica*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 189-203, 2002.
- ARJONA, F. B. S.; MONTEZUMA, R. C. M.; SILVA, I. M. Aspectos etnobotânicos e biogeografia de espécies medicinais e/ou rituais comercializadas no mercado de Madureira, RJ. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 23, Edição Especial p. 41-50, 2007.
- BOURDY G.; DEWALT S.J.; CHÁVEZ de MICHEL, L.R.; DEHARO E. Medicinal plants uses of the Tacana, an Amazonian Bolivian ethnic group. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 70, p. 87- 109, 2000.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro, 1982. 544p. (Levantamento de Recursos Naturais, 26).
- CABALLERO, J. Maya Homegardens: Past, Present and Future. *Etnoecológica* 1 (1), p. 35- 54. 1992.
- CAMPO, L. M. C. *A paisagem simbólica de Bom Sucesso e Limpo Grande, em Várzea Grande-MT*. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 2006.
- CARMONA, P. F.; GUARIM NETO, G. As Plantas medicinais, suas formas de uso e aplicabilidade fitoterápica: o saber tradicional. In: Uso da

Biodiversidade: Flora medicinal do cerrado do leste mato-grossense; uma abordagem etnobotânica. *Relatório técnico*. Instituto de Biociências. Departamento de Botânica e Ecologia. UFMT. 2001.

CHRISTO, A.G.; GUEDES-BRUNI, R.R.; FONSECA-KRUEL, V.S. Uso de recursos vegetais em comunidades rurais limítrofes à Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: Estudo de caso na Gleba Aldeia Velha. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro-RJ, v. 57, n.3, p. 519-542, 2006.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2003.169p.

DUARTE, T.G. 2001. *Um estudo etnoecológico sobre o uso de recursos vegetais em Nova Xavantina, Mato Grosso*. 2001. 135f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 2001.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre-RS, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.

FONSECA-KRUEL, V. S.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, Brasília-DF, v. 18, n. 1, p. 177-190. 2004.

FONTELLE, M. G. L. C. *Plantas medicinais utilizadas por raizeiros: uma abordagem etnobotânica no conteúdo da saúde e da doença*. 1997. 141f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 2001.

FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. *Cemitérios como Fonte Potencial de Contaminação das Águas Subterrâneas Região de Cuiabá e Várzea Grande (MT)*. Relatório Final. 117 p. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/internet/arquivos/biblioteca/cemitFonte.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARRERO, J. M. ROCHE, F.L.; ROBLEDO, A. (Eds.) *Cultura y Región*. Bogotá: Ces/ Universidad Nacional/Ministerio de Cultura, 2000, p. 87-132.

HANAZAKI, N. *Etnobotânica no litoral da Mata Atlântica*, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

HEIDEN, G.; MACIAS, L.; BOBROWSKI, V. L.; IGANCI, J. R. V. Comercialização de carqueja por ervateiros da zona central de Pelotas, Rio Grande do Sul. (nome da revista?) v. 6, n. 2, p. 50-57, 2006.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura. *Boletim Agroclimatológico*. Brasília, v. 30, n. 01-12, 1996.

_____. *Boletim Agroclimatológico*. Brasília, v. 31, n. 01-12, 1997.

LORENZI, H.; MATOS F. J. A. *Plantas Medicinais no Brasil: Nativas e Exóticas*. 1. ed. São Paulo-SP: Nova Odessa / Instituto Plantarum, 2002. 512 p.

MACHADO, A.Q.; ROMIO, A. M. G. CHITARRA, G. S. *Seleção de cultivares de tomate para plantio em Várzea Grande-MT*. UNIVAG Centro Universitário. Grupo de Produção

- Acadêmica de Ciências Agrárias e Biológicas, Várzea Grande-MT. Disponível em <http://www.abhorticultura.com.br/biblioteca/arquivos/Download/Biblioteca/46_0256.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2008.
- MILLIKEN, W.; ALBERT, B. The use of medicinal plants by the Yanomamy Indians of Brazil. *Economic Botany*, v.50, n. 1, p.10-25, 1996.
- MONTEIRO, U. *Várzea Grande passado e presente confrontos 1867-1987*. Cuiabá: Ed. Policromos, [19-]. 229 p.
- MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 7, n. 2, p. 38-48, 2º Semestre 2007.
- NORDI, N. et al. Etnoecologia, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: SANTOS, J. E. SATO, M. (Orgs). *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. São Carlos: RIMA, 2001. p. 133-144.
- OLIVEIRA, A. G. *Avaliação das temperaturas superficiais do solo em relação à conformação urbana existente na Praça do Aeroporto Marechal Rondon em Várzea Grande/MT*. 2008. 81f. Dissertação (Mestrado em Física e Meio Ambiente) - Instituto de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 2008.
- PASA, M. C. *A utilização dos recursos vegetais no Vale do Aricá, Mato Grosso: um estudo etnoecológico*. 1999. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) - Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 1999.
- PASA, M. C. *Um olhar etnobotânico sobre as comunidades do Bambá*. Cuiabá-MT. Cuiabá: Editora da UFMT, 2007.143p.
- PINTO SOBRINHO, F.A. *Conhecimento etnobotânico de mateiros residentes no entorno de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro*. 2007. 73f. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2007.
- PRANCE, Gillian. T. Ethnobotanical notes from Amazonia, Brazil. *Economic Botany*. v. 26, n. 3, p. 221-237, 1972.
- RENNER, S. S.; G. HAUSNER. Monograph of Siparunaceae. *Flora Neotropica*, 95, 2005. 256p.
- ROCHA-COELHO, F. B.; SANTOS, M. G. *Plantas medicinais utilizadas pela Comunidade Mumbuca Jalapão-TO: Um estudo etnofarmacológico*. Pesquisa e Conservação do Cerrado. Disponível em: <http://www.pequi.org.br/Coelho_&_Santos.pdf>. Acesso em: 5 maio 2008.
- RODRIGUES, L. A.; CARVALHO, D. A.; GOMES, L. J.; BOTREL, R. T. 2002. Espécies vegetais nativas usadas pela população local em Luminárias-MG. *Boletim Agropecuário*. Lavras/MG. n. 52, p. 1-34.
- RODRIGUES, V. E. G.; CARVALHO, D. A. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio do cerrado na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. *Ciência e Agrotecnologia*, v. 25, n. 1, p. 102-123, jan./ fev. 2001.
- SANTOS, I. DAS., PEIXOTO, A. L. Taxonomia do gênero *Macropeplus* Perkins (Monimiaceae, Monimioideae). *Rodriguésia*, v. 52, n. 81, p. 65-105. 2001.
- SCHIMÖLLER, E. *Levantamento preliminar das plantas medicinais utilizadas pelos índios Bakairi, Aldeia Pakueran (Paranatinga, Mato Grosso)*. 1997. 55p. Monografia (Conclusão do Curso de Graduação em Biologia) - Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 1997.
- SHANLEY, P.R.; ROSA, N.A. Conhecimento em Erosão: Um inventário Etnobotânico na Fronteira de Exploração da Amazônia Oriental. *Boletim do Museu do Pará Emílio Goeldi, Série Ciências Naturais*, Belém, v. 1, p. 147-171, 2005.
- SILVA, J. S. A pesca artesanal, um clamor agroecológico, o território pertencimento de um desafio profissional e a resistência dos saberes geracionais à erosão do patrimônio histórico-cultural-biológico da humanidade. Resumos do V CBA – Palestras. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 1174-1176, Out. 2007.
- SOMAVILLA, N. V. *Utilização de plantas medicinais por uma comunidade garimpeira do Sudeste mato-grossense, Alto Coité - Poxoréo / Mato Grosso*. 1998. 93f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 1998.
- SOUZA, C. D.; FELFILI, J. M. Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, GO, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, v. 20, n. 1, p. 135-142, 2006.
- SOUZA, L. F. de. *Levantamento etnobotânico na localidade de São Gonçalo, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil*. 1992. 41f. Monografia (Conclusão do Curso de Graduação em Biologia)-Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT. 1992.
- STANLEY VIGNERON, M.; DEPARIS, X.; DEHARO, E.; BOURDY, G. Antimalarial remedies in French Guiana: A knowledge attitudes and practices study. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 98, p. 351-360, 2005.

Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras*
Visions of Local Development: an comparative analysis of Brazilian Experiences
Visions de développement local: une analyse comparative de l'expérience brésilienne
Visiones de Desarrollo Local: un análisis comparado de experiencias brasileras

Rafael D'Almeida Martins**
Eduardo de Lima Caldas***

Recebido em 15/12/2008; revisado e aprovado em 4/4/2009; aceito em 16/7/2009

Resumo: As idéias de desenvolvimento local são controversas e pouco consensuadas, tanto no Brasil quanto no debate internacional. O trabalho busca discutir o desenvolvimento local por meio de uma análise exploratória em perspectiva comparada. Refletir sobre o desenvolvimento local desdobra-se em duas frentes: uma de reprodução da lógica capitalista em escala localizada (tradicional) e outra de tentativas contra-hegemônicas (solidárias).

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Análise comparada. Território.

Abstract: The idea of local development is controversial and presents little consensus both in Brazil and in international debate. The paper discusses the local development by an exploratory analysis in comparative perspective. Reflect on local development unfolds on two fronts: a logic of reproduction of capitalist in a localised scale (traditional) and other of counter-hegemonic attempts (solidarity).

Key-words: Local development. Comparative analysis. Territory.

Résumé: L'idée de développement local sont controversés et peu de consensus tant au Brésil et dans les débats internationaux. L'article traite du développement du site par une analyse exploratoire dans une perspective comparative. Réfléchir sur le développement local se déploie sur deux fronts: d'une logique capitaliste de la reproduction de l'échelle située à (traditionnelles) et autres tentatives de contre-hégémonique (solidarité).

Mots-clés: Développement local. L'analyse comparative. Territoire.

Resumen: La idea de desarrollo local es controvertidos y poco consenso, tanto en Brasil cuanto en el debate internacional. El artículo analiza el desarrollo local por un análisis exploratorio en perspectiva comparada. Reflexionar sobre el desarrollo local se desarrolla en dos frentes: una de reproducción de la lógica capitalista en la escala local (tradicional) y otra de intentos contra-hegemónico (solidaria).

Palabras clave: Desarrollo local. Análisis comparativo. Territorio.

Introdução

O desenvolvimento local é um tema controverso e pouco estudado, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais torna-se uma tarefa, no mínimo, difícil.

Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial "pós-fordista" (BENKO e LIPIETZ, 1994, p. 4). Há quem diga, por outro lado, que as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e não são apenas o reflexo da reorganização internacional do capital (BECATTINI, 1994). Há ainda quem acredite no local como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 47).

* Este texto amplia reflexões anteriores dos autores apresentadas no I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local (UNESP/Rio Claro) e no I Encontro Nacional de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) no Rio de Janeiro. As pesquisas de campo foram realizadas com apoio da Fundação Friedrich Ebert e do Instituto Pólis.

** Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Atualmente é pesquisador visitante no Institute for Environmental Studies, Vrije Universiteit Amsterdam, Holanda. Bolsista CAPES (BEX 3251/08-0). E-mail: rafael@cepps.org.br.

*** Professor do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP-Leste). Doutor em Ciência Política (FFLCH-USP), mestre em Ciência Política (FFLCH-USP) e em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) e graduado em Economia (FEA-USP). E-mail: elcaldas@hotmail.com.

Segundo Benko e Lipietz (1994) duas revoluções na organização dos processos seriam capazes de inverter a tendência de uma nova organização espacial (desordenada) da produção industrial. A primeira delas afetaria as relações profissionais entre capital-trabalho. Com a crise do taylorismo pós-guerra, a saída encontrada foi a mobilização dos recursos humanos que se formam, não somente nas empresas, mas, sobretudo, na cultura local, na tradição familiar, em suma, num sistema local em que se enriquecem as competências técnico-profissionais (BENKO e LIPIETZ, 1994, p. 4). A segunda está relacionada com a organização industrial, a relação entre as empresas. Redes de empresas ligadas por relações de parceria e sub-contratação substituíram as grandes empresas integradas. Essas dinâmicas operam o regresso ao que era comum na geografia econômica do passado: os distritos industriais, em que se concentravam empresas do mesmo ramo, dividindo trabalho e partilhando um saber-fazer local.

Por outro lado, há quem defenda uma certa autonomia do local. Becattini (1994), em sua análise socioeconômica dos distritos industriais, ressalta o seu sistema de valores e de pensamento homogêneo – expressão de uma ética do trabalho e da atividade, família e da mudança – condicionando os principais aspectos da vida local. Paralelamente a esse sistema de valores, desenvolve-se um conjunto de instituições, normas e regras destinadas a propagar esses valores a todo o distrito, estimulando sua adoção e a transmissão de geração em geração (BECATTINI, 1994, p. 20). Essas instituições incluem não só o mercado, a escola e a Igreja, como também as autoridades e organizações políticas locais, além de inúmeras outras instâncias públicas e privadas, econômicas, políticas, culturais, religiosas, de solidariedade social. Para que estas dinâmicas sociais possam funcionar sem obstáculos, as instituições que integram o distrito devem, quando possível, respeitar o mesmo sistema de valores e regras.

Isto não elimina os conflitos de interesse entre seus diversos membros, nem retira a consciência desses conflitos, mas institui esses conflitos num contexto de superioridade do interesse comunitário como princípio

base, interiorizado pelo conjunto da sociedade local.

Santos e Rodríguez (2002) propõem o conceito de um desenvolvimento local de base, “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites econômicas e vê na sociedade civil o ator principal desse processo de construção coletiva. Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

A noção de desenvolvimento local também apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

No caso de Oliveira (2001) é interessante notar a construção do autor em relação à idéia de um “subdesenvolvimento local”. Seguindo seu raciocínio, isso implica pensarmos duas advertências. A primeira delas afirma que nem sempre a existência do desenvolvimento é resultado da evolução de uma condição anterior de subdesenvolvimento, mas é dada historicamente por relações entre as nações, ou mesmo região. A segunda advertência diz respeito à especificidade do contexto e da condição brasileira. Tratar as questões do desenvolvimento local tendo como referência a França ou a Inglaterra é diferente de tratar do mesmo tema no Brasil, país dependente e periférico. O perigo está presente quando o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania. Quando o conceito tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o nome do público não-estatal. Em nome de novos empregos e do aumento de renda, privatiza-se o público e retira-se do lugar a memória, a cultura do local via acumulação primitiva (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Este trabalho pretende apresentar uma análise comparada de seis experiências de

desenvolvimento local: a experiência da Associação de Apicultores de Simplício Mendes-PI; dos Polos Moveleiros de Votuporanga-SP e do Rio Grande do Sul-RS; a experiência do Complexo Couro-Calçadista, também do Rio Grande do Sul; os minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto-SP e, finalmente, o Banco de Palmas, da cidade Fortaleza-CE.

Notas Metodológicas

As experiências foram selecionadas, visitadas e analisadas. A seleção foi feita a partir da "Rede de Bancos de Dados em Gestão Local" composta por bancos de dados sobre experiências em Gestão Local de diversas instituições nacionais (Brasil), entre as quais: Programa Gestão Pública e Cidadania (GPC/FGV-EAESP), Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE), Rede de Comunicação de Experiências Municipais (Recem/CEPAM) e o Banco de Dados do Instituto Pólis.

Os principais critérios para selecionar as experiências foram suas inserções em redes sociais e seus resultados econômicos, ou seja, seus resultados em termos de geração, distribuição e acumulação de renda e riqueza na região em que está inserida. Outros critérios também foram utilizados na seleção e podemos destacar, entre os mais expressivos, a representatividade regional da experiência e os respectivos atores sociais que lideraram seu desenvolvimento.

Vale deixar claro que as experiências analisadas nesse artigo não têm a intenção de compor um mapa com a totalidade da riqueza de experiências espalhadas pelo Brasil, mas conseguem representar experiências das três regiões mais importantes do país (Nordeste, Sudeste e Sul), excluindo as regiões Norte e Centro-Oeste por causa de dificuldades operacionais, tanto de custo quanto de deslocamento dos pesquisadores. A pesquisa também consegue abranger experiências tanto do espaço urbano quanto do espaço rural, mostrando como é possível constituir arranjos produtivos nas mais variadas regiões do país.

Estas experiências, seus resultados positivos e seus limites servem para indicar

horizontes e possibilitar reflexões. Neste sentido a função das práticas consiste em ampliar o espectro do possível através do reconhecimento da experimentação e da reflexão acerca de alternativas (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 25). Diante dos objetivos deste trabalho, não se pretende fazer aqui grandes formulações teóricas.

Este artigo é resultado de uma segunda rodada de pesquisas, debates e sistematização ainda em andamento em torno do tema, em sua dimensão econômica, recaindo sobre questões que envolvem a produção, acumulação e distribuição da riqueza e da renda geradas e geridas socialmente. Vale ressaltar que a dimensão econômica, nesse artigo, não se sobrepõe a outras dimensões, mas está intrinsecamente vinculada às sociais, ambientais, culturais e políticas.

Ao levantar os casos aqui descritos, em princípio procurávamos descrever e analisar experiências de articulação local ou experiências que representassem experiências populares de fomento do desenvolvimento local. O "local" não foi entendido a partir de um recorte administrativo, portanto nem sempre se sobrepôs ao municipal. Em alguns casos era mais amplo e abarcava uma região inteira, em outros abarcava apenas determinados bairros de um conjunto de municípios. Assim, o local não se refere ao tamanho, mas abarca o conjunto de relações que existem em um determinado ambiente territorial, seja ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades deste território (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002). Consideram-se também os atores sociais e institucionais desta localidade, com sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e institucionais e as diferentes alternativas de atuação para a transformação e o desenvolvimento do local.

Durante a pesquisa, além de contemplarmos nossos objetivos iniciais, observamos que várias dessas experiências estavam inseridas em arranjos produtivos locais. Esse fato trouxe algumas indagações: será que para entendermos as experiências de desenvolvimento econômico local, necessariamente teremos que adentrar o debate sobre a articulação de atores em torno de *clusters* industriais¹?

Quem são estes atores e quais são seus papéis? Ou será que esses arranjos e articulações constituem-se em mais um elemento do que chamamos de experimentalismo difuso²? Longe de encontrar respostas, este documento procura destacar essas questões como novos e importantes elementos para análise.

Este artigo está organizado da seguinte forma: uma breve apresentação dos antecedentes do debate em torno do desenvolvimento local no Brasil. Apesar de alguns verem esse introito como saudosista, acreditamos que resgatar determinadas experiências em seus contextos podem auxiliar na compreensão do presente e na reflexão sobre possibilidades de alternativas futuras. Em seguida são apresentadas e analisadas as seis experiências territorializadas sobre desenvolvimento local e nossas considerações finais.

Antecedentes

A valorização do local como instância privilegiada para planejar e executar políticas públicas governamentais remonta os anos 70. Não se tratava de prática recorrente, num contexto altamente centralizador e autoritário. Tratava-se de experiências pontuais, como aquelas ocorridas em Lajes (SC) e Boa Esperança (ES).

As experiências dos anos 70 serviram de faróis orientadores de novas práticas na gestão pública local e hoje podem indicar como é possível fazer resistência a partir do local, apesar das diferenças contextuais e mesmo conceituais do que seja o próprio local.

Na época, o papel das Câmaras Municipais era limitado, os municípios não eram entes da Federação, não possuíam Leis Orgânicas, tinham pouca autonomia tributária e escassez de recursos transferidos dos governos Federal e Estadual. No plano nacional, predominavam os grandes projetos desenvolvimentistas.

Neste contexto de pouca autonomia, as vozes de resistência não distinguiam "local" de "municipal". As lutas no plano nacional eram para municipalizar as políticas públicas. No âmbito local, as experiências inovadoras concentravam-se em descentralizar a gestão, em buscar formas de demo-

cratizar as relações do Estado com a sociedade. Não se tratava propriamente de encontrar alternativas locais de desenvolvimento econômico. Nem por isso, deixou-se de experimentar, no âmbito da economia, instância recortada pela preocupação com a geração, distribuição e acumulação de renda e riqueza.

Em Lages, por exemplo, experimentou-se a constituição de hortas comunitárias, escolares e domiciliares, prática que atualmente é denominada "agricultura urbana". A experiência não tinha caráter gerador de renda e, mesmo assim, conseguia dar resultados positivos, aumentando direta e indiretamente a renda líquida das famílias.

Do ponto de vista administrativo, a prefeitura alterou a diferença de renda entre seus funcionários, fazendo com que a diferença entre o menor e o maior salário fosse no máximo de seis vezes, bem abaixo dos padrões nacionais e internacionais.

Em termos de obras públicas, a pavimentação das ruas era feita com lajota de argila produzida na localidade, em detrimento do asfalto, derivado do petróleo (importado), com impacto local sobre a geração de emprego e renda e nacional, decorrente da importação do petróleo.

Percebe-se que os exemplos não dizem respeito à economia ou a um projeto de desenvolvimento econômico local, mas à segurança alimentar, reforma salarial e administrativa e obras públicas. Todos os exemplos, no entanto, têm forte impacto sobre a economia local.

Os tempos mudaram: o país foi democratizado, as Câmaras Municipais ampliaram suas competências, os governos municipais aumentaram seus recursos, suas capacidades de tributar, sua participação nas transferências governamentais e suas atribuições em termos de planejamento e execução de políticas públicas. O aumento da autonomia dos municípios é comprovado pela intensidade de experiências municipais inovadoras e da constituição de bancos de informações sobre as referidas experiências.

No âmbito nacional, passamos pelas consequências do choque do petróleo do final dos anos 1970, por uma intensa recessão e pela crise da dívida que caracterizaram o início de 1980, pelas sucessivas crises de

inflação galopante, pelo período de estabilidade econômica, e mais recentemente, ao retorno da recessão e do desemprego que marcaram o início dos 80.

É neste cenário adverso do ponto de vista macroeconômico que se impõem as tentativas locais de desenvolvimento. A saída imediata encontrada pelas administrações públicas locais foi a isenção fiscal e a intensificação de uma guerra fiscal entre municípios que caracterizou um “hobbesianismo municipal” com consequências nefastas sobre a própria administração pública, que se via alijada de recursos para executar políticas públicas e não conseguia gerar empregos suficientes para a população local. A crise nacional recai sobre os municípios, que no máximo conseguem realizar alguma política compensatória, mas não têm influência sobre as políticas monetária e salarial e tampouco assento nos grandes centros decisórios, como o Conselho de Política Monetária do Banco Central (COPOM), por exemplo.

Além das primeiras tentativas de conter a crise do desemprego por meio das isenções fiscais, muitos municípios, mais criativos, instituíram os Bancos do Povo, como meio de financiar pequenos empreendimentos a taxas de juros menos extorsivas que as praticadas no mercado bancário; fomentaram cooperativas; instituíram cursos de formação de qualificação profissional; estabeleceram parcerias com outros países em torno de projetos técnicos e mesmo de conquista de mercados por meio do comércio justo e solidário. Alguns poucos viram o orçamento municipal como importante instrumento para induzir a demanda por meio das compras governamentais. É neste contexto que surgem várias experiências, algumas induzidas pelo governo, outras encabeçadas por setores da sociedade civil.

As Experiências

A constituição do **Polo moveleiro de Votuporanga (SP)** é uma experiência que não conta com a participação ativa e central do governo, seja municipal, seja estadual seja federal. Trata-se de uma iniciativa dos empresários locais do setor moveleiro.

O setor moveleiro é tradicional na Região do Noroeste paulista e tem empresários

estabelecidos em Votuporanga desde meados dos anos 50. Apesar da tradição na região, o setor moveleiro do Noroeste paulista não possuía uma política deliberada de fortalecimento de suas atividades. A iniciativa de constituição de um Polo se inicia em meados de 1990, quando os empresários do setor decidem criar a Associação Industrial da Região de Votuporanga. Com isso, desvinculam-se da Associação Comercial e Industrial que direcionava suas ações para o comércio, setor mais organizado e mais tradicional.

Uma vez organizados em associação, os industriais realizam um diagnóstico e constataam que seus principais problemas estão relacionados com baixa qualidade da mão-de-obra, seja em termos da produção, seja em termos de gestão, e com a ausência de uma política de qualidade do produto. Diagnóstico em mãos, tratam de estabelecer parcerias com um conjunto de instituições locais, estaduais e nacionais na busca de resolução de seus problemas.

A partir de então, criam um Centro Tecnológico do Mobiliário que atua na área de formação e qualificação da mão-de-obra para o setor de móveis, e iniciam um consórcio entre empresas para abertura de uma frente de exportações.

A experiência da constituição do Polo Moveleiro de Votuporanga demonstra que é possível induzir uma ação coletiva³ com ganhos e benefícios para os envolvidos. Apesar do investimento na formação da mão-de-obra, a experiência não ampliou a participação dos trabalhadores, tanto na tomada de decisões quanto na aferição dos lucros das empresas. Embora não esteja explícito no estudo de caso sobre o Polo Moveleiro de Votuporanga, implicitamente percebe-se que a experiência não mudou as relações de poder no interior do sistema produtivo, tampouco contribuiu de forma decisiva para alterar as relações de poder e de apropriação da renda no conjunto da comunidade na qual está inserida.

Por outro lado, fica clara a capacidade de articulação interna e externa do setor ao local, mas não fica claro se esse setor é pujante o suficiente para induzir o desenvolvimento do local, seja no município de Votuporanga, seja na região do Noroeste paulista.

A experiência gaúcha de constituir um **setor moveleiro na Região das Serras Gaúchas**, diferentemente da iniciativa paulista, foi induzida por uma ação governamental estadual. Apesar da considerável organização industrial da região, da concentração regional da cadeia produtiva, de importantes instituições de ensino e pesquisa na localidade e proximidade com centros consumidores, como a região metropolitana de Porto Alegre, não houve capacidade organizacional do setor moveleiro em torno de um projeto comum ou da constituição de uma associação com objetivos de promover o desenvolvimento e fortalecimento do setor.

Essa incapacidade talvez seja resultado da discrepância, tanto de organização, quanto de lucro e rentabilidade entre os muitos pequenos produtores da região e a pequena quantidade de grandes produtores. Essa diferença gera desconfiança entre os atores comuns e uma certa inércia de iniciativas. Como nos ensina a *Lógica da Ação Coletiva*, nessas situações, a ação só viria se uma grande empresa percebesse que a organização do setor lhe traria um montante de lucro suficiente para saldar o custo da organização setorial; ou se um ator externo induzisse a ação.

As explicações da teoria da ação coletiva partem do pressuposto de que os indivíduos são atores intencionais que perseguem objetivos específicos. Para Olson (1999), os indivíduos não farão parte de grupos que lutam por um bem público, a menos que haja coação ou sejam estimulados mediante algum bem privado. Assim, estabelecia-se o problema da ação coletiva ou o problema do *free rider* (carona). Quando uma pessoa conta com a possibilidade de beneficiar-se da ação coletiva dos demais sem sofrer os custos da participação, tem um grande incentivo para comportar-se isoladamente. Pode-se dizer, portanto, que o problema da ação coletiva aparece quando o interesse privado sobrepõe-se à obtenção do bem público.

A lógica da ação coletiva se assemelha, na opinião de Olson (1999), à lógica do mercado. Desse modo, o autor salienta a dificuldade de passar mecanicamente dos interesses individuais à ação coletiva. Sua tese central é a seguinte: quanto maior for o grupo, menor será o incentivo individual para per-

seguir o bem coletivo. Ou seja, a menos que o grupo seja pequeno, aos indivíduos racionais não interessa cooperar para conseguir um bem coletivo. As dificuldades de organizar os interessados para alcançar um bem público são diretamente proporcionais à amplitude dos objetivos e ao número de interessados. A ação coletiva é tão mais eficaz quanto mais limitados forem os interesses e menos numerosos os interessados. Em outros termos, os pequenos grupos com interesses focalizados são os mais eficazes para conseguir bens públicos para os seus integrantes.

Os grupos grandes só conseguirão mobilizar-se para obter um bem público se forem oferecidos incentivos seletivos para os indivíduos. Tal mobilização, portanto, não é produto direto do interesse individual por um bem público. Olson (1999) supõe, então, que a própria existência do grupo é determinada pelos bens privados que oferece, e não por ele oferecer um bem público.

Ainda no trabalho do autor, aparece a categoria do grupo latente. Este grupo tem uma grande tradição dentro do pensamento sociológico. Com esta definição, explicam-se aqueles grupos existentes na sociedade que não estão mobilizados em torno de objetivo ou projeto comum, ainda que eles possam ser determinados e existam. Na teoria proposta, é neste tipo particular de grupo que os incentivos seletivos (estímulos), ou os constrangimentos externos desempenham um papel crucial, pois se apresentam como a única forma de mobilizar o próprio grupo em questão.

No caso do setor moveleiro gaúcho, a organização setorial foi induzida por um ator externo: o governo estadual. Coube ao governo liderar o processo de estabelecimento de parcerias, elaboração de um diagnóstico e definição das ações. Também coube ao governo integrar o pequeno produtor ao grande. Mais do que isso, a organização setorial ocorreu, como propôs e queria o governo estadual, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, utilizando uma pedagogia pautada em relações de cooperação e solidariedade.

Da ação governamental, resultaram o aumento da confiança entre os atores envolvidos e desses com relação ao próprio governo, e a elaboração coletiva de um plano de

ação abrangente e capaz de inserir o setor num arranjo produtivo que envolvesse, além de formação e aquisição de matéria-prima, a percepção de que maquinários e equipamentos majoritariamente importados poderiam ser substituídos pelos nacionais, o que implicaria a redução tanto dos investimentos quanto da manutenção. Em termos de estado ou país, essa percepção, quando praticada, levará ao aumento de investimento nacional e à redução do déficit ou aumento do superávit no balanço de pagamentos.

Outra experiência gaúcha analisada neste artigo diz respeito à **incubadora tecnológica do setor coureiro-calçadista**, setor que está concentrado no Vale dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre, e responde por 40% da produção nacional e 80% das exportações brasileiras do setor. A experiência analisada, no entanto, não se preocupou com as grandes empresas exportadoras, mas com a produção de tecnologia (principalmente design) voltada em grande parte para as pequenas empresas e para as cooperativas de produtores. Trata-se, portanto, de um duplo desafio: tornar as cooperativas produtivas e viáveis por meio de tecnologia própria a partir da valorização do fator de produção trabalho, ou seja, a partir da valorização das pessoas envolvidas no processo produtivo.

Trata-se de objetivos incompatíveis se observados pela ótica do capital, uma vez que a valorização do fator trabalho exige a incorporação do trabalhador, tanto nas tomadas de decisões, quanto na repartição dos lucros. As referidas incorporações remetem a se admitir lógicas temporais e de acumulação diferentes daquela corriqueira na lógica capitalista.

Neste caso, também coube ao governo iniciar a articulação da rede de parceiros e colaboradores e aportar recursos. Com isso, foram constituídos prédios bem equipados para abrigar duas linhas de produção e um centro de design – Centro Integrado de Inovação em Design. Atualmente, o prédio está subocupado e as cooperativas estão endividadas. No curto prazo, não foi possível conciliar os dois objetivos apontados acima: a lógica produtivista do capitalismo tradicional e a constituição de laços pautados na solidariedade e na cooperação. Pode-se cogitar

que o resultado esteja relacionado ao próprio *cluster* escolhido para implementação de uma prática solidária: um “cluster de sobrevivência” caracterizado por um “conjunto de microempresas de subsistência com determinadas características: capital social modesto, grande desconfiança entre empresas, concorrência ruinosa e baixa capacidade de inovação”.

Os resultados aferidos também podem estar relacionados com o tempo da ação. A lógica temporal do governo é condicionada pelo calendário eleitoral, enquanto as lógicas de mudança de mentalidade, de construção de capital social e fortalecimento de laços de confiança, às vezes, demoram décadas. Decorre daí, provavelmente, as limitações dos resultados encontrados e a impossibilidade de uma avaliação mais crítica dos resultados.

A quarta experiência apresentada neste artigo trata da **produção de mel e seus derivados realizada por um conjunto de comunidades localizadas em Simplício Mendes**, localizado no sertão do Piauí. A iniciativa da constituição das comunidades de produtores e da formação de uma associação e construção de um entreposto para comercialização de mel não parte do governo nem de um grupo de empresários, mas de um padre, líder de paróquia e das próprias comunidades que se reuniam em torno das celebrações e das atividades promovidas pela Igreja Católica da Diocese de Floriano (PI).

Trata-se de um longo processo que reúne inúmeras intervenções, passando pela compra e financiamento de lotes para fixação do homem à terra, pela consolidação de dezessete comunidades de produtores, pela resolução de problemas como a falta de água e alimentos, por meio da construção de açudes, cisternas e produção de roças diversas e criações variadas.

Somente depois surge a produção do mel, como complemento alimentar e descompressor do orçamento familiar, largamente empenhado em alimentação (compra de farinha, sal e açúcar). De complemento alimentar o mel passou a produto excedente para a venda e complementação de renda familiar.

As principais lideranças de todo esse processo são o Padre Jeroen, radicado no sertão há mais de trinta anos, e Anchieta,

uma das principais lideranças leigas da região. A constituição da Associação e a qualificação da produção do mel e seu escoamento para os mercados interno e externo estão amparados numa imensa rede de colaboradores e parceiros.

No caso desta experiência, o principal elemento que lhe garante o sucesso talvez seja o processo de convencimento (demorado) de que é possível melhorar de vida trabalhando coletivamente e relacionando-se com a terra, mesmo numa região onde predomina um clima seco e árido. Outro elemento que pode ser explicativo do sucesso da experiência é o tempo de execução de cada uma das etapas. Não se tratou de tempo subordinado à lógica do capital, nem à lógica política ou institucional, mas de um tempo próprio da comunidade e de seu povo, ou seja, de longo prazo.

Os resultados são palpáveis: melhoria da qualidade de vida, aquisição de bens de consumo durável, melhora da autoestima, aumento da exigência da qualidade de produtos na condição de consumidor, consciência da necessidade de negociar e se reunir para organizar os esforços coletivos e, do ponto de vista mais mercadológico, abertura e conquista de mercados internacionais por meio do Mercado Solidário.

Entretanto a experiência tem limites evidentes. A relação com o poder público e os coronéis de plantão é difícil, a formação de novas lideranças também. O processo de formação é contínuo. E segundo o próprio Padre Jeroen, não se espera transmissão automática da consciência da importância e da prática da ação comunitária. Esses valores devem ser trabalhados permanentemente.

O caso de Simplício Mendes é patente para mostrar como nem sempre é a existência de capital social que redundava em desenvolvimento local, mas, algumas vezes, a prática cotidiana e persistente de ações para o desenvolvimento local também são capazes de criar algum capital social.

O conceito de capital social é tratado, em seus primórdios por Coleman (1990) e Bourdieu (1980; 1985). Mais recentemente, Putnam (1996) tratou do tema ao estabelecer relações entre a constituição de capital social e as mudanças institucionais ocorridas na Itália, ao longo dos anos 1970. Segundo Putnam, capital social refere-se ao conjunto

de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar o desempenho da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva. O capital social seria, pois, um bem público, subproduto de outras atividades sociais, fundado em redes de cooperação horizontais e nas relações de confiança. Para o autor (PUTNAM, 1996), mais importante que as mudanças institucionais é a existência de capital social territorializado. O caso de Simplício Mendes mostra que redes sociais e articulações em torno de alguma instituição ou algumas práticas institucionais são capazes de criar, ainda que de forma incipiente, algum capital social.

A iniciativa dos **minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto**, (SP) no estado de São Paulo é a de construir um território destinado à instalação de pequenas empresas ou pequenos empreendimentos comerciais com infraestrutura, no interior de loteamentos populares realizados pelo poder público, produzindo oferta de emprego e renda à população do bairro, além de uma utilização mais regular e responsável do espaço urbano.

Pode-se dizer que se trata de uma solução integrada já que combina um programa habitacional articulado a um programa de geração de emprego e renda por meio do estímulo à criação de micro e pequenas empresas. No início a grande maioria dos empreendimentos era dedicada às empresas do setor moveleiro, de confecções e serralherias. Com o passar dos anos aconteceu a introdução do setor de serviços e as demais atividades comerciais.

A experiência dos minidistritos trouxe para o município de São José do Rio Preto impactos socioeconômicos positivos, como a regularização de várias empresas e o aumento da arrecadação de IPTU. Entretanto, é aspectos urbanísticos que estão os impactos mais visíveis da intervenção. A criação dos loteamentos populares com possibilidades de geração de emprego e renda inibiu o processo de formação de favelas, além de favorecer a queda dos índices de violência. A proximidade do local de trabalho torna o custo de transporte baixo, além de significar uma menor carga de poluentes lançados no ar.

Apesar do aparente sucesso da experiência, uma análise mais cuidadosa demonstra algumas limitações do programa. As empresas praticamente só produzem produtos que empregam baixa tecnologia utilizando maquinário obsoleto ou então de segunda mão. Além disso, muitos trabalhadores estão em situação precária e as indústrias apresentam altos índices de acidente de trabalho e poluição ambiental. O desenvolvimento econômico do município é insuficiente para transformá-lo em um polo econômico importante em escala nacional ou mesmo uma referência regional em inovação tecnológica.

Assim, pode-se dizer que os resultados apresentados pelos minidistritos são oriundos de algumas condições anteriores ao programa. São José do Rio Preto sempre foi um município com alta capacidade empreendedora, com grande disponibilidade de terras aptas a serem urbanizadas. De qualquer forma, em termos econômicos, os resultados são baixos.

A última experiência é a do **Banco Palmas, da cidade de Fortaleza (CE)**. O Palmas se autodenomina um banco de risco (trabalham com empreendedores que não oferecem condição de serem reconhecidos como clientes em instituições formais de crédito), localizado no Conjunto Palmeiras, bairro pobre da cidade.

Tudo começou com a organização da população em torno da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no início dos anos 1980 e da percepção de que faltava alguma coisa para o comércio do bairro crescer, quando surgiu a idéia de um banco. Hoje o Palmas é um embrião de uma rede socioeconômica solidária, já em formação, que integra 19 bairros de Fortaleza, visando satisfazer o consumo local. Entre seus principais objetivos está o consumo solidário e a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos locais. Ainda faz parte da iniciativa um clube de troca⁴ que trabalha com uma moeda social – o Palmares.

Devido à informalidade da experiência, é difícil mensurar com segurança os reais impactos econômicos, porém está claro que os resultados são bastante positivos. A experiência é muito mais que uma iniciativa de inclusão econômica, supera essa abordagem

e demonstra a capacidade da comunidade de formular políticas públicas ativas e democráticas. A própria criação de uma metodologia para um sistema solidário comprova isso.

Palmas ainda é o início de uma rede socioeconômica solidária maior que está em desenvolvimento. A informalidade e a falta de um processo mais intenso de institucionalização são, sem dúvida, limitações da experiência que deverão ser trabalhadas prioritariamente para o futuro. Atualmente também é possível constatar uma queda do nível de mobilização e de envolvimento da população, que necessita receber mais atenção da comunidade.

Análise comparada

Do ponto de vista das iniciativas, algumas partiram do governo, outras, de parcelas da sociedade civil – comunidades organizadas na lógica Católica ou então, empresários que constituíram uma associação. Todas, no entanto, partiram da necessidade de definir e organizar parcela da sociedade interessada em atuar em determinado setor, ou de disputar parcela de riqueza e da renda socialmente geradas. Há, neste caso, um prazo de maturação e um custo de organização e de institucionalização da prática analisada. Percebe-se que os setores mais organizados e com resultados mais concretos tiveram mais tempo de maturação e de organização: são os casos de Votuporanga e de Simplício Mendes.

Outra semelhança entre essas seis experiências é a busca do mercado externo e a conquista de novos mercados. Vê-se nesse aspecto a clareza de que não basta atuar apenas pelo lado da oferta, mas deve-se atuar também sobre a demanda interna, quando o poder de compra da população permite, e externa, quando o ambiente macroeconômico doméstico é recessivo e o poder de compra da população é exíguo.

Apesar dessas similaridades (tempo de maturação e busca de novos mercados), as duas experiências citadas distanciam-se, quando se pensa em termos do transbordamento de benefícios gerados para a sociedade local, e em termos da lógica que conduziu à ação dos atores.

Em Simplício Mendes o resultado, seja em termos de benefícios pessoais, seja em termos da valorização do fator trabalho, de valorização da cidadania, da participação das decisões e dos lucros é mais significativo que no caso de Votuporanga.

Já para analisar a experiência do Banco Palmas, sob o aspecto do desenvolvimento local, faz-se necessária uma mudança de paradigma. As relações sociais presentes na iniciativa desse bairro de Fortaleza representam novas dinâmicas que podem escapar da nossa percepção. O desenvolvimento econômico aqui deve ser pensado como uma forma de melhorar substancialmente as condições de vida das pessoas da comunidade. Assim, parece correto pensar que essa experiência de desenvolvimento local também adota imperativos não econômicos, além de propor um desenvolvimento capaz de produzir transformação social a partir da base, "de baixo para cima" (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

A expansão de idéias como essa e as características de experiências desse tipo encontra-se em pleno vapor no Brasil. Existe um espaço para experimentação e emergência de novas formas de articulação entre os vários atores sociais e o âmbito local que privilegiam iniciativas dessa natureza, que não reproduzem apenas formas de produção capitalista e também não estão centradas em empreendimentos controlados pelo Estado. São, em geral, formas de organização econômica baseadas em ações coletivas de empresas populares de gestão solidária.

Enfim, as seis experiências, independente de seus sucessos ou fracassos, são ricas em elementos que podem iluminar nossas reflexões sobre as possibilidades e os limites de institucionalizar práticas de desenvolvimento econômico local.

Considerações Finais

As possibilidades locais de experimentar e refletir sobre o desenvolvimento local desdobram-se em duas frentes: uma de reprodução da lógica capitalista global em escala localizada e outra de experimentações contra-hegemônicas.

O local, enquanto espaço e território que reproduzem a lógica do capital, carac-

teriza-se, segundo Santos e Rodríguez (2002) pela produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo; e finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais.

Por outro lado, o local, enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas, caracteriza-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza.

Ao escolherem por esta segunda lógica, as experiências correm o risco de serem cooptadas pela lógica de eventuais parceiros e colaboradores e de passarem a operar na lógica do mercado, quando da necessidade de ganharem escala ou mesmo de se articularem com outras instâncias (regionais, estaduais e internacionais). Essas duas perspectivas apresentadas acima são, sem dúvida, dois extremos de um "contínuo" repleto de possibilidades intermediárias que permite classificar as experiências e analisá-las.

Utilizando esses parâmetros, pode-se dizer que a experiência do polo moveleiro de Votuporanga, bem sucedida em seus resultados (geração de negócios), reproduz em escala menor a lógica do capital. Em sentido oposto, as experiências de Simplício Mendes e do Banco Palmas introduzem novos valores nas relações sociais, permitindo uma melhor partilha de poder e resultados, além de mostrar-se sustentável em termos de mercado e do ponto de vista ambiental.

As outras três experiências apresentam-se paradoxais: buscam introjetar novos valores. No entanto, essa busca parte do poder Estatal que opera num *timing* eleitoral de curto prazo, o que não possibilita a efetivação de seu propósito valorativo (introjeção de valores solidários e cooperativos).

A introjeção de valores solidários e cooperativos constitui-se em um processo que, como visto, opera em uma lógica de prazos longos. Além disso, nesse processo há necessidade de negociação e articulação com setores cujas expectativas concentram-se em prazos mais curtos.

Diante do debate proposto e das experiências apresentadas, pensar possibilidades de

desenvolvimento local implica três desafios:

- desafio de observar efetivamente as experiências, ou seja, dar ênfase ao empirismo, lastrear-se no campo, na efetivação da experiência, no objeto da pesquisa;
- como outra face do empirismo, tem-se o desafio de encarar o local como campo de possibilidades e de experimentações. Nesta medida, a avaliação deve contemplar certa condescendência com os resultados econômicos de curto prazo;
- desafio de contextualizar o local e de relacioná-lo com outras instâncias, a regional, a nacional e a internacional. Do contrário, cair-se-á na armadilha de um certo localismo ingênuo e pouco efetivo.

A articulação desses três desafios, do ponto de vista da investigação, exige uma abertura para análise e avaliação de resultados que descarta modelos pré-concebidos ou a eleição de “*best practices*”. Por conta disto, observar a diversidade de experiências é fundamental. Entretanto, ao olhar essa diversidade, é preciso identificar questões que emergem de seu conjunto e orientá-las para uma reflexão que possa subsidiar a intervenção dos atores da sociedade civil e dos governos, na formulação de propostas e iniciativas de desenvolvimento econômico local.

Algumas dessas questões emergem da leitura destas experiências:

- Quais são os limites e as possibilidades da utilização dos arranjos produtivos como categoria central nas intervenções de desenvolvimento econômico local? Em que medida esses arranjos são decorrentes da intervenção local ou resultado da reorganização da indústria internacional?
- Até que ponto as iniciativas podem prescindir de atores sociais e instituições externas à comunidade em que estão inseridas?
- Como identificar as diversas lógicas presentes numa dada intervenção (capital, trabalho, institucional, política, dentre outras), as contradições e conflitos não explicitados entre elas?

Fica aqui uma sugestão para futuras pesquisas que deverão debruçar-se sobre estas questões, uma vez que ignorá-las pode significar a valorização de práticas que incorporam as idéias e os compromissos de pro-

mover a cidadania, a igualdade e a democracia para reproduzirem as lógicas de exclusão social e de acumulação privada da renda e da riqueza.

Referências

- ALVES, Marcio Moreira. *A Força do Povo: Democracia Participativa em Lajes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- BACATTINI, Giacomo. *O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica*. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Orgs.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: CELTA Editora LDA, 1994.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. O novo debate regional: posições em confronto. In: _____ (Orgs.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: CELTA Editora LDA, 1994.
- BOURDIEU, P. *Le Capital Social*. Actes de La Recherche 3, 1980.
- _____. The Forms of Capital. In Richardson, J (Ed.). *The Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Geerwood, New York, 1985.
- COLEMAN, J. *The Foundations of Social Theory*. Harvard University Press, Cambridge, 1990.
- FRANÇA, Cássio Luiz, VAZ, José Carlos, SILVA, Ivan Prado (Org.). *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local*. São Paulo: Instituto Pólis, 2002 (Publicações Pólis, 40).
- FRANÇA, Cássio Luiz, CALDAS, Eduardo de Lima e VAZ, José Carlos. *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004 (Publicações Pólis, 46).
- FRANCO, A. *Capital Social*. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política. Millennium. Brasília, 2001.
- MEYER-STAMER, Jörg. *Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2001. Policy Paper, 28, setembro de 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2001.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Caio; BOCAJUVA, Cunha e ZAPATA, Tânia. *Ações Integradas e Desenvolvimento Local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2001.

Notas

¹ Concepção de desenvolvimento local e regional da economia, a promoção de clusters vem adquirindo crescente importância nos últimos anos tanto nos países industriais, como nos países periféricos. O ponto de partida tem sido a observação de que um cluster ofere-

ce grande potencial para a criação de vantagens competitivas. Para se entender melhor a questão, é recomendável conhecer as diferenças entre três tipos de cluster: (a) cluster de sobrevivência; (b) cluster fordista e (c) cluster transacional. Ver MEYER-STAMER, 2001.

² O conceito de experimentalismo difuso que adotamos é o desenvolvido por Silveira, Bocayuva e Zapata (2001).

³ Ver OLSON, Mancur. *A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

⁴ Para mais informações sobre o funcionamento do clube de trocas, ver França et al. (2002).

Organização espacial em comunidades camponesas de Santo Antônio de Leverger-MT
Spatial Organization in peasant communities of Santo Antônio do Leverger-MT
Organización espacial en comunidades campesinas de Santo Antônio de Leverger-MT
Organisations spatiales dans des communautés rurales de Santo Antônio de Leverger-MT

Hérica Clair Garcêz Nabuco*
Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo**
Maria Cristina de Figueiredo e Albuquerque***
José Carlos Leite****
Carla Cella*****

Recebido em 23/3/2009; revisado e aprovado em 30/5/2009; aceito em 31/7/2009

Resumo: Este artigo investiga a percepção e a forma de organização espacial em duas comunidades camponesas localizadas no estado de Mato Grosso. A partir da memória oral, da história de ocupação e domínio territorial dessas comunidades, verificou-se que, de modo geral, a organização espacial dessas comunidades resulta da influência de três elementos: da relação de parentesco; da influência das instituições sociais na comunidade e da presença ou ausência dos aspectos naturais.

Palavras-chave: Comunidade Sangradouro. Comunidade São Sebastião. Campesinato.

Abstract: This article investigates the perception and shape of spatial organization in two peasant communities located in the state of Mato Grosso. From the oral memory, the history of occupation and territorial dominion of these communities, it was verified that, in a general way, the spatial organization of these communities is a result of three elements: kinship relationship, the influence of social institutions in the community and the presence or absence of the natural aspects.

Key-words: Sangradouro Community. São Sebastiao Community. Campesinato.

Résumé: Cet article enquête la perception et la forme d'organisation spatiale dans deux communautés rurales situées dans l'État du Mato Grosso. À partir de la mémoire orale, de l'histoire de l'occupation et de la domination territoriale de ces communautés, on a constaté que, en général, l'organisation spatiale de ces communautés résulte de l'influence de trois éléments : du rapport familial ; de l'influence des institutions sociales dans la communauté et de la présence ou absence des aspects naturels.

Mots-clés: Communauté Sangradouro. Communauté São Sebastião. Paysannerie.

Resumen: Este artículo investiga la percepción de la forma de organización espacial en dos comunidades campesinas localizadas en el estado de Mato Grosso, Brasil. A partir de la memoria oral y de la historia de ocupación y dominio territorial de esas comunidades, se ha verificado que, en general, la organización espacial de las mismas es resultado de la influencia de tres elementos: la relación de parentesco, la influencia de las instituciones sociales en la comunidad y la presencia o ausencia de los aspectos naturales.

Palabras clave: Comunidad Sangradouro. Comunidad São Sebastião. Campesinado.

Introdução

O arranjo espacial de uma comunidade rural camponesa é compreendido pelo pesquisador quando esse tem clareza do modelo de vida idealizado por esse grupo

social. Para isso, há a necessidade de conhecer a cultura e pormenores do grupo social, porque nem sempre o pesquisador e o grupo pesquisado percebem e nomeiam os espaços da mesma forma e essa diferença de compreensão pode levar a um

* Bióloga, mestranda do curso de Pós-graduação em Agricultura Tropical, Universidade Federal de Mato Grosso, CAPES, herica.clair@gmail.com.

** Doutor em Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Semi-Arido, Departamento de Ciências Vegetais, rabaz@ufersa.edu.br.

*** Doutora em Produção e Tecnologia de Sementes, Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade, mcfa@cpd.ufmt.br.

**** Doutor em Comunicação e Semiótica, Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Filosofia, j.leite@uol.com.br.

***** Engenheira Agrônoma, mestranda do curso de Pós-graduação em Agricultura Tropical, Universidade Federal de Mato Grosso, CAPES, cella.carla@gmail.com.

distanciamento entre o investigador e o alvo pesquisado.

Os espaços sociais e agrícolas ocupados por uma comunidade precisam ser manejados e organizados segundo uma determinada lógica, a lógica do camponês que, para isso, se utiliza do corpo de conhecimento que possui. É o *corpus* ou sistema de conhecimento que esclarece as formas como cada camponês percebe, concebe e materializa os ecossistemas dos quais depende para viver (TOLEDO, 1991) dentro de diferentes dimensões (ALTIERI, 1991):

tem sua origem local e naturalmente. E esse conhecimento possui muitas dimensões, incluindo aspectos lingüísticos, botânicos, zoológicos, artesanais e agrícolas e se deriva da interação entre os seres humanos e o meio ambiente. A informação é extraída do meio ambiente através do sistema de cognição e percepção que selecionam a informação útil e adaptável e depois as adaptações são preservadas e transmitidas de geração em geração por meio oral ou experimental... (ALTIERI, 1991, 2p.)

Mas, é a cultura a responsável pela visão de mundo do grupo social e que determina o sistema de conhecimento desses camponeses.

Na ciência, três diferentes correntes operam de maneira distinta para a investigação do *corpus* dos camponeses. A primeira é a análise das crenças dos agricultores que é realizada por meio de processos etnográficos, com foco no estudo dos mitos; a segunda corrente é o estudo das percepções que é realizada pelos psicólogos ambientais, geógrafos e ecólogos da paisagem; e a terceira é a do estudo dos sistemas de conhecimento que é realizado pelos etnobiólogos, linguistas e geógrafos (TOLEDO, 1991). Essas três abordagens formam o tripé para o estudo e compreensão do *corpus*. Assim, crer, perceber e conhecer constituem as três operações intelectuais utilizadas pelo camponês para operar seu território e criar suas territorialidades na natureza (TOLEDO, 1991).

Assim, a partir do corpo de conhecimento, as pessoas têm a compreensão da maneira de fazer e realizar a sua agricultura e sua organização social. Como também, por meio do conhecimento, surgem as idéias e significados que possibilitarão a tomada de decisões e a experimentação das práticas

agrícolas (*praxis* camponesa). Enfim, a *praxis* é um conjunto de práticas agrícolas e estratégias de manejo dos recursos naturais que possibilita ao camponês modificar a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas e espaços e estabelecer seu modo de produção.

A percepção é a segunda dimensão para a compreensão do *corpus* dos camponeses. Ela é uma palavra erroneamente utilizada como sinônimo de conhecimento, pois, conhecimento é um processo epistemológico, enquanto a percepção é um processo psicológico. A compreensão da experiência perceptiva é diferente de pessoa para pessoa no tempo e no espaço e depende do contexto em que a pessoa que percebe está inserida (ADDISON, 2003).

Ainda conforme este autor (*op cit*),

a percepção do mundo é feita através de todos os sentidos, os quais variam conforme os contextos nos quais as pessoas estão inseridas. O mundo percebido pelos olhos é puramente uma relação com o objeto. A percepção e a imagem são dinâmicas no tempo e no espaço, a compreensão [...] muda concomitantemente com a idade, sexo, educação, cultura, erudição, classe social, economia, política, religião, individualidade, preferências, atitudes, valores e atribuições do meio ambiente. (ADDISON, 2003, 39p.)

Desta forma, estudar a percepção que os camponeses possuem de seus ambientes, recursos e espaços é fundamental para entender as inter-relações entre o homem e o ambiente, compreendendo suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

A idéia de espaço aqui exposta considera que o território não é apenas a noção de espaço concreto, físico, mas também o espaço não mensurável, espaço funcional, construído a partir das teias de relações sociais (AZEVEDO 2001; AGUIAR, 2006). Ao reconhecer tais fatos, é mais perceptível a necessidade de se estudar como os camponeses organizam os espaços, para assim facilitar a compreensão da postura que eles possuem diante dos problemas que são enfrentados para a realização de sua produção agrícola.

Portanto, o objetivo neste trabalho foi compreender a história de ocupação e domínio territorial agrícola e não agrícola das comunidades Sangradouro e São Sebastião,

a partir da organização espacial desses camponeses.

1 Aspectos metodológicos

A área de estudo compreende a Comunidade Sangradouro e Comunidade São Sebastião (15°48'11.6" de latitude sul e 55°48'07,0" de longitude oeste de Greenwich), localizada a 65km da cidade de Santo Antônio de Leverger-MT (Figura 1). A área

total da comunidade de Sangradouro e São Sebastião está em torno de 868,98 ha (EMPAER, 2004).

A população de Sangradouro e Vila São Sebastião é constituída por moradores "nascidos e criados" na região, alguns originados de outras comunidades da Baixada Cuiabana e de outros estados do país, como Minas Gerais e São Paulo. O número de famílias na comunidade, de acordo com o diagnóstico da EMPAER (2004), é de 75 famílias.

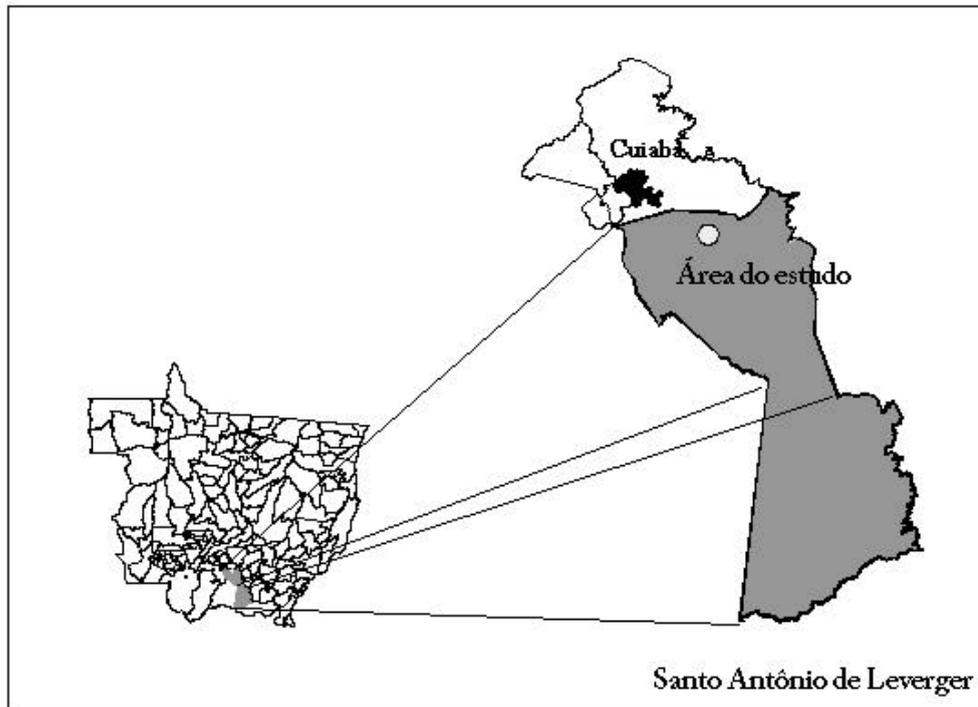


Figura 1 - Localização do município onde se deu o estudo, Santo Antônio de Leverger, no Estado de Mato Grosso.

Antes de iniciar a coleta de dados foi realizada uma visita às Comunidades Sangradouro e São Sebastião para o primeiro contato com seus moradores. A primeira conversa aconteceu com uma moradora e sua família, explicando a todos o projeto, seus objetivos e propósitos. Ao longo da conversa, a moradora explicou que a comunidade era antiga e a maioria "era nascida e criada" na região e que alguns ainda exerciam atividade de agricultura e pecuária em seus sítios.

Na segunda visita à comunidade, passou-se uma tarde na região, com a intenção de identificar elementos camponeses para posteriormente desenvolver os critérios de seleção dos informantes. Nesse dia, houve a

observação da forma de distribuição das casas e uma conversa com a moradora proprietária de um estabelecimento comercial que forneceu informações sobre a vida na região, quantidade de escolas e também de moradores.

Informações bibliográficas e documentais (relatórios, questionários aplicados aos moradores e croquis) da comunidade foram cedidas pela equipe de trabalho da EMPAER de Santo Antônio de Leverger-MT que, no ano de 2004, desenvolveu um diagnóstico na região.

Na terceira à comunidade, com os critérios já estabelecidos e o guia de entrevista pronto, foram realizadas conversas com os moradores da comunidade, indo às casas e

explicando a cada família o projeto e pedindo o aceite verbal para a realização das entrevistas. Nessa atividade já foi possível detectar características da comunidade, como a irmandade e as localidades ali existentes, a relação das pessoas com a terra e com o trabalho agrícola. Nesse dia foi usado o mínimo das cadernetas para não intimidar as pessoas; somente foi utilizado o croqui fornecido pela EMPAER pelo qual já foi possível conhecer a divisão territorial da região.

Os seguintes critérios foram estabelecidos para a escolha dos moradores a serem entrevistados:

- 1) Que os proprietários morassem na comunidade.
- 2) Que o morador tivesse conhecimento sobre a história de ocupação das comunidades.
- 3) Que as famílias aceitassem participar da pesquisa e tivessem disponibilidade de tempo.
- 4) Que o nome da família tivesse sido citado no relatório técnico da EMPAER (2004), que abrangia o universo de 75 famílias. Isso possibilitou um conhecimento prévio dos moradores que viviam na região há mais tempo.

Assim, foram entrevistadas 22 pessoas: homens e mulheres. As entrevistas ocorreram em várias etapas, de acordo com os resultados conseguidos nesse estudo. Nas primeiras etapas, já foi possível identificar a organização espacial das duas comunidades.

As entrevistas foram semiestruturadas com perguntas abertas para que os entrevistados pudessem se sentir à vontade e pudessem lembrar-se da história e das denominações usadas no seu cotidiano. A descrição final foi organizada na forma de texto no qual puderam ser identificadas, via análise textual, os principais marcos e acontecimentos que possibilitaram a organização espacial atual. Tal metodologia foi utilizada em outros trabalhos com camponeses como: Alves (2004), Bastos (2004), Costa (2004), Godoy (2004), Mendes (2005), Oliveira (2006), Ramos (2006), Vieira (2006) e Silva (2007).

3 Resultados

A organização espacial das duas comunidades camponesas

As comunidades Sangradouro e São Sebastião fazem parte do sistema de produção camponês identificado a partir de algumas características, conforme vasta literatura (WOLF, 1970; QUEIROZ, 1973; SHANIN, 1990; TOLEDO, 1991; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997; LAMARCHE, 1997; CANDIDO, 2001; SCHNEIDER, 2003; BOMBARDI, 2004; AGUIAR, 2006), a saber:

- 1) A terra, a família e a comunidade são as unidades básicas de interação social dentro do campesinato. Assim, a população vive no campo, não isoladamente, mas mantendo relações com parentes e vizinhos, indo até a cidade, conhecendo outros ambientes e configurações sociais diferentes.
- 2) A propriedade não necessita ser pequena para que o agricultor seja considerado um camponês, o importante é o tipo de exploração do solo que se faz.
- 3) No uso do solo, o camponês é o responsável pela lavoura, trabalha pessoalmente com a terra e com a ajuda da família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados, podendo esta terra ser propriedade dele ou não.
- 4) O camponês entende sua unidade de produção não como um empreendimento agrícola, mas como um local de sustento da sua família.
- 5) A produção camponesa é geralmente feita em pequena escala, devido à escassez de tecnologia e recursos, principalmente escassez da terra.
- 6) O camponês não tem a obrigatoriedade em se dedicar exclusivamente às atividades ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, ele pode dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas (pluriatividade).

Não houve acesso a estudos que relatessem a história dessas duas comunidades, nem ao modo como as relações sociais foram sendo estabelecidas ao longo do tempo e, muito menos, a maneira como a territorialidade foi operacionalizada por esses

moradores. Assim, a maior parte das informações foram obtidas por meio de relatos dos moradores das duas comunidades, idosos com 70 a 85 anos. Foi possível identificar, em um primeiro momento, uma estrutura regional de organização espacial própria que, provavelmente, exista há mais de oitenta anos.

A relação de parentesco e casamentos consanguíneos é de suma importância na compreensão da organização e ocupação territorial pelos camponeses. Quanto a essa organização, Queiroz (1973) esclareceu que esse processo se inicia quando os filhos dos camponeses se casam, deixam a casa paterna e constroem sua própria habitação um pouco mais distante, em terras familiares, derrubando a vegetação existente e fazendo roça de subsistência e, por fim, formam sua própria unidade de produção. Quando a região está demasiadamente densa, os moradores tomam a decisão de construir uma igre-

ja, uma vendinha, uma escola, um centro comunitário, institui novas relações sociais e o resultado disso é o estabelecimento de uma nova comunidade (QUEIROZ, 1973; BOMBARDI, 2004; AGUIAR, 2006).

De maneira semelhante, as primeiras famílias da região estabeleceram-se em Sangradouro. O nome Sangradouro relaciona-se à *sangra dos rios* (encontro dos rios). Os núcleos familiares espalharam-se pelo território e com a entrada de novos moradores vindos de outras comunidades da Baixada Cuiabana formaram uma nova comunidade, não tão distante dali, conhecida como Perdição.

Na primeira representação do território (Figura 2), a comunidade de Sangradouro chegava até o local onde hoje se localiza o bar do Edson, na Vila São Sebastião, abrangendo o centro comunitário e a antiga igreja São Sebastião, espaços que, hoje, fazem parte da comunidade São Sebastião.

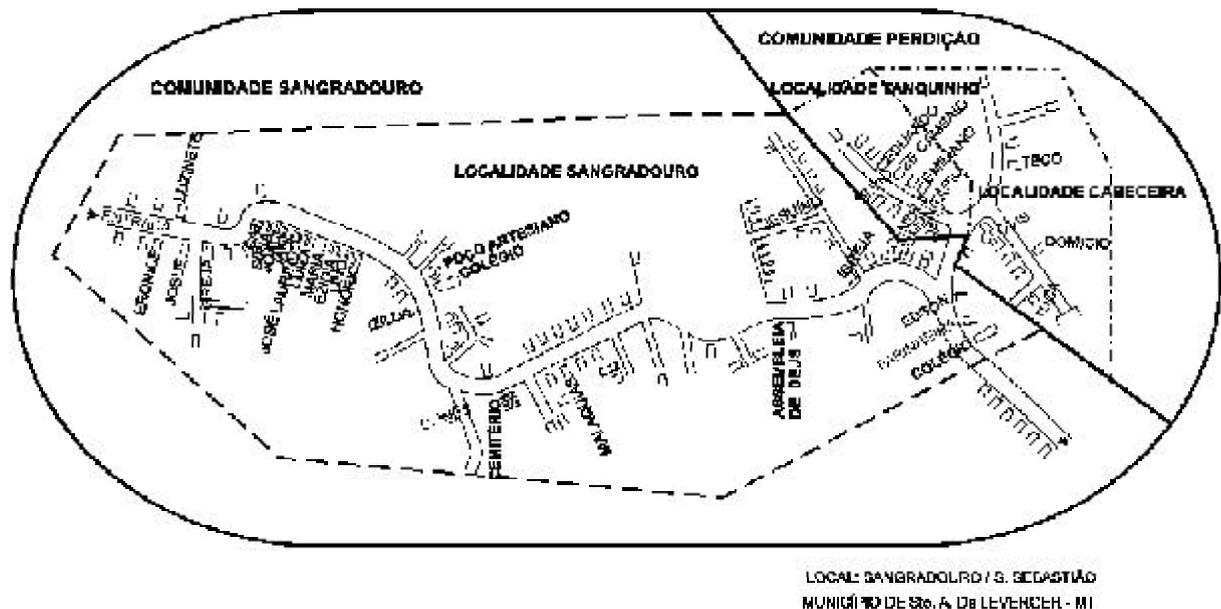


Figura 2 – Primeira divisão territorial das duas comunidades onde se deu o estudo.
Fonte: elaboração própria

A comunidade Perdição recebeu esse nome por causa de um acontecimento contado em duas versões. A primeira delas conta que uma pequena menina se perdeu no meio da mata, quando resolveu seguir sua mãe que fora lavar as roupas na beira do rio. Todos da comunidade mobilizaram-se a sua procura, no entanto, só encontraram suas pegadas até certo ponto do trajeto da estrada, onde sua mãe antes havia caminhado.

A menina nunca foi encontrada e por isso, a comunidade recebeu o nome de Perdição.

A segunda versão da história conta que, antigamente, a estrada principal não era a mesma de hoje, era mais próxima da mata. Nesse tempo havia uma circulação grande de pessoas e justamente naquela região os viajantes faziam parada para descanso, o conhecido “pouso” pela estrada. Conta a história que a menina saiu de perto

dos pais enquanto eles descansavam e se perdeu.

As duas versões contadas, além de explicar o porquê do nome da comunidade, fazem perceber características do ambiente natural e do cotidiano dos primeiros moradores que ali viviam. Assim, segundo Aguiar (2006), os nomes dos lugares traduzem as relações sensíveis das pessoas com a terra e revelam informações sobre ecologia, cosmologia e história desses lugares.

Por volta do ano de 1999, o padre da Igreja São Sebastião, juntamente com alguns moradores, convenceu a comunidade a trocar o nome da comunidade para Vila São Sebastião, em homenagem ao santo padroeiro da comunidade. Mas, não foi somente o nome da comunidade que mudou; a primeira Igreja São Sebastião foi abandonada e uma nova igreja foi construída na beira da estrada, o que causou também uma nova reestruturação territorial da região.

Na representação territorial antiga, a comunidade Perdição abrangia apenas as localidades Cabeceira, "Corgo D'ema" e Tanquinho e a localidade onde hoje é a Vila São Sebastião outrora pertencia à comunidade Sangradouro. Depois da mudança de posicionamento da igreja, a localidade Vila São Sebastião passou a pertencer à comunidade São Sebastião (Figura 3).

Alguns moradores contam que era um incômodo para a comunidade possuir o nome de Perdição, devido à ridicularização que sofriam da parte dos moradores da comunidade de Sangradouro que os apelidava de *perdidos*. No entanto, apesar da troca do nome para Comunidade São Sebastião, os moradores antigos da comunidade, as comunidades circunvizinhas e os moradores do centro Santo Antonio de Leverger, até hoje a chamam, ainda, de Perdição.

Atualmente, na comunidade Sangradouro, são identificadas duas localidades: a localidade Sangradouro e a localidade Cantão. Na localidade Sangradouro, a grande maioria dos seus moradores pertence à irmandade de sobrenome Pereira e de sobrenome Nascimento, existindo relações de parentesco entre essas duas irmandades, inclusive casamentos consanguíneos. Já na localidade Cantão, a irmandade é a família de sobrenome Duarte. A nomeação Cantão é dada pelos moradores de Sangradouro às famílias que moram na periferia dessa localidade, como a família Duarte que vive na divisa entre a Comunidade Sangradouro e a Comunidade São Sebastião. Irmandade é o termo utilizado pelos moradores para identificar as primeiras famílias que chegaram às comunidades.

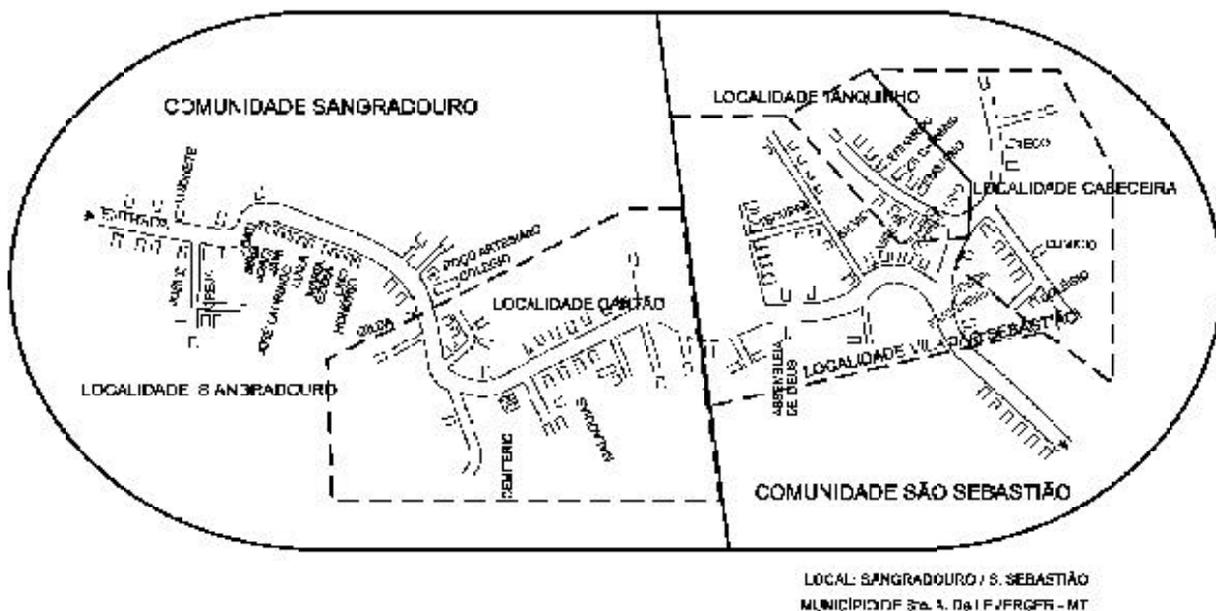


Figura 3 – Segunda divisão territorial das duas comunidades onde se deu o estudo.
Fonte: elaboração própria

Na comunidade São Sebastião foram identificadas mais quatro localidades: Vila São Sebastião, Tanquinho, Córrego das Emas e Cabeceira. As relações religiosas e comerciais dessa comunidade ocorrem na localidade Vila São Sebastião. Nessa localidade existe um bar, duas igrejas, a Igreja Católica São Sebastião e a Igreja Evangélica da Assembléia de Deus, e uma escola que ainda não possui nome, mas que os moradores denominam de Escola Municipal Perdição.

A localidade Tanquinho recebeu esse nome devido à presença de um tanque para o gado beber água feita no tempo em que a terra não havia sido desmembrada para os herdeiros da família Magalhães de Almeida. Já a localidade Córrego das Emas recebeu esse nome devido à existência de um córrego e a presença de emas (*Rhea americana*) na região. Os moradores pronunciam o nome dessa localidade da seguinte maneira: Córrego D'ema ou "Córrego D'ema". A irmandade ali existente é a família com o sobrenome da Costa, que ocupa também a área da localidade da Cabeceira.

Na localidade Cabeceira, os primeiros moradores foram da família de sobrenome da Costa. Eles vieram de Mimoso e compraram uma propriedade de 611 ha de terra. A terra foi dividida entre filhos, sobrinhos e netos e o morador que hoje representa essa família, Seu Domício, possui 22,5 ha. Esse morador explicou que a localidade possui esse nome, porque ali é área de nascente de rios; essa área abrange a sua propriedade e as dos seus vizinhos. A localidade Cabeceira faz divisa com a Localidade Tanquinho e Localidade Córrego D'ema.

Durante a pesquisa, foram registrados os espaços que as pessoas utilizam para construir o sentimento de pertencer à comunidade. Espaços esses que facilitam a interação entre as pessoas e fortalecem a idéia de pertencimento de uma comunidade a seu território. Na Tabela 1 é possível visualizar alguns espaços sociais das pessoas das comunidades.

Nesses espaços de convivência social ocorrem encontros de parentes, amigos, vizinhos, cultos ao sagrado, jogos, namoros, brincadeiras e conversas sobre acontecimentos de dentro e de fora das comunidades e algumas dessas atividades só ocorrem em

locais específicos, como no caso da "carreira" que é uma manifestação social promovida pelos irmãos Emiliano e Sílvio, que são realizados na localidade Tanquinho.

Porém, não só existem relações harmoniosas ou festivas nesses espaços, há também situações conflituosas, que não chegam a confrontos diretos, mas que provocam desconforto na grande maioria dos moradores das comunidades, como por exemplo, o conflito existente entre o morador da Localidade Tanquinho que é dono da única linha de ônibus da região e a população usuária que reclamou da tarifa cobrada, declarando-a abusiva.

Outro conflito observado se dá pela influência das igrejas pentecostais na região. Os moradores alegam que antes da instalação dessas igrejas, ocorriam mais festas na comunidade, o que unia mais a população. Alguns moradores dizem que determinadas festas pararam de acontecer pois seus realizadores converterem-se às igrejas pentecostais. De acordo com Bombardi (2004), quando ocorre a diminuição na participação em festas realizadas nas igrejas ou para a igreja, o espaço escolar assume essa responsabilidade como uma maneira encontrada pela comunidade para que todas as pessoas participem, independente da religião. Todavia, esse fato não ocorre nas duas comunidades, pois, além da expansão das igrejas pentecostais, outros motivos concorrem para que não haja a realização dos festejos, como o desinteresse dos jovens pelas tradições e o empobrecimento da região, pois as pessoas não conseguem mais contribuir financeiramente para a realização dessas festas. Realidade também comum em comunidades de camponeses tradicionais na região da Morraria - Cáceres/MT, onde os jovens perderam a vontade de participar das festas religiosas da região e muitos moradores deixaram de realizar essas festas devido à dificuldade financeira e optaram em realizar as rezas em casa, em sinal de devoção (SILVA, 2007).

De acordo com Queiroz (1973), as festas religiosas estabelecem a identidade ao camponês e a certeza de pertencer à comunidade, elas servem como ponto de convívio social, assim como a escola e o bar. O modo de viver camponês vem passando por profunda transformação devido às mudanças

trazidas pela modernidade agrícola, expansão dos meios de comunicação e a expansão capitalista. A religiosidade, por estar intimamente ligada a esse modo de viver camponês,

serve de espelho para traduzir como essas mudanças estão empobrecendo e, de certa forma, extinguindo aspectos mais tradicionais do campesinato.

Tabela 1 - Indicadores de organização sócio-territorial das comunidades de Sangradouro e São Sebastião.

Localidade	Atividade Social	Espaço Social	Descrição
Sangradouro	Torneio de Futebol	Campo da igreja	É o campo de futebol comunitário, localizado atrás da igreja São Benedito. Ocorrem torneios de futebol masculino e feminino, no período das férias escolares. A área do campo foi cedida pelo morador Joaquim Laurindo do Nascimento.
	Bar	Casa do Benedito e Joani	O bar faz parte da casa. É o único bar dessa localidade. Nesse estabelecimento são vendidos doces, biscoitos, refrigerantes, bebidas alcoólicas e alimentos básicos como arroz, feijão, óleo.
	Festa Junina e Festa da Primavera	Escola Municipal José Maria da Costa	A escola atende o ensino de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Na escola sempre acontecia a festa Junina e festa da Primavera; já faz oito anos que não ocorre mais devido à falta de recursos da população.
	Ponto de telefone público		Na frente da escola está o único ponto de telefone público da região.
	Prainha da Dona Judite	Propriedade da Dona Judite	Na propriedade da Dona Judite tem um rio e um barzinho onde as famílias vão para ouvir música e tomar banho.
	Pique Jovem	Propriedade do Seu Joacir	É o piquenique feito na beira do rio só para os jovens solteiros das localidades; já acontece há quatro anos, sempre no começo das águas.
Cantão		Cemitério	Um antigo e pequeno cemitério. Não há mais enterros ali.
Vila São Sebastião	Ensino	Escola Municipal Perdição	Atende o ensino de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A professora é a Eliane, moradora nativa
	Bar	Casa do Edison e Professora Eliane	Esse bar disponibiliza uma maior quantidade de produtos consumíveis do que o bar de Sangradouro.
	Reuniões entre os moradores	Centro Comunitário	Desativado.
Tanquinho	Transporte de linha	Casa do Silvio	Ida para Cuiabá toda 2ª feira e 5ª feira. Sai de Sangradouro às 6h da manhã, com destino ao Atacadão do Tijucal. Retorna de Cuiabá às 16h, a passagem é de R\$ 8.00. Aos sábados, transporta os feirantes, a passagem é R\$25,00; sai de Sangradouro às 5h para a feira do Praeiro e retorna às 15h.
	Transporte escolar	Casa do Silvio	Seu Silvio presta serviço à prefeitura de Santo Antônio e recebe uma taxa para manter o transporte escolar na região. O ônibus fica estacionado na casa do seu Silvio.
	Carreira ou corrida com cavalos	Casa do Emiliano	Seu Emiliano faz carreira (corrida) com cavalo. Esse evento une pessoas da Localidade Tanquinho e de outras localidades. No dia da carreira chega a juntar 200 a 300 pessoas para assistir. É algo que aprendeu com o pai. Existe aposta em dinheiro, mas também apostas de vaca, porco, galinha. A carreira ocorre há cada dois meses, ou quando ocorre um churrasco entre a família.

Certos espaços sociais só existem em decorrência do cumprimento de uma promessa a algum santo, como as festas de promessa (Tabela 2). Um exemplo é a história do “Seu Tuca”, de 85 anos, um morador da localidade Cabeceira. Conta ele que, no tempo da sua mãe, era costume fazer a festa de São João na sua casa. Depois de casado, seu filho nasceu muito doente e, ao ver a imagem de São Benedito com o menino Jesus no colo, o mesmo desejou que curasse seu filho e que ele fosse forte e bonito como o menino Jesus.

O informante ressaltou que antes desse acontecimento, ele e sua esposa já haviam visitado médico e benzedeira e nada adiantou. A cura só foi realizada após ter rezado para o santo. Com isso, o Seu Tuca abandona a festa de São João para dedicar-se à Festa de São Benedito. Tal fato ocorreu há 56 anos: hoje, o filho que recebeu o milagre também possui a imagem de São Benedito em sua casa.

A noção espacial e social de comunidade que o camponês constrói é gerada a partir do conhecimento das estruturas físicas que compõem esse espaço, como a localização da igreja e os lugares habitados pelas famílias, das relações familiares, das relações de trabalho e religiosas que constituem as coordenadas que orientam a percepção desse camponês sobre o território ocupado (QUEIROZ, 1973; AGUIAR, 2006).

Além disso, a relação comercial que é estabelecida com a cidade e as relações sociais com parentes que moram fora da comunidade favorecem uma percepção mais abrangente da região, de que a comunidade é parte integrante. Esses mesmos fatores também interferem na organização interna da unidade de produção, principalmente na tomada de decisão do camponês por um determinado cultivo ou criação, na forma como vai distribuí-los pela propriedade e também na maneira como vai nomear esse novo espaço.

Tabela 2 - Indicadores de organização socioterritorial das comunidades de Sangradouro e São Sebastião.

Localidade	Manifestação	Espaço Social	Descrição
Sangradouro	Festa de São Benedito	Igreja São Benedito	Esta festa ocorre sempre no segundo domingo do mês de julho.
	Festa de Nossa Senhora Aparecida	Casa da Dona Judite	Festa de promessa.
Cantão	Culto Evangélico	Igreja Pentecostal da Vida	Essa igreja é muito recente na comunidade.
São Sebastião	Culto Evangélico	Igreja da Assembléia de Deus	Na igreja é feita reunião do Ciclo de Oração, Escola dominical e casamentos.
	Festa de São Sebastião	Igreja São Sebastião	Acontece no dia 20 de janeiro; na festa tem a missa e o baile, com a dança de cururu, forró e sertaneja. É o dia em que encontram os amigos das localidades.
Tanquinho	Festa do Senhor Divino	Casa de Ernestina	Acontece no dia 1º de setembro. Festa de promessa.
	Festa de São Miguel	Casa do Seu Miguel	Festa de promessa
Cabeceira	Festa de São Benedito	Casa do seu Tuca	Festa de promessa. Deve unir em torno de 150 pessoas; ele tem um amplo espaço em frente de sua casa e uma varanda de madeira que está fazendo lateral à sua casa para atender aos festeiros.
			Seu Tuca impôs regras para a realização da festa em sua casa: primeiro tem que haver a missa, seguida do almoço e, só mais tarde, começa o baile (festa).
	Festa de Nossa Senhora de Conceição	Casa do Seu Domicio	Ocorre em dezembro. Festa de promessa.

A história do sistema de produção e o processo de comercialização das comunidades Sangradouro e São Sebastião

Para descrever a história do sistema de produção e comercialização das comunidades foi preciso dividi-la em três períodos.

O início caracteriza-se pelo primeiro tipo de sistema de produção que começou antes da década de 20 e persistiu até os meados dos anos 80, quando os moradores transportavam a sua produção utilizando boi de cangalha pelas estradas de cargueiro e levavam suas mercadorias para a região do Coxipó.

O segundo período, entre as décadas de 70 e 80, foi marcado pelas transformações que paulatinamente ocorreram e que modificaram, em parte, o sistema de produção e de comercialização da região. Isso se deu a partir das obras que o governo Municipal e indiretamente o Federal realizou na região.

O terceiro período iniciou no final da década de 80 até o presente, e se distinguiu pela crise e declínio na produção agrícola.

1^a período: tempo dos antigos

Pode-se supor que antes mesmo que a primeira organização territorial estivesse totalmente estabelecida por influência da cultura e da cosmologia, os primeiros moradores começaram a construir, primeiro no plano de idéias e depois na prática, o tipo de sistema agrícola que ali exerceriam. Os critérios para o local e a escolha dos primeiros cultivos, o período das primeiras derrubadas, o tipo de material para a construção das suas casas, tudo estava relacionado ao corpo de conhecimento que esses indivíduos possuíam, possibilitando a eles a capacidade de perceber, conceber e materializar seu território e sistemas produtivos.

Assim, logo que estabelecidas as residências, as roças e realizada a colheita, os camponeses começaram a levar suas mercadorias à cidade de Cuiabá. Na capital, os camponeses faziam as trocas comerciais, vendendo sua produção e comprando produtos como tecidos e mantimentos que não poderiam adquirir de outra forma.

A longa distância para chegar a Santo Antonio de Leverger condicionou essas pes-

soas a preferir vender suas mercadorias em Cuiabá. Até hoje os feirantes dessas comunidades vendem seus produtos na capital.

A produção ou mercadoria, como os antigos falavam, era transportada por meio de carro de boi ou boi de cangalha e a cavalo. Nessa época, as estradas eram conhecidas como estradas de boi, "trieiro boiadeiro" ou cargueiro de boi. Esse tipo de locomoção era muito desgastante para os camponeses e era agravado no tempo das chuvas, devido às grandes inundações que impediam a passagem pelas estradas. A viagem dos antigos até Cuiabá demorava dois dias.

A cavalo, ou puxando o carro de boi, o camponês seguia em frente para chegar à região do Coxipó, pois lá já havia um mercado e uma freguesia estável. Em Cuiabá havia um armazém que comprava 3 a 4 arrobas por semana de toucinho salgado; porém tudo era vendido barato, mas como a realidade econômica era outra, havia lucro, conforme relatos colhidos durante a pesquisa de campo.

Os principais produtos vendidos eram mandioca, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, cará, batata doce, banana, galinhas vivas, leitões vivos, toucinho de porco salgado, que transportavam dentro de uma bolsa de couro denominada bruaca. Para aqueles que presenciaram esse período, a descrição foi de uma época de muita prosperidade na região.

Nesse tempo também era comum, assim como hoje, a criação de suínos, aves e gado; a diferença para o sistema produtivo atual está na forma como o gado era criado. Anteriormente, o gado era colocado para pastar em área de uso comum, não havia divisas, nem cercas, o gado era diferenciado apenas pela marca feita a ferro quente.

Nessa época, ao invés de o gado ser mantido em piquetes cercados, eram as roças que precisavam ser cercadas. As roças não precisavam ficar muito longe das casas. Quando isso acontecia, era motivado pela qualidade da terra para plantar e, devido à distância, passavam até uma semana cultivando nessas áreas.

Outro fato era que as pessoas organizavam-se em mutirão para formar as roças. Quando queria começar uma nova roça, o agricultor chamava seus vizinhos e parentes e derrubava a mata, dividindo-a em partes

para que cada um formasse sua roça. As roças eram separadas apenas por uma divisa de toco.

Os procedimentos utilizados para iniciar uma roça seguem a lógica de derrubada e queima (KERR e POSEY, 1984; POSEY, 1986; COSTA JR *et al*; 2003; Azevedo 2004b; Godoy, 2004; Mendes, 2005b) e consiste em abertura da área e depois roçada com auxílio da foice; derrubada das árvores com o machado e, posteriormente, os galhos finos e folhas eram queimados. Já os galhos grossos e troncos das árvores eram guardados para lenha ou madeira de construção. Após essas etapas, a terra era preparada com tração animal e com ferramentas manuais para depois plantar. Vale ressaltar que os antigos contam que gostavam de queimar porque ajudava no controle das pragas e aumentava a fertilidade do solo.

2º período: o tempo da abundância

Depois de alguns anos, entre as décadas de 70 e 80, houve um incentivo maior do governo na produção agrícola e comercial da região. Depois de realizadas obras como a construção da ponte sobre o rio Aricá Mirim (Bambá), abertura da estrada da comunidade até a BR 364, a chegada da energia elétrica, a construção das escolas, houve, segundo os moradores, uma melhoria nas condições de vida e de comercialização.

Nesse período, os agricultores não comercializavam mais a produção no bairro Coxipó, mas, na feira do bairro Praieiro, pois a ida à Cuiabá tornou-se menos desgastante e rápida. Tão boas foram essas mudanças que a grande maioria dos camponeses que viviam em Sangradouro e Perdição tirava seu sustento quase que exclusivamente da agricultura e da pecuária.

Mudanças também começaram a ocorrer na ocupação territorial das comunidades. Os antigos foram vendendo suas propriedades e se mudando para Cuiabá; os novos moradores começaram a cercar suas terras, e as pastagens de uso comum foram diminuindo. A derrubada de extensas áreas de mata, o uso do fogo na formação de roças de toco e na limpeza e renovação das pastagens foram diminuindo, com a fiscalização dos órgãos ambientais.

Em 1986, através de política de incentivo do governo municipal, houve estímulo para os pequenos agricultores da baixada cuiabana comercializarem seus produtos todos os sábados em diferentes bairros de Cuiabá, com o Projeto "Muxirum". A prefeitura dispunha de uma caminhonete que buscava gratuitamente os feirantes e seus produtos. O Muxirum durou apenas um ano.

As espécies comercializadas pelos feirantes, em Cuiabá, por meio da assistência técnica da EMPAER de Santo Antônio de Leverger, foram: mandioca, milho híbrido, batata-doce, cará, abóbora, abacaxi, banana, hortaliças, melancia, laranja, pocã, limão, mamão, seriguela, caju e também produtos como a farinha de mandioca e rapadura de leite, entre outros produtos. Dos animais, comercializavam, em Cuiabá, a carne de aves e de suínos e o leite.

3º período: a crise

Apesar de o Muxirum ter tido uma durabilidade curta, alguns feirantes de Sangradouro e Perdição continuaram, em número bem menor, a vender seus produtos na feira do Praieiro.

Vários motivos levaram os agricultores a abandonarem a atividade de feirante, entre eles:

- Tarifa do transporte da mercadoria: apenas um ônibus que pertence a um morador da localidade Tanquinho transporta os feirantes para Cuiabá e o valor da passagem é R\$ 25,00;
- Aluguel para a montagem da barraquinha em Cuiabá: o feirante precisa pagar à Associação de Feirantes pela montagem da barraquinha na feira R\$ 8,00 pelo aluguel.
- Mercado consumidor instável: nem todos os feirantes conseguem vender na feira todos os seus produtos, o que gera um prejuízo, já que o material acaba estragando.

Assim, muitos feirantes abandonaram essa atividade para trabalhar em empreiteiras, como diaristas, ou abriram negócios próprios, como bares. Hoje, persiste apenas um feirante da comunidade Sangradouro e seis feirantes da comunidade São Sebastião. Esses

camponeses levam o mesmo tipo de produção do tempo do Muxirum para a feira de Cuiabá, só que em quantidade bem menor.

4 Considerações finais

Por fim, a partir dos relatos de memória desses moradores, pode-se entender que a organização territorial do sistema agrário dessas duas comunidades seja fruto destes três elementos: da relação de parentesco (irmandade, casamentos consanguíneos), da influência das instituições sociais (igreja, escola, bar, festas, feira, mercado, EMPAER, entre outros) na comunidade e dos aspectos naturais (água, vegetação, solo, fauna) que determinam a forma de ocupação e uso dos recursos naturais.

Referências

- ADDISON, E. E. *A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade*. 151f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2003.
- AGUIAR, M. V. de A. *El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: Un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad em dos comunidades campesinas tradicionales del Estado de Mato Grosso-Brasil*. 744f. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História) - Universidade de Córdoba, Instituto de Sociologia e Estudios Campesinos, Córdoba - Espanha, 2006.
- ALTIERI, M. A. ¿Por que estudar la agricultura tradicional? *Revista Agroecología y Desarrollo*, Chile, v. 1, n. 1. p. 16-24, 1991.
- ALVES, H. S. *Percepção dos agricultores em relação ao solo e seu uso, em comunidades tradicionais, da região da Morraria, Cáceres, MT*. 390f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá-MT, 2004.
- AZEVEDO, R. A. B. de. *Indicadores agrônomicos em unidades de produção de agricultura familiar*. 306f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Fitotecnia - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2001.
- BASTOS, R. *Áreas de uso comum por agricultores tradicionais de comunidades da região de Morraria, Cáceres-MT*. 139f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá- MT, 2004.
- BOMBARDI, Larissa Mies. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *AGRÁRIA*, n. 1, p. 55-95, 2004.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 34 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001. 217p.
- CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. *Revista Geographia*, Niterói-RJ, n.2, p.7-26, 1999.
- COSTA, M. C da. *Condicionantes de procedimentos técnicos de agricultores tradicionais de três comunidades da região de Morraria, Cáceres, MT*. 2004, 139f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá, 2004.
- EMPAER. *Levantamento de informações e avaliação diagnóstica da comunidade de Sangradouro*. Trabalho Técnico, 2004.
- GODOY, D. P. dos S. *Estrutura e função dos quintais de unidades de produção das comunidades Nossa Senhora da Guia e Santana, Cáceres-MT*. 111f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá, 2004.
- LAMARCHE, H. (Coord). *A agricultura familiar*, 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, 1997.
- LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 18 maio 2006.
- MENDES, R. R. *Manejo e uso da vegetação nativa por agricultores tradicionais da comunidade de Santana, região da Morraria, Cáceres -MT*. 104f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá, 2005.
- METRICK, H. *Development oriented research in agriculture: an ICRA textbook*. Wageningen: ICRA (The International Centre for Development Oriented research in Agriculture), 1993, 291 p.
- MIKKELSEN, B. *Methods for development work and research: a guide for practitioners*. New Delhi: Sage, 1995, 296 p.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Uso e manejo de recursos nos arredores das residências de camponeses: estudo de caso na região de Morraria*. 166f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá- MT, 2006.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1973, 242p.
- RAMOS, A. de A. *Estratégias de ocupação do espaço e uso de recursos naturais em unidades de produção da comunidade de Santana, Cáceres-MT*. 212f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) -Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá- MT, 2006.
- SHANIN, T. *Defining peasants: essays concerning rural societies, expolary economies, and learning from them in the contemporary world*. Oxford: British Library. 1990. 340p.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18 n. 51, 2003.

SILVA, P. J.; ALMEIDA, M. G. Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do Cerrado mineiro. V CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS ARTES. Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/MPC/mpc0604.htm>>. Acesso em: 19 maio 2006.

SOUZA, J. M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia – conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1995. p. 77-116.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. *Ethnoecológica*, v.

1, n. 1, 1991. p. 5-21.

VIEIRA, S. N. *A unidade de manejo chakra em comunidades agrícolas tradicionais da Morraria em Cáceres, MT*. 99f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Cuiabá- MT, 2006.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976, 152p.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. *O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997, 192 p.

Teoria e prática

Experiência Missionária
Meruri-MT



Ética Bororo: a sobrevivência de um povo
Bororo ethics: the survival of a people
Éthique Bororo: la survie d'un peuple
Ética Bororo: la supervivencia de un pueblo

Nelson Gil Tolentino*

Recebido em 28/8/2007; revisado e aprovado em 18/7/2008; aceito em 20/1/2009

Resumo: O presente trabalho focaliza a ação da Igreja, por meio dos missionários salesianos, junto ao povo Bororo na missão de Meruri, situada no Centro-Oeste brasileiro. Esta abordagem centraliza sua atenção na luta dos índios Bororo pela sua sobrevivência, seja no contato com os primeiros colonizadores, seja no contato com os missionários. Entre 1940 e 1960, por razões pouco exploradas por estudiosos até agora, os Bororo residentes em Meruri decidem morrer. Hoje, contrariando tal decisão, os Bororo de Meruri estão em crescimento demográfico. Diante desses fatos, duas questões brotam espontaneamente: 1ª) O que levou o povo Bororo a optar pela morte? 2ª) O que motivou esta nação indígena, já autodeterminada, a recuperar o entusiasmo pela vida? A partir de uma breve reconstrução histórica da experiência missionária em Meruri - Estado de Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil, o estudo dimensionará a opção dessa etnia brasileira.

Palavras-chave: Etnia bororo. Territorialidade. Morte. Sobrevivência.

Abstract: The study in hand focuses on the action of the Church, by way of Salesian missionaries, together with the Bororo people at the Meruri mission, situated in the Brazilian Centro-Oeste. This approach centralizes its attention on the struggle of the Bororo Indians for their survival, whether in their contact with the first colonizers, or in their contact with missionaries. Between 1940 and 1960, for reasons little sought out by scholars up to now, the Bororo residents in Meruri decided to die. Today, going against this decision, the Bororo in Meruri are growing demographically. Considering these facts, two questions spontaneously present themselves: 1a. What made the Bororo opt for death? 2a. What motivated this indigenous nation, already self-determined, to recuperate enthusiasm for life? Beginning with a brief historical reconstruction of the missionary experience in Meruri - Mato Grosso State, in the Centro-Oeste region of Brazil, the study opens out to include the option of this Brazilian ethnic group.

Key-words: Bororo ethnic group. Territoriality. Death. Survival.

Résumé: Ce travail montre l'action de l'Église, par les missionnaires salésiens, auprès du peuple Bororo dans la mission de Meruri, située dans le Centro-Oeste brésilien. Cet abordage tire l'attention de la lutte des indiens Bororo pour leur survie, soit par le contact avec les premiers colonisateurs, soit par le contact avec les missionnaires. Entre 1940 et 1960, pour des raisons peu exploitées par les chercheurs jusqu'à présent, les Bororo résidents à Meruri décident mourir. Actuellement, contrariant une telle décision, les Bororo de Meruri ont une croissance démographique. Face à ces faits, deux questions se posent spontanément: 1^{ère}) Qu'est ce qui a mené le peuple Bororo à opter pour la mort? 2^{ème}) Qu'est ce qui a motivé cette nation indigène, déjà autodéterminée, à récupérer l'enthousiasme pour la vie? A partir d'une reconstruction historique rapide de l'expérience missionnaire à Meruri - État du Mato Grosso, région Centro-Oeste du Brésil, l'étude dimensionnera l'option de cette ethnie brésilienne.

Mots-clés: Ethnie bororo. Territorialité. Mort. Survie

Resumen: El presente trabajo enfoca la acción de la Iglesia, por medio de los misioneros salesianos, junto al pueblo Bororo en la misión de Meruri, situada en el Centro-Oeste brasileño. Este enfoque centraliza su atención en la lucha de los indios Bororo por su supervivencia, sea en contacto con los primeros colonizadores o con los misioneros. Entre 1940 y 1960, por razones poco exploradas hasta el momento por estudiosos, los Bororo residentes en Meruri deciden morir. Hoy, contrariando tal decisión, los Bororo de Meruri están en crecimiento demográfico. Ante esos hechos, dos cuestiones surgen espontáneamente: 1ª) ¿Qué llevó al pueblo Bororo optar por la muerte? 2ª) ¿Qué motivó esta nación indígena, ya autodeterminada, a recuperar el entusiasmo por la vida? A partir de una breve reconstrucción histórica de la experiencia misionera en Meruri - Estado de Mato Grosso, región Centro-Oeste de Brasil, el estudio dimensionará la opción de esa etnia brasileña.

Palabras clave: Etnia bororo. Territorialidad. Muerte. Supervivencia.

Introdução

A pesquisa aborda o ambiente e os protagonistas que interagem no texto, especialmente os Bororo e os missionários salesianos, bem como os aspectos da ação missionária para a sobrevivência dos Bororo. O estudo

destaca também alguns fatos que levaram os Bororo a se decidirem pela morte; e o que os motivou a optar pela vida, avaliando o papel da Igreja Católica junto aos Bororo em Meruri.

Visto que o presente trabalho quer ser o relato da experiência missionária salesiana

* Doutor em Scientiis Educationis (Pedagogia) - Pontificia Studiorum Universitas Salesiana, UPS, Itália; Mestre em Teologia - Weston Jesuit School of Theology, WJST, Estados Unidos; e atualmente exerce a função de Diretor Administrativo da Faculdade Salesiana de Vitória - ES. E-mail: ngil@salesiano.com.br

entre os Bororo de Meruri, na medida do possível, apoio-me em escritos e depoimentos orais que testemunham o ponto de vista dos Bororo e dos missionários¹ que viveram ou ainda vivem em Meruri.

1 Os protagonistas da ação missionária em Meruri

Toda ação supõe ao menos um agente. De um modo geral, a história de contato com os Bororo envolveu vários agentes e interesses diversificados na fase que precedeu o estabelecimento deste povo em Meruri. Os agentes envolvidos são pessoas concretas. Elas poderiam ser definidas como seres que experienciaram a vida dentro de um grupo humano específico, situadas num espaço físico e num período determinados. Ao mesmo tempo, essas pessoas se expressaram através de uma determinada cultura, movidas por interesses particulares. Seria exaustivo definir e analisar detalhadamente cada grupo envolvido na história de contato com os Bororo. Contudo, para a compreensão da ação missionária de Meruri, faz-se necessário ao menos um breve histórico sobre seus antecedentes.

O próprio governo vigente no Brasil² (NOVAES, 1993, p. 243) foi quem, por primeiro, interferiu na vida dos Bororo, tornando público seu projeto de construir uma sociedade burguesa (AZZI, 2000, p. 25). Este novo modelo de sociedade excluía socialmente as etnias indígenas e africanas. Alegava-se contra os negros sua incapacidade intelectual para assumir o trabalho remunerado. Alegava-se contra os povos indígenas o atraso de sua cultura e o uso improdutivo de enormes extensões de terra, sem os devidos títulos de propriedade. Por trás desta política governista escondia-se a intenção de apropriar-se das terras dos Bororo e de fazê-los trabalhadores produtivos na agricultura nacional. A implementação da integração acelerada dos índios na sociedade civilizada previa não só a ocupação de suas terras, mas também a supressão de sua cultura.

O segundo grupo que interferiu na vida Bororo foram os colonizadores portugueses, ou bandeirantes que, embrenhando-se nas matas, tentaram implementar a política governista. Por trás desta fidelidade ao governo, o real interesse dos bandeirantes era o ouro

das reservas indígenas. De fato, a descoberta de ouro garantia-lhes como recompensa uma fatia do poder político na Colônia. Além dos portugueses, alguns colonizadores espanhóis também transitaram pelo território Bororo, motivados pela notícia do ouro. Assim que os colonizadores portugueses descobriram ouro aluvional na Forquilha, mais tarde arraial de Cuiabá, eles intensificaram a caça sistemática aos índios. Foram muitos os combates. Algumas mulheres Bororo, juntamente com suas crianças, foram levadas como escravas para Cuiabá. Os Bororo, após inúmeras perdas, afastaram-se da região das minas de ouro.

O terceiro grupo que o governo convocou para amansar os Bororo foram os militares que usaram como estratégia para agrupar os índios numa Colônia, o sequestro das crianças Bororo, cujas mães já viviam como escravas em Cuiabá. Enquanto as crianças permaneciam no cativeiro, suas mães deveriam providenciar o seu resgate, que consistia em convencer algum chefe indígena a aderir ao projeto do governo com toda sua aldeia. As mulheres, chefiadas pela Bororo Ana Rosa, voltaram a Cuiabá com um grupo de índios e conseguiram assim libertar seus filhos. Os militares, com este primeiro grupo Bororo, fundaram em 1886 a Colônia Teresa Cristina³ (AZZI, 2000, p. 25) na margem direita do rio São Lourenço, a 400 km de Cuiabá (BORDIGNON, 2001, p. 34-35). Os militares, no cumprimento das ordens governamentais, visavam como interesse imediato sua promoção nos quadros do exército.

Em 1895, antes do falimento total da operação militar na Colônia Teresa Cristina, o governo pediu a ajuda de um último grupo para tentar a pacificação dos Bororo: a Igreja Católica, através dos salesianos. De um modo geral, a Santa Sé, neste mesmo período, tinha assumido a política da conversão dos povos em terras recém-descobertas. Fiéis às diretrizes da Igreja, os missionários salesianos fizeram a fusão da política da Santa Sé com a política do governo brasileiro, adotando para os povos indígenas o lema: "conversão e civilização". Os missionários, mesmo querendo, não poderiam agir diferentemente, pois a desobediência civil e eclesiástica não teriam a mínima chance de sobreviver nos quadros missionários da época (AZZI, 2000, p. 26-27)⁴.

Existem informações de que anteriormente, a convite do governo espanhol no século XVII, também os “jesuítas entraram em contato com os Bororo na região do rio Paraguai” (AGUILERA, 2001, p. 44). De um modo geral, por trás da dedicação dos missionários jesuítas e salesianos também havia um interesse: a conversão dos Bororo ao catolicismo.

De um modo específico, a assim chamada pacificação dos Bororos se efetivou realmente com a ação dos missionários salesianos. Historicamente, esta ação iniciou-se de forma mais independente e sistemática nos Tachos e se consolidou de vez em Meruri. Assim, para uma melhor compreensão da ação da Igreja junto ao povo Bororo, torna-se necessária alguma informação mais detalhada sobre os próprios índios Bororo, os missionários salesianos e Meruri, que são respectivamente os protagonistas e o palco da presente reflexão.

1.1 Os índios Bororo

Originalmente, os índios considerados neste trabalho atribuíram a si mesmos e à sua cultura o nome “Bóe”. Mais tarde, os primeiros exploradores, antropólogos e missionários deram-lhes o epônimo de Bororo, devido principalmente à repetição frequente desta palavra em seus cantos (ENAWURÉU, 1987, p. 1). Na verdade, o termo “Bororo” significa o pátio comunitário das cerimônias e danças, “interditado às mulheres e crianças” (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 516), que se localiza diante do Baito. O Baito, por sua vez, é uma casa grande central ou uma espécie de centro social, também vetado às mulheres, onde os homens solteiros moram e os homens casados transcorrem a maior parte do dia. Atualmente, apesar da genuinidade clássica da palavra “Bóe” para denominar este povo, até os próprios índios se autodenominam simplesmente Bororo (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 516; ENAWURÉU, 1987, p. 1). Então, para evitar ambiguidades, adotaremos o epônimo Bororo para nos referirmos aos índios; e adotaremos a palavra “não índios” para nos referirmos aos demais habitantes, que já estavam integrados na sociedade brasileira oficial.

Diferentemente da sociedade civilizada, a sociedade Bororo é matrilinear. A mu-

lher é a chefe da casa e transmite o nome à sua descendência. Os filhos e filhas, mesmo depois de casados, demonstram maior afinidade afetiva com suas mães do que com os próprios cônjuges. Outra figura de grande respeito na cultura Bororo é o ancião, que é membro permanente do “conselho executivo da aldeia” (BORDIGNON, 2001, p. 48-49). As casas dos índios são construídas em círculo, conservando igual espaço entre uma e outra. Além disso, todas as casas são equidistantes do Baito. Uma linha invisível que vai do ponto leste ao oeste, ou vice-versa, separa a aldeia em duas metades. Na metade do norte os moradores são chamados “Ecerae”, enquanto os moradores do sul são denominados “Tugarege”. De forma idêntica, tanto os “Ecerae” quanto os “Tugarege” estão divididos em quatro clãs; e cada clã se subdivide em vários subclãs. Os moradores do norte estão ligados aos do sul por vínculos de parentesco e de solidariedade. Isto fica muito claro no casamento e nos funerais. Por exemplo, os moradores do norte só podem se casar com moradores do sul; e os funerais de quem mora numa metade são preparados pelos habitantes da outra metade.

A vida ritual na cultura Bororo é intensa e diuturna. Os ritos propiciam um equilíbrio no relacionamento ecológico e no relacionamento humano, tanto com os vivos quanto com os mortos. Todos os que participam de um ritual são, ao mesmo tempo, “performers” e “respondents” (NOVAES, 1993, p. 233-234), pois nele “cada um tem seu lugar marcado, suas obrigações nas cerimônias, seus adornos, seus nomes e seus cantos” (BORDIGNON, 2001, p. 48). Ocupam um lugar de destaque na vida ritual o xamã dos espíritos e o xamã das almas. O xamã dos espíritos é uma espécie de vidente que orienta, cura, abençoa as pessoas e afugenta o mal. O xamã das almas, embora seja mais discreto que o xamã dos espíritos, é o mais querido, evoca os mortos e preside algumas cerimônias. Apesar da matrilinearidade, as mulheres são excluídas da maioria dos ritos Bororo e nos ritos em que são admitidas, se limitam a cantar. As cerimônias Bororo mais conhecidas são o funeral, a imposição do nome às crianças, a perfuração do lábio inferior e das orelhas, a preparação para a caça e a pesca, a festa do matador e

do couro da onça, a festa do milho e do gavião real. Dentre todas, o funeral é a cerimônia mais solene, a mais importante e a mais longa. Pode durar até três meses. É um importante momento de expressão artística, de socialização e de integração cultural dos mais jovens, de perpetuação da memória dos antepassados e, paradoxalmente, de reafirmação da vida.

A maioria dos ritos é celebrada no conjunto formado pela casa grande, o Baito, e seu respectivo pátio, Bororo, que são “o centro da vida cultural dos índios” (ENAWURÉU, 1987, p. 41; AGUILERA, 2001, p. 52).

Os Bororo têm uma sensibilidade artística muito grande. São músicos natos e cultivam uma variedade muito grande de cantos e de ritmos. Seus dons artísticos se revelam também através da beleza, da pluralidade de materiais utilizados e da harmonia de cores de seu artesanato. Seus enfeites adornam não só as pessoas, mas também todos os objetos de uso, e estão presentes com maior vistosidade em todos os momentos importantes da vida tribal (BORDIGNON, 2001, p. 54).

Embora os Bororo sejam um dos povos mais estudados por antropólogos de diferentes partes do mundo (HARTMANN, 1976, p. 180-181)⁵, sua origem ainda continua desconhecida. Uma das hipóteses mais citadas sugere que os Bororo tenham vindo da Ásia (ENOGUREU, 2002, p. 14) para o norte brasileiro; e foram descendo “pelos vales dos rios Negro, Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé” (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 281), até se fixarem numa ampla extensão territorial bem no centro do país. Historiadores estimam que, antes da interferência dos não índios, os Bororo ocupavam uma área ao redor de 40 milhões de hectares (BORDIGNON, 2001, p. 45). Suas terras do lado oeste tocavam a divisa com a Bolívia; do lado leste, alcançavam o Estado de Goiás; ao norte, começavam nas cabeceiras dos rios Cuiabá e Rio das Mortes; e se estendiam para o sul até às cabeceiras dos rios Coxim e Negro (ENAWURÉU, 1987, p. 42). Devido à fartura de espaço, a mobilidade dos Bororo era muito grande. Tal mobilidade ajudava a natureza a se recompor rapidamente nos lugares onde eles se es-

tabeleciam, por curtos períodos, caçando, pescando ou extraindo alguma madeira. No levantamento da situação fundiária Bororo, em 2001, os sobreviventes deste povo estavam confinados em uma área de 140.245 hectares, que é 300 vezes menor que aquela que possuíam antes da chegada dos não índios (BORDIGNON, 2001, p. 45-46). Ironicamente, o artigo 231 § 4º da Constituição Brasileira de 1988 continua afirmando que “as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis” e que lhes cabe, por direito, “a sua posse permanente”.

1.2 Os missionários salesianos

Os salesianos chegaram ao Brasil em 1883 por solicitação do bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, após aprovação pessoal do imperador Dom Pedro II. Não vieram para cuidar de índios, mas sim para dedicar-se à educação dos filhos dos não índios. Com efeito, suas quatro primeiras fundações em solo brasileiro foram grandes escolas, em regime de internato (CASTILHO, 2000, p. 28)⁶. Um fato ocorrido em Roma, em 1893, foi determinante para a ida dos salesianos como missionários dos Bororo. Trata-se da sagração do salesiano Luís Lasagna como “bispo dos índios do Brasil e superior das missões salesianas do Uruguai, Paraguai e Brasil” (CASTILHO, 2000, p. 28). Como superior, Dom Luís Lasagna aceitou o pedido do presidente do Estado de Mato Grosso, Manoel José Murтинho, e assumiu, em 19 de abril de 1895, a Colônia Bororo Teresa Cristina (CASTILHO, 2000, p. 35 e 43). Em 1898, o governo de Mato Grosso dispensou “os serviços dos salesianos, porque os índios haviam se retirado para a floresta” (CASTILHO, 2000, p. 48). Em 18 de janeiro de 1902, os salesianos fundaram uma missão autônoma nos Tachos, a 460 km de Cuiabá, para reiniciar a atividade missionária com os Bororo. Em 1923, a Missão dos Tachos foi transferida para Meruri.

Ao traçar o perfil dos missionários salesianos na ótica dos não índios, tentarei realçar sinteticamente apenas alguns aspectos que me parecem relevantes no contato com os Bororo. Dom Bosco fundou os salesianos sacerdotes e irmãos em 1859; e, em 1872, fundou as irmãs Filhas de Maria Auxiliadora.

A finalidade de ambas as Congregações era a educação de meninos e meninas pobres, mais expostos aos perigos da sociedade, visando seu crescimento como honestos cidadãos e bons cristãos. De fato, os salesianos sempre foram reconhecidos vocacionalmente dentro da Igreja como evangelizadores de jovens (SOCIEDADE DE SÃO FRANCISCO DE SALES, 1985, Art. 6). O método educativo usado pelos salesianos era contrário a toda ação repressiva e se baseava na razão, na religião e na bondade (CERIA, 1932, p. 919)⁷. A experiência educativa e evangelizadora dos primeiros salesianos era com jovens, prevalentemente em regime de internato. Entre as características dos salesianos, distinguíam-se o zelo apostólico, a fidelidade à Igreja e o respeito às autoridades constituídas. Dom Bosco adotou para suas congregações o lema: *da mihi animas, coetera tolle*, que significa “dá-me almas, fica com o resto”. Este lema traduzia muito bem o interesse prioritário da Igreja de salvar almas e iria nortear toda a ação salesiana, também nas missões indígenas.

Mas, qual era o perfil dos missionários salesianos na ótica dos Bororo? Esta é uma questão difícil de ser abordada. Apesar disso, é uma questão relevante, que pode ser respondida, ao menos de modo fragmentário e suscinto, pelos próprios índios. Assim, apoiando-nos em depoimentos de publicações recentes (CAMARGO, 1987; BORDIGNON, 2001, p. 86-161)⁸, verifiquemos como os Bororo a partir de sua cosmovisão cultural descrevem os missionários.

O ancião Bororo Frederico Coqueiro considera que o missionário mais estimado pelos Bororo era o Irmão João Rocco (CAMARGO, 1987, XXVII, par. 1-5, p. 521-522; par. 33, p. 527), que eles carinhosamente chamam de Mestre. O Mestre Rocco os cativava com sua permanente alegria e pela sua presença amigável e constante entre os índios:

Esse Mestre é bom mesmo. Nenhum Bororo nem branco sabe como este Mestre sabe. Só esse que sabe trabalhar com os Bororo. Ele anima os Bororo, ele anima também os ruins. É muito bom mesmo. [...] Quando trabalhava com os Bororo, o suor lhe corria por todo o corpo. Ele ensinava os Bororo a suar como ele. Os Bororo o procuravam frequentemente para trabalharem com ele. Costumavam ir pescar com ele. Iam com ele pegar

manga, iam com ele procurar resina, lá pro lado do Boqueirão. Gostavam de ir passear com ele, porque ele sempre os mantinha alegres. (CAMARGO, 1987, XXVII, par. 24, 26 e 27, p. 525-526).

Quando o Mestre João Rocco faleceu, as irmãs insistiram para Coqueiro cantar para ele como nos funerais Bororo. Coqueiro encheu-se de medo e até duvida da sinceridade do convite pois, segundo os próprios Bororo, há muito tempo os missionários haviam proibido os índios de falar a sua língua e de celebrar os funerais no ritual Bororo (CAMARGO, 1987, XXVII, par. 134, p. 554-555). Visto que a maioria dos índios se unem ao pedido das irmãs e insistem para ele cantar, o amor ao Mestre venceu o medo e Coqueiro cantou. O Mestre João Rocco foi o primeiro missionário a receber as honras do Funeral Bororo (CAMARGO, 1987, XXVII, par. 119-132, p. 550-554).

Para Jurandir Irureu, a “aldeia Bororo precisaria dos salesianos. Tem gente contra, mas a maior parte é a favor. Nunca se ouve falar que padre ensina coisa ruim, coisa à toa. Padre está esforçando para aprender o ritual nosso né. Isso é bom!” (BORDIGNON, 2001, p. 104). Emília Aroewabo-Baadojebu afirma:

Se eu sou Bororo sou Bororo. [...] O Bororo de Merúri tem medo de se cortar, de tradição. Ali não está acabado porque os padres está favorecendo, porque se fosse por eles já teria acabado. Antenor Kacereu diz que “padres, mestres (irmãos religiosos), irmãs que atende esses nossos irmãos de Meruri, ficam fora de nossa lei [...]. Depois que o Pe. Falco recolheu nós, dessa aldeia para lá, aí que foi começando a amansar os padres (1965). Parece que Deus tocou na cabeça, na consciência dos padres, das irmãs, dos mestres, então viu que a lei Bororo tem valor. (BORDIGNON, 2001, p. 123 e 126).

Raimundo Purúbi-Kiedu relembra que “antigamente padre não deixava falar Bororo. Fala que é pecado cantar, dançar [...]. Agora não, canta na igreja, canta no cemitério. Não tem nada difícil, nada proibido” (BORDIGNON, 2001, p. 133). Benjamim Tugure Etúo-Iwagudu define o missionário como alguém que “animava, incentivava as danças, os assobios” (BORDIGNON, 2001, p. 146). Lourenço Rondon, atual cacique de Meruri, reconhece que: “os primeiros missionários [...] tinham aquele jeito de exigir e o índio era mais

ingênuo e praticava com escrúpulo o que diziam. Mas agora os missionários são diferentes. Acompanha, mas não briga para impor as coisas que quer. Tem mais liberdade, de tudo, de religião. Uma coisa boa do missionário hoje é que dá valor às nossas coisas” (BORDIGNON, 2001, p. 150). De um modo geral, estes depoimentos revelam a percepção dos Bororo a respeito dos missionários, em dois períodos distintos. No primeiro período, eles apontam os limites dos missionários que são vistos como autoritários diante de seus costumes e repressores de sua cultura. No período posterior, eles sublinham a conversão dos missionários à sua cultura. Os salesianos respeitam seus costumes, incentivam os Bororo a preservar sua identidade e se esforçam para se integrarem na cultura Bororo.

1.3 Meruri

A mais original descrição escrita de Meruri encontra-se nas memórias do sábio Bororo, Frederico Coqueiro⁹. Estas memórias foram relatadas ao missionário Gonçalo Alberto Camargo Ochoa, em tom coloquial, através da língua e das características genuínas da cultura Bororo (CAMARGO, 1987, p. 19)¹⁰. A antropóloga Renate Brigitte Viertler considera essas memórias um “insólito e precioso” documento onde, surpreendentemente, “Coqueiro deixa transparecer os seus sentimentos, o que confere um colorido muito especial à sua narrativa – a alegria, ao receber um bolo de arroz ou um pacu moqueado; a raiva em conviver com os inimigos Xavante em seu território, pelo que se pinta com carvão nos olhos; o medo de cantar na frente dos missionários após a morte de um mestre salesiano muito amado [...]” (CAMARGO, 1987, p. 17). Além disso, Viertler avalia que a estratégia empregada pelo P. Ochoa para organizar estas memórias junto com o Bororo Frederico Coqueiro “supera em qualidade a já consagrada técnica de pesquisa de campo em Ciências Sociais designada como ‘história de vida’ ” (CAMARGO, 1987, p. 17). Coqueiro seleciona os fatos de acordo como eles afloram em sua memória e adota um estilo linguístico rico em sonoridade, em cores e em metáforas próprias de sua cultura. Assim, nas memó-

rias deste ancião Bororo, Meruri emerge através dos fatos que mais marcaram sua vida, no período de 1946 a 1976.

Frederico Coqueiro nunca estivera antes de 1946 em Meruri. Sabia da existência dos missionários apenas através das lembranças de seus pais, que os mencionavam quando se referiam à antiga Colônia Militar Teresa Cristina. Na realidade, Coqueiro só decide conhecer Meruri aos 31 anos de idade, logo depois da morte de seus pais (CAMARGO, 1987, p. 29). O caminho para Meruri é longo, mas a ansiedade de Coqueiro para chegar lá é ainda maior:

Eu disse: Sim! eu quero ver Meruri! O tempo estava bonito para o lado de Meruri. Oh! Todas as manhãs eu estava com desejo de partir para Meruri. Oh! Depois chegou um branco procedente de Meruri, com carro de boi. Olhei e disse: — Oh! se ele aceitasse! Se eu pudesse ir com ele para ver Meruri! [...] Eu disse: — Eu desejo ir com vocês, será que vocês não vão aceitar? Ele disse: — Sim! Nós queremos. Vai procurar a sua bagagem. Fique pronto. [...] Então eu peguei alegre minha bagagem. Por isso sorri. Fiquei muito contente porque finalmente poderia partir para Meruri. Aí parti. Viajamos de carro de boi. Fomos indo com calma. Eu disse: — Oh! que coisa! os bois não andam! se andassem rápido chegaríamos logo a Meruri. (CAMARGO, 1987, VII, par. 2-3, 6, 9-11, p. 320).

Sem perder o humor e a alegria, Coqueiro vai se deliciando com os sons e a exuberância da fauna e da flora, mas, supersticioso como é, também se assusta diante do canto agourento de aves que evocam os temidos índios Xavante (CAMARGO, 1987, VII, p. 324¹¹; par. 15-19, p. 324-325). A sintonia do Bororo com a natureza aparece transparente nas memórias de Coqueiro. Ele, repetidas vezes, dá a entender que existe até certa cumplicidade de algumas aves com os Bororo, pois elas estão sempre atentas para alertá-los sobre algum perigo iminente: “Oh! os macauãs estavam gritando muito: cauã, cauã, cauã, cauã! Os jivijivi gritavam: jivi jivi jivi jivi jivi jivi jivi! Outras (aves) gritavam: churugu churugu churugu, churugu churugu churugu! Por isso eu fiquei muito assustado” (CAMARGO, 1987, VII, par. 36, p. 326). Observador interessado em novos conhecimentos, Coqueiro vai interrogando seus companheiros de viagem. O Bororo Egídio Iroe Kudu, que se casara com sua

irmã Cecília Joware Etaga e mora em Meruri (CAMARGO, 1987, VII, par. 6, p. 331), vai lhe apresentando os lugares da região que podem ser vistos do caminho que interliga Sangradouro a Meruri: “Ei, meu cunhado, olhe Meruri. Você estava desejando vê-lo. Sim! Era mesmo como eu imaginava. Sim! Eu fiquei alegre! Meruri estava para cá. Foi pelas três horas da tarde que eu vi Meruri” (CAMARGO, 1987, VII, par. 48-50, 58-60, p. 328-329).

Chegando em Meruri, em 1946, Coqueiro encontra poucos Bororo. Alguns foram morar à beira do rio das Garças, outros foram para a Mata Azul e outros ainda às margens do rio Barreiro, perto dos Tachos, como a família do respeitado Bororo Tiago Marques, que foi o principal colaborador dos autores da Enciclopédia Bororo¹² (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 0.14-0.17).

Quinze anos após sua fundação, Meruri já não ostenta a vitalidade de seus primórdios. Além do número reduzido dos Bororo, já não há mais abundância de alimentos e o desânimo vai tomando conta de todos. O testemunho do Bororo que dá a Coqueiro as boas-vindas é um retrato desse quadro:

Um homem veio ao meu encontro aqui na descida. Ele disse: — Você chegou? Eu disse: — Eu cheguei. Ele me disse: — Não tem pátio, não tem lugar de espera, à-toa você veio. Você não veio antes, você não chegou antes. Por isso, os Bororo se acabaram. Por isso não tem urucum, resina, penas de arara vermelha, penas de arara amarela, nenhum diadema de penas de biguá e nenhum diadema de pêlos de macaco. Você não vai ver nada disso. Acabou, não tem mais. Tudo ficou limpo para o céu e para a terra. (CAMARGO, 1987, VII, par. 62-63, p. 329).

Em seguida, Coqueiro se encontra com o Pe. César Albisetti¹² (CAMARGO, 1987, VIII, nota 15, p. 329), que é o diretor da missão. Este também não lhe esconde o desânimo e confirma as privações pelas quais estão passando. Contudo, a bondade do P. César, que se revela inicialmente na partilha do pouco alimento que tem, conquista Coqueiro desde o primeiro encontro:

Dirigi-me logo a ele dizendo: — Eu cheguei. Ele disse: — Hum! Eu disse: — Eu vim visitar você. Por isso eu cansei. Para ver você. Aí ele disse: — Hum! Filho, foi à-toa que você

cansou para vir a mim. Eu não tenho comida, você vai morrer de fome comigo. Também não tenho coisas, mas pode ficar mesmo à-toa aqui comigo. Disse: — Espere, fique aí um pouco. Eu vou procurar alguma coisa. Foi embora e eu fiquei aí. Depois chegou. Chegou com rapadura, um pouquinho de farinha, um litrinho de arroz, e um pouquinho de carne. E disse: — Filho, eis sua comidinha, cozinhe para você e coma este pouquinho. [...] Ele disse: — Sim! vai comer sua comidinha e descansar. Você está muito cansado. (CAMARGO, 1987, VIII, par. 1-5, p. 330-331).

Coqueiro se lembra de muitos outros fatos em Meruri. Todos estes fatos são narrados deixando transparecer sempre sua alegria espontânea e sua natural religiosidade. Ele descreve o seu cotidiano dividido entre os trabalhos ao ar livre, o escutar do sino para buscar a comida ou ir para a capela. Ele valoriza e elogia sempre o alimento que recebe, principalmente a canjica. Trabalha com dedicação. E muito cedo identifica o Deus dos missionários com o seu Deus Pemo. Esta identificação se revela, por exemplo, nas palavras do Bororo João Garimpeiro: “não se esqueçam do sinal da cruz. São as mesmas palavras, os mesmos pensamentos, as mesmas crenças que os nossos pais falaram para nós. Assim ele nos dizia” (CAMARGO, 1987, XII, par. 70, p. 469).

1.4 Postura crítica do Bororo em Meruri

O temperamento alegre, calmo e respeitoso de Coqueiro não o impede de tomar uma postura crítica diante de alguns posicionamentos dos missionários. Isto se manifesta, por exemplo, nos quatro fatos que exporemos brevemente aqui.

O primeiro fato aconteceu quando um branco acusa os Bororo de terem matado, a flechadas, uma de suas vacas. Visto que as flechas pertenciam a Coqueiro, o padre diretor, sem nenhum diálogo, acusa Coqueiro por uma coisa que ele não fez. Devido a esta acusação, ele decide mudar-se de Meruri. Eis, sucintamente, como Coqueiro descreve este momento:

Ele disse: — Ei, de quem são estas flechas? Qual doido é o dono destas flechas? Nada! O povo só falou: — Ei!... Ei!... Wo!... Aí eu fui lá onde ele estava e disse: — Eis, padre, minhas flechas; essas flechas são minhas. [...] Ele disse:

– Ah! eu vou dar um jeito com você. Você é muito ruim, você não tem cabeça. [...] Oh! Aí a minha tristeza chegou ao limite. Por isso resolvi ir embora. Eu avisei-lhes. Fiz discurso para eles dizendo: – Sim! Eu comunico para vocês que vou embora! (CAMARGO, 1987, XIV, par. 105-106, p. 405).

Na realidade, o seu casamento com a Bororo Margarida, radicada em Meruri, fez com que ele desistisse de ir-se embora (CAMARGO, 1987, p. 30).

O segundo fato se refere à proibição dos missionários para a realização do Funeral Bororo em Meruri. Coqueiro, porém, não renuncia a este ritual que é o mais importante na vida e na religião Bororo. Correndo o risco de ser excluído de Meruri por tentar conservar esta tradição cultural, ele vai ser o celebrante de funerais na aldeia do Bororo Tiago Marques, à beira do córrego Fundo (CAMARGO, 1987, X, par. 1-120, p. 346-366).

O terceiro fato aconteceu quando o P. César Albisetti convidou um grupo Bororo de Meruri para ir até Santa Terezinha, à beira do rio das Mortes, para ajudar os salesianos construírem ali um centro missionário para os Xavante (CAMARGO, 1987, p. 31). Coqueiro fez parte deste grupo. Santa Terezinha estava muito longe de Meruri. O grupo, viajando de caminhão, gastou uma noite inteira para ir de Meruri a Nova Xavantina. Empregou mais um dia e uma noite, viajando de barco a motor pelo rio das Mortes, para ir de Nova Xavantina a Santa Terezinha¹⁴. Um dia os Bororo decidiram ir tomar cachaça na venda de um branco, ali perto. Voltaram para casa com algumas garrafas e deram para um dos Xavante beber. O Xavante embriagou-se. Diante deste fato novo para a tribo, os demais Xavante colocaram o embriagado no centro da aldeia para matá-lo. Com muito custo, os missionários conseguiram evitar que matassem o Xavante embriagado. Diante disso, desconsiderando todo o trabalho que os Bororo estavam fazendo ali, o missionário que os dirigia naquela empreitada os manda de volta para Meruri. Os Bororo ficam revoltados com a atitude primária do missionário. Como protesto contra a raiva e o radicalismo demonstrados pelo missionário, Coqueiro organiza com seus companheiros uma greve de fome e de silêncio no longo caminho de volta para Meruri (CAMARGO, 1987, par. 1-11, p. 481-484).

O quarto fato se refere também aos Xavante, quando eles vieram acampar em Meruri. Coqueiro assim descreve a chegada deles:

Os Xavante estão chegando! É para nós estarmos preparados, que eles vão chegar aqui hoje. Ficamos com medo, mas falaram para não ficarmos com medo, que eles estavam chegando era para se entregar aos Bororo. E que, por isso, não era para ficar com medo. Mas, apesar disso, não era para deixar de ter receio deles, porque nem todos eram bons. Alguns eram bravos. Manoel Davi chegou com a notícia. Então os Bororo ficaram falando muito, se iriam aceitá-los ou não, e onde colocá-los. Aí falaram que não iriam colocá-los aqui na aldeia. (CAMARGO, 1987, XXV, par. 1-2, p. 512).

Os Xavante acabaram sendo colocados ali perto, do outro lado do rio, ao pé do Morro de Meruri. Um dia a roça dos Xavante acidentalmente pegou fogo. Os Xavante encontraram Coqueiro na beira da estrada, acharam que ele fosse o culpado, rodearam-no e quase o mataram. Coqueiro chega enraivecido em Meruri e vai tirar satisfação com o P. Bruno Mariano, que era o diretor nesta época: “Eu disse: – Padre, você fez feio para nós. O senhor mandou Xavante nos matar na estrada. [...] Aí eu fui para casa. Eu estava zangado, querendo matar os Xavante. Eu pus resina no meu rosto, passei carvão nos meus olhos e fiquei aí zangado” (CAMARGO, 1987, XXV, par 11, p. 514). Este incidente e a reação de Coqueiro fizeram com que o P. Bruno trasladasse os Xavante das terras de Meruri para a região de São Marcos. Eis como, desta vez, o missionário encaminhou a questão: “Então o padre chamou todos os homens sabidos (as lideranças Bororo) e disse para eles que era porque aí eles queriam me matar, que ele queria colocá-los longe. [...] Então o P. Bruno perguntou para os Bororo onde ele poderia colocá-los. Então os Bororo disseram que ficassem lá (em São Marcos), que assim eles não viriam aqui” (CAMARGO, 1987, XXV, par. 14-15, p. 515-516). Na resolução desta questão é importante ressaltar três aspectos positivos. O primeiro, é que o missionário se coloca abertamente a favor dos Bororo em suas reivindicações. O segundo aspecto é que o missionário não toma mais a decisão sozinho; ele não somente consulta a opinião dos

Bororo, mas também a leva em conta. O terceiro aspecto é o interesse e a união dos Bororo para defender suas terras e a integridade física de seu povo.

2 Alguns aspectos da ação missionária entre os Bororo

A atividade missionária dos salesianos junto ao povo Bororo pode ser considerada sob diferentes pontos de vista. Minha consideração se refere a alguns aspectos que, a meu ver, tiveram uma incidência mais determinante a favor da sobrevivência do povo Bororo. Além disso, os fatos apresentados aqui se referem ao primeiro período desta experiência missionária. Dentre os fatos, existe um que é fundamental e incontestável e dispensa comentários: – *os salesianos, depois que se encontraram pela primeira vez com os Bororo, nunca mais os abandonaram.*

No final do século XIX, as comunicações orais ou escritas, entre os habitantes e transeuntes das selvas com aqueles dos centros urbanos, ainda eram raras e difíceis de serem efetuadas¹⁵ (DUROURE, 1977, p. 39). Apesar disso, três meses antes do primeiro contato com os Bororo, os salesianos já começaram a divulgar seu futuro trabalho missionário. Procuraram envolver toda a sociedade brasileira nesta obra desafiadora, solicitando apoio material e espiritual de todos os não índios. A carta que Dom Luís Lasagna escreveu à nação em janeiro de 1895 é um testemunho desta prática. Eis o objetivo de Dom Lasagna:

Implorar com a presente carta circular o público concurso para uma empresa muito ardua, e que é importantíssima, não só pelo seu carácter religioso, mas também pela sua natureza summamente humanitária; uma empreza, em fim, que certamente redundará em grande beneficio e honra de toda a nação brasileira. Refiro-me à conversão e civilização dos pobres indígenas que, como filhos desherdados da família brasileira [...] esperam ha seculos uma mão benefica que chegue até às profundezas de suas miserias, para levantá-los à dignidade de homens e de christãos, e incorporá-los ao resto da nação. (LASAGNA, 1895, p. 1)

Os missionários também se comunicavam frequentemente com seus superiores e com o governo brasileiro, solicitando-lhes

ajuda financeira para o trabalho missionário. A maioria destas cartas oficiais, porém, era para prestar contas do que estavam fazendo junto aos Bororo (MALAN, 1906).

As dimensões racional e afetiva do estilo de evangelizar dos salesianos foram determinantes para que o primeiro encontro dos Bororo com os missionários, na região dos Tachos, não terminasse numa tragédia (COLBACCHINI, 1981). Os missionários encontravam-se fisicamente debilitados, pois trabalharam exaustivamente na construção de choupanas para abrigar-se das intempéries do tempo e da floresta. Ao contrário dos outros não índios, os missionários não tinham presentes vistosos para oferecer aos Bororo. A lembrança dos massacres perpetuados recentemente pelos Bororo afligia o coração dos missionários. Os missionários temiam, com razão, que este primeiro encontro terminasse num massacre. De fato, os índios já tinham decidido matar estes brancos recém-chegados (BORDIGNON, 2001). Tudo isso está muito claro no diário e nas cartas do P. João Bálzola, que estava dirigindo a primeira expedição dos missionários na missão dos Tachos¹⁵ (BALZOLA, 1937). Contrariando as expectativas mais pessimistas, o primeiro encontro transcorreu de uma forma completamente inesperada. Balzola (1937, p. 110) assim o descreveu:

Um dos nossos começou a gritar: Padre, Padre, ahí estão os índios! Corro para o lado de onde tinha vindo a voz e vejo cinco robustísimos selvagens, que vinham ao meu encontro vociferando: - Borôro bôa! (Somos bons Borôros)! Não sou capaz de descrever o que experimentei naquele instante. Aproximei-me delles, sorrindo; abracei-os ternamente um depois do outro e tratei-os com todo o carinho. [...] Eu estive sempre ao lado daquelles pobres filhos da floresta: falei-lhes do fim da nossa vinda; assegurei-lhes que, ao nosso lado, não podiam temer ninguém.

Na descrição que o P. Balzola fez deste primeiro encontro com os Bororo transparece a importância do uso da razão e da demonstração de afeto no relacionamento humano. Por um lado, na brevidade desta frase “falei-lhes do fim da nossa vinda” encontra-se sucintamente a dimensão racional do sistema preventivo. De acordo com o pensamento salesiano, o destinatário só se compromete com uma causa quando ele

entende claramente a sua razão. Tudo indica que os cinco Bororo entenderam que os missionários não vieram para apoderar-se deles e de suas terras, mas para defendê-los. Por outro lado, de acordo com a descrição do P. Balzola, este primeiro encontro iniciou-se profundamente envolvido pela dimensão afetiva. Primeiramente, o missionário tomou a iniciativa de aproximar-se dos Bororo, expressando alegria pela sua chegada. Em seguida, o missionário abraçou os índios ternamente, criando uma atmosfera de familiaridade. Finalmente, o missionário tratou os Bororo com muita bondade durante todo o tempo que eles permaneceram ali. E assim, diante da razão dada pelo missionário para justificar sua presença na terra Bororo; e diante também da cordialidade que experienciaram naquele encontro, os índios perceberam que os missionários eram diferentes dos outros não índios¹⁷. Conseqüentemente, os Bororo manifestaram o desejo de se unirem aos missionários para estarem mais seguros na luta pela sua sobrevivência (BALDUS, 1937, p. 113). Na conclusão deste primeiro encontro, o missionário registrou: “Antes de partir, prometeram-me que, depois de duas luas, haveriam de voltar com outros homens, para ajudar-nos a construir choupanas e depois iriam buscar as suas famílias” (BALZOLA, 1937, p. 110-111).

Os missionários já encontraram a dimensão religiosa profundamente presente na cultura Bororo. O ancião Frederico Coqueiro, por exemplo, sem nunca ter conhecido os missionários já conhecia e amava Deus. Coqueiro é um homem naturalmente piedoso e sua vida é toda perpassada pela dimensão religiosa. Seu Deus é Pemo, a quem ele ama. Pemo está sempre presente em sua vida. Pemo é Pai. Eis como Coqueiro se expressa a respeito do seu Deus:

De quem eu gostava era de Pemo (Deus). Em Deus estava o meu pensamento e o meu coração (CAMARGO, 1987, VIII, par. 12, p. 332). [...] Hum! Isto é meu! Obrigado! Pss... que bom! Deus é meu pai, por isso ele vai me dar sorte! (CAMARGO, 1987, VIII, par. 47, p. 327)

Enquanto na Bíblia o povo só descobre o rosto paterno de Deus, através da revelação de Jesus Cristo, Coqueiro sem ter sido catequizado dentro do cristianismo (CAMARGO, 1987, VIII, par. 16-18, p. 332) chama Pemo carinhosamente de Pai. No

comentário às memórias de Coqueiro, Afonso de Castro sublinha que “seu conceito e vivência de Deus tem a concretude da linguagem Bororo e a amplitude e imagem do Deus de Jesus Cristo” (CAMARGO, 1987, p. 10). Pemo é um Deus que alegra a vida dos Bororo. Pemo está sempre presente no pensamento e na vida de Coqueiro. Pemo se comunica com os Bororo através de inspirações. Pemo ajuda o Bororo enraivecido a recuperar a paz. Coqueiro atribui a uma inspiração divina sua decisão de partir para a terra de Meruri, empreendendo tão cansativa e arriscada viagem. Pemo lhe prometeu que nesta nova terra ele se encontraria com homens e mulheres, que o iriam orientar para perseverar no bem e permanecer sempre unido a Pemo (CAMARGO, 1987, V, par. 1-2, p. 320). De um modo geral, os atributos deste Deus Bororo coincidem com os atributos do Deus revelado por Jesus Cristo. Além disso, existe uma certa semelhança no significado de alguns ritos Bororo com ritos cristãos. Um exemplo disso é o rito oficial de introdução de uma criança em sua comunidade. Para os cristãos, a apresentação da criança e a acolhida da comunidade se realizam através do “Ritual do Batismo”. De maneira muito similar, a comunidade Bororo acolhe oficialmente suas crianças através do “Ritual da Nominção”¹⁸ (CAMARGO, 2001, I, par. 34-71, p. 19-31). Por um lado, a dimensão religiosa, já presente na cultura Bororo, facilitou a ação evangelizadora dos missionários na apresentação da religião cristã. Por outro lado, a variedade dos ritos da liturgia católica atraiu a atenção dos Bororo, desde o primeiro contato com os missionários (BALZOLA, 1937, p. 110).

A presença da mulher entre os primeiros missionários salesianos foi de fundamental importância para despertar a confiança dos Bororo. Dom Lasagna ressaltou

[...] a imensa vantagem que resulta de terem os missionários salesianos nessa difícil empreza o apoio e a incomparável dedicação das irmãs de Maria Auxiliadora: Ellas pouparão aos sacerdotes contactos inconvenientes e officios para os quaes seriam pouco aptos. (LASAGNA, 1895, p. 3)

Enquanto Dom Lasagna ressaltava o papel complementar das irmãs no trabalho missionário, os índios viam aquela nova presença feminina mais como uma segurança

contra o abuso sexual de suas mulheres (BORDIGNON, 2001, p. 35). Poucos anos atrás, na Colônia Teresa Cristina que estava sob os cuidados dos militares, “índios e soldados viviam em inteira promiscuidade, num ambiente de conflitos, cachaçadas e luxúria, de que os próprios oficiais participavam” (VON DEN STEINEN *apud* VIETLER, 1990, p. 66)¹⁹. De fato, os brancos que precederam os missionários costumavam negociar os favores sexuais das mulheres Bororo em troca de qualquer roupa ou adornos vistosos vindos da cidade. Existem indícios de que esta prática tenha sido uma constante também no contato com outras tribos. Por exemplo, o médico Marcos Pellegrini, que a serviço do Conselho Indigenista Missionário socorreu algumas vezes os Ianomami de Roraima, relatou que:

Uma índia mais velha lhe fez uma pergunta que à primeira vista, soou estranha: ‘Não existe mulher branca?’ Depois ele entendeu. Aquelas mulheres só conheciam homens; eram soldados ou garimpeiros, os quais representavam invasão e doenças. Não vinham com suas mulheres e aproveitavam as índias. O sexo, tão natural entre a comunidade, virou produto com valor de troca. (DIMENSTEIN, 1992, p. 84)

É lógico que os Bororo, inicialmente, não tinham a menor idéia sobre a opção de vida celibatária dos missionários. Na verdade, a presença das irmãs no grupo dos missionários, além de tranquilizar os homens Bororo a respeito de suas mulheres, criou também um clima sadio de familiaridade, de respeito e de confiança mútua na missão. Elas rapidamente conquistaram o coração das crianças e a admiração das mulheres, dedicando-se incansavelmente ao trabalho missionário com atividades múltiplas, inclusive indo algumas vezes trabalhar na roça junto com as Bororo (CASTILHO, 2000, p. 77).

O conhecimento da língua Bororo por parte dos missionários foi de fundamental importância, não só no primeiro contato com os índios, mas em todo o processo subsequente de evangelização e promoção humana. Na verdade, nós só conseguimos penetrar profundamente na cultura e na condição humana de um povo por meio do conhecimento de sua língua. Sacks (1989, p. 8) afirma que, quando não conhecemos a língua de um grupo humano, somos excluídos deste

grupo, independentemente de nossas boas intenções, empenho ou até mesmo habilidades naturais. Os missionários perceberam que não lhes bastava ter o conhecimento e a prática da mensagem evangélica; para que esta mensagem pudesse tocar o coração da cultura Bororo, eles precisavam também comunicá-la através da própria língua dos índios. Alguns salesianos aprenderam a língua Bororo antes mesmo do primeiro contato com os índios. Porém, a maioria dos missionários aprenderam a falar Bororo através da convivência diária com os índios nas missões (NOVAES, 1993, p. 143). De um modo geral, os missionários não somente aprenderam a língua dos índios em nível de comunicação oral para seu uso imediato no cotidiano, mas também aprofundaram seu estudo em nível científico. Uma prova disto é a variedade de publicações que os missionários fizeram para documentar a língua e valorizar a cultura Bororo²⁰. Dentre estas publicações, merece destaque a Enciclopédia Bororo, em três volumes, de autoria dos salesianos P. César Albisetti e P. Ângelo Jayme Venturelli²¹. O grande mérito e valor científico da Enciclopédia Bororo reside na descoberta da estrutura da língua e de seu valor na vida do povo Bororo²².

Os salesianos perceberam que, ao lado da valorização da língua e preservação da cultura Bororo, a defesa da terra também era essencial para a sobrevivência do índio. Embora até o início do século XVIII os Bororo possuíssem um território de 400.000 km², suficientes para atender às necessidades de sua vida nômade, na metade do século XX eles já tinham perdido quase a totalidade de suas terras (CAMARGO, 1987, p. 21). Quando os missionários fundaram a missão dos Tachos, muitas fazendas de não índios já tinham se multiplicado e intensificado também os conflitos pela posse da terra Bororo. Duroure (1977, p. 199) documentou o círculo de violência ao redor desta questão:

[...] o bororo, dono legítimo e secular das terras, necessita delas para a sua vida nômade: caça, pesca, colheita; o não índio, criador de gado bovino, invade o terreno; o índio espanta o gado, mata e come as rezes; o não índio reage, mata o índio a bala e veneno; por sua vez, o índio reage e mata o invasor.

Na fundação da missão dos Tachos, o P. Malan “percebeu que sem terras não se poderia realizar um trabalho constante e

progressivo de adaptação cultural dos índios” (CASTILHO, 2000, p. 70). Devido a isso, em 1905, os salesianos compraram duas áreas de terra na região do Boqueirão e do Barreiro de Cima. “Mais tarde, estes lotes foram incorporados na reserva indígena dos bororo” (CASTILHO, 2000, p. 70)²³. Foi por intermédio dos missionários que os Bororo descobriram a importância de assegurarem a posse de suas terras, reivindicando a legalização das mesmas junto ao governo, por decreto oficial (CASTILHO, 2000, p. 71). Com o aumento e a frequência cada vez maior das invasões do território Bororo, os missionários aumentaram na mesma proporção seu compromisso e sua luta junto com os índios para a defesa de suas terras. Esta luta culminou em 1976 com o assassinato do missionário alemão P. Rodolfo Lunkenbein e do Bororo Simão (VIETLER, 1990, p. 106). Diante da repercussão nacional e da pressão internacional deste evento, o governo brasileiro demarcou oficialmente 82.301 hectares para os índios de Meruri²⁴. Esta é a maior área homologada oficialmente para o povo Bororo até agora.

O trabalho missionário dos salesianos foi inapropriadamente definido como catequese. O conceito de catequese vigente na Igreja, quando os salesianos se encontraram com os Bororo pela primeira vez, consistia na transmissão da doutrina cristã através do método da memorização (PIO X, 1905). Os salesianos nunca se limitaram a dar catequese aos Bororo, no sentido estrito desta palavra. Desde o início, o trabalho missionário dos salesianos junto ao povo Bororo foi sempre desenvolvido numa linha de evangelização e de promoção humana. Com efeito, as próprias orientações que os salesianos recebiam do superior geral P. Miguel Rua, primeiro sucessor de Dom Bosco, eram direcionadas mais para a promoção humana: cuidar da higiene e da saúde dos índios; impedir o infanticídio entre eles; dedicar-se à sua alfabetização e formação cristã; implementar o artesanato têxtil; e, na atual forma menos nômade da vida Bororo, qualificar os índios no manuseio de máquinas agrícolas para garantir sua autossustentação²⁵. O fato de os salesianos não terem reduzido sua atividade missionária à catequese em sentido estrito, não significa que eles colocaram em segundo plano a preocupação com o aspecto reli-

gioso propriamente dito. O objetivo fundamental de toda atividade evangelizadora dos salesianos era formar honestos cidadãos e bons cristãos. Eles procuraram sempre manter um equilíbrio entre a educação cívica e a educação religiosa. A metodologia empregada para a consecução deste fim se opunha ao uso de qualquer tipo de ação repressiva. Ao contrário, a metodologia salesiana era preventiva e se caracterizava por três dimensões fundamentais e simultâneas: a dimensão racional, a dimensão religiosa e a dimensão afetiva. O próprio Dom Bosco entregou esta metodologia preventiva aos salesianos, para ser usada em sua práxis educativa e evangelizadora, sublinhando a importância de suas dimensões: “este sistema baseia-se inteiramente na razão, na religião e na bondade” (CERIA, 1932, p. 919). Em síntese, esta metodologia apela para as riquezas da inteligência, do amor e do desejo de Deus, que cada pessoa possui no íntimo de seu ser (SOCIEDADE DE SÃO FRANCISCO DE SALES, 1985, art. 38).

O ideal missionário e o ardor apostólico foram os fatores que mais contribuíram para que os salesianos perseverassem em sua presença e ação entre os Bororo. O ideal missionário levou os salesianos a vislumbrar, para além dos limites e das dificuldades do tempo presente, uma “terra sem males”²⁶ para os Bororo. O ardor apostólico, por sua vez, alimentou o ideal missionário no cotidiano através de uma mística específica e de um trabalho incansável. Estes dois fatores foram o diferencial entre a ação missionária dos salesianos e a ação de outros grupos de não índios, na história do contato com os Bororo. Nas memórias biográficas de Dom Bosco havia sempre um sonho por trás das grandes decisões de sua vida. Maria Augusta de Castilho descreve sucintamente um sonho de Dom Bosco

[...] com uma região selvagem, plana, incul-ta, na qual não se viam colinas nem montes, mas homens nus de estatura extraordinária e feroz. [...] Desse momento em diante, Dom Bosco procurou saber mais sobre a região missionária da América do Sul. (CASTILHO, 2000, p. 24-25).

O ideal missionário sempre esteve presente nos sonhos e no horizonte de Dom Bosco, embora ele tenha fundado e qualificado os salesianos para serem prioritariamente

educadores e evangelizadores de jovens. Consequentemente, os salesianos que entraram em contato com os Bororo pela primeira vez não tinham formação missionária específica. Eles se tornaram missionários através da convivência e do aprendizado prático com os próprios Bororo.

3 Os Bororo de Meruri decidem morrer

A indiferença e a morosidade na solução do problema da Reserva de Meruri levaram os Bororo, em anos anteriores, a um desânimo coletivo. Além da questão da terra, outros fatores já vinham interferindo na preservação de sua cultura e na sua subsistência. Aos poucos, foi se tornando mais nítida para os próprios índios a falta de perspectiva para uma sobrevivência digna, como povo etnicamente diferenciado. A partir daí constata-se uma sensível queda no índice de natalidade em Meruri. Há indícios de que, por trás da escassez de novos nascimentos, havia a intenção deliberada dos Bororo de um autoextermínio gradativo.

Embora nunca tenha sido feito um estudo aprofundado sobre a decisão dos Bororo de exterminar-se como povo, alguns estudiosos comprometidos com a pesquisa deste grupo indígena já fizeram acenos explícitos sobre esta questão. Referindo-se às formas de resistência dos índios às vicissitudes sofridas neste século, Mário Bordignon²⁷ afirmou: “Na década de 50 e 60, seja na área dos missionários salesianos, seja na do S. P. I. – FUNAI, os Bororo queriam acabar e não ter mais filhos” (BORDIGNON, 2001, p. 72). Vietler²⁸ também confirmou uma redução drástica dos Bororo no ano de 1967: “a população Bororo de Meruri esteve sujeita a fortes oscilações, entre um máximo de 217 Bororo em 1905, jamais recuperado, e um mínimo de 81, em 1967” (VIETLER, 1990, p. 139). Novaes²⁹ detectou uma diminuição de informações a respeito dos Bororo neste período:

São relativamente muito mais abundantes as informações sobre o que ocorre entre 1890-1945, quase inexistentes os dados disponíveis para o período que vai de 1945 a 1970. (NOVAES, 1993, p. 143-144)

Referindo-se à experiência sofrida pelos Bororo na metade do século XX, quando

eles estavam perdendo todas as suas terras, Gonçalo Alberto Ochoa Camargo³⁰ afirmou textualmente:

Foi um momento em que os Bororo estavam querendo se auto-extinguir. Com efeito, os levantamentos acusam um vazio populacional durante as décadas de 1940 a 1970. (CAMARGO, 2001, p. 11)

O vazio populacional dos Bororo coincide também com o vazio de documentação da vida deles por parte dos salesianos. Diante da crescente diminuição demográfica dos Bororo, teriam os salesianos também desanimado e considerado sua sobrevivência uma causa perdida? O que estava realmente por trás da decisão dos Bororo de “se autoextinguir” ou de se “acabar e não ter mais filhos”? Que outras vicissitudes, além do fato de estarem perdendo as suas terras, estariam por trás deste fato? Era o extermínio algo inédito na vida dos Bororo, ou apenas a reedição de experiências anteriores? Uma resposta adequada a cada uma dessas questões exige um estudo bem mais extensivo do que o presente trabalho. Em todo caso, tentaremos nos debruçar brevemente sobre cada uma delas. Constatamos, como ponto de partida, que embora os Bororo nunca tenham tido a experiência de desaparecimento coletivo como etnia, o extermínio já tinha sido uma ameaça real também para eles, no início do século XX.

O extermínio não só dos Bororo, mas de todos os índios do Brasil, já estava por ser decretado, desde 1908, pelo Presidente da República Afonso Pena, com ampla aprovação da sociedade burguesa, inclusive do antropólogo e diretor do Museu Paulista, Herman Von Ihering³¹. A motivação principal do governo para promulgar tal decreto era, entre outras, a resistência dos índios para abandonar seus costumes e integrar-se na sociedade brasileira. Neste mesmo ano de 1908, a figura carismática do P. Malan encontrou uma forma original para reverter a opinião brasileira a respeito dos índios, valendo-se da aptidão musical dos Bororo. O missionário levou os 21 Bororo integrantes da banda musical para tocar diante do Presidente Afonso Pena, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Na ocasião, os Bororo executaram com perfeição temas clássicos, inclusive o Hino Nacional Brasileiro. Os jornais da época exaltaram as capacidades artísticas

dos Bororo e noticiaram também o discurso revolucionário do P. Malan, pedindo a restituição aos índios

[...] de uma patria que lhes foi roubada em nome de uma falsa civilização conquistadora, liberticida. Patria, senhores, de que são elles os verdadeiros donos, e que saberão amar, defender e illustrar, se isto lhes ensinarmos com o nosso esforço e nosso exemplo. (NOVAES, 1993, p. 171)³¹

A ação corajosa do P. Malan no Rio de Janeiro foi determinante para a sobrevivência dos índios. Depois disso, o debate sobre o extermínio dos índios, em nível nacional e internacional³², foi perdendo sua força, e seu respectivo decreto nunca foi promulgado.

O suposto auto extermínio dos Bororo (CAMARGO, 1987, XXVIII, nota 146, p. 569) parece não ter sido uma reação apenas à perda de suas terras. No contexto da experiência missionária, mesmo antes do período que vai de 1940 a 1970, os Bororo já vinham reagindo às interferências em seus costumes, de maneira diversificada. Assim, a redução dos nascimentos Bororo seria a resultante do somatório de fatos negativos do passado com experiências contraditórias do presente. Limito-me aqui a citar alguns fatos que, a meu ver, provocaram juntos a reação culminante do desânimo coletivo dos Bororo perante a vida.

O primeiro fato está ligado à falta de prudência e de comprometimento missionário com a causa do índio. Quando o P. Balzola teve que se ausentar da Colônia Teresa Cristina, por três meses, substituiu-o, na direção, o inexperiente P. Ângelo Cavatorta. Por mais de dois anos, os salesianos tinham se esforçado para promover os índios em todos os sentidos. Os Bororo seguiam com docilidade às orientações recebidas, esforçando-se na dedicação à agricultura e aos estudos, porque se sentiam aceitos e amados pelos missionários (CASTILHO, 2000, P. 45). O P. Cavatorta, logo que chegou, trocou inexplicavelmente o sistema vigente: colocou soldados armados escoltando os índios nas roças, proibiu a celebração ritual do funeral Bororo e humilhou publicamente um dos chefes Bororo mais estimado. Os Bororo se recusaram a seguir o novo sistema. O diretor substituto, demonstrando certa rejeição aos índios, afirmou que eles não faziam nenhuma falta para os missionários

(DUROURE, 1977, p. 136-137). Os índios, ressentidos, resistiram a este tipo de autoritarismo, abandonando a Colônia e embrenhando-se na mata virgem. Diante do desaparecimento em massa dos índios, o governo dispensou os salesianos e fechou a Colônia Teresa Cristina³⁴. Este incidente ficou profundamente gravado na memória dos anciãos Bororo.

Quando os salesianos assumiram sua primeira atividade autônoma junto aos Bororo, nos Tachos, em 1902, eles procuraram se adaptar à vida dos índios. Os missionários descobriram a importância que os rituais tinham para os Bororo e lhes deram liberdade para agir de acordo com os seus costumes (BORDIGNON, 2001, P. 39; NOVAES, 1993, p. 160). Em 1907, o P. Balzola foi substituído na direção dos Tachos pelo P. Colbacchini. Com o passar do tempo, o P. Colbacchini foi assimilando a estranha obsessão de que o Baito era um templo do demônio, que deveria ser destruído. Como já descrevemos, o Baito era o lugar onde se realizavam os mais importantes rituais da tribo, como centro ou “foco de toda a vida política tradicional” do povo Bororo (AGUILERA, 2001, p. 48-49). O posicionamento do P. Colbacchini contrastava, abertamente, com orientações já dadas pelo superior geral dos salesianos: “Quanto a certos costumes que estes índios têm, principalmente ao redor de seus mortos, procurai não desprezá-los”³⁵. O provincial de Mato Grosso na época, P. Malan, também reconhecia a centralidade do Baito na vida social e política dos Bororo: “o baito era ao mesmo tempo igreja, assembléia câmara, república, quartel, officina, refeitório, dormitório, recreio. Ahi officiam os baires, as cerimônias” (CASTILHO³⁶, 2000, p. 45). O que parece mais intrigante na atitude do P. Colbacchini é que ele demonstrava conhecer muito bem a importância do Baito para os Bororo:

[...] parecia-nos impossível imaginar uma aldeia dos índios sem esta cabana central; e achávamos mais fácil que eles abandonem a missão do que este seu inviolável recinto”³⁶.

Apesar de tudo isso, em 1914, o P. Colbacchini mandou destruir o Baito, batizou as famílias Bororo consideradas ainda pagãs e mandou erguer uma grande cruz no lugar do Baito, como sinal do “triunfo de

Cristo sobre o demônio” (CASTILHO, 2000, p. 96). Este foi o primeiro golpe de grande vulto e repercussão na cultura Bororo, porque lhe atingiu o próprio âmago. Como resistência, os Bororo passaram a celebrar os ritos realizados no Baito de maneira clandestina. Referindo-se a esta resistência, o ancião Frederico Coqueiro relembra: “Quando os Bororo queriam cantar, iam de noite fora da aldeia com as coisas. Ou as roupas de seus finados” (CAMARGO, 1987, XXVII, par. 134, p. 555). O quinquagenário Bororo Raimundo Purúbi-Kiedu confirma: “antigamente o pessoal cantava no mato né, onde padre e irmã não escuta” (BORDIGNON, 2001, p. 133).

A presença dos não índios foi se multiplicando rapidamente nas proximidades e até mesmo dentro das terras dos Bororo. Em 1902, registravam-se aí 409 brancos, enquanto em 1923, este número já havia saltado para 11.247, aproximadamente (NOVAES, 1993, p. 185). Até 1970, muitíssimos outros brancos, pequenos ou grandes fazendeiros, chegaram à região de Meruri. Dentre eles, vários começaram a invadir a reserva dos Bororo com a cumplicidade do Estado, que lhes fornecia títulos legais de terra na propriedade indígena (ENAWURÉU, 1987, p. 36). Diante da invasão sistemática das terras de Meruri com o suporte governamental, as reivindicações dos Bororo e dos missionários para preservação do território indígena foram sendo completamente ignoradas. Tornava-se cada vez mais patente que a reserva de Meruri estava com seus dias contados. O crescente número de invasões e o descalço do governo foram criando um sentimento de desânimo coletivo entre os Bororo. Na verdade, a terra é essencial para sua sobrevivência. Tirar a terra do índio significa condená-lo à morte.

A população branca foi fundando também povoados, cada vez mais perto da missão de Meruri³⁸. A estrutura urbana dessas vilas incluía a construção de capelas que, dominicalmente, demandavam o atendimento pastoral dos não índios. Visto que os salesianos são por natureza educadores de jovens, junto com os cuidados pastorais eles se interessaram também pela alfabetização dos filhos dos não índios, que se encontravam excluídos da educação formal. Os missionários,

não podendo se ausentar sistematicamente de Meruri para assumir uma escola num desses povoados, introduziram um internato dentro da missão para atender, conjuntamente, os filhos dos índios e os filhos dos não índios. O regime de internato, porém, era completamente estranho à cultura Bororo, pois interferia diretamente na estrutura familiar do índio, “separando pais e filhos” (NOVAES, 1993, p. 182). O internato também afetava profundamente a língua Bororo, pois, desde 1757, os governos brasileiros promulgaram decretos exigindo que o ensino formal nas escolas fosse ministrado exclusivamente na língua portuguesa³⁹. Consequentemente, a língua portuguesa passou a ser obrigatória no internato, enquanto a língua Bororo passou a ser proibida. Os índios não conseguiram entender que a proibição da língua Bororo na escola fosse imposta pelo governo. Pelo contrário, os Bororo interpretaram que tal proibição tivesse sido exclusiva decisão do P. César Albisetti, que era o diretor da missão. O P. Ochoa, referindo-se a esta questão, relatou:

Os alunos que viveram esta experiência, transmitiram a seus filhos a idéia de que os missionários não gostavam da língua Bororo, e desmotivaram-nos para aprendê-la [...]. (CAMARGO, 1987, XXVII, nota132, p. 555).

Na verdade, perder a língua significa perder os mitos, “que são o referencial mais importante da cultura Bororo” (BORDIGNON, 2001, p. 63). Destruindo-se o mito se destrói a capacidade do índio de conhecer e de transmitir sua história e sua cultura. O mito é verdadeiramente o instrumento que permite ao Bororo fazer uma releitura do seu passado, interpretar sua vida presente e projetar-se para o futuro. Aos poucos, diante não só da proibição da língua Bororo no internato, mas também da proibição de alguns de seus rituais no centro da aldeia, os índios chegaram a pensar que os missionários estavam contra sua cultura⁴⁰.

A presença dos índios Xavante, inimigos tradicionais dos Bororo, foi controvertida em Meruri. Em 1957, os Xavante chegaram em um grupo muito numeroso. Estavam fracos e famintos e não tinham para onde ir. Diante da situação deles e do pedido dos missionários, os Bororo permitiram que os Xavante ficassem em Meruri (CAMARGO,

1987, p. 32). Muito cedo, porém, recomeçaram os conflitos entre os Bororo e os Xavante. Isso ficou claro quando os Xavante ameaçaram matar o Bororo Frederico Coqueiro, como já descrevemos. Os Bororo e os missionários decidiram então transferir os Xavante para a região de São Marcos, onde tudo estava por construir: a casa para os missionários, as choupanas e roças para os índios. Os Xavante começaram a preparar o terreno para suas roças. Inicialmente, enquanto as roças Xavante ainda não produziam nada, os missionários e os Bororo redobram seus trabalhos nas roças de Meruri para mandar alimentos para os Xavante, em São Marcos. Além disso, os Bororo também foram convocados para construir as casas na nova aldeia dos Xavante. Enquanto isso, os Xavante se dedicavam exclusivamente às suas roças. No desabafo de Frederico Coqueiro aparece nítido o paternalismo em relação aos recém-chegados:

Os Bororo não deixaram os Xavante preocupar-se pela comida. [...] Assim, todo dia de domingo, Mestre mandava o caminhão com comida para eles. [...] Eles podiam plantar o que queriam à vontade e aumentar a vontade e com gosto, a roça. [...] Por isso estes diziam que aqueles lá sim trabalhavam, mas os de Meruri não trabalhavam. (CAMARGO, 1987, XXV, par. 17, p. 517).

Esta última frase traduz muito bem o preconceito que se criou na comparação das duas etnias, classificando os Bororo de “preguiçosos” e os Xavante de “trabalhadores”. Nesta mesma linha, outras imagens foram usadas para sublinhar uma aparente inferioridade dos Bororo. Estes eram apelidados de “beberrões”, de “índios mansos”, ou de “pobres coitados” (NOVAES, 1993, p. 111-122). O fato de os missionários terem intensificado esforços para contatar os Xavante, implantando para eles, em 1950, a missão de Santa Terezinha e, a partir de 1957, a missão de São Marcos, explica em parte a diminuição de informações escritas sobre os Bororo de Meruri, neste período, como observa Novaes (1993, p. 143-144).

O problema do alcoolismo generalizado e de epidemias, como a tuberculose e o sarampo, exterminaram a maioria dos Bororo de Jarudori⁴¹ (CAMARGO, 1987, XXVIII, nota 172, p. 567). Em Meruri, o grande problema não eram as epidemias⁴², mas sim o alcoolismo, que vitimava um

número cada vez maior de índios Bororo, provocando brigas e ociosidade. A incapacidade de superar a dependência do álcool contribuiu para aumentar ainda mais o desânimo coletivo.

De um modo geral, por trás da maioria desses fatos, existia sempre uma resistência ostensiva, ou velada. A reação dos Bororo diante de experiências de injustiça, reais ou supostas, se manifestava de diferentes formas. Por exemplo, diante da atitude severa do substituto do P. Bálzola, que menospreza seus valores culturais, os Bororo reagem indo embora e provocando o fechamento da Colônia Teresa Cristina. Diante da proibição da celebração de seus rituais próprios, os Bororo reagem celebrando-os clandestinamente. Diante da proibição de seus filhos falarem a língua Bororo na escola para favorecer a presença dos filhos dos não índios na missão, os Bororo reagem entregando-se ao abuso do álcool e à ociosidade, como formas de chamar a atenção dos missionários para se preocuparem mais com eles. Normalmente, os Bororo são de índole profundamente sensível. Quando se sentem preteridos pelas pessoas de quem esperam estima e compreensão, eles se sentem humilhados e reagem com algum tipo de resistência. Os pais e parentes normalmente nunca humilham seus filhos, pois eles abandonariam envergonhados a própria casa. Quando o missionário demonstra incoerência entre o amor que prega e a atitude prática de intolerância de seus costumes, observa-se:

O relacionamento fica prejudicado, a estima é perdida, uma greve espontânea se forma no ânimo do indivíduo e, se este tem influência na comunidade, esta também vai se envolvendo neste espírito de resistência. Considera-se que a pessoa que deveria ligar com Deus já perdeu este carisma e está se deixando guiar pelo maligno e por isso pode ser desprezada. (CAMARGO, 1987, nota 100, p. 497)

Diante de todos estes fatos negativos, por que os Bororo não abandonaram a missão de Meruri em massa, como o fizeram na Colônia Teresa Cristina? Parece que eles perceberam que já tinham perdido quase todas as suas terras. Eles não teriam para onde ir e já não viam nenhuma perspectiva de futuro. E assim, consciente ou inconscientemente, a resistência desta vez consistiu em ir desapa-

recendo aos poucos, sem sair da missão. Vietler (1990, p. 140), em sintonia com esta interpretação, afirmou: “Ainda em 1969, queixavam-se os missionários que os Bororo não queriam ter filhos e estes, não queriam tê-los, porque nada tinham a oferecer aos nascituros”. Neste contexto, a drástica redução de nascimentos sinaliza muito mais uma intenção deliberada de autoextermínio gradativo, do que um mero fenômeno acidental. Tanto esta decisão de autoextermínio quanto a modalidade escolhida são inéditas na vida dos Bororo de Meruri. O desaparecimento da comunidade indígena de Meruri seria a maior punição para os salesianos, pois a autoextinção dos Bororo significaria o fracasso total de sua obra missionária no Brasil. Na verdade, o extermínio dos Bororo, por decisão própria ou por iniciativa do governo, significaria também uma perda irreparável para a cultura brasileira, que se caracteriza pela diversidade étnica.

4 Os Bororo recuperam o entusiasmo pela vida

A recuperação do entusiasmo dos Bororo pela vida também dependeu da somatória de vários fatos. Dentre eles, em nível interno, os dois fatos mais significativos foram: a atuação do P. Falco para retomada da identidade cultural dos Bororo e o martírio do P. Rodolfo e do Bororo Simão pela defesa das terras de Meruri. Em nível externo, destacam-se também dois fatores: as novas orientações da Igreja (FLANNERY, 1992), implementadas principalmente através do CIMI, e a promulgação do Estatuto do Índio pelo governo brasileiro.

A nomeação do P. João Falco para diretor da missão de Meruri, em 1965, foi um fator importante para reverter o processo de autoextermínio dos Bororo. À semelhança do P. Malan, o P. Falco era inovador nas idéias, rápido e enérgico em seu posicionamento. Ele logo percebeu que a missão indígena de Meruri estava se transformando num povoado de não índios. Entre as causas, o P. Falco identificou a drástica diminuição dos Bororo; a perda de sua língua e de sua cultura; e a presença constante e numerosa de não índios, dentro da missão, por causa do atendimento escolar e hospitalar. Visto que o

P. Falco gozava de grande estima de todos os Bororo, inclusive daqueles que moravam fora da reserva de Meruri, ele imediatamente “entrou forte para desativar este processo e salvar a população indígena” (CAMARGO, 1987, XXVIII, nota 136, p. 566). Nesta ocasião, alguns remanescentes dos Bororo de Jarudori, que ainda conservavam seus costumes intactos, vieram visitar o novo diretor e decidiram morar na missão, contribuindo enormemente para o resgate da língua e da cultura dos Bororo de Meruri (CAMARGO, 1987, XXVIII, nota 137, p. 567). Na verdade, foi o P. Falco “quem iniciou o processo para que os Bororo reconquistassem a própria terra e a própria autonomia” (CAMARGO, 1987, XXVIII, nota 136, p. 566). Coube ao P. Rodolfo Lunkenbein dar continuidade a esta guinada na missão de Meruri.

Em 1965, também a Igreja deu uma guinada em sua visão de mundo e no seu posicionamento perante os povos indígenas, através das conclusões do Concílio Vaticano II. À luz dessas conclusões, o episcopado latino-americano publicou, em 1968, o documento de Medellín e, em 1979, o documento de Puebla, que passaram a ser um referencial para uma ação pastoral mais comprometida com a causa dos oprimidos. O episcopado brasileiro, assimilando rapidamente as novas orientações eclesiais, assumiu com determinação a opção preferencial pelos mais pobres e, dentre eles, considerou que os povos indígenas estavam em “situação mais crítica e de maior abandono” (AGUILERA, 2001, p. 72). Coerentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez um apelo oficial para um maior compromisso de todos os cristãos com a causa indígena: “para que os problemas do índio sejam melhor solucionados é preciso e urgente que sejam assumidos consciente, responsável e constantemente por **toda** a Igreja: bispos, padres, agentes de pastoral e comunidades cristãs” (CNBB, 2002, p. 21). Em 1972, foi criado, e assumido como organismo da CNBB, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O P. Ângelo Jayme Venturelli, missionário salesiano e coautor da Enciclopédia Bororo, foi o articulador, fundador e primeiro presidente do CIMI⁴³. Entre os princípios que fundamentam a ação do CIMI, destacam-se: o com-

promisso com o protagonismo dos povos indígenas nas lutas pelos seus direitos; o respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas (CIMI, 1995).

O governo brasileiro, pressionado pela ação da Igreja em nível nacional e internacional, publicou o Estatuto do Índio⁴⁴, em 1973. Os propósitos do Estatuto são: preservar a cultura das comunidades indígenas, integrá-las “progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”, estendendo-lhes “a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros” (ESTATUTO DO ÍNDIO, 1973, art. 1^a). No que se refere às terras ocupadas pelos indígenas, o Estatuto afirma:

Cabe aos índios ou selvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. (ESTATUTO DO ÍNDIO, 1973, art. 22)

Paradoxalmente, no mesmo ano de 1973, o Presidente da República interpretou em mensagem oficial que “os objetivos cardiais do Estatuto” consistiam na “rápida e salutar integração do índio na civilização”⁴⁵. Tal interpretação demonstrava, claramente, que a política indigenista oficial não havia mudado. O Estatuto era mais um instrumento de fachada para defender o governo da ofensiva internacional do que para defender os índios das agressões que vinham sofrendo dentro do país.

Em 1976, o novo diretor de Meruri era o P. Rodolfo Lunkenbein. Juntamente com o P. Gonçalo Alberto Camargo Ochoa, as irmãs salesianas e outros missionários, o P. Rodolfo se identificava profundamente com o povo Bororo, em todas as suas aspirações e lutas. Por um lado, o ardor apostólico dos missionários tinha o claro apoio das orientações eclesiais, que recomendavam a valorização da cultura indígena e a defesa de seus direitos. Por outro lado, a luta dos missionários junto com os Bororo pela defesa específica de suas terras tinha, agora, o respaldo legal do Estatuto do Índio. Incentivada pelos missionários, a comunidade Bororo se organizou e intensificou a reivindicação pela posse definitiva de suas terras. Cumprindo a lei, o governo autorizou o início da demar-

cação da reserva de Meruri. Os não índios, que já tinham se estabelecido dentro da área indígena, também se organizaram para impedir a demarcação da reserva de Meruri. O problema crucial dos Bororo concentrava-se agora nos conflitos pela legalização de suas terras. Sabendo das garantias legais do Estatuto que protegia o índio, os invasores recrudesceram sua ousadia: exigiam que os índios abandonassem “*voluntariamente*” suas terras, e ameaçavam de morte os que permanecessem na reserva de Meruri. O P. Rodolfo não se intimidou. Continuou reanimando os Bororo e empenhando-se intensamente para que as terras fossem demarcadas (MSMT, 1976). No dia 15 de julho de 1976, sessenta não índios armados, chegando de improviso na missão de Meruri, assassinaram o P. Rodolfo e o índio Simão e feriram mais quatro Bororo. O duplo assassinato em Meruri teve ampla divulgação e repercussão nacional e internacional⁴⁶. Visto que o P. Rodolfo era cidadão alemão, além da Igreja, o governo da Alemanha pressionou o governo brasileiro para fazer justiça diante do “Massacre de Meruri”. Desgastado diplomaticamente em nível internacional, o governo brasileiro percebeu que resolver a questão de Meruri tornava-se um imperativo urgente e indeclinável. Assim, a reserva dos Bororo foi oficialmente demarcada, no mesmo ano de 1976. Contudo, os assassinos envolvidos no “Massacre de Meruri” nunca foram condenados.

A morte do P. Rodolfo e do índio Simão foi o fato mais marcante na reafirmação da vida por parte dos Bororo de Meruri. A partir deste acontecimento, eles fizeram uma releitura de toda sua situação passada. O fato do P. Rodolfo ter dado a vida para defender a causa Bororo desfez a idéia de que os missionários não se preocupavam com eles ou não apreciavam sua cultura. A partir deste fato eles assumiram com maior empenho o momento presente, pois descobriram que os Bororos tinham valor, que era preciso manter viva a cultura Bororo, recuperando sua língua e valorizando seus costumes. Este fato também abriu para eles uma perspectiva de futuro. Eles podiam continuar gerando filhos, pois já tinham a posse legalizada de suas terras e já estavam recuperando também sua cultura. Em poucas palavras, eles já tinham o que “oferecer aos nascituros”. E

assim, foi tal o entusiasmo pela vida nas últimas três décadas, que a população dos Bororo de Meruri quintuplicou, passando de 81 pessoas em 1967 para 406 no ano 2000 (VIETLER, 1990, p. 24).

A recuperação do entusiasmo pela vida não significou, porém, um retorno mecânico ao estilo de vida que os Bororo levavam antes do contato com os não índios. O contexto de então já não existe mais: o tempo, o ambiente ecológico e os próprios Bororo mudaram (BORDIGNON, 2001, p. 66). Eles perceberam que sua sobrevivência daqui para frente depende, principalmente, de um equilíbrio entre o estilo de vida tradicional do passado e a mudança cultural do tempo presente. O equilíbrio leva-os até a reconsiderar alguns instrumentos que foram usados no passado para descaracterizar ou suplantam os seus costumes. É o caso da escola e do aprendizado da língua portuguesa, por exemplo.

A escola de Meruri, considerada anteriormente como elemento de desconstrução dos costumes tribais, passou a ser instrumento de reconstrução da identidade cultural do povo Bororo (AGUILERA, 2001, p. 119). A escola, nos moldes de internato, cortara o elo natural de transmissão cultural Bororo, que se dava através da interação educativa entre pais e filhos. Esta interação era fundamental para conservação da "identificação étnica tribal" (RIBEIRO, 1996, p. 12). O internato e a escola que o sucedeu também não levaram em conta o diferencial cultural específico dos índios. Consequentemente, a educação formal em Meruri não respeitou as diferenças e oficializou a prática tradicional da escola branca (AGUILERA, 2001, p. 13-14⁴⁷). Com a recuperação do entusiasmo pela vida, os Bororo recuperaram também a escola como "local onde se retomam a memória, as tradições e as próprias relações dos personagens que compõem esse universo complexo chamado Meruri" (AGUILERA, 2001, p. 118). A atual Escola Indígena de Meruri⁴⁸ está sendo recriada pelos próprios Bororo. Ela é bilíngue, o conteúdo ensinado nela é a própria cultura indígena e os professores são todos Bororo. Apesar de a escola ter um corpo docente definido, todos os membros da comunidade estão envolvidos na interação educativa, tanto os anciãos quanto os mais jovens, por meio

da partilha e da pesquisa do saber (AGUILERA, 2001, p. 110). Na verdade, este tipo de escola recriada passou a ser um instrumento de preservação das raízes culturais do povo Bororo. Além disso, os índios não tardaram a perceber que a apropriação da comunicação escrita é um meio precioso para preservar os conhecimentos tribais (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 282). Eles perceberam também que o bilinguismo "não significa uma perda da autoidentificação étnica" (CASTILHO, 2000, p. 140⁴⁹). Pelo contrário, o conhecimento da língua portuguesa é de fundamental importância no seu relacionamento intercultural. Em síntese, os Bororo descobriram o alcance e a importância da escola "como arma política" para a "formação, conscientização e capacitação dos mesmos para os novos desafios colocados pela situação de contato" (AGUILERA, 2001, p. 118).

O equilíbrio leva-os também a um retorno às origens, dentro de uma perspectiva renovada. Nesta perspectiva, despontam a nova maneira de se organizar na defesa de seus direitos e, também, o interesse crescente na reapropriação dos elementos básicos de sua cultura.

O relacionamento intercultural altera a estrutura organizacional Bororo. O chefe era, tradicionalmente, um ancião e a chefia era uma prerrogativa de direito clânico e vitalícia. Atualmente, o chefe é um jovem qualificado na cultura Bororo e dos brancos. Além disso, a chefia é por eleição e temporária (BORDIGNON, 2001, p. 151). As razões desta mudança cultural residem no fato de o chefe ter, atualmente, que promover e defender o bem comum dos Bororo dentro e fora de sua comunidade. Outra novidade organizativa são as assembleias das lideranças Bororo de diferentes aldeias. Além disso, o chefe Bororo participa regularmente das reuniões dos caciques do Brasil. Estes encontros intertribais inauguraram um novo estilo de defesa de seus direitos, por meio da articulação e da união entre os povos indígenas (BORDIGNON, 2001, p. 69). Em depoimentos recentes dos Bororo, colhidos por Bordignon, eles apontam três elementos básicos de sua cultura como os mais importantes na ordem da preservação: o ritual funerário, o ritual da nomeação e a língua Bororo. Ao lado destas três "referências mais fortes

da cultura Bororo”, eles acrescentam a importância dos anciãos para que os mais jovens possam aprender os elementos básicos de sua cultura (BORDIGNON, 2001, p. 75). Há o surgimento de muitos chefes de cerimônias jovens, até com 23 anos de idade, formados na área da missão de Meruri. Este é o sinal mais promissor de que as tradições culturais estão sendo preservadas, num processo de reapropriação contínua. Tudo isso leva a concluir que “os Bororo estão mudando, sim, mas conservando seus valores centrais como vivência ou como imaginário coletivo” (BORDIGNON, 2001, p. 79).

Tanto o uso atual da escola e da língua portuguesa quanto a reapropriação da cultura e nova maneira de se organizar indicam uma mudança cultural. Bordignon, em recente estudo sobre os Bororo, considera que as mudanças presentes adotadas por eles “são um aspecto dos mecanismos de resistência cultural” e “visam dar continuidade à tradição” dos Bororo (BORDIGNON, 2001, p. 65).

Considerações finais

A análise da experiência de Meruri sublinha três fatores importantes na ação missionária. Primeiramente, as orientações da Igreja, juntamente com o respaldo das leis civis, são de fundamental importância para que os missionários possam abraçar sem restrições a causa indígena. Em segundo lugar, o ardor apostólico e a qualificação interdisciplinar do missionário são essenciais para que ele se coloque de maneira construtiva diante da comunidade indígena. Em terceiro lugar, o grande desafio do povo Bororo é conservar sua própria identidade dentro de um contexto irreversivelmente modificado. Isto exige, além da preservação de sua cultura e da unidade tribal, uma postura diferenciada dos Bororo no meio da sociedade pluriétnica.

A história comprova que os acertos da ação missionária da Igreja, através dos salesianos, são bem maiores do que os erros históricos cometidos em Meruri. Prova incontestável disso é o fato de que a população Bororo sob os cuidados dos salesianos sobreviveu e “aumentou em 55% no Meruri e 96% no Garças” (NOVAES, 1993, p. 243). Os Bororo de outras aldeias, que não estiveram

sob a influência da ação missionária, diminuíram sensivelmente ou desapareceram. O maior mérito da Missão Salesiana de Mato Grosso junto ao povo Bororo foi a preservação de sua existência física. A ação missionária dos salesianos entre os Bororo, além de ser “uma experiência extraordinariamente rica,” é também um referencial pragmático “para quem esteja empenhado em amparar populações tribais” (RIBEIRO, 1996, p. 30).

O ritual ao redor da morte, que é o mais importante da cultura Bororo, faz paradoxalmente a reafirmação da vida. Semelhantemente, a morte do Bororo Simão e do missionário P. Rodolfo Lunkenbein levou os Bororo a optarem definitivamente pela vida. O lema do P. Rodolfo em Meruri era: “Eu vim para servir e dar a vida”. Os missionários salesianos continuam servindo os Bororo e doando-lhes um redobrado entusiasmo pela vida. Meruri é, atualmente, a maior reserva e a mais populosa aldeia Bororo. A paixão pela vida entre os Bororo é tão grande, que eles repetem frequente e orgulhosamente:

“BOE AKEDU KARE! BOE AKEDU
KARE!”
“OS BORORO NÃO ACABAM! OS
BORORO NÃO ACABAM!”

Notas

¹ Em geral, as traduções de outros idiomas para o Português neste trabalho foram feitas por mim, num estilo muito livre. De modo mais específico, no que se refere a traduções da língua Bororo para a língua Portuguesa, segui a tradução apresentada nos textos bilíngues que tive em mãos.

² O imperador Dom Pedro II governou o Brasil por quase 50 anos, de 1840 a 1889. Logo após a proclamação da República, dois militares governaram o Brasil: Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). Em 1895, quando os salesianos se encontraram com os Bororo pela primeira vez, quem governava o Brasil era o Presidente civil Prudente de Moraes (1894-1898); e quem governava o Estado do Mato Grosso era Manoel José Murtinho (1891-1895). Em seguida o comando do Governo Brasileiro foi exercido pelos seguintes presidentes civis: Manoel Ferraz de Campos Salles (1898-1902), Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909), Nilo Procópio Peçanha (1909-1910). Volta ao governo um militar: Hermes da Fonseca (1910-1914). Logo após, os civis retornam no governo: Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918). No período subsequente, merece uma menção Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), porque foi o presidente que permaneceu mais tempo governando o país (18 anos). Merecem ainda destaque os dois

presidentes naturais do então Estado de Mato Grosso, onde os Bororo se encontram: o militar Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Jânio da Silva Quadros, que esteve apenas sete meses na presidência, pois renunciou em agosto do mesmo ano de sua eleição, 1961.

³ A Colônia Teresa Cristina foi fundada por ordem do então governador da Província de Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel.

⁴ Azzi (2000, p. 41-42) afirma textualmente: “Uma das razões pelas quais retardou-se por alguns anos a implantação da obra salesiana no Brasil foi a fidelidade às diretrizes romanas. A autoridade da Santa Sé era acatada por Dom Bosco com grande respeito”.

⁵ Seria exaustivo enumerar os muitos trabalhos publicados sobre os Bororo. À guisa de amostragem, cf. Albisetti e Venturelli, 1962, p. 1037-1046; Viertler, 1991, p. 219-221; Novaes, 1986, p. 235-242.

⁶ Em 1883 fundaram o Colégio Santa Rosa, em Niterói. Em 1885 fundaram o Liceu Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo. Em 1890 fundaram o Colégio São Joaquim, em Lorena. Em 1982 fundaram o Lyceu de Artes e Ofícios, em Campinas.

⁷ De autoria do próprio Dom Bosco, este método educativo é conhecido como Sistema Preventivo.

⁸ O P. Ochoa dividiu seu trabalho com os depoimentos de Frederico Coqueiro em 30 capítulos, e numerou os parágrafos de cada capítulo de modo sequencial. Assim, para facilitar a localização do texto citado na língua Bororo, citaremos primeiro o capítulo ao qual nos referimos usando o algarismo romano, separado por uma vírgula do número cardinal que indica o parágrafo e o número da página correspondente na versão em português. Por exemplo, a citação IX, par. 5, 338: se refere ao capítulo nono do livro, parágrafo quinto deste capítulo, na página trezentos e trinta e oito que já pertence à versão desta obra em português. Os textos que precedem os capítulos, como Comentário, Apresentação e Introdução serão citados apenas com a indicação da página.

⁹ O missionário salesiano Mário Bordignon, por carta, apontou-me alguns limites das Memórias de Coqueiro. Em síntese, Bordignon diz que Coqueiro “omite umas questões sérias da cultura bororo tais como: o papel do Bari-pagé para agradar ou afastar o bope – espíritos do mal; o infanticídio por sonho agoureiro, os abortos, os contraceptivos; o joruboveneno; o mori – a vingança. O Coqueiro me confessou, em conversa informal, que várias aldeias, especialmente no Pantanal, acabaram porque os bororo se mataram entre si. Com isso, não quero subestimar a cultura bororo, quero dizer que o missionário encontrou uma cultura com seus lados bons e ruins como toda cultura tem.”

¹⁰ O P. Ochoa publicou os depoimentos de Frederico Coqueiro em Bororo e também em português, com a seguinte ressalva: “Achamos que este texto poderia ser interessante também para as pessoas que desconhecem a língua Bororo, pelo que decidimos transcrevê-lo para o português, mesmo sabendo que isso diminuiria muito o encanto do texto original Bororo”.

¹¹ Segundo nota esclarecedora n. 14 do P. Ochoa, Coqueiro “Pensa nos Xavante que, ainda não contactados, começam a dar sinal de presença nesses lugares”.

¹² A Enciclopédia utiliza o nome original Bororo Akirio Bororo Kejewu, para se referir a Tiago Marques.

¹³ O P. Ochoa considera P. César Albisetti, o maior estudioso da cultura Bororo que, junto com os padres Pessina e Colbacchini, iniciou um consciencioso trabalho de pesquisa desta cultura, cujos resultados ficaram perpetuados em obras como “I Bororos Orientali Orari Mugudoge del Mato Grosso (Brasile)”, mais tarde traduzido ao Português, e a Enciclopedia Bororo, publicada em colaboração com o P. Ângelo J. Venturelli.

¹⁴ A real distância entre Santa Terezinha e Nova Xavantina é de 130 km, aproximadamente.

¹⁵ As dificuldades de comunicação eram também comuns entre centros urbanos da Província de Mato Grosso e outras cidades do Brasil. O Dr. Luís Philipe P. Leite referiu ao P. João Baptista Duroure um episódio que ilustra bem este problema: “proclamada a República a 15 de novembro de 1889, Cuiabá comemorou em pleno regime republicano, no dia 2 de dezembro, o aniversário do Imperador, já destronado.”

¹⁶ Carta ao Superior Geral dos Salesianos, P. Miguel Rua, em 5 de Junho de 1902. In: Catholic Readings. São Paulo, 1937, p. 108-109. Eis uma síntese do texto do P. Bálzola: “estamos um pouco abatidos e achamos que seja em consequência de privações e da muita humidade que apanhamos nos quatro meses que dormimos, quasi ao ar livre [...]. Quem pensa nos sanguinolentos massacres que se effectuaram no ano passado entre estes índios e alguns não índios, quem sabe quanta sede de vingança alimenta o coração de um selvagem e reflecte nas condições que nos achamos [...], poderá facilmente compreender quanta felicidade tenha sido a nossa de não termos tomado contacto ainda com os selvagens. [...] Há dois ou três dias que vemos do lado do norte fogaréos acesos, claro indício que os índios estão se avisinhando; [...] a fumaça chega até nós... Como será o encontro? [...] a poucas horas de distancia de nós, no ponto mais intrincado da floresta, estavam muitos índios fazendo bacururú, isto é: gritavam, cantavam, dançavam, o que quer dizer: uma orgia selvagem. O encontro era portanto imminente”.

¹⁷ Cf. o comentário deste encontro em Catholic Readings. São Paulo, 1937, p. 111.

¹⁸ O critério adotado para citar este trabalho bilíngue é o mesmo adotado com as “Memórias de Frederico Coqueiro”. Quanto ao Ritual da Nominção, cf. também: Albisetti e Venturelli, Enciclopédia Bororo, v. I, 624-627. Cf. ainda: Ochoa, Meruri na Visão de um Ancião Bororo, XIX, par. 1-8, 430-442.

¹⁹ Cf. também Darcy Ribeiro, Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 94.

²⁰ A título de exemplificação, o P. José Pessina, no contato direto com os índios, pesquisou “os sons, as palavras, o significado” e publicou em 1908 o livro intitulado: “Elementos de Gramática e Dicionário da Língua dos Bororo-Coroados de Mato Grosso”. O P. Antonio Colbacchini aprofundou o estudo dos costumes Bororo e publicou vários livros nesta área: Grammatica dei Bororos-Orarimugudoge (sem data); A Tribu dos Bororo (1919); I Bororo Orientali “Orarimugudoge” del Mato Grosso (1925); À Luz do

Cruzeiro do Sul. Os Índios Borôros-Orari do Planalto Oriental de Mato Grosso e a Missão Salesiana (1939); e em co-autoria com o P. César Albisetti, a obra: Os Bororo Orientais Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso (1942).

²¹ “De poucos grupos indígenas do Brasil possuímos descrições etnográficas bastante completas para um conhecimento satisfatório das respectivas culturas tribais. Entre as exceções estão os Bororo, a cujo estudo se vêm dedicando há mais de meio século os Padres Salesianos. [...] A transcrição dos textos, feita com o devido rigor, acompanhada de cuidadosa tradução e enriquecida com notas explicativas, testemunha bem a atitude científica dos autores desta obra, que será acolhida pelos especialistas como documento fidedigno”: Egon Shasen, Apresentação in César Albisetti and Ângelo Jayme Venturelli, Enciclopédia Bororo, v. II, Lendas e Antropônimos (Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1969).

²² Esta afirmação reflete o parecer oral que colhi, recentemente, do coautor da Enciclopédia Bororo, o P. Ângelo Jayme Venturelli.

²³ Cf. também o “Despacho da Presidência do Estado de Mato Grosso, Cuiabá 7/11/1905, no Livro número 7 de Títulos e Domínios, Folhas 174 e 176”.

²⁴ Cf. os Decretos Oficiais do Governo Federal: “Decreto 76.999/76 de Demarcação” e “Decreto 94014/87 de Homologação”.

²⁵ Cartas do P. Miguel Rua ao Diretor da Missão entre os Bororo in Antonio da Silva Ferreira, La missione fra gli indigeni del Mato Grosso. Lettere di Don Michele Rua 1892-1909, Publicação da Piccola Biblioteca dell’Istituto Storico Salesiano, Roma: Ed. LAS, 2000, p. 1-130. Cf. também CASTILHO, 2000, p. 77-78.

²⁶ O mito da “terra sem males” é próprio do povo Guarani. No imaginário desses índios, a “terra sem males” é um lugar paradisíaco, onde “as plantas nascem por si próprias, a mandioca já vem transformada em farinha e a caça chega morta aos pés dos caçadores. As pessoas nesse lugar não envelhecem e nem morrem e aí não há sofrimento”: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fraternidade e Povos Indígenas – Por uma Terra sem Males. Campanha da Fraternidade 2002. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 2002, n. 19, p. 12.

²⁷ O missionário salesiano Irmão Mário Bordignon também viveu por 13 anos consecutivos com os Bororo de Meruri. Continua ligado a eles. O povo Bororo introduziu-o na tribo concedendo-lhe o nome de ENAWURÉU. Publicou vários livros. Dentre eles merecem destaque: Róia e Baile: mudança cultural Bororo (2001); BOE ENOGIEGIDAE BAREGE EIE: texto escolar de zoologia segundo a cultura Bororo (1988); Os Bororo na história do Centro-Oeste brasileiro (1986).

²⁸ Renate Brigitte Vietler é antropóloga especializada na área da Etnologia Indígena, professora aposentada da Universidade de São Paulo. Entre suas publicações sobre os Bororo, destacam-se: A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo – Mato Grosso (1991); A duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso (1990); As aldeias Bororo: alguns aspectos de sua organização social (1976).

²⁹ Sylvia Caiuby Novaes é antropóloga especializada

em Etnologia Indígena e Antropologia da Imagem. Além de Professora de Antropologia, é também Chefe do Departamento de Antropologia e Professora de Antropologia na Universidade de São Paulo. Entre suas publicações sobre os Bororo, merecem destaque: Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros (1993); Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo (1986).

³⁰ O missionário salesiano P. Gonçalo Alberto Ochoa Camargo vive, há mais de quarenta anos, com os Bororo de Meruri. Fala fluentemente a língua Bororo. No campo da antropologia, em tempos recentes, foi quem melhor documentou elementos da cultura Bororo trabalhando junto com os anciãos da tribo. Entre suas publicações destacam-se: Meruri na visão de um ancião Bororo: memórias de Frederico Coqueiro (2001); O processo evolutivo da pessoa Bororo (2001); BAKARU MAIWU: Novo Testamento em Língua Bororo (1992); História mítica Bororo (1990).

³¹ Herman Von Ihering publicou, na Revista de Antropologia em 1907, um artigo em que sustentava a posição de que os índios “são um impecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão senão o seu extermínio”: cf. CASTILHO, 2000, p. 88.

³² Cf. também Castilho, 2000, nota 20, p. 66.

³³ No XXVI Congresso de Americanistas realizado na Áustria (Viena) em 1908, o representante brasileiro Ignácio Batista de Moura discursou: “quanto aos índios, havia poucos dignos de estudo e compaixão, e arriscava dizer que nos próximos 50 anos esse povo iria desaparecer sem deixar vestígios.” Este discurso foi publicado no Rio de Janeiro pelo Jornal do Comércio, no dia 26 de outubro de 1908. Cf. CASTILHO, 2000, p. 86-87.

³⁴ A Colônia Teresa Cristina foi fechada para a ação dos salesianos. De acordo com depoimento por carta do missionário salesiano Mário Bordignon, o governo montou nesta Colônia um enorme galpão com várias máquinas movidas a vapor e forçou, por muitos anos, alguns Bororo a trabalharem ali sob o comando severo do S. P. I.

³⁵ “Quanto a certi usi che hanno codesti selvaggi, specialmente in torno ai loro morti, procurate di non disprezzarli.” Giovanni Balzola, Fra gli Indi del Brasile. Note Autobiografiche e Testimonianze Raccolte da D. A. Cojazzi. Torino: Società Editrice Internazionale, 1932, p. 120.

³⁶ Referindo-se a um relatório do próprio P. Antonio Malan, intitulado “Das Nossas Missões”, publicado pelo Boletim Salesiano em outubro de 1909, p. 257-259.

³⁷ Eis a afirmação original do P. Colbacchini: “ci pareva impossibile il poter pensare ad un villaggio di selvaggi senza questa capanna centrale; e ci sembrava più facile che essi abbandonassero la missione a questo loro inviolabile recinto”: cf. Antonio Colbacchini, “Il Ciaco Paraguay e le sue Tribù”, in Missione Salesiane 1925. Torino: Società Editrice Internazionale, 1925, p. 105. Citado em VIETLER, 1991, p. 77.

³⁸ Mário Bordignon confirmou-me por carta que: “a presença do branco foi crescendo sistematicamente ao ponto de querer se transformar em cidade em 1960,

com o nome de Brunópolis. Repetindo a história do surgimento das cidades do Brasil, havia correio, escola, polícia, igreja, pensão que era uma zona onde as meretrizes eram as bororas. O Pe. Paulo Mohr acabou com ela. Com o aumento dos brancos os bororo foram progressivamente diminuindo até que o Pe. Falco, antes de tomar posse, resolveu limpar a área, em 1966".

³⁹ A primeira lei sobre a obrigatoriedade da língua portuguesa nas escolas foi promulgada pelo Marquês de Pombal em 1757. Ao publicar esta lei, o Marquês de Pombal faz a seguinte afirmação: "Procura subjugar, através da língua, os povos indígenas e africanos, livrando-os da barbaridade de seus costumes." Na Constituição de 1934, no Governo de Getúlio Vargas, é introduzido um capítulo específico para a educação, na alínea d do § Único do Artigo 150, que determina que o ensino seja ministrado em idioma pátrio. Em 20 de dezembro de 1961, é promulgada A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4 024/61, a qual estabelece no Título VI - Da Educação do Grau Primário, Capítulo II - Do Ensino Primário, Art. 27 que "O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional [...]": FAULSTICH, Edenilde, Planificação linguística e problemas de normalização, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.oslo.sintef.no/portug/Faulstich.html>>. Acesso em: 31 jul. 2002.

⁴⁰ O Bororo Benjamim Tugure Etúo, que fala muito bem tanto o Bororo quanto o português e é neto do famoso Tiago Aipoboreu, referindo-se à cultura Bororo em Meruri neste período, relatou no seu depoimento: "Aconteceram várias mudanças neste ponto, especialmente pelos missionários. Antigamente não podia cantar BAKORORÓ aqui na missão": BORDIGNON, 2001, p. 146.

⁴¹ O avanço sistemático da tuberculose, em todas as aldeias, chegou a ameaçar o desaparecimento em massa dos Bororo, nas décadas de 50 e 60.

⁴² Os salesianos sempre envolveram voluntários leigos na sua ação missionária entre os Bororo. O Dr. Geraldo Chaves Salomon, médico especialista da Universidade de São Paulo, trabalhou gratuita e ininterruptamente por onze anos em Meruri para erradicar a tuberculose. O Dr. Geraldo e sua esposa Esther "todos os anos durante os meses de julho, dezembro e janeiro, deslocavam-se para as Missões Salesianas de MT, trazendo todo o material de que precisavam para seu trabalho, inclusive os remédios para tratamento das pessoas afetadas pela doença e material para radiografia": Ochoa, Meruri na Visão de um Ancião Bororo, XXVIII, nota 143, 570. Entre outros leigos, merece uma referência especial a voluntária Agripina Xavier, que chegou à missão de Meruri, em 1939. Ela é notável por sua bondade entre os Bororo. Agripina já comemorou 73 anos de idade e 62 de permanência em Meruri, como voluntária leiga: cf. OCHOA, 1987, XXVII, nota 114, p. 523.

⁴³ CIMI - Setor de Documentação, Ata de Criação do Conselho Indigenista Missionário - Brasília, 23 de Abril de 1972. Em depoimento, por carta, o missionário salesiano Mário Bordignon recomendou-me: "Na mudança de atitude dos bororo em resolver ter filhos de novo, não ter medo de destacar o nascimento do CIMI, em 1972, no qual os salesianos tiveram

um papel muito importante: Pe. Ângelo Venturelli, Pe. Ochoa, Pe. Rodolfo, etc., envolvendo inclusive os bororo. O cacique Eugênio Rondon participava das discussões do CIMI e assinava os documentos, o mesmo fazendo o filho dele Lourenço Rondon que em 1974 coordenou a 2ª Assembléia de caciques do Brasil em Meruri".

⁴⁴ Em 1969, apareceram no exterior denúncias sobre o genocídio dos índios no Brasil, inclusive com fotos que documentaram torturas. Em fins de 1971, equipes da FAB e da FUNAI tiveram de resgatar de helicóptero os índios Nambiquara, dispersos pelo vale do rio Guaporé (MT). Seu território foi, a partir de 1968, leiloado entre firmas colonizadoras e agropecuárias, e isso mediante certidões negativas expedidas pela FUNAI, atestando que não havia índios no vale. Na época, morreu toda a população Nambiquara abaixo de 15 anos. Vendo aquilo, um médico da Cruz Vermelha Internacional declarou, em 1973: "A vida desses índios é uma vergonha não só para o Brasil, mas para a humanidade": CNBB, Os Povos Indígenas, 24. Pressionado pela ação da Igreja e pela repercussão internacional destes fatos, o presidente militar Emílio Médici promulgou o Estatuto do Índio, no dia 19 de dezembro de 1973, através da Lei 6001.

⁴⁵ Pronunciamento do Presidente da República Emílio Médici - Mensagem n. 530/73, citado pela CNBB (CNBB, 1985, p. 25).

⁴⁶ No "Boletim Informativo - Especial, Junho de 1976" existe uma coletânea intitulada "Imprensa", que registra uma síntese de artigos de jornais sobre o assassinato do Bororo Simão e do P. Rodolfo Lunkenbein.

⁴⁷ Apresentação de Edir Pina de Barros.

⁴⁸ A atual Escola de Meruri foi a primeira a ser reconhecida oficialmente no Brasil como Escola Indígena, pelo Decreto Estadual n. 51/75, publicado no Diário Oficial em 23/5/75, sendo seu Regimento aprovado pelo Parecer n. 029/02/1981. Cf. AGUILERA, 2001, p. 72-73.

⁴⁹ Posfácio de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Referências

AGUILERA, Antonio Hilário. *Currículo e cultura entre os Bororo de Meruri*. Campo Grande: UCDB, 2001.

ALBISETTI, Cesar; COLBACCHINI, Antonio. *Os Bororo Orientais Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

ALBISETTI, Cesar; VENTURELLI, Angelo Jayme. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962. v. I: Vocabulários e Etnografia.

_____. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1969. v. II: Lendas e Antropônimos.

AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil*. Barbacena: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000. v. I: A implementação da obra salesiana 1883-1908.

BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Publicação da Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 101.

BALZOLA, Giovanni. *Fra gli Indi del Brasile*. Note Autobiografiche e Testimonianze Raccolte da D. A. Cojazzi. Torino: Società Editrice Internazionale, 1932.

- BALZOLA, João. Carta ao Superior Geral dos Salesianos, P. Miguel Rua, em 24 de Agosto de 1902. In: *Catholic Readings*, São Paulo, 1937.
- _____. Carta ao Superior Geral dos Salesianos, P. Miguel Rua, em 5 de Junho de 1902. In: *Catholic Readings*, São Paulo, 1937.
- BORDIGNON, Mario. *Róia e baile*. Mudança cultural Bororo. Campo Grande: UCDB, 2001.
- CAMARGO, Gonçalo Ochoa. *O processo evolutivo da pessoa Bororo*. Campo Grande: UCDB, 2001.
- CAMARGO, Gonçalo Ochoa (org.). *Meruri na visão de um ancião Bororo. Memórias de Frederico Coqueiro*. Campo Grande: UCDB, 1987.
- CASTILHO, Maria Augusta de. *Os índios Bororo e os salesianos na Missão dos Tachos*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- CERIA, Eugenio. *Memorie Biografiche del Beato Giovanni Bosco 1877-1878*. Torino: Società Editrice Internazionale, 1932. v. XIII.
- CIMI – Setor de Documentação. *Ata de Criação do Conselho Indígenista Missionário*. Brasília, 23 de abril de 1972.
- CIMI — Setor de Documentação. *Quem Somos (Who Are We)*, in *Conclusões da Assembléia Nacional do CIMI de 1995 (The Conclusions of the National Assembly of the CIMI in 1995)*.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Fraternidade e povos indígenas – por uma terra sem males*. Campanha da Fraternidade 2002. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 2002.
- _____. Os povos indígenas e a pastoral indigenista no atual momento histórico. In: *Expressions of CNBB – Collection 1984-1985*. Publication of the CNBB Document, n. 35. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- COLBACCHINI, Antonio. *Wkè-Wagúu*. Cuiabá: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1981.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite*. A prostituição de meninas-escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.
- DUROURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977. v. I, 1894-1904.
- ENAWURÉU, Mario Bordignon. *Os Bororo na história do Centro-Oeste brasileiro 1716-1986*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987.
- ENOGUREU, Gerson Mário. *Nossa vida, nossa história*. *Caderno Meruri*, Edição Especial, 14, jun. 2002.
- ESTATUTO do Índio. *Lei 6001*. Brasília, DF, 19 de dezembro de 1973.
- FERREIRA, Antonio da Silva. *La missione fra gli indigeni del Mato Grosso*. Lettere di Don Michele Rua 1892-1909. Publication of the Piccola Biblioteca dell'Istituto Storico Salesiano. Roma: LAS, 2000.
- FLANNERY, Austin (ed.). *Vatican Council II*. Northport, NY: Costello Publishing Company, 1992. v. 1: The Conciliar and Post Conciliar Documents.
- HARTMANN, Thekla. *Cultura material e etnohistória*. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Nova Série, v. XXIII, 1976.
- III CONFERENCIA General del Episcopado Latinoamericano. *Puebla: la Evangelización en el Presente y en el Futuro de América Latina*. Bogotá: CELAM, 1979.
- LASAGNA, Luiz. *Carta circular em favor da Missão Salesiana de Mato Grosso*. São Paulo: Oficinas Salesianas, 1895.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MALAN, Antonio. *Carta ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1906.
- MISSÃO Salesiana de Mato Grosso. *Boletim Informativo*. Campo Grande: Edição Especial, junho 1976.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos*. *Imagens da Representação de Si através dos Outros*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Mulheres, homens e heróis*. Dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- PIO X, *Compendio della Dottrina Cristiana*. Città del Vaticano: Lib. Ed. Vaticana, 1905.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SACKS, Oliver. *Seeing Voices: a Journey into the World of the Deaf*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- SEGUNDA Conferencia General del Episcopado Latinoamericano. *La Iglesia en la Actual Transformación de América Latina a la Luz del Concilio*. Bogotá, 24 de Agosto – Medellín, Agosto 26 – Septiembre 6, 1968, Bogotá: Secretariado General del CELAM, 1969. v. II: Conclusiones.
- SOCIEDADE de São Francisco de Sales. *Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1985.
- VIETLER, Renate Brigitte. *A duras penas*. Um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- _____. *A refeição das almas*. Uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo – Mato Grosso. São Paulo: Edusp, 1991.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- § 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
- II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
- III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
- IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
- título em português, inglês, espanhol e francês;
 - nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - referências bibliográficas.
- II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
- uma cópia por e-mail no padrão Microsoft Word;
 - autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada por e-mail ou por fax;
 - O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
- IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
- V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
- VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
- VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.
- Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).
- Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem,

rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

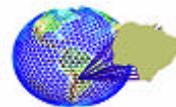
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2009: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

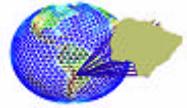
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax, digitalizado por e-mail, ou pelo correio para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o
meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

